

**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
1ª REVISÃO**



RELATÓRIO

PARTE I – ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

(Fevereiro 2013)



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

1ª REVISÃO

RELATÓRIO

PARTE I

ENQUADRAMENTO E DIAGNÓSTICO

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
INSTITUTO DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ficha Técnica:

Título: Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital – 1ª Revisão

Relatório – Parte I: Enquadramento e Diagnóstico

Autores: Alexandra Henriques, Arquiteta

Lusitano dos Santos, Urbanista

Capa: Alexandra Henriques, Arquiteta

Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra

Câmara Municipal de Oliveira do Hospital

Largo Conselheiro Cabral Metello

3400-062 Oliveira do Hospital

fevereiro 2013

**ÍNDICE DO TEXTO:**

1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.1.	Enquadramento da Revisão do PDM	3
1.2.	Equipa Técnica de elaboração da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital	5
1.3.	Cronologia e Historial da Revisão do PDM.....	7
2.	ENQUADRAMENTO NACIONAL E REGIONAL	33
2.1.	Enquadramento Territorial.....	33
2.1.1.	Contexto administrativo:.....	34
2.2.	Orientações de outros Instrumentos de Gestão Territorial.....	36
2.2.1.	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.....	36
2.2.2.	Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	38
2.2.3.	Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (PBH do Mondego)	38
2.2.4.	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN)	42
2.2.5.	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)	44
2.2.5.1.	Âmbito Territorial	47
2.2.5.2.	Visão Estratégica.....	48
2.2.5.3.	Modelo Territorial.....	50
2.2.5.4.	Unidades Territoriais	52
2.2.6.	Programa Territorial de Desenvolvimento para o Pinhal Interior Norte	56
3.	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E BIOFÍSICA	59
3.1.	Caracterização geral	59
3.2.	Caracterização Física.....	60
3.2.1.	Caracterização climática	60
3.2.1.1.	Temperatura.....	60
3.2.1.2.	Precipitação.....	63
3.2.1.3.	Humidade relativa.....	65
3.2.1.4.	Vento.....	66
3.2.2.	Orografia	66
3.2.2.1.	Hipsometria	66
3.2.2.2.	Declives.....	67
3.2.2.3.	Hidrografia.....	67
3.2.2.3.1.	Qualidade da água nas praias fluviais	70
3.2.2.3.2.	Qualidade da água subterrânea	71
3.2.3.	Zonas sismogénicas/ microzonagem sísmica.....	72
3.2.4.	Radioatividade natural.....	74
3.2.5.	Geologia.....	76
3.2.6.	Uso/ocupação do solo e zonas especiais	77
3.2.6.1.	Uso/ocupação do solo	77
3.2.6.2.	Zonas especiais.....	79
3.3.	Caracterização Biofísica.....	80
3.3.1.	Espaço Agrícola	80
3.3.1.1.	Estrutura fundiária, verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C, efetivo animal e utilização das terras.....	80
3.3.1.2.	Caracterização das explorações agrícolas	83
3.3.1.2.1.	Produção Agrícola	85
3.3.1.2.1.1.	Culturas Permanentes	87
3.3.1.2.1.2.	Culturas Temporárias	89
3.3.1.2.2.	Produção Animal	90



3.3.1.3.	Produtos Regionais de Qualidade	92
3.3.1.4.	Reserva Agrícola Nacional	101
3.3.1.5.	Área Agrícola Complementar.....	103
3.3.2.	Reserva Ecológica Nacional.....	105
3.3.2.1.	Sistemas biofísicos delimitados nos trabalhos de revisão da delimitação da REN do município de Oliveira do Hospital	106
3.3.2.2.	Síntese das propostas para exclusão da REN.....	111
3.3.3.	A Floresta.....	113
3.3.3.1.	O PROF-PIN e o município de Oliveira do Hospital	115
3.3.3.2.	A defesa da floresta contra incêndios - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	123
3.3.4.	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental - ERPVA.....	124
3.3.4.1.	Corredores Ecológicos	125
3.3.4.2.	Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal.....	126
3.3.4.2.1.	Caracterização do Sítio do Carregal do Sal	128
3.3.4.2.1.1.	Habitats, fauna e flora.....	128
3.3.4.2.1.2.	Orientações de Gestão:.....	131
3.3.4.2.1.3.	Agricultura e Pastorícia.....	132
3.3.4.2.1.4.	Silvicultura	134
3.3.4.2.1.5.	Construção e Infraestruturas.....	136
3.3.4.2.1.6.	Outros usos e Atividades	137
3.3.4.3.	Orientações específicas	141
3.4.	Recurso Hídricos - Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego	143
3.5.	Risco.....	145
3.5.1.	Riscos de Origem Natural.....	145
3.5.2.	Riscos de Origem Humana.....	146
3.5.3.	Hierarquização dos riscos	147
3.5.4.	Vulnerabilidade.....	148
4.	CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE.....	154
4.1.	Caracterização Demográfica	155
4.1.1.	Evolução da População	155
4.1.2.	Estrutura Etária	160
4.1.3.	Qualificação da População	163
4.1.4.	Projeções Demográficas	164
4.2.	Caracterização das Atividades Económicas	169
4.2.1.	Emprego.....	169
4.2.2.	Índice de poder de compra - IPCC	172
4.2.3.	Empresas com sede no município de Oliveira do Hospital	172
4.2.4.	Setores Primário, Secundário e Terciário	176
4.2.4.1.	Setor Primário	177
4.2.4.1.1.	Agricultura	177
4.2.4.1.2.	Silvicultura	179
4.2.4.2.	Setor Secundário.....	179
4.2.4.3.	Setor Terciário.....	181
4.3.	Caracterização dos Equipamentos Coletivos	182
4.3.1.	Caracterização dos Equipamentos de Educação	182
4.3.1.1.	População Escolar do município de Oliveira do Hospital	184
4.3.1.1.1.	Evolução da População Escolar do município de Oliveira do Hospital... ..	186
4.3.1.1.2.	Projeção da população escolar para o município de Oliveira do Hospital	187



4.3.1.1.3.	População Escolar do 1º CEB por Agrupamento	189
4.3.1.1.4.	População Escolar dos 2º e 3º CEB por Agrupamento	190
4.3.1.1.5.	População Escolar do Ensino Secundário	191
4.3.1.2.	Ensino Superior Politécnico	191
4.3.1.3.	Formação para o mercado de trabalho	192
4.3.1.4.	Formação Especial	194
4.3.2.	Caracterização dos Equipamentos de Saúde	195
4.3.2.1.	Cuidados de Saúde Primários	196
4.3.2.2.	Cuidados de Saúde Diferenciados	200
4.3.3.	Caracterização dos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	202
4.3.4.	Caracterização dos Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer	206
4.3.5.	Caracterização dos Equipamentos Desportivos	207
4.3.5.1.	Equipamentos Desportivos	209
4.3.5.2.	Clubes, Grupos e Associações	210
4.3.6.	Caracterização de Outros Equipamentos	213
4.4.	Caracterização das Redes e Infraestruturas	215
4.4.1.	Caracterização da Rede Rodoviária	215
4.4.1.1.	Hierarquia da Rede Rodoviária	216
4.4.1.1.1.	Vias Nacionais	217
4.4.1.1.2.	Vias intermunicipais ou distribuidoras principais	218
4.4.1.1.3.	Vias Municipais ou Distribuidoras Secundárias	221
4.4.1.1.4.	Vias urbanas	224
4.4.2.	Caracterização do Sistema de Transportes Coletivos e Rodoviários	225
4.4.2.1.	Rede Internacional de Expressos	227
4.4.2.2.	Rede Nacional de Expressos	228
4.4.2.3.	Rede de Transportes Intermunicipais	229
4.4.2.4.	Rede de Transportes Municipais	231
4.4.2.5.	Rede de Transportes Escolares	233
4.4.2.6.	Rede de Táxis	233
4.4.3.	Caracterização do Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica	234
4.4.4.	Caracterização do Sistema de Iluminação Pública	235
4.4.5.	Caracterização do Sistema de Telecomunicações	235
4.4.6.	Caracterização do Sistema de Abastecimento de Água	236
4.4.6.1.	Captações de água	238
4.4.7.	Caracterização do Sistema de Esgoto das Aguas Residuais	239
4.4.8.	Caracterização da Rede de distribuição de combustíveis	242
4.4.9.	Caracterização da Rede de recolha de resíduos sólidos	242
4.4.9.1.	Cobertura da rede de recolha de RSU	243
4.4.9.2.	Cobertura e quantificação da recolha seletiva dos resíduos	244
4.4.9.3.	Incremento do número de equipamentos colocados à disposição da população	244
4.5.	Caracterização das Finanças Locais	245
4.6.	Caracterização da Habitação	247
4.6.1.	Parque habitacional	247
4.6.1.1.	Caracterização dos edifícios	252
4.6.1.1.1.	Edifícios segundo o tipo de edifício, utilização do edifício e número de alojamentos	252
4.6.1.1.2.	Número de pisos	254
4.6.1.1.3.	Época de Construção dos Edifícios	255
4.6.1.1.4.	Materiais utilizados	257



4.6.1.2.	Caracterização dos Alojamentos	258
4.6.1.2.1.	Tipo de alojamento e forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos	258
4.6.1.2.2.	Regime de propriedade	261
4.6.1.2.3.	Dimensão dos alojamentos familiares clássicos	261
4.6.1.2.4.	Instalações Existentes	262
4.6.1.	Produção de habitação.....	264
4.6.1.	Habitação Social	266
4.7.	Caracterização do Património Natural e Cultural	268
4.7.1.	Valores Naturais.....	268
4.7.2.	Valores Arqueológicos.....	268
4.7.3.	Valores Urbanísticos	269
4.7.4.	Valores Arquitetónicos.....	269
4.7.5.	Valores Móveis.....	270
4.7.6.	Valores Artísticos	270
4.7.7.	Valores Etnográficos	271
4.7.8.	Valores Linguísticos	271
4.7.9.	Classificação dos Valores Culturais, Património Arquitetónico e Artístico:	272
4.8.	Rede urbana	274
4.8.1.	Dimensão dos lugares e escalonamento urbano	276
4.8.1.1.	Dimensão dos lugares em 2001	276
4.8.1.2.	Escalonamento Urbano	277
4.8.2.	Funções Centrais	280
4.8.2.1.	Funções Centrais Públicas.....	281
4.8.2.2.	Funções Centrais Privadas.....	282
4.8.2.3.	Funções Centrais Públicas e Privadas	286
4.8.3.	Análise comparativa da hierarquia dos lugares a partir dos 3 critérios	288
4.8.4.	Hierarquia urbana atualmente existente	289

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1- Freguesias e respetivas áreas do município de Oliveira do Hospital.....	59
Quadro 2 – Classificação das Praias Fluviais do município de Oliveira do Hospital....	71
Quadro 3 – Dados das duas estações de monitorização da qualidade da água subterrânea.....	72
Quadro 4- Qualidade da água subterrânea.....	72
Quadro 5- Distribuição dos espaços florestais no município de Oliveira do Hospital... ..	77
Quadro 6 – Número total de Explorações Agrícolas, Área total, SAU, área média de Exploração Agrícola e área média de SAU no município de Oliveira do Hospital	80
Quadro 7 – Número total de Explorações Agrícolas, Área total, SAU, área média de Exploração Agrícola e área média de SAU no município de Oliveira do Hospital por freguesia	81
Quadro 8 – Verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C: Média da área das explorações agrícolas do município de Oliveira do Hospital e Média da área das explorações agrícolas por freguesia e Área mínima de parcela permitida	82
Quadro 9 – Utilização das terras agrícolas do município de Oliveira do Hospital em 1979, 1989 e 1999 por SAU.....	83
Quadro 10 – Explorações segundo a Condição pela qual é Recenseada a Exploração	84



Quadro 11 – Explorações segundo a OTE e a Dimensão Económica	85
Quadro 12 – Utilização das terras, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital	87
Quadro 13 – Principais culturas permanentes do município de Oliveira do Hospital ...	88
Quadro 14 – Produção de vinho expressa em mosto em 2000 (hl).....	88
Quadro 15 – Principais culturas temporárias do município de Oliveira do Hospital	90
Quadro 16 – Efetivo Animal com número de explorações e número de efetivos, por freguesia, do município de Oliveira do Hospital.....	91
Quadro 17 – Evolução do efetivo animal com número de explorações, número de efetivos e fêmeas reprodutoras, no município de Oliveira do Hospital.....	92
Quadro 18 - Linhas de água classificadas	107
Quadro 19 - Linhas de água não classificadas com a tipologia zonas ameaçadas pelas cheias associada:.....	107
Quadro 20 - Quantificação da REN por tipologia	110
Quadro 21 - Síntese das áreas a excluir por tipologia na 8ª CTA.....	112
Quadro 22 - Síntese das áreas a excluir por tipologia a propor para a CNREN	112
Quadro 22 – Ocupação do solo florestal do município	113
Quadro 23- Funções e subfunções a ‘implementar’ e incrementar no município de Oliveira do Hospital, por sub-região homogénea.....	121
Quadro 24 – Espécies florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar no município de Oliveira do Hospital, por sub-região homogénea..	122
Quadro 25 - <i>Habitats</i> naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 que pertencem ao Sítio do Carregal do Sal.....	129
Quadro 26 - Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro que pertencem ao Sítio do Carregal do Sal	130
Quadro 27 - Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro	130
Quadro 28 - Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro.....	130
Quadro 29 - Principais usos e ocupação do território do Sítio do Carregal do Sal no município de Oliveira do Hospital, com respetivas percentagens	131
Quadro 30 – Hierarquização dos riscos no município de Oliveira do Hospital quanto ao período de retorno e classe de dano	147
Quadro 31 – Análise da vulnerabilidade do município de Oliveira do Hospital (fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	149
Quadro 32 – Análise da vulnerabilidade a terremotos no município de Oliveira do Hospital.....	150
Quadro 33 – Análise da vulnerabilidade a inundações e cheias no município de Oliveira do Hospital	151
Quadro 34 – Análise da vulnerabilidade a deslizamentos de terras no município de Oliveira do Hospital	152
Quadro 35 – Análise da vulnerabilidade a nevões no município de Oliveira do Hospital	153
Quadro 36 – Análise da vulnerabilidade a acidentes industriais no município de Oliveira do Hospital.....	153
Quadro 37 - População residente por freguesias nos Censos de 1991, 2001 e 2011, variação da população entre 1991 e 2001 e entre 2001 e 2011, densidade populacional em 1991, 2001 e 2011 por freguesias (resultados provisórios de 2011).....	158



Quadro 38 - População residente por grupos etários, índices de envelhecimento e de juventude, índices de dependência de idosos e de jovens, no município de Oliveira do Hospital para os anos de 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 (resultados provisórios de 2011).....	161
Quadro 39 - Taxa de natalidade e taxa de mortalidade no município de Oliveira do Hospital, entre 1998 e 2008	162
Quadro 40 – Evolução da população de 1950 a 2011 e projeção para 2016 e 2021 no município de Oliveira do Hospital (resultados provisórios de 2011).....	164
Quadro 41 – Evolução da população residente por freguesias de 1970 a 2011 e projeção de 2021 no município de Oliveira do Hospital (resultados provisórios de 2011).....	165
Quadro 42 – Evolução da população residente, por lugares, de 1970 a 2011 (dados definitivos dos Censos 2011) e projeção de 2021 por freguesia, no município de Oliveira do Hospital	165
Quadro 43 – Lugares em mais do que uma freguesia, evolução da população residente, de 1970 a 2011(dados definitivos dos Censos 2011) e projeções de 2021 por freguesia, no município de Oliveira do Hospital.....	168
Quadro 44 – População empregada por setor de atividade económica, população desempregada, taxa de desemprego, população ativa e taxa de atividade no município de Oliveira do Hospital desde 1970 a 2011 (resultados definitivos de 2011).....	170
Quadro 45 – População Residente Ativa e Empregada segundo Grupo de Profissões C.N.P. 1994 no município de Oliveira do Hospital em 1991 e 2001	171
Quadro 46 – Evolução do Indicador do Poder de Compra <i>per Capita</i> no município de Oliveira do Hospital, sub-Região Pinhal Interior Norte, Região Centro e Continente entre 2002 e 2007	172
Quadro 47 – Indicadores de empresas no município de Oliveira do Hospital em 2009	173
Quadro 48 – Empresas e Sociedades com sede no município de Oliveira do Hospital, volume de negócios e pessoal ao serviço das empresas com sede no município de Oliveira do Hospital, em 2009, segundo a CAE-Rev.3	174
Quadro 49 – Empresas e Sociedades com sede no município de Oliveira do Hospital, volume de negócios e pessoal ao serviço das empresas com sede no município de Oliveira do Hospital, em 2009, por setor de atividade, segundo a CAE-Rev.3	174
Quadro 50 – Produtor agrícola singular segundo as classes de idade	177
Quadro 51 – Explorações e SAU segundo a Origem do Rendimento do Agregado Doméstico do Produtor	178
Quadro 52 – Indústrias Transformadoras com sede no município de Oliveira do Hospital em 2009, segundo a CAE-Rev.3	180
Quadro 53 – Número de estabelecimentos de educação/ensino segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional no município de Oliveira do Hospital no ano letivo de 2009/2010	183
Quadro 54 – Situação em 2012 da Rede Educativa e população escolar no município de Oliveira do Hospital	185
Quadro 55 – Alunos inscritos e docentes na ESTGOH, no ano letivo de 2010/2011	191
Quadro 56 – Caracterização farmácias e postos farmacêutico móveis no município de Oliveira do Hospital em 2009	195
Quadro 57 – Caracterização do Centro de Saúde e extensões do município de Oliveira do Hospital em 2009	196



Quadro 58 – Consultas médicas segundo especialidade no Centro de Saúde e extensões do município de Oliveira do Hospital em 2009	197
Quadro 59 – Consultas específicas e respetivos horários prestadas no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital	198
Quadro 60 – Consultas de especialidade disponíveis e respetivos horários, prestadas no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.....	198
Quadro 61 – Meios de diagnóstico disponíveis e respetivos horários, prestados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital	199
Quadro 62 – Meios de diagnóstico disponíveis e respetivos horários, prestados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital	199
Quadro 63 – Promoção da Saúde e respetivos horários, prestados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital	199
Quadro 64 – Caracterização das Extensões de saúde do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital em 2012	200
Quadro 65 – Equipamentos Desportivos, Clubes, Grupos e Associações, por lugar, no município de Oliveira do Hospital em 2012	211
Quadro 66 – Instalações Desportivas Artificiais no município de Oliveira do Hospital em 2012.....	212
Quadro 67 – Vias intermunicipais distribuidoras principais propostas - Propostas de Variantes às Vias Intermunicipais e respetivas ligações aos nós dos IC previstos.	220
Quadro 68 - Estradas Municipais que servem o município de Oliveira do Hospital ...	222
Quadro 69 - Caminhos Municipais no município de Oliveira do Hospital.....	222
Quadro 70 – Vias Municipais Propostas	223
Quadro 71 – Vias Urbanas Propostas.....	224
Quadro 72 – Carreiras Expressos Internacionais.....	227
Quadro 73 – Carreiras Expresso	229
Quadro 74 – Carreiras Intermunicipais	230
Quadro 75 – Carreiras Intermunicipais que não passam pela cidade de Oliveira do Hospital.....	231
Quadro 76 – Carreiras Municipais.....	232
Quadro 77 – Carreiras municipais que não passam pela cidade de Oliveira do Hospital	232
Quadro 78 – Distribuição dos táxis por freguesia.....	234
Quadro 79 – Abastecimento de água no município pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e pela empresa Águas do Zêzere e Côa	237
Quadro 80 - Dados de 2011 das Captações de Água no município	238
Quadro 81 - Dados de 2011 das Instalações de Tratamento de Água no município .	238
Quadro 82 - Dados de 2007 das Instalações de Tratamento de Águas Residuais no município	240
Quadro 83 – Evolução da Produção Anual de RSU no município.	243
Quadro 84 – Evolução da Produção Anual de Recicláveis (em ton) no município. ...	244
Quadro 85 – Equipamentos disponibilizados à população.	245
Quadro 86 – População Residente, Famílias, Núcleos Familiares, Alojamentos e Edifícios, no município de Oliveira do Hospital em 2001 e 2011	247
Quadro 87 – População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e edifícios, por freguesia e índices no município de Oliveira do Hospital, entre 1991 e 2011	248



Quadro 88 – População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	250
Quadro 89 – Caracterização dos edifícios por número de alojamentos, utilização e tipo de edifício, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	253
Quadro 90 – Número de pisos dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	254
Quadro 91 – Época de construção dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital até 2011	256
Quadro 92 – Materiais utilizados na estrutura dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	257
Quadro 93 – Alojamentos segundo o tipo de alojamento e a forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	259
Quadro 94 – Regime de propriedade dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	261
Quadro 95 – Dimensão e número de divisões dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	262
Quadro 96 – Existência de infraestruturas e lugares de estacionamento dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	263
Quadro 97 – Indicadores da construção e da habitação no município de Oliveira do Hospital em 2010	264
Quadro 98 – Edifícios licenciados para construção segundo o tipo de obra no município de Oliveira do Hospital em 2010	265
Quadro 99 – Fogos licenciados em novas construções para habitação familiar segundo entidade promotora e tipologia, no município de Oliveira do Hospital em 2010	265
Quadro 100 – Edifícios concluídos segundo tipo de obra, no município de Oliveira do Hospital em 2010	265
Quadro 101 – Fogos concluídos em novas construções para habitação familiar segundo entidade promotora e tipologia, no município de Oliveira do Hospital em 2010	266
Quadro 102 – Habitação social no município de Oliveira do Hospital em 31/12/2009	267
Quadro 103 – Distribuição dos lugares por classes do número de habitantes em 2001 no município de Oliveira do Hospital	276
Quadro 104 – Ordem dos lugares segundo o número de habitantes, evolução de 1981 a 2001 no município de Oliveira do Hospital	277
Quadro 105 – Hierarquia dos lugares, a partir das unidades funcionais públicas no ano de 2002 no município de Oliveira do Hospital	282
Quadro 106 – Hierarquia dos lugares, a partir das unidades funcionais privadas no ano de 2002 no município de Oliveira do Hospital	285
Quadro 107 – Hierarquia dos lugares, a partir das unidades funcionais públicas e privadas no ano de 2002 no município de Oliveira do Hospital	287
Quadro 108 – População residente e funções centrais públicas e privadas por lugar. Número de unidades funcionais e ordem hierárquica dos lugares, no ano de 2002	288
Quadro 109 – Rede Urbana – classificação hierárquica atual dos lugares	290

**ÍNDICE DE FIGURAS:**

Figura 1 – Enquadramento do município de Oliveira do Hospital.....	60
Figura 2 – Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos em Oliveira do Hospital entre 1961 e 1990	62
Figura 3 – Valores mensais da temperatura média, média das mínimas e valores mínimos em Oliveira do Hospital entre 1961 e 1990	62
Figura 4 – Precipitação mensal e máxima diária no município de Oliveira do Hospital para o período compreendido entre 1961 e 1990.....	64
Figura 5 – Hipsometria e rede hidrográfica do município de Oliveira do Hospital.....	68
Figura 6 – Declives do município de Oliveira do Hospital.....	69
Figura 7 – Falhas e epicentros em Oliveira do Hospital e nos municípios vizinhos	73
Figura 8 – Isossistas de intensidades máximas, escala de Mercalli modificada de 1956	74
Figura 9 – Cartografia do Radão em Portugal Continental.....	75
Figura 10 – Uso /Ocupação do Solo do município de Oliveira do Hospital.....	78
Figura 11 – Verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C, freguesias com área mínima de parcela de 2 ha e freguesias com área mínima de parcela de 3,25 ha.....	83
Figura 12 – Utilização das terras, por número de exploração, no município de Oliveira do Hospital.....	86
Figura 13 – Utilização das terras, por área de exploração agrícola, no município de Oliveira do Hospital.....	86
Figura 14 – Área geográfica de produção do Queijo Serra da Estrela e Queijo Serra da Estrela Velho e Requeijão Serra da Estrela	95
Figura 15 – Área geográfica de produção da Maçã Bravo Esmolfe.....	98
Figura 16 – Área geográfica de produção da Maçã da Beira Alta	100
Figura 17 – RAN no município de Oliveira do Hospital.....	104
Figura 18 – REN no município de Oliveira do Hospital.....	111
Figura 19 - Mapa síntese do PROF-PIN	117
Figura 20 - Espaço florestal total no município de Oliveira do Hospital	119
Figura 21 - Floresta de produção (verde), matos e pastagens (branco) e espaços restantes (amarelo) no município de Oliveira do Hospital.....	120
Figura 22 - Sub-regiões homogéneas no município de Oliveira do Hospital	121
Figura 23 – População residente 2011 na sub-região do Pinhal Interior Norte.....	155
Figura 24 – Variação Populacional da População residente 2001-2011 na sub-região do Pinhal Interior Norte	156
Figura 25 – Evolução da população residente nos agrupamentos de freguesias de Oliveira do Hospital de 1970 a 2011 e projeções para 2021 (resultados provisórios de 2011).....	157
Figura 26 – Evolução da população residente de 1970 a 2011 por freguesias de Oliveira do Hospital (resultados provisórios de 2011).....	159
Figura 27 – Variação da população por freguesia entre 2001 e 2011 (resultados provisórios de 2011).....	160
Figura 28 – Evolução dos grupos etários, no município de Oliveira do Hospital dos anos de 1991, 2001 e 2011 (resultados provisórios de 2011)	162
Figura 29 – Distribuição por nível de ensino da População no município de Oliveira do Hospital em 2011 (resultados provisórios de 2011).....	163
Figura 30 – Evolução da população residente, no município de Oliveira do Hospital dos anos 1950 a 2011 e projeção para 2016 e 2021 (resultados provisórios de 2011)	164



Figura 31 – População desempregada e taxa de desemprego em 1991, 2001 e 2011, no município de Oliveira do Hospital.....	170
Figura 32 – Empresas com sede no município de Oliveira do Hospital em 2009, segundo a CAE-Rev.3	175
Figura 33 – Pessoal ao serviço nas empresas com sede no município de Oliveira do Hospital em 2009, segundo a CAE-Rev.3	175
Figura 34 – Distribuição da população empregada pelos setores de atividade económica, de 1970 a 2011, no município de Oliveira do Hospital.....	176
Figura 35 – Evolução da população escolar do 1º CEB nos anos letivos de 2003/2004 a 2011/2012 no município de Oliveira do Hospital.....	186
Figura 36 – Evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB nos anos letivos de 2003/2004 a 2011/2012 no município de Oliveira do Hospital.....	187
Figura 37 – Evolução da população escolar do ensino secundário nos anos letivos de 2003/2004 a 2011/2012 no município de Oliveira do Hospital.....	187
Figura 38 – Projeção da população escolar do 1º CEB até ao ano letivo de 2015/2016 no município de Oliveira do Hospital	188
Figura 39 – Projeção da população escolar dos 2º e 3º CEB até ao ano letivo de 2019/2020 no município de Oliveira do Hospital	188
Figura 40 – Projeção da população escolar do ensino secundário até ao ano letivo de 2024/2025 no município de Oliveira do Hospital	188
Figura 41 – Evolução da população escolar do 1º CEB, por agrupamento nos anos letivos de 2001/2002 a 2011/2012	189
Figura 42 – Evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB, por agrupamento	190
Figura 43 – Evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB, por agrupamento	191
Figura 44 – Respostas Sociais, por número de utentes e capacidade das instituições em 2012 no município de Oliveira do Hospital	204
Figura 45 – Relação do número de utentes e capacidade das instituições nas freguesias em 2012 no município de Oliveira do Hospital	205
Figura 46 – Distribuição da capacidade das Respostas Sociais nas freguesias, em 2012 no município de Oliveira do Hospital	205
Figura 47 - Subsistema de abastecimento de água em alta da Senhora do Desterro/ Captações da Serra	236
Figura 48 - Sistema de saneamento de Águas do Zêzere e Côa no município de Oliveira do Hospital.....	239
Figura 49 – Evolução da População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e Edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital entre 2001 e 2011	249
Figura 50 – População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e Edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	251
Figura 51 – Número de pisos dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011	255
Figura 52 – Época de construção dos edifícios no município de Oliveira do Hospital até 2011	257
Figura 53 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos por freguesia – residência habitual, residência secundária e vagos.....	260
Figura 54 – Escalonamento urbano no município de Oliveira do Hospital.....	280



RELATÓRIO

Parte I

Enquadramento e Diagnóstico

O Relatório do Plano sintetiza todo o processo de revisão do PDM de Oliveira do Hospital e encontra-se dividido em 2 partes: 'Parte I – Enquadramento e Diagnóstico' e 'Parte II – Proposta', com respetivos Anexos.

1. INTRODUÇÃO

O Capítulo 1 é constituído pela Introdução, pelo enquadramento da revisão do PDM, pela apresentação da equipa técnica que participou na elaboração da revisão do plano e pela descrição da cronologia dos principais trabalhos realizados desde o início da revisão até ao presente.

No Capítulo 2 é apresentado o Enquadramento Nacional e Regional, no qual se desenvolve o enquadramento territorial e o contexto administrativo do território do município de Oliveira do Hospital. Segue-se a apresentação de uma síntese dos instrumentos de gestão territorial com expressão no território concelhio, nomeadamente o PNPOT, o PENT, o PBHM, o PROF-PIN, o PROT-C e o PTDPIN, destacando-se as orientações a considerar no plano.

O Capítulo 3 apresenta a Caracterização Ambiental e Biofísica, subdividindo-se em cinco partes. A primeira parte contempla uma síntese da caracterização geral. A segunda parte descreve a caracterização física do território, nomeadamente, a caracterização climática (temperatura, precipitação, humidade relativa, vento), a orografia (hipsometria, declives, hidrografia), as zonas sismogénicas / microzonagem sísmica, a radioatividade natural, a geologia e o uso /ocupação do solo. A terceira parte apresenta a caracterização biofísica do



território desenvolvendo a caracterização do Espaço Agrícola, da Reserva Ecológica Municipal, da Floresta e da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – ERPVA. Sobre o Espaço Agrícola é apresentada a sua caracterização fundiária, a verificação do cumprimento da Norma TG10 do PROT-C, a caracterização do efetivo animal e da utilização das terras. Apresenta-se também a caracterização dos produtos regionais de qualidade (DOP e IGP). Faz-se ainda a apresentação da RAN e das áreas agrícolas complementares. Sobre a REN, descreve-se detalhadamente os sistemas biofísicos que a compõem bem como a síntese das propostas para exclusão da REN. No que toca à floresta, é feita uma caracterização deste espaço, seguindo-se do enquadramento do PROF-PIN e do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Quanto à ERPVA desenvolve-se a sua caracterização através da caracterização dos corredores ecológicos que a compõem, como também uma caracterização detalhada da Rede Natural 2000 – Sítio do Carregal do Sal. A quarta parte apresenta a caracterização dos recursos hídricos, através do enquadramento com o PBHM. A quinta parte apresenta a caracterização do risco subdividindo-se nos riscos de origem natural e riscos de origem humana.

O Capítulo 4, denominado Caracterização da Situação Existente, contém a síntese do diagnóstico da situação existente elaborado através dos Estudos de Caracterização. Apresenta-se a caracterização demográfica, contendo a evolução da população, as estruturas etárias, a qualificação da população e as projeções demográficas, com valores atualizados aos Censos de 2011 (resultados provisórios e resultados definitivos) sempre que possível. Segue-se a caracterização das atividades económicas, contendo a caracterização da população em idade ativa, a caracterização das empresas no município e a caracterização dos setores de atividade. Apresenta-se seguidamente a caracterização dos equipamentos de utilização coletiva: educação, saúde, solidariedade e segurança social, cultura, recreio e lazer, desportivos e outros equipamentos. Seguidamente desenvolve-se a caracterização das redes de infraestruturas: Rede rodoviária, rede ferroviária, sistema de transportes coletivos rodoviários, sistemas de abastecimento de energia elétrica, de iluminação pública, de telecomunicações, de abastecimento de água e de esgoto de águas residuais. Segue-se a caracterização das finanças locais, a caracterização da habitação, a caracterização do património cultural e natural e, finalmente, a rede urbana.



1.1. Enquadramento da Revisão do PDM

O Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 210/97, publicada no Diário da República nº 283/97, 1ª Série B, de 9 de dezembro.

A decisão, em reunião de câmara, da sua revisão deu-se a 19 de setembro de 2000, volvidos cerca de 3 anos após a sua entrada em vigor. A deliberação da revisão deu-se a 20 de março de 2001, também em Reunião de Câmara. A 6 de maio de 2002, entrou em funções a equipa local de revisão do Plano, após o período de Audição Prévia ao Público que decorreu entre novembro de 2001 e fevereiro de 2002.

O Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital em vigor foi enquadrado pelo Decreto-lei nº 69/90, de 2 de março, que disciplinava o regime jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, com as redações dadas pelos Decreto-lei nº 211/92, de 8 de outubro e Decreto-lei nº 155/97, de 24 de junho, publicadas durante a sua elaboração.

A 11 de Agosto de 1998 entrou em vigor a Lei nº 48/98, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, tendo sido alterada em 2007, em plena revisão do PDM de Oliveira do Hospital, pela Lei nº 54/2007, de 31 de agosto. A revisão do PDM iniciou-se sob a vigência daquela lei.

O Decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, veio revogar o Decreto-lei nº 69/90, de 2 de Março e foi sob a vigência deste que se deu o início dos trabalhos de Revisão do Plano.

Durante o processo de revisão do PDM, o Decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro foi alterado sucessivas vezes. A primeira alteração foi pelo Decreto-Lei n.º 53/2000 de 7 de Abril e a última, a sétima alteração, pelo Decreto-lei nº 181/2009, de 7 de Agosto.

A Comissão Técnica de Acompanhamento foi acordada a 06 de Fevereiro de 2002, em reunião nas instalações da DGOTDU e publicada no Diário da República, II Série, de 1 de Abril de 2002, através do Despacho nº 6738/2002 (2ª Série), constituída pelas seguintes entidades:

- Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro;
- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;



- Direção Regional da Agricultura da Beira Litoral;
- Direção Geral das Florestas;
- Direção Regional Centro do Ministério da Economia;
- Instituto de Estradas de Portugal;
- Instituto Português do Património Arquitectónico.

O Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro veio alterar, pela segunda vez, o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

A Portaria n.º 290/2003 de 5 de Abril veio definir a composição, competências e funcionamento da Comissão Mista de Coordenação, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 27 de Setembro. Esta portaria veio a ser revogada pela Portaria n.º 1474/2007 de 16 de Novembro.

A Portaria n.º 138/2005 de 2 de Fevereiro veio fixar os demais elementos que devem acompanhar os planos municipais de ordenamento do território.

A Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Lei da Água, fez a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

A Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, fez a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, impondo a transição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território.

O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro procedeu à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, sendo retificado pela Declaração de Retificação n.º 104/2007 de 6 de Novembro.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho veio estabelecer o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio. Este Decreto-lei determinou a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM.

A Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro veio regular a constituição, a composição e o funcionamento da Comissão de Acompanhamento da elaboração e da revisão do Plano Diretor



Municipal, revogando, como se viu, a Portaria n.º 290/2003, de 5 de Abril. Foi retificada pela Portaria n.º 1-C/2008 de 15 de Janeiro.

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro foi alterado pela sexta vez pelo Decreto-lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Os Decretos Regulamentares n.º 9/2009, n.º 10/2009 e n.º 11/2009 de 29 de Maio vieram definir os conceitos técnicos do ordenamento do território, a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial e os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, respetivamente.

Os Decretos Regulamentares n.º 9/2009 e n.º 10/2009, de 29 de Maio, foram retificados pelas Declarações de Retificação n.º 53/2009 e n.º 54/2009, de 28 de Julho, respetivamente.

Em suma, verifica-se que, no decurso da Revisão do Plano, se revogaram, alteraram e retificaram leis, decretos e portarias, originando sucessivas alterações aos procedimentos e trabalhos de revisão do plano.

1.2. Equipa Técnica de elaboração da Revisão do PDM de Oliveira do Hospital

A Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital realizou-se através de um Protocolo Geral de Colaboração com a Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Regionais e Urbanos (IERU), tendo em vista a consultadoria técnica e científica na revisão dos trabalhos e a constituição de uma equipa local permanente na Câmara Municipal.

Todos os trabalhos de revisão foram dirigidos e coordenados pelo IERU, representado pelo Coordenador da Revisão do Plano. A Equipa Local desenvolveu grande parte dos trabalhos sob orientação do Coordenador da Revisão do Plano. A equipa multidisciplinar pertencente ao IERU realizou e desenvolveu trabalhos pontuais e de natureza específica, destacando-se trabalhos realizados no âmbito dos Estudos de Caracterização.

Foram realizadas colaborações ao longo do processo de revisão do plano com outros técnicos, internos e externos à câmara municipal, enquadradas em áreas de trabalho específicas, alguns



deles com uma especificidade técnica muito exigente, como é exemplo, a elaboração do Mapa de Ruído e os estudos da Avaliação Ambiental Estratégica.

A equipa técnica foi a seguinte:

Coordenador da revisão do PDM, (IERU):

Professor Doutor Lusitano dos Santos, Urbanista

Equipa técnica local permanente:

Alexandra Maria da Silva Simões Henriques, Arquiteta

Maria da Graça Chaves Freitas Cardoso, Engenheira civil

Equipa técnica do IERU:

Carlos José Pedrosa Veiga, Arquiteto, mestre em Engenharia Urbana

Carlos dos Santos Costa, Engenheiro Civil, mestre em Engenharia Urbana

António Carlos Baptista Martinho, Engenheiro Civil, mestre em Engenharia Urbana

Colaborações internas

Fernando António Prata Durães, Engenheiro civil

Carlos Simões Leitão, Arquiteto

Diogo Duarte, Desenhador CAD

Ana Esteves, Economista

José Carlos Santos Silva, Engenheiro Florestal

Rui Pereira Aguiam, Desenhador CAD

Colaborações externas

IT-GEO, Edinfor - elaboração da Cartografia planimétrica e altimétrica, às Escalas 1/2000 e 1/5000, em formato digital e ortofotomapas.

Departamento das Ciências da Terra da Universidade de Coimbra - elaboração do Mapa de Risco de Radão para as áreas urbanas do município de Oliveira do Hospital.



Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial – ADAI - Elaboração do Mapa de Ruído.

Grupo Sinergiae Ambiente, Lda - Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica.

1.3. Cronologia e Historial da Revisão do PDM

O Processo de Revisão do Plano iniciou-se com a decisão da Revisão do Plano a 19 de Setembro de 2000, em Reunião de Câmara, registado na respetiva ata. O seu início foi aprovado em 20 de Março de 2001, também registado em Ata da Reunião de Câmara.

Durante os meses de Novembro e Dezembro de 2001, Janeiro e Fevereiro de 2002 realizou-se a Audição Prévia ao Público. Deste Processo de Audição Prévia consta e respetivo relatório de análise e ponderação cuja síntese se apresenta na Parte II – Proposta do Relatório do Plano.

A equipa local de Revisão do Plano iniciou os trabalhos de Revisão a 6 de Maio de 2002, sob orientação do Professor Doutor Lusitano dos Santos, na qualidade de Coordenador do IERU e a Primeira Reunião de Comissão Técnica de Acompanhamento realizou-se a 5 de Fevereiro de 2003 nas Instalações da CCDR-C.

A síntese que se segue encontra-se organizada cronologicamente, tendo como referência as Reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital e as principais reuniões de trabalho setoriais realizadas no âmbito do processo de revisão do plano.

Ano de 2000

1) 19 de Setembro CMOH - Decisão da Revisão do PDM

Em Reunião de Câmara decidiu-se proceder à Revisão do PDM.

Ano de 2001

2) 6 de Fevereiro CMOH - Deliberação do início da Revisão do PDM



Em Reunião de Câmara deliberou-se proceder à Revisão do PDM.

3) 20 de Março CMOH - Deliberação do início da Revisão do PDM

Em Reunião de Câmara, deliberou-se proceder ao início dos trabalhos de Revisão do PDM.

Anos de 2001 / 2002

4) 16 de Outubro de 2001 a 17 de Fevereiro de 2002 Processo de Audição

Realizou-se o Processo de Audição ao Público nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2001 e Janeiro e Fevereiro de 2002.

Ano de 2002

5) 06 de Fevereiro DGOTDU - Reunião

Reunião nas instalações da DGOTDU a fim de ser abordado o processo de revisão do PDM apresentado pela Câmara. Foi acordada a composição da Comissão Técnica de Acompanhamento:

6) 01 de Abril CTA - Publicação da Composição

Foi publicada em Diário da República, II Série, de 1 de Abril de 2002, a composição da Comissão Técnica de Acompanhamento, através do Despacho nº 6738/2002, com os seguintes elementos:

- Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro;
- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;
- Direção Regional da Agricultura da Beira Litoral;
- Direção Geral das Florestas;
- Direção Regional Centro do Ministério da Economia;
- Instituto de Estradas de Portugal;
- Instituto Português do Património Arquitectónico.

7) 06 de Maio Equipa do Plano

Início dos trabalhos pela Equipa de Revisão do PDM.

**8) Maio a Dezembro Equipa do Plano**

A equipa do plano percorreu o município para um reconhecimento geral da realidade existente, recolheu dados para a elaboração dos Estudos de Caracterização que incluíram, para além das idas ao terreno, a solicitação de informação às diferentes entidades, nomeadamente Juntas de Freguesia, elementos integrantes da CTA e outras.

Fez a demarcação dos perímetros urbanos do PDM em vigor, da RAN e REN em papel. Elaborou também um processo para cada lugar contendo as folhas específicas de análise de cada tema: RAN, REN, Perímetros Urbanos, Equipamentos Coletivos, Rede Viária e Sugestões do Processo de Audição.

Iniciou também os relatórios referentes aos Estudos de Caracterização.

Elaborou ainda o estudo das várias propostas de alternativas aos traçados dos IC6 e IC7 na área do município.

Ano de 2003**9) 08 de Janeiro Traçados dos IC6 e IC7 - Reunião com IEP**

Reunião realizada nas instalações da Câmara com representantes do IEP, Eng.º Pedro Menezes e Eng.ª Ana Tomás, para apresentação e discussão das alternativas ao traçado do IC6 no município de Oliveira do Hospital, designadas por IC7 – Variante de Oliveira do Hospital, propostas A, B e C, elaboradas pela equipa do Plano.

10) 05 de Fevereiro CTA - 1ª reunião

Esta reunião foi realizada nas instalações da CCDD-C com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apresentação da Equipa e da CTA;
- Esclarecimentos sobre o processo de revisão do PDM;
- Fornecimento à equipa do PDM de um conjunto de orientações por parte de cada entidade.

11) 11 de Fevereiro Cartografia Digital

Foi feito o contrato de licenciamento para a aquisição do produto informático denominado SIG-OH e cartografia digital à Escala 1/5000 e 1/2000 para o município com a Edinfor, Sistemas Informáticos, S.A.

12) 17 a 28 de Março Cartografia Digital



A Equipa do Plano frequentou a ação de formação de SIG – SmallWorld Gis e SmallWorld Web, da IT-Geo, de 80 horas, dado pela Edinfor – LogicaCMG, Grupo EDP, nas instalações desta Câmara.

13) 04 de Abril Cartografia Digital

A Câmara recebeu da empresa adjudicatária a primeira versão da Cartografia em base de dados SmallWorld. Esta primeira versão sofreu sucessivos acertos e correções até ser validada.

14) 16 de Julho Mapa de Ruído

O gabinete de revisão do PDM propõe à Câmara a elaboração do Mapa de Ruído de acordo com o Decreto-lei nº 292/2000, de 14 de Novembro e o Despacho nº 10 856/2003, de 31 de Maio de 2003 através da candidatura a financiamento de 50% pelo Instituto do Ambiente, de acordo com o Decreto-lei nº 259/2002, de 23 de Novembro.

15) 16 de Outubro Cartografia Digital

A Câmara adquiriu ortofotomapas à Escala 1/2000 e 1/5000 da totalidade do município À empresa IT-GEO.

16) 18 de Novembro REN - Redelimitação da REN - envio de cartografia

A pedido da CCDR-C foi enviada a cartografia digital do município, à escala 1/5000, em formato DWG, para a delimitação da REN.

17) 20 de Novembro Cartografia Digital

A Câmara recebeu da empresa adjudicatária a primeira versão dos ortofotomapas.

18) 25 de Novembro Reunião com Executivo

Foram apresentados ao Executivo os Estudos de Caracterização elaborados até ao momento, uma proposta de Planta de 'Zonamento' e estratégia de intervenção na cidade, incluindo a delimitação dos perímetros urbanos, a qualificação do solo contendo áreas urbanas, consolidadas, áreas urbanizáveis, áreas para equipamentos e espaços verdes; o traçado do sistema viário, contendo variantes à cidade, perfis transversais tipo, etc.

**19) 15 de Dezembro Mapa de Ruído**

Adjudicação da Elaboração do Mapa de Ruído à ADAI – Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial.

Ano de 2004**20) 13 de Janeiro Mapa de Risco de Radão – Reunião com o Departamento das Ciências da Terra da Universidade de Coimbra**

Realizou-se, nas instalações da Câmara, uma reunião com o Departamento das Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, com o objetivo de apresentar a situação do radão no município e uma proposta de elaboração de Mapa de Risco de Radão.

21) 10 de Fevereiro Mapa de Ruído – Reunião com a ADAI

Realizou-se, nas instalações da Câmara, uma Reunião com a ADAI com o objetivo de serem definidos os procedimentos e documentação a fornecer para a elaboração do mapa de ruído.

22) 18 de Fevereiro REN - pedido de dados pela CCDR-C

Foram solicitados pela CCDR-C os limites das Áreas Ameaçadas pelas Cheias a partir de trabalhos de campo e do conhecimento histórico da câmara e juntas de freguesia.

Foram solicitados também os traçados dos perímetros urbanos e das áreas industriais do PDM em vigor.

23) 20 de Fevereiro Mapa de Ruído – Envio de documentos para a ADAI

Foram enviados para a ADAI os seguintes documentos para a elaboração do Mapa de Ruído:

- Cartografia digital, formato DWG;
- Ficheiros contendo a localização dos equipamentos, indústrias e sistema rodoviário;
- Plantas de sinalização do circuito rodoviário principal da cidade;
- Listagem de vias com maior incidência de tráfego.

24) 26 de Fevereiro REN - pedido de dados pela CCDR-C



A pedido da CCDR-C, foram enviados os limites dos perímetros urbanos, áreas industriais e espaços de recreio e lazer, previstos no PDM em vigor, em formato digital, ficheiro DWG.

25) 27 de Fevereiro Mapa de Risco de Radão

A Câmara solicitou ao Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra o envio de uma proposta para a elaboração do Mapa de Risco de Radão bem como os procedimentos e documentação a fornecer.

26) 1 a 4 de Março REN - Redelimitação das áreas ameaçadas pelas cheias

De 1 a 4 de Março solicitou-se a todos os Presidentes de Junta de Freguesia a sua comparência na Câmara com o objetivo de delimitarem as áreas que sofreram cheias, provocadas por rios ou ribeiras nas suas freguesias.

27) 11 de Março REN - Redelimitação

Reenviou-se para a CCDR-C ficheiros em formato DWG, georreferenciados, com os perímetros urbanos, áreas de recreio e lazer, espaços industriais e espaços de indústria extrativa, existentes no PDM em vigor.

28) 25 de Março Mapa de Risco de Radão

O Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra enviou a proposta para a elaboração do Mapa de Risco de Radão para as áreas urbanas do município.

29) 07 de Abril Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal

Solicitou-se ao ICN todos os dados acerca das áreas do município que se encontram na Rede Natura 2000, em formato digital e, se possível georreferenciado para considerar nos estudos da revisão do PDM.

30) 14 de Abril Mapa de Risco de Radão

A Câmara deliberou aprovar a elaboração do Mapa de Risco de Radão para as áreas urbanas do município conforme proposta do Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra.

**31) 05 de Julho Mapa de Risco de Radão**

Após aprovação da proposta com vista a elaboração do Mapa de Risco de Radão, o Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra solicita o envio em suporte digital de informação cartográfica relativa às áreas urbanas que integram o município.

32) 17 de Agosto REN - Redelimitação

Enviou-se para a CCDR-C um ficheiro em formato DWG contendo a delimitação das Áreas Ameaçadas pelas Cheias, efetuadas a partir de informações fornecidas pelos Presidentes de Juntas de Freguesia.

33) 27 de Setembro REN - Entrega da 1ª versão pela CCDR-C

Foi entregue pela CCDR-C a primeira versão da nova redelimitação da REN – Revisão das Cartas de REN.

Nova versão digitalizada e revista com a delimitação dos sistemas biofísicos constituintes da REN para posterior desenvolvimento dos trabalhos de revisão do PDM.

34) 021 de Outubro Mapa do Ruído

Recebeu-se da ADAI a primeira versão do Mapa de Ruído contendo Relatório e Peças desenhadas.

35) 13 de Outubro Cartografia Digital

Foi adjudicado à IT-GEO o fornecimento da generalização da cartografia altimétrica 1/2000 para 1/5000.

36) 15 de Dezembro Mapa de risco de Radão

O Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra entregou o Mapa de Risco de Radão em formato digital e papel, bem como o respetivo relatório.

37) 27 de Dezembro Cartografia Digital

Foi entregue pela IT-GEO a versão final da cartografia vetorial com altimetria e planimetria para as escalas 1/2000 e 1/5000 do município de Oliveira do Hospital e também a altimetria



da escala 1/5000 generalizada a partir da escala 1/2000, em formato DWG e em base de dados SmallWorld.

38) 28 de Dezembro IC7 – Variante a OH - Propostas de Traçado

A Câmara solicita ao IEP informação sobre a situação das propostas dos traçados alternativos ao IC6 e IC7 no município de Oliveira do Hospital.

Ano de 2005

39) Janeiro Mapa de Ruído

A ADAI entrega a versão final do Mapa de Ruído contendo novas peças desenhadas e novo relatório.

40) 07 de Janeiro IC6 – Vendas de Galizes/Ponte das Três Entradas/Vide

Após solicitação da Câmara o IEP envia o Projeto Base do IC6 – Vendas de Galizes / Ponte das Três Entradas / Vide, informando que o Projeto de Execução se encontra suspenso.

41) 11 de Janeiro RAN – Envio da proposta de RAN à DRABL

A Câmara envia para a DRABL os seguintes documentos:

- Carta de RAN elaborada pela equipa do plano a partir de ortofotomapas à Esc. 1/10.000, através de transposição manual para a cartografia digital. Este documento destina-se à análise e validação por parte da DRABL.
- Planta de Ordenamento do PDM em vigor, em formato digital.
- Cartografia com altimetria e planimetria digital do município à escala 1/5000.
- Ortofotomapas digitais à escala 1/5000.

42) 11 de Fevereiro IC6 – Catraia dos Poços / Vendas de Galizes

O IEP comunica que se encontra concluído o processo de Avaliação de Impacte Ambiental, tendo sido emitida a Declaração de Impacte Ambiental que aprova o corredor Norte para o IC6.

Envia também, em formato digital, as peças desenhadas do traçado do IC6 – Catraia dos Poços / Vendas de Galizes.

**43) 11 de Março CMOH - Reunião com o Executivo**

Apresentação do ponto da situação dos trabalhos de revisão do PDM (através de 'PowerPoint');

Debate com os membros do Executivo dos seguintes aspetos:

- Ponto de Situação do PDM, documentos elaborados e em elaboração;
- Apresentação da 'Análise e Diagnóstico do Plano';
- Apresentação do 'Diagnóstico síntese';
- Apresentação da 'Proposta de Plano';
- Apresentação dos 'Objetivos do Plano';
- Apresentação da análise da Cidade e Proposta de zonamento;

44) 30 de Março CMOH - Reunião com o Executivo

Continuação da apresentação do 'Ponto de Situação dos Trabalhos de Revisão do PDM' e do debate com os membros do Executivo;

Foram entregues a todos os membros do Executivo, antecipadamente, os Estudos de Caracterização contendo Peças Escritas e Peças Desenhadas e outros trabalhos realizados.

45) 13 de Abril CMOH - Reunião de Câmara

Discussão dos Perímetros Urbanos.

46) 01 de Junho REN - Reunião Setorial

Reunião realizada nas instalações da CCDR-C para análise, discussão e retificação de sobreposições de manchas de REN com os perímetros urbanos propostos.

47) 08 de Junho ICNB – Rede Natura 2000

Reunião realizada nas instalações do Parque Natural da Serra da Estrela, em Gouveia, para a recolha e análise dos contributos de todas as autarquias abrangidas no âmbito da elaboração do Plano Setorial da Rede Natura 2000.

48) 14 de Junho RAN

A DRABL enviou a RAN retificada.

**49) 23 de Junho CTA - 2ª reunião**

Apresentação (em PowerPoint) dos trabalhos efetuados pela equipa da revisão do plano. Foram entregues todos os trabalhos realizados: Estudos de Caracterização; Proposta de Delimitação dos Perímetros Urbanos; primeira versão da Planta de Ordenamento e das Plantas de Condicionantes, Planta de Reclassificação do Solo e primeira versão das Propostas de Exclusão da REN.

Trabalhos Efetuados na Reunião:

- Aprovação do Regulamento de Organização e Funcionamento da CTA do procedimento de revisão do PDM de Oliveira do Hospital;
- Ponto de situação dos trabalhos de Revisão do PDM;
- Propostas de Exclusão de terrenos da REN.

50) 24 de Junho Assembleia Municipal

Apresentação à Assembleia Municipal do Ponto de situação dos Trabalhos de Revisão do PDM (através de 'PowerPoint').

51) 18 de Julho DGOTDU fax

A DGOTDU envia um fax informando que a sua representante não comparecerá à reunião da CTA agendada para o dia 19 de Julho. Informou também que as propostas de desafetação da REN e dos novos perímetros urbanos, deverão ser ponderadas e fundamentadas através da avaliação do plano em vigor e dos estudos de caracterização.

52) 19 de Julho CTA - 3ª reunião

Trabalhos efetuados na Reunião:

- Continuação da Ordem de Trabalhos da Reunião anterior;
- Fornecimento e apresentação, por parte das entidades presentes, de orientações e assuntos específicos de cada entidade;
- Orientações respeitantes aos trabalhos ainda a efetuar no âmbito das Propostas de Exclusão da REN, Desafetações da RAN, Delimitação dos Perímetros Urbanos e Proposta de Planta de Ordenamento.

53) 10 de Agosto RAN - Reunião Setorial com a DRABL

Esta reunião foi realizada nas instalações da DRABL em Coimbra.



Apresentação e entrega à DRABL da versão da RAN elaborada pela equipa do PDM e primeira abordagem às sobreposições dos perímetros com a RAN.

54) 15 de Dezembro Rede Natura 2000 - Plano Setorial

A equipa do Pano esteve presente na reunião realizada nas instalações da ANMP em Coimbra, com o objetivo de discutir a problemática da inserção do Plano Setorial da Rede Natura 2000 nos Planos Diretores Municipais.

Ano de 2006

55) 11 de Janeiro RAN - Reunião Setorial com a DRABL

Esta reunião foi realizada nas instalações da Câmara Municipal. Apresentação e entrega da RAN retificada e da avaliação da sobreposição dos perímetros com a RAN, por parte da DRABL.

56) 22 de Fevereiro Reunião Setorial com a DRABL

Continuação da avaliação da sobreposição da RAN com os perímetros urbanos.

57) 15 de Março RAN - Reunião Setorial com a DRABL

Reuniões de trabalho, nas instalações da Câmara Municipal, para discussão e reformulação de manchas a desafetar, com a DRABL, Presidente da CTA, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e Equipa de Revisão do PDM.

58) 12 de Maio CTA - Reunião Setorial com a CCDR-C

Reunião de trabalho nas instalações da Câmara Municipal com Presidente da CTA, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e Equipa do PDM, relativos à revisão, acertos e ajustes dos perímetros urbanos propostos, no âmbito das alterações resultantes das desafetações e exclusões da RAN e REN, respetivamente.

59) 23 de Maio CTA - Reunião Setorial com a CCDR-C

Continuação da reunião de trabalho nas instalações da Câmara Municipal com Presidente da CTA, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e Equipa do PDM, relativa



à revisão, acertos e ajustes dos perímetros urbanos propostos, no âmbito das alterações resultantes das desafetações e exclusões da RAN e REN, respetivamente.

60) 11 de Agosto CTA - Entrega de elementos nas instalações da CCDR-C

Foram entregues, pela equipa do plano, nas instalações da CCDR-C, 8 cópias da seguinte documentação para ser distribuída por todos os todos os elementos constituintes da CTA:

- Estudos de Caracterização (peças escritas e desenhadas);
- Relatório da Avaliação do PDM em Vigor;
- Relatório e Peças Desenhadas da Análise e Avaliação do Processo de Audição Prévia ao Público;
- Proposta de Plano - Proposta de Exclusão da Reserva Ecológica Nacional (peças escritas e desenhadas);
- Proposta de Plano - Proposta de Desafetação da Reserva Agrícola Nacional (peças escritas e desenhadas);
- Proposta de Plano - Reclassificação e Requalificação do Solo Urbano.

61) 12 de Setembro CTA - 4ª reunião

Trabalhos Efetuados:

- Aprovação da ata da 3ª reunião da CTA;
- Apreciação e aprovação dos Estudos de Caracterização do PDM em Revisão;
- Apreciação e aprovação dos Estudos de Avaliação da Execução do PDM em vigor;
- Início da apreciação da Proposta de Exclusão da REN.

Restantes trabalhos agendados e ainda não efetuados:

- Finalização da apreciação da Proposta de Exclusão da REN;
- Apreciação da Proposta de Desafetação da RAN;
- Apreciação da Reclassificação e Requalificação do Solo Urbano.

62) 21 de Setembro CTA - Reunião Setorial com a CCDR-C

Reunião de trabalho realizada nas instalações da CCDR-C com o objetivo da preparação dos elementos formais a apresentar na 5ª Reunião da CTA:

a) Peças Escritas:

- 1 - Quadro da Proposta de Desafetação da RAN;
- 2 - Quadro da Proposta de Exclusão da REN;

b) Peças Desenhadas:



- 1 - Proposta de Desafetação da RAN - escalas 1/25000 e 10/10000;
- 2 - Proposta de Exclusão da REN - escalas 1/25000 e 10/10000;
- 3 – Perímetros Urbanos Propostos e em Vigor, escalas 1/25000 e 10/10000;
- 4 – Proposta de Qualificação do Solo Urbano;
- 5 – Proposta de Reclassificação do Solo Urbano.

63) 11 de Outubro CTA - Reunião Setorial com a CCDR-C

Continuação da reunião anterior.

64) 19 de Outubro CTA - Reunião Setorial com a CCDR-C

Continuação da reunião anterior.

Nestas três reuniões setoriais todas as peças escritas e desenhadas (atrás descritas) foram analisadas e corrigidas pelo Presidente da CTA e pela equipa do plano de modo a serem conformes entre si e também de modo a organizar um processo formal para ficar registado em Ata e assinado por todos os representantes da CTA aquando da 5ª reunião da CTA.

65) 24 de Outubro CTA - Entrega de elementos nas instalações da CCDR-C

Foram entregues pela equipa do plano nas instalações da CCDR-C, 8 cópias da documentação atrás descrita para ser distribuída por todos os elementos constituintes da CTA.

66) 15 de Novembro CTA - 5ª reunião

Trabalhos Efetuados:

- Aprovação da Ata da 4ª reunião da CTA;
- Continuação da apreciação da Proposta de Exclusão de solos da REN;
- Apreciação da Proposta de Desafetação de solos da RAN;
- Apreciação dos Perímetros Urbanos Propostos e em Vigor.

67) 13 de Dezembro REN – Procedimentos CNREN

A CCDR-C envia um fax contendo os procedimentos necessários à instrução dos processos da Proposta de Exclusão dos Solos da REN.

**Ano de 2007****68) 09 de Janeiro RAN - Entrega de elementos nas instalações da CCDR-C**

Foram entregues pela equipa do plano nas instalações da CCDR-C, 8 cópias do processo formal relativo à Proposta de Desafetação de Solos da RAN, para remeter à Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, constituídos por:

a) Peças Escritas:

- Memória descritiva e Justificativa relativa às Propostas para Desafetação de solos da RAN;
- ata da 5ª Reunião da CTA e Quadro Anexo das Propostas para Desafetação de solos da RAN, assinados por todos os representantes das entidades presentes nesta reunião.

b) Peças Desenhadas:

- Planta das Propostas para Desafetação de solos da RAN, Esc.: 1/25000;
- Planta das Propostas para Desafetação de solos da RAN, Esc.: 1/10000.

69) 15 de Fevereiro DGOTDU – envio da informação nº 6/DSGPPOT

A DGOTDU envia uma informação relativa aos documentos enviados para a reunião de CTA a 15/11/2006, a que não compareceu.

70) 23 de Fevereiro CTA - Reunião Setorial nas instalações da CCDR-C

Reunião de trabalho realizada nas instalações da CCDR-C com o Presidente da CTA, com o objetivo de discutir o Regulamento e a Planta de Ordenamento.

71) 01 de Março RAN - Reunião nas instalações da CRABL

Reunião da Comissão da Reserva Agrícola Nacional, com o objetivo de discutir e aprovar a Proposta de Desafetação das manchas em RAN.

72) 12 de Março RAN - Parecer da CRABL

Receção do parecer da Comissão da Reserva Agrícola Nacional da Proposta de Desafetação das manchas em RAN. Neste parecer, das 49 manchas apresentadas, foram deliberadas com parecer favorável 23 manchas, com parecer desfavorável também 23 manchas e com parecer favorável condicionado 3 manchas.

**73) 19 de Março REN**

A Câmara solicita à CCDR-C informação detalhada sobre a metodologia a seguir tendo em vista a aprovação superior da Carta da REN do município.

74) 30 de Abril REN

A CCDR-C envia ofício contendo a descrição e orientações dos procedimentos para a instrução de processos a enviar à CNREN.

75) ?? de Junho Mapa de Ruído

A câmara solicita à ADAI um orçamento para a reconversão e adaptação do Mapa de Ruído à escala 1/10000 de acordo com os novos descritores de Ruído Lden e Ln, definidos no Decreto-lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, que altera o Decreto-lei nº 292/2000, de 14 de Novembro.

76) 20 de Julho Mapa de Ruído

A câmara adjudica à ADAI a reconversão do Mapa de Ruído de 2004 de acordo com a legislação em vigor.

77) 27 de Setembro CMOH - Entrega de elementos ao Executivo e Técnicos da Câmara

Foram entregues ao Sr. Presidente e Técnicos da Câmara a Versão 0 da Proposta de Regulamento e a Versão 0 da Planta de Ordenamento para análise, formulação de críticas e sugestões.

78) 01 de Outubro REN

A Câmara envia à CCDR-C os elementos respeitantes ao 'Processo de Alteração da Delimitação da REN', para apreciação e retificações convenientes por parte desta entidade. Foram enviados os seguintes documentos:

- Carta da REN em Vigor, esc. 1/25.000;
- Carta da Proposta de Exclusão da REN submetida a parecer da CTA, Esc. 1/25.000;
- Planta de Ordenamento (versão 0), esc. 1/25.000;
- Carta da REN Final, esc. 1/25.000;
- Memória Descritiva e Justificativa da REN.

**79) 21 de Dezembro REN**

A Câmara recebe da CCDR-C um ofício contendo retificações sobre os elementos do 'Processo de Alteração da Delimitação da REN' a enviar à CNREN e informa que o processo de exclusão da REN apenas poderá ser submetido à CNREN conjuntamente com o parecer final da CTA.

Ano de 2008**80) 20 de Fevereiro CTA - Reunião Setorial com CCDR-C**

A Câmara informa a CCDR-C que, face ao regime transitório definido no artigo 22º da Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro, decidiu não optar pela conversão prevista nesta Portaria, pretendendo manter a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM.

81) 27 de Fevereiro CTA - Reunião Setorial com CCDR-C

Reunião Setorial com o Sr. Presidente da CTA, o Sr. Presidente da Câmara e a equipa do plano nas instalações da CCDR-C para:

- Apresentação breve do ponto de situação dos trabalhos de revisão do PDM;
- Avaliação e enquadramento do PDM face à nova legislação;
- Procedimentos respeitantes à elaboração do Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica;
- Prosseguimento dos trabalhos;
- Entrega das alterações do Processo da REN.

82) 04 de Março CMOH - Reunião com Executivo

Apresentação do ponto de situação dos trabalhos de revisão do PDM (através de 'PowerPoint'), destacando-se a Versão 0 das Propostas de Regulamento e da Planta de Ordenamento;

Apresentação da nova tramitação do processo de revisão do PDM definida no Decreto-lei 316/2007 de 19 de Setembro;

Debate com os membros do Executivo, nomeadamente no que refere ao Regulamento;

Antecipadamente foram entregues a todos os membros do Executivo, as Versões 0 das Propostas de Regulamento e da Planta de Ordenamento;

**83) 28 de Março AM - Apresentação do PDM**

Apresentação do ponto de situação dos trabalhos de revisão do PDM (através de 'PowerPoint'), destacando-se a Versão 0 das Propostas de Regulamento e da Planta de Ordenamento;

Apresentação da nova tramitação do processo de revisão do PDM definida no Decreto-lei 316/2007 de 19 de Setembro;

84) 19 de Maio Rede Natura 2000 - Reunião Setorial com o ICNB

Realizou-se, nas instalações da Câmara, uma reunião Setorial com o Sr. Presidente da CTA, o Sr. Presidente da Câmara, a Equipa do Plano e o representante do ICNB, na qualidade de observador.

85) 28 de Maio Rede Natura 2000 - Sítio do Carregal do Sal

A Câmara solicitou ao ICNB, o envio em formato digital a informação detalhada que consta da Ficha do Sítio do Carregal do Sal e das Orientações de Gestão

86) 04 de Junho Rede Natura 2000 - Validação do Sítio do Carregal do Sal

A Câmara enviou ao ICNB uma proposta de aferição dos limites do Sítio do Carregal do Sal transpostos para a escala 1/10000, para serem validados por esta entidade. Os elementos enviados foram os seguintes:

- Planta com os limites do Sítio do Carregal do Sal sobrepostos às cartas militares do IGeoE;
- Ficheiro em formato shapefile com o referido documento.

87) 10 de Julho Rede Natura 2000 - Validação do Sítio do Carregal do Sal

O ICNB enviou ofício validando a proposta de aferição dos limites do Sítio do Carregal do Sal.

88) 29 de Julho Avaliação Ambiental Estratégica

A Câmara realizou o Procedimento com Consulta Prévia para a aquisição de serviços destinados à elaboração dos Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM.

**89) 04 de Agosto Rede Natura 2000 - Sítio do Carregal do Sal**

O ICNB enviou ofício com os dados solicitados do Sítio do Carregal do Sal.

90) 14 de Agosto Avaliação Ambiental Estratégica

A Câmara adjudicou à empresa Sinergiae, Lda. os serviços para a elaboração dos Estudos de Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM.

91) 19 de Setembro IC6 / IC7 / IC37 - EP

A EP, S.A. enviou à Câmara, na fase de estudo de Viabilidade de Corredores, o Estudo Prévio da Rede Rodoviária Nacional da Região Centro Interior IC6 / IC7 / IC37, contendo os corredores à escala 1/60000, para discussão e análise na reunião a realizar a 30 de Setembro.

92) 24 de Setembro Avaliação Ambiental Estratégica

A Câmara reuniu com a Sinergiae, Lda. dando início aos trabalhos da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM. Foi entregue previamente à empresa toda a documentação solicitada para o efeito e o ponto de situação da Revisão do PDM.

93) 30 de Setembro IC6 / IC7 / IC37 - EP

Reunião realizada com a EP, S.A. e a Câmara, para discussão dos corredores do Estudo Prévio da Rede Rodoviária Nacional da Região Centro Interior IC6 / IC7 / IC37.

94) 03 de Outubro Mapa de Ruído

A ADAI envia a Reconversão do Mapa de Ruído de 2004 para a nova legislação, contendo Relatório e Peças Desenhadas em Formato digital e em papel.

Ano de 2009**95) 15 de Janeiro Avaliação Ambiental Estratégica**

A Sinergiae, Lda. entrega a primeira versão do Relatório de Fatores Críticos da AAE da Revisão do PDM.

**96) 23 de Janeiro Avaliação Ambiental Estratégica**

A câmara envia o Relatório de Fatores Críticos da AAE à CCDR-C para apreciação.

97) 04 de Março Avaliação Ambiental Estratégica

A CCDR-C emite parecer favorável condicionado ao Relatório de Fatores Críticos, podendo prosseguir para a fase da realização do Relatório Ambiental, acatando o parecer apresentado por esta entidade.

98) 30 de Março IC6 / IC7 / IC37 - EP

A EP, S.A. enviou à Câmara, na fase de estudo de Viabilidade de Traçados, o Estudo Prévio da Rede Rodoviária Nacional da Região Centro Interior IC6 / IC7 / IC37, contendo os traçados à escala 1/10000 e peças de vertente ambiental para análise e emissão de parecer.

99) 06 de Abril Avaliação Ambiental Estratégica

A Câmara reuniu com a Sinergiae, Lda. para analisar o ponto de situação dos trabalhos da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM.

100) 15 de Abril IC6 / IC7 / IC37 - EP

A Câmara envia à EP, S.A. o parecer e respetiva posição sobre a fase de estudo de Viabilidade de Traçados, do Estudo Prévio da Rede Rodoviária Nacional da Região Centro Interior IC6 / IC7 / IC37, com base nos traçados enviados a 30 de Março à escala 1/10000 e as peças de vertente ambiental.

101) 6 de Maio CMOH - Reunião com o Executivo

Trabalhos efetuados:

- Apreciação e aprovação da Proposta de Plano;
- Foram feitas alterações pontuais aos documentos fundamentais, nomeadamente nas Propostas de Regulamento e da Planta de Ordenamento.

Previamente foi entregue ao executivo toda a documentação para apreciação.

102) 17 de Junho CMOH



Solicitou-se à DGEG elementos a integrar na revisão do PDM de Oliveira do Hospital

103) 10 de Julho CTA - 6ª reunião

Trabalhos efetuados:

- Aprovação da ata da 5ª reunião da CTA;
- Apreciação da Proposta de Plano;
- Diretrizes face à publicação de nova legislação.

104) 16 de Julho CMOH - RAN

Envio de documentação para a DRAPC para reiniciar o processo de desafetação das manchas de RAN, no seguimento da 6ª Reunião de CTA.

105) 20 de Julho IGESPAR

Parecer do IGESPAR relativo ao procedimento de revisão do PDM de, emitido no seguimento da 6ª Reunião de CTA.

106) 24 de Julho CMOH – ICNB – Rede Natura 2000

Envio de documentação para o ICNB para apreciação e inclusão na proposta de plano da Revisão do PDM.

107) 17 de Agosto CMOH – ICNB – Estrutura Ecológica Municipal

Envio de documentação sobre a Estrutura Ecológica Municipal para o ICNB para apreciação e inclusão na proposta de plano da Revisão do PDM.

108) 17 de Agosto CMOH – DGEG – Mapa de Risco de Radão

Envio do Mapa de Risco de Radão para validação e eventual correção.

109) 17 de Agosto Direção Geral de Energia e Geologia

A DGEG envia elementos referentes aos aspetos mineiros e energéticos que deverão integrar a nas plantas de ordenamento, condicionantes e regulamento do PDM.



110) 27 de Agosto CMOH – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Mapa de Risco de Radão

Envio do Mapa de Risco de Radão para validação e eventual correção.

111) 28 de Agosto CMOH – DGEG

Envio das subcategorias dos Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos bem como o correspondente articulado do Regulamento para efeitos de parecer e eventual alteração.

112) 07 de Setembro IGESPAR

O IGESPAR envia informação relativamente aos sítios arqueológicos em formato digital para considerar na revisão do PDM.

113) 22 de Setembro Direção Geral de Energia e Geologia

A DGEG envia elementos referentes aos aspetos mineiros e energéticos que deverão integrar as plantas de ordenamento e condicionantes do PDM, em formato digital.

114) 23 de Setembro ICNB

Parecer do ICNB em resposta ao nosso ofício de 27 de Julho de 2009 relativo à inclusão do Plano Setorial da Rede Natural 2000 na revisão do PDM.

115) 06 de Outubro ICNB

O ICNB envia em formato digital informação relativa à inclusão do Plano Setorial da Rede Natural 2000 na revisão do PDM.

116) 02 de Novembro ICNB

Parecer do ICNB em resposta ao nosso ofício de 27 de Agosto de 2009 relativo à inclusão do Plano Setorial da Rede Natural 2000 na Estrutura Ecológica Municipal no âmbito da revisão do PDM

117) 25 de Novembro CMOH - Reunião com o Sr. Presidente



Reunião com a equipa do PDM, o Sr. Presidente, Sr. Vereador e Dr. Francisco Rodrigues para apresentar o Ponto de Situação do Processo de Revisão do PDM e novas propostas por parte da Câmara.

118) 07 de Dezembro DRAPC - RAN

No prosseguimento da 6ª CTA, a DRAPC envia as manchas de RAN com parecer da DRAPC, para análise em Perímetro Urbano e contributo para o regulamento.

119) 30 de Dezembro PROT-C

6ª reunião plenária do PROT-C.

Ano de 2010

120) 05 de Janeiro CMOH - Reunião com o Sr. Presidente - RAN e Perímetros Urbanos

Reunião com a equipa do PDM, o Sr. Presidente e Dr. Francisco Rodrigues para discussão do processo de Desafetação da RAN e novas propostas de alargamento de perímetros urbanos por parte da Câmara.

121) 26 de Janeiro CMOH - Reunião com o Sr. Presidente - RAN e Perímetros Urbanos

Reunião com a equipa do PDM, o Sr. Presidente e Dr. Francisco Rodrigues para discussão do processo de Desafetação da RAN e novas propostas de alargamento de perímetros urbanos por parte da Câmara.

122) 28 de Janeiro Reunião Setorial – Processo de Desafetação da RAN

Reunião Setorial com a equipa do PDM, o Sr. Presidente e Dr. Francisco Rodrigues e representantes da CCDR-C e DRPC para apreciação e parecer das manchas de RAN incluídas nos perímetros urbanos e apreciação de manchas de RAN decorrentes de pequenos ajustes aos perímetros urbanos.

123) 30 de Março CMOH - Reunião com o Sr. Presidente - RAN

Reunião com a equipa do PDM, o Sr. Presidente e Dr. Francisco Rodrigues no prosseguimento da Reunião Setorial de 28 de Janeiro, para conclusão do processo de



Desafetação da RAN e novas propostas de alargamento de perímetros urbanos por parte da Câmara.

124) 21 de Abril AIA – Consulta Pública IC6, IC7 e IC37

Consulta Pública no âmbito dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental dos IC6, IC7 e IC37, de 21 de Abril a 9 de Junho

125) 30 de Abril CCDR-C – Reunião de Trabalho

Reunião de trabalho com a equipa do PDM e representantes da CCDR-C, nas instalações da CCDR-C, para apreciação e discussão da Estrutura Ecológica Municipal e outros documentos no âmbito da Revisão do PDM.

126) 30 de Abril CCDR-C – PROT-C – Reunião de Concertação

Reunião de Concertação com a Câmara e representantes do PROT-C, nas instalações da CCDR-C, para concertação das opções do PROT-C e do município de Oliveira do Hospital.

127) 07 de Julho ICNB

O ICNB envia, a pedido da equipa do PDM, em formato digital, a cartografia mais recente relativa à distribuição da espécie da flora *Narcissus scaberulus*, bem como a tabela das orientações de gestão do SIC Carregal do Sal, do Plano Setorial da Rede Natural 2000, para enquadrar na revisão do PDM.

128) 21 de Outubro CCDR-C – Reunião Setorial

Reunião Setorial com a Equipa do PDM e representantes da CTA e CCDR-C, nas instalações da CCDR-C, para apreciação e discussão dos documentos constantes da revisão do PDM e seu enquadramento nas opções do PROT-C.

Ano de 2011

129) 22 de Março CMOH – Reunião de Executivo

Reunião de Câmara para apresentação da Proposta de Plano.

**130) 3 de Maio CMOH – Reunião de Executivo**

Reunião de Câmara para apresentação da Proposta de Plano. Deliberou-se entregar a Proposta de Plano aos membros da Assembleia Municipal

131) 6 de Maio CMOH

Entrega da Proposta de Plano aos membros da Assembleia Municipal para apreciação.

132) 7 de Junho CMOH - Reunião de Executivo

Reunião de Câmara para aprovação da Proposta de Plano. A proposta de plano foi aprovada. Integrou-se a sugestão para a criação de uma área de recreio e lazer no Rio de Cavalos.

133) 22 de Dezembro CMOH - Reunião de Executivo

Reunião de Câmara para aprovação do Relatório Ambiental da AAE da Revisão do PDM.

Ano de 2012**134) 04 de Janeiro CMOH**

Envio da Proposta de Plano, incluindo RA, às entidades que constituem a CTA, solicitando a realização de reunião de CTA. Envio da Proposta de Plano, incluindo RA, às ERAE, solicitando emissão de parecer.

135) 09 de Fevereiro 7ª CTA

Realização da 7ª CTA: Apreciação da Proposta de Plano e outros aspetos que a condicionam. Apreciação da proposta de desafetações do regime da RAN.

136) 15 de Fevereiro CMOH

Pedidos de parecer sobre a Proposta de Plano e RA às entidades que não se encontram representadas na Comissão Técnica de Acompanhamento.

137) 16 de Março CMOH



Reenvio de pedido de parecer à Proposta de Plano e RA ao ICNB.

138) 16 de Maio ICNB

A Câmara recebe parecer do ICNB referente à Proposta de Plano e RA.

139) 11 de Junho CCDR-C

A câmara recebe ofício da CCDR-C contendo a apreciação efetuada pelos seus serviços jurídicos sobre a proposta de Regulamento, entregue a esta entidade a 4 de Janeiro e presente na 7ª CTA realizada a 9 de Fevereiro.

140) 13 de Junho CMOH

Entrega de Informação Técnica à Câmara contendo a análise de todos os pareceres emitidos no âmbito da CTA, pelas entidades que não se encontram representadas na CTA e pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE), bem como, ponto da situação dos trabalhos de revisão do plano.

141) 20 de Abril DRAPC – Reunião Setorial

Reunião Setorial com a Equipa do PDM e representante da DRAPC, nas instalações da DRAPC, para apreciação e esclarecimentos do processo de desafetação das manchas da RAN, decorrentes dos pareceres emitidos ao referido processo na CTA. A DRAPC informa que não haverá desafetações da RAN em solo rural pelo que se redelimitaram os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa de modo a preservar a RAN.

142) 19 de Julho CCDR-C – Reunião Setorial

Reunião Setorial com a Equipa do PDM e representantes da CTA e CCDR-C, nas instalações da CCDR-C, para apreciação, discussão, esclarecimento de questões e alterações nos documentos constantes da revisão do PDM, decorrentes dos pareceres emitidos pelas entidades. Enquadramento nas opções do PROT-C, bem como das novas orientações da CNREN quanto à redelimitação da REN e processo de exclusão das áreas.

143) 23 de Julho CCDR-C - REN

A CCDR-C solicita, por email, a Cartografia Homologada do município, bem como o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Oliveira do Hospital, para servir de base à reanálise da delimitação da REN, de acordo com as orientações emanadas pela CNREN.

**144) 23 de Julho CMOH**

A equipa do PDM envia à CCDR-C a documentação solicitada por esta entidade (Plano Municipal de Emergência e Cartografia Homologada).

145) 2 de Agosto CCDR-C

A equipa do PDM recebe ofício da CCDR-C informando formalmente das novas orientações da CNREN quanto à redelimitação da REN, solicitando também o envio da delimitação das áreas urbanas consolidadas (DR 9/2009) e Memória Descritiva das Zonas Ameaçadas pelas Cheias.

146) 14 de Agosto CMOH

Envio à CCDR-C de Memória Descritiva das Zonas Ameaçadas pelas Cheias e da delimitação das áreas urbanas consolidadas (DR 9/2009), conforme solicitado.

147) 15 de Outubro CCDR-C

A Câmara recebe da CCDR-C a redelimitação da REN Bruta concluída para se proceder às propostas de exclusão da REN sobre os perímetros urbanos.

148) 27 de Novembro CMOH – Reunião de Executivo

A Câmara aprova as alterações à Proposta de Plano, Relatório Ambiental, Processo de delimitação e de desafetação da RAN e Processo de Delimitação e Exclusão da REN.

Ano de 2013**149) 4 de Janeiro 8ªCTA – Parecer Final**

Realização da 8ª CTA e emissão de Parecer Final à Proposta de Plano.

150) 2 de Abril CMOH – Reunião de Executivo

A Câmara delibera proceder à abertura do período de Discussão Pública da 1ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital.



2. ENQUADRAMENTO NACIONAL E REGIONAL

Neste capítulo é feita uma análise das dinâmicas sociais e económicas do território do município de Oliveira do Hospital no espaço envolvente da região Centro e do País. É abordada a localização do território e a sua posição relativa no contexto dos sistemas urbanos nacional e regional, a que se segue a abordagem às acessibilidades e, finalmente, os aspetos relacionados com a inserção e a contribuição do município para a base económica local e regional.

2.1. Enquadramento Territorial

O território administrativo do município de Oliveira do Hospital ocupa uma área de 234,55 km², dividido por 21 freguesias e, segundo dados definitivos do recenseamento do I.N.E. de 2011, no ano 2011 residiam no município 20855 habitantes.

Geograficamente, localiza-se na região centro do país, na zona poente da Cordilheira Central, um dos sistemas montanhosos da zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico. As Serras da Estrela e do Açor, respetivamente a nascente e a sul do território de Oliveira do Hospital, bem como o Rio Mondego a poente, seguindo-se os vales do Alva e do Alvôco, que o atravessam na parte sul, são os elementos naturais mais marcantes do território.

Oliveira do Hospital é um território de transição entre o granito e o xisto; A norte predomina o granito, enquanto que a sul o xisto adquire uma forte presença na paisagem natural e construída. A presença da água a sul, através do Rio Alva e da Ribeira de Alvôco, foi um fator que determinou a ocupação humana nos vales destes cursos de água e o desenvolvimento de práticas agrícolas e silvícolas.

A presença humana remonta à pré-história, identificando-se inúmeros exemplares de património arqueológico desta época até aos dias de hoje. Desde a Anta do Pinheiro dos Abraços, passando pelos fortes vestígios romanos, nomeadamente as ruínas romanas da Bobadela e diversos fragmentos de calçadas romanas no território, até ao único exemplar do país em boas condições da arquitetura moçárabe, a igreja de São Pedro de Lourosa, Oliveira do Hospital detém um rico património histórico e cultural a preservar.



No que toca às componentes natural e ambiental, o território do município de Oliveira do Hospital é detentor de uma riqueza assinalável. Caracteriza-se por ser um território eminentemente florestal, estando integrado no PROF-PIN e no qual se identificam 5 sub-regiões homogéneas. Integra a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), definida no PROT-C. Nele atravessam os Corredores Ecológicos dos Rios Mondego, Alva e Seia definidos nos PROF Dão Lafões, PIN e Serra da Estrela. Nele localiza-se um SIC, o Sítio do Carregal do Sal, pertencente à Rede Natura 2000. Localizam-se nos seus limites o Parque Natural da Serra da Estrela e, a sul, integra áreas da Serra do Açor.

2.1.1. Contexto administrativo:

Em termos administrativos e estatísticos, o município de Oliveira do Hospital localiza-se na Região Centro (NUT II), enquadra-se na NUT III da Sub-região do Pinhal Interior Norte e faz fronteira com as Sub-regiões de Dão Lafões e Serra da Estrela. Pertence ao distrito de Coimbra e, no que diz respeito à administração pública descentralizada, destacam-se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro e a Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro.

Localiza-se no centro geográfico da Região Centro e confronta com os distritos de Viseu e Guarda, tendo possibilidades de fáceis relações com os aglomerados urbanos dos vários distritos. Ao nível administrativo, o município de Oliveira do Hospital confina a Norte e Poente com os municípios de Nelas e Carregal do Sal, a Este com o município de Seia, a Oeste com o município de Tábua e a Sul com o município de Arganil.

Ao nível sub-regional, Oliveira do Hospital integra-se em várias associações, com vários intuitos no âmbito do desenvolvimento concelhio e regional, destacando-se as seguintes:

- Comunidade Intermunicipal do Pinhal: constituída em 2005, com os municípios de Oliveira do Hospital, Arganil, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Sertã. A Comunidade Intermunicipal, com património e finanças próprios, tem por objetivo a articulação de investimentos municipais de interesse intermunicipal, a coordenação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas áreas de infraestruturas de saneamento básico, saúde, educação, ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, segurança e proteção civil, acessibilidades e transportes, equipamentos de utilização coletiva, apoio



ao turismo, cultura, desporto, juventude e lazer, o planeamento e a gestão estratégica, económica e social e a gestão territorial na área dos municípios integrantes.

- Associação de municípios do Pinhal Interior Norte: Constituída em 2007, congrega todos os municípios da NUT III com o mesmo nome. Surge do interesse que os 14 municípios demonstraram em se unir para mais facilmente articularem investimentos de interesse intermunicipal, através, nomeadamente, da contratualização da gestão de projetos comunitários no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) para o período de programação financeira 2007-2013.
- Associação de municípios da Região do Planalto Beirão: Constituída pelos municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Esta associação foi responsável pela criação de um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.
- Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor, ADESA, constituída por seis municípios da Região da Serra do Açor (Arganil, Oliveira do Hospital, Góis, Pampilhosa da Serra, Tábua e Penacova) e por mais algumas instituições regionais e locais representativas dos órgãos da administração e da sociedade civil. Tem por objetivo a promoção do desenvolvimento global e integrado do território, nomeadamente através de projetos ligados à preservação das potencialidades naturais da região, em especial da sua floresta, bem como a sua promoção turística.
- Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, ADIBER: Associação de Desenvolvimento Local, fundada em 25 de Outubro de 1994, cujo objetivo é a dinamização de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. A Região da Beira Serra envolve os municípios de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua;
- Região de Turismo do Centro (RTC): Com a reorganização das regiões de turismo, o município foi integrado na RTC, tornando-a um agente crucial na dinamização da vertente turística da região;



- Região de Turismo da Serra da Estrela, que engloba também os municípios de Seia, Gouveia, Covilhã, Penamacor, Belmonte, Manteigas, Guarda, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Trancoso, Pinhel e Almeida. A região é geograficamente caracterizada por uma paisagem de montanha, organizada em torno do Parque Natural da Serra da Estrela. Encontra-se em discussão a adesão do município de Oliveira do Hospital a esta região.
- Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos municípios de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, ADEPTOLIVA, proprietária da EPTOLIVA, Escola Profissional com sede em Oliveira do Hospital e polos nos dois municípios limítrofes.
- Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa, gerido pela empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A., que garante o abastecimento de água e o tratamento dos efluentes, bem como a ampliação e beneficiação das infraestruturas existentes.

2.2. Orientações de outros Instrumentos de Gestão Territorial

2.2.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) visa concretizar a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, constituindo-se como guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, visto que enquadra os restantes instrumentos de gestão territorial (IGT).

O PNPOT tem como principais objetivos:

- Definir o quadro unitário para o desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável do País, tendo em conta a identidade própria das suas diversas parcelas e a sua inserção no espaço da União Europeia;
- Garantir a coesão territorial do país, atenuando as assimetrias regionais e garantindo a igualdade de oportunidades;
- Estabelecer a tradução espacial das estratégias de desenvolvimento económico e social;
- Articular as políticas setoriais com incidência na organização do território.



Este instrumento territorial está organizado em torno de um conjunto de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas que definem um caminho para Portugal no horizonte 2025. De acordo com o PNPT a Região do PIN é constituída por diferentes categorias de espaços, com destaque para a influência do arco ou sistema metropolitano polarizado por Coimbra, para o sistema urbano Oliveira do Hospital/Seia/Gouveia e para o atravessamento de um dos eixos dorsais interiores (coincidente com a trajetória do IP3 e IC3 na área em análise). De realçar que apesar de grande parte da Região do PIN não pertencer a nenhum sistema urbano identificado pelo PNPT, a sua localização entre sistemas urbanos e metropolitanos do litoral e do Interior (Guarda/ Covilhã/Castelo Branco) é uma mais-valia do ponto de vista das complementaridades que se podem criar.

No que se refere às opções de desenvolvimento apontadas, estas passam por:

- Gerir o declínio e a baixa densidade da população de forma a garantir os mínimos de ocupação necessários à gestão sustentável do território;
- Implementar planos setoriais de ordenamento florestal com capacidade para ultrapassar as limitações decorrentes da estrutura da propriedade e promover a gestão sustentável dos recursos, prevenindo o risco de incêndio e a sua exploração integrada numa ótica empresarial;
- Reforçar as funções urbanas das sedes de município como centros organizadores do território, apostando em soluções inovadoras com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
- Reforçar as articulações com as cidades de Leiria/Pombal, Coimbra, Viseu, Castelo Branco e com os centros urbanos do Médio Tejo, indo ao encontro das novas procuras urbanas, sobretudo nos domínios do turismo e do lazer;
- Assumir o papel que pode ter o uso residencial das estruturas de povoamento tradicionais, em particular das aldeias da serra, de modo a manter a ocupação do espaço e dinamizar a base económica local;
- Valorizar o potencial para a produção de energias renováveis, sobretudo eólica e de biomassa;
- Valorizar os recursos hídricos e concluir os projetos de despoluição integrada, em particular da bacia do Zêzere;
- Estruturar a rede de equipamentos de âmbito supramunicipal numa lógica de complementaridade, especialização e funcionamento concertado;



- Prever soluções de mobilidade e acessibilidade que garantam a todos os grupos populacionais o acesso efetivo às funções urbanas.

2.2.2. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

De acordo com o PENT, o retrato da Região Centro é de uma forte dependência do mercado nacional, com um crescimento baseado nos turistas nacionais, uma taxa de ocupação estável, mas com a hotelaria sob pressão, um grande peso de pensões na oferta de alojamento e só um hotel de 5 estrelas de cadeias internacionais.

Para a Região Centro em 2015 apontam-se como objetivos o crescimento para 2,2 e 2,3 milhões de dormidas de estrangeiros, a uma taxa média anual de 7,3% e o aumento anual de 6,2% em número de turistas (hóspedes estrangeiros). Neste período, as receitas (proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros) deverão crescer a um ritmo anual de 10%.

O turismo na Região Centro deverá crescer em número de visitantes e em valor. A estratégia prevê o cross-selling com a Região de Lisboa e do Porto e Norte. A atração de turistas estrangeiros será feita através dos produtos touring cultural e paisagístico, turismo de natureza e tours de vinho e gastronomia.

2.2.3. Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (PBH do Mondego)

O Decreto – Regulamentar nº 9/2002, de 1 de Março, aprovou o Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego, que estabelece os seguintes objetivos estratégicos, por área temática:

a) Gestão da procura:

- Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas;
- Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais;
- Assegurar a quantidade de água necessária na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das atividades económicas;



- Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água;

b) Proteção das águas e controlo de poluição:

- Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos;
- Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano;
- Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos afluentes, nomeadamente os domésticos com soluções técnica e ambientalmente adequadas, concebidas de acordo com a dimensão dos aglomerados e com as infraestruturas já existentes e com as características do meio recetor;
- Promover a recuperação e controlo da qualidade dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa;

c) Conservação da natureza:

- Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário;
- Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água;
- Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;
- Promover a preservação e ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária, e nomeadamente das áreas classificadas, das galerias ripícolas e do estuário;

d) Proteção e minimização dos efeitos de cheias, secas e poluição accidental:

- Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição;



- Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, quando as reservas disponíveis atinjam um nível excessivamente baixo, e promovendo a racionalização dos consumos apontando para consumos unitários mínimos;
- Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e o estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;
- Promover o estabelecimento de soluções de contingência em situação de poluição accidental, visando a minimização dos efeitos;

e) Valorização social e económica dos recursos hídricos:

- Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos;
- Promover a designação das massas de água em função dos respetivos usos, nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas;
- Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, para a pesca ou navegação, para extração de inertes e outras atividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais;

f) Articulação do domínio hídrico com o ordenamento do território:

- Preservar as áreas do domínio hídrico;
- Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, nos troços em que o uso não seja compatível com os objetivos de Proteção e valorização ambiental dos recursos;
- Promover a definição de diretrizes de ordenamento, visando a proteção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e, de uma forma mais geral, das galerias ripícolas, dos troços mais degradados e do estuário;
- Assegurar a elaboração dos planos de ordenamento para as albufeiras;

g) Quadro institucional e normativo:

- Racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente;



- Promover a melhoria da coordenação intersetorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos;
- Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água;
- Promover a gestão integrada do estuário, visando a sua valorização social, económica e ambiental;
- Assegurar a implementação da Diretiva Quadro;

h) Regime económico-financeiro:

- Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico;
- Promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador;
- Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas de abastecimento e drenagem;

i) Conhecimento dos recursos hídricos:

- Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos;
- Promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água superficiais e subterrâneas;
- Promover a obtenção contínua de informação sistemática atualizada relativa à identificação do meio recetor e promover a estruturação e calibração do modelo geral de qualidade de água da bacia portuguesa, integrando a poluição pontual e difusa assim como toda a rede hidrográfica principal, os aquíferos e as albufeiras;
- Promover o estudo e investigação aplicada, visando o planeamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos;
- Promover a participação das populações através da informação e sensibilização para as necessidades de proteger os recursos e o meio hídrico;

O PBH do Mondego, na parte VI do Regulamento, estabelece um conjunto de Normas Orientadoras, das quais se sintetizam as seguintes, para efeitos de revisão de PDM:

1. Dotações a considerar nos abastecimentos urbanos;
2. Eficiências de distribuição nas redes de abastecimento urbano;



3. Dotações a considerar nos abastecimentos industriais;
4. Articulação com a REN;
5. Objetivos de proteção contra cheias e inundações;
6. Inventário e delimitação das zonas de risco de inundação;
7. Conservação dos solos e correção torrencial;
8. Articulação com o Ordenamento do território;
9. Outras afetações;

O Plano de Bacia determina que todos os instrumentos de planeamento que definam ou determinem a ocupação do território, deverão integrar condicionamentos articulados com as normas do PBH, para as atividades que constituam ocupações e utilizações significativas sobre o meio hídrico, designadamente:

1. Captações de águas superficiais e subterrâneas;
2. Movimentações de terras;
3. Florestação;
4. Atividades agrícolas;
5. Instalações de unidades industriais e grandes centros comerciais;
6. Navegação e competições desportivas;
7. Extração de inertes;
8. Campos de golfe;
9. Espaços de recreio e lazer
10. Outras obras de carácter particular.

2.2.4. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF PIN)

A elaboração dos PROF foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 118/2000, de 13 de Setembro, em consonância com a Lei de Bases da Política Florestal e as orientações e objetivos do plano de desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa. O



Decreto Regulamentar n.º 9/2006, de 19 de Julho, aprova o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte.

Os Objetivos gerais determinados no PROF PIN são os seguintes:

a) Otimização funcional dos espaços florestais assente no aproveitamento das suas potencialidades:

- Explorar o potencial produtivo da região, na produção de madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado;
- Reconverter os povoamentos e diversificar as espécies florestais exploradas;
- Incentivar a exploração dos produtos da silvopastorícia (ovinos e caprinos), dos produtos não lenhosos (frutos secos, cogumelos e medronho) e apícolas;
- Desenvolver os espaços florestais com vista à sua utilização para recreio, lazer e enquadramento paisagístico, nomeadamente para o aproveitamento do turismo florestal;
- Desenvolver o potencial da caça maior e da pesca;
- Aproveitar a possibilidade da conversão da biomassa em energia para reduzir os custos de manutenção e exploração dos espaços florestais;
- Criar e executar planos de gestão para as áreas públicas, tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados;

b) Prevenção de potenciais constrangimentos e problemas:

- Tornar mais atrativos os espaços florestais para recreio e lazer com vista a desenvolver o turismo florestal;
- Adequar os espaços florestais com o objetivo da prevenção do risco de incêndio;
- Consolidar a rede de primeira deteção e fomentar a prevenção de incêndios florestais;
- Promover a criação de áreas com dimensão que viabilize a gestão florestal;
- Desenvolver espaços florestais que garantam a proteção do solo e da água, sobretudo nas zonas montanhosas e cársicas;

c) Eliminar as vulnerabilidades dos espaços florestais:

- Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais;



- Aproveitar a apetência por madeiras de qualidade e o potencial da floresta autóctone para aumentar a diversidade de espécies florestais;
- Fomentar modelos de silvicultura que permitam a maior valorização dos produtos florestais;
- Formar os produtores florestais em técnicas de condução e gestão de espaços florestais, de modo a aumentar os conhecimentos técnicos;
- Promover uma visão empresarial da exploração dos espaços florestais e incentivar a certificação de gestão florestal sustentável;
- Dinamizar a criação de fundos imobiliários florestais;
- Incentivar o associativismo e o aproveitamento das competências técnicas das associações;
- Promover formas de exploração dos espaços florestais que sejam geradoras de emprego.

O PROF do Pinhal Interior Norte compreende as seguintes sub-regiões homogéneas:

- Alto do Mondego;
- Alto Alva;
- Vale do Alva;
- Lousã e Açor;
- Floresta da Beira Serra;
- Sicó e Alvaiázere;
- Pampilhosa e Alvéolos;
- Cova da Beira;
- Gândaras Sul.

2.2.5. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)

Em termos jurídicos o PROT-C é enquadrado pela Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto (Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo), na sua atual redação, e pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.



A Resolução de Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de Março, determinou a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro e estabeleceu as orientações relativas aos objetivos estratégicos, ao modelo territorial e ao respetivo âmbito territorial.

Para além dos objetivos gerais estabelecidos no artigo 52º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, determina a Resolução do Conselho de Ministros que o PROT-C visa:

- Definir as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro, contemplando, designadamente:
 - A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território;
 - O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
 - A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
 - O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
 - A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
 - O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
 - O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior;

- Definir o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:
 - Valorizar a natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano verdadeiramente policêntrico, reforçando a integração entre sistemas urbanos sub-regionais;



- Densificar as interações intrarregionais, nomeadamente estruturando as redes regionais de equipamentos e serviços, e melhorando as redes estruturantes de transportes internas à região;
 - Reforçar o potencial de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte nacionais e transeuropeus que atravessam a região, modernizando infraestruturas, estimulando complementaridades entre centros urbanos e melhorando as articulações com as redes intrarregionais;
 - Reforçar a rede regional de instituições de ensino superior, de I & D e centros tecnológicos, em articulação com os espaços de localização de atividades intensivas em conhecimento e conteúdo tecnológico;
 - Desenvolver uma rede de áreas empresariais para o ordenamento e aumento da competitividade do modelo de industrialização difusa da faixa litoral;
 - O Identificar a estrutura de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e riscos naturais e da estruturação do território;
 - O Proteger e valorizar o património arquitetónico e arqueológico, condicionando o uso dos espaços inventariados e das suas envolventes;
 - O Desenvolver novas formas de relação urbano-rural, com base na diversificação de funções dos espaços rurais e na organização de uma rede de centros de excelência em espaço rural;
 - O Articular a estratégia de desenvolvimento territorial com as opções definidas para a região do Norte e para a região de Lisboa e Vale do Tejo, em particular tendo em conta a localização do novo aeroporto de Lisboa e a futura acessibilidade ferroviária em alta velocidade;
- Identificar os espaços sub-regionais relevantes para a operacionalização do PROT e desenvolver estratégias e propostas adequadas à sua diversidade, valorizando especificidades e reforçando complementaridades como meio de afirmação da competitividade e coesão regionais;
- Definir orientações e propor medidas para o uso, ocupação e transformação do solo adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento, às características das estruturas urbanas e às exigências dos novos fatores de localização de atividades, em



particular para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de atividades não rurais;

- Definir orientações e propor medidas para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes;
- Identificar e hierarquizar os principais projetos estruturantes do modelo territorial proposto, bem como os que concorram para o desenvolvimento dos setores a valorizar, e definir orientações para a racionalização e coerência dos investimentos públicos;
- Contribuir para a formulação da política nacional e regional de ordenamento do território, harmonizando os diversos interesses públicos com expressão espacial, e servir de quadro de referência e definir orientações para as decisões da administração e para a elaboração de outros instrumentos de gestão territorial;
- Definir mecanismos de monitorização e avaliação da execução das disposições do PROT-C.

2.2.5.1. Âmbito Territorial

O âmbito territorial do PROT-C inclui a área geográfica de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com uma extensão de 23.659 km², abrangendo 1.783.596 habitantes, distribuídos por 78 municípios: Águeda, Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Almeida, Alvaiázere, Anadia, Ansião, Arganil, Aveiro, Batalha, Belmonte, Cantanhede, Carregal do Sal, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castro Daire, Celorico da Beira, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Covilhã, Estarreja, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Leiria, Lousã, Mação, Mangualde, Manteigas, Marinha Grande, Mealhada, Meda, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Murtosa, Nelas, Oleiros, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Ovar, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penalva do Castelo, Penamacor, Penela, Pinhel, Pombal, Porto de Mós, Proença-a-Nova, Sabugal, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Sertã, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Tondela, Trancoso, Vagos, Vila de Rei, Vila Nova de Paiva, Vila Nova de Poiares, Vila Velha de Ródão, Viseu e Vouzela.



O PROT-C abrange assim as NUTS III Baixo Mondego, Baixo Vouga, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Pinhal Litoral, Serra da Estrela.

2.2.5.2. Visão Estratégica

A visão estratégica para a Região concretiza-se num conjunto de objetivos estratégicos que orientam a programação do PROT-C:

- Valorizar estrategicamente os ativos específicos de internacionalização da região: a valia cultural, patrimonial e de oferta de serviços da marca Coimbra, a visibilidade externa do sistema de Cidades, os portos de Aveiro e da Figueira da Foz e respetivas plataformas logísticas, o potencial de inserção internacional do sistema universitário e politécnico e da rede de infra estruturas de base tecnológica e o tecido empresarial mais internacionalizado devem ser promovidos como âncoras da internacionalização da Região;
- Viabilizar a transição sustentada da região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento: a incorporação de níveis mais elevados de conhecimento no sistema produtivo da região, seja o mais tradicional, seja o mais inovador e a necessidade de atração e de fixação de recursos humanos mais qualificados constituem opções estratégicas que, no quadro do PROT-C, justificam que se atribua importância decisiva à constituição de uma rede regional de infraestruturas tecnológicas, conectando os centros de produção de conhecimento e as empresas e à valorização do ordenamento territorial e urbano como fator de atração de recursos qualificados;
- Uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural: o fortalecimento e valorização de projetos agroflorestais viáveis e competitivos segundo uma lógica de atividade empresarial e não segundo critérios de potencialidades de uso do solo e a concretização de uma abordagem territorial e não setorial do setor agroflorestal não competitivo, baseada em políticas integradas de desenvolvimento, constituem os vetores da visão estratégica diferenciada; a valorização integrada e multifuncional dos espaços rurais não competitivos, segundo uma lógica de integração de políticas públicas e capacidade de iniciativa local, constitui a abordagem do PROT-C aos territórios de baixa densidade;



- Valorizar complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura: tendo em vista uma maior representatividade da Região no contexto dos produtos estratégicos contemplados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) e o posicionamento face às marcas Douro e Alentejo, o PROT-C visa sobretudo estabelecer quadros normativos e de intervenção de requalificação do património cultural, ambiental, urbanístico, infraestrutural, de recursos humanos e organizacional de modo a criar condições para que a organização da oferta de recursos turísticos regionais possa transformar-se numa gama mais consistente de produtos e de nichos de mercado;
- Valorizar os recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação: o estatuto de mosaico territorial que o PROT-C pretende valorizar para a Região Centro fundamenta-se entre outros recursos na valia patrimonial e cultural diversificada e na necessidade de os integrar como elementos da própria estratégia de ordenamento do território;
- Valorizar o potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva: a Região dispõe de condições territoriais, empresariais e de conhecimento únicas para se afirmar como um território de referência na utilização de fontes de energia eólica e valorização da biomassa, no aproveitamento de potenciais hidroelétricos, na valorização dos biocombustíveis, da geotermia, da energia solar e a médio-longo prazo do potencial da energia das ondas; a conquista de uma posição dianteira em termos de eficiência energética completa a visão;
- Organizar e valorizar o potencial para o policentrismo: essencialmente por via de opções pertinentes de acessibilidades intrarregionais e de política de localização de serviços públicos e de serviços avançados às empresas, pretende-se concretizar o reconhecidamente maior potencial de sistema urbano policêntrico que a Região apresenta no território continental; a valorização do sistema urbano do litoral e da polaridade intermédia única que Dão-Lafões representa, a dinamização do Eixo da Beira Interior, a concretização do corredor Coimbra-Covilhã, a articulação de territórios do Pinhal Interior com a área de influência de Coimbra e o novo papel dos centros urbanos do Pinhal Interior como fontes de serviços aos territórios de baixa densidade concretizam a visão estratégica para o policentrismo urbano da Região;



- Potenciar a biodiversidade e as suas mais-valias ambientais: o plano assume como prioridade estruturante a promoção do valor social, económico e ambiental dos valores e dos recursos naturais, e a definição de uma rede constituída pelas áreas classificadas e outras áreas de valia ambiental e ainda pelos corredores ecológicos suscetíveis de assegurar a conservação e valorização do património natural, designada Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA). O Plano destaca como áreas de mais-valias as áreas classificadas, as linhas de água e outras áreas sensíveis;
- Implementar políticas de prevenção e mitigação dos riscos: embora considerando que a estrutura urbana policêntrica da região tende a minimizar a vulnerabilidade social aos riscos naturais e tecnológicos, o PROT-C propõe uma estratégia de ordenamento do território que tenha em devida conta os índices de perigosidade e de probabilidade de ocorrência desse tipo de riscos; as fragilidades da orla costeira e as condições de ondas de calor associadas a riscos como as secas e os incêndios assumem na estratégia proposta um relevo adicional;
- Uma estratégia para os territórios de baixa densidade: apoiado numa visão estratégica que valoriza essencialmente as políticas públicas integradas para territórios com atividades rurais não competitivas, o PROT-C pretende afirmar a região centro como território pioneiro na abordagem à baixa densidade, convocando municípios e entidades da administração central para uma perspetiva mais integrada desses territórios e para a valorização do papel dos centros urbanos (por mais pequena que seja a sua dimensão) e dos serviços associados na organização futura desses territórios.

2.2.5.3. Modelo Territorial

A proposta de modelo territorial para a região e a sua representação cartográfica devem ser compreendidas à luz da identificação de duas famílias de variáveis: as texturas e as estruturas territoriais.

A textura territorial da região resulta da ação combinada de aspetos de geografia física (invariantes naturais como, por exemplo, relevo, bacias hidrográficas e clima), paisagem, principais usos agrícolas e florestais e restrições de regimes de proteção ambiental e de riscos naturais e tecnológicos, aos quais se juntou a própria análise demográfica.



A estrutura territorial abrange as variáveis económicas (sobretudo o emprego), as concentrações urbanas, as infraestruturas arteriais de mobilidade e os parâmetros de vulnerabilidade social e de exposição ao risco.

Integram o modelo territorial os seguintes sistemas estruturantes:

- Sistemas produtivos: Prospetiva económica e inovação; Desenvolvimento rural e atividades agroflorestais; Turismo; Património cultural.
- Sistema urbano;
- Sistema de acessibilidades e transportes;
- Sistema ambiental (Estrutura de Proteção e valorização ambiental, unidades de paisagem e espaço físico);
- Sistema de riscos naturais e tecnológicos;

Na perspetiva do PNPOT, a Região Centro é apresentada como um território de charneira entre o Norte e o Sul, e entre o Litoral e o Interior. Para esse estatuto muito contribui a posição relevante do corredor litoral entre as aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, onde a par de níveis elevados de densidade de povoamento e de infra-estruturação se localizam importantes plataformas nacionais de relacionamento.

A proposta de modelo territorial não pode nem deve ser lida como uma compartimentação rígida (zonamento) entre áreas estanques, com limites precisos, capazes, à partida, de garantir as mesmas unidades de ordenamento pertinentes para todos os temas e instrumentos de regulação de políticas de ordenamento e de desenvolvimento.

A complexidade do planeamento requer uma necessária “geometria variável” que deixe espaços abertos para as oportunidades, designadamente as geradas pelas estratégias empresariais e para a capacidade de se operacionalizarem desafios que o atual mapa administrativo não contém. Sendo o PROT-C um plano de natureza estratégica, cabe-lhe a definição de uma “visão” prospetiva e de linhas gerais de estruturação a que esta síntese do Modelo Tendencial /Unidades Territoriais procura responder.



2.2.5.4. Unidades Territoriais

As Unidades Territoriais ou os Enfoques Sub-regionais consistem no desenvolvimento da proposta do modelo territorial apresentado. Nestes enfoques enfatizam-se os principais traços de caracterização e de prospetiva, que, ao nível sub-regional contribuem para a operacionalização dos Objetivos contidos no PROT-C.

Estes enfoques sub-regionais correspondem às Unidades Territoriais do PROT-C, espaços geográficos relevantes e pertinentes para:

- a definição de políticas públicas de base territorial enquadráveis nos instrumentos de gestão territorial;
- a formulação de orientações estratégicas de suporte à territorialização de políticas não enquadráveis nos instrumentos de gestão territorial.

São definidas quatro unidades territoriais, de que se destacam as unidades funcionalmente relevantes, que por sua vez são constituídas pelos respetivos subsistemas funcionalmente relevantes:

- Centro Litoral (subsistemas Aveiro/Baixo Vouga, Coimbra/Baixo Mondego e Leiria-Marinha Grande/Pinhal Litoral);
- Dão-Lafões e Planalto Beirão;
- Beira Interior;
- Pinhal Interior e Serra da Estrela.

Em termos de opções estratégicas, perspetivam-se algumas orientações para a unidade territorial Pinhal Interior e Serra da Estrela, na qual se insere o município de Oliveira do Hospital:

As prioridades de consolidação e qualificação desta unidade territorial são as seguintes:

- Recursos biofísicos, valores ambientais e paisagísticos, floresta e turismo;
- Garantia da qualidade da água na bacia do Zêzere;
- Articulação da política local (municipal e intermunicipal) com as políticas setoriais nacionais no setor do turismo. O “produto” Serra da Estrela deve ser melhor definido



em termos nacionais/regionais (ver o PENT), para que daí se consiga consensualizar um leque de objetivos, estratégias e ações que, a terem consequências nas políticas municipais/intermunicipais, sejam partilhados pelos diferentes municípios. O défice desta fratura setorial/territorial a nível central/nível local, aumenta a deriva das políticas municipais ou de iniciativa municipal, e favorece dinâmicas de competitividade sem cooperação;

- O somatório dos planos setoriais (e os seus conteúdo, desígnios e regulação) não garante quase nada, quando nada está concertado inter-sectorialmente. Desígnios “horizontais” (como turismo e desenvolvimento rural; ambiente e paisagem; etc.) com lógicas “territoriais” exigem o consenso em torno de um número claro e restrito de prioridades. Nem é o somatório das vontades locais/municipais (o que seria um processo a partir da base), nem a pulverização das prioridades nacionais (lógica a partir do topo) que tem a possibilidade de convergir. O escalão regional deve assumir responsabilidades e poderes consequentes para operacionalizar processos de arbitragem e gerir a construção das plataformas pertinentes de governação.

Em matéria de estruturação do sistema urbano, as NUTS III, Serra da Estrela e Pinhal Interior constituem um território “centrífugo”, ou seja, não dispõem de um centro principal de polarização, justificando-se:

- A Norte: Fornos de Algodres, Gouveia e Seia estão melhor posicionados face a Viseu e à rede de IPs e ICs que estrutura a região; as relações com a Guarda e com a Covilhã, questão mais importante no caso de Manteigas, devem ser ponderadas segundo o tipo de projetos e as razões da sua pertinência e operacionalidade;
- No Centro: de Oliveira do Hospital a Penela, Castanheira de Pêra, a influência de Coimbra é mais clara. Oliveira do Hospital, pelo seu posicionamento favorável face ao IC6 e IC7 e pela sua dimensão e capacidade de polarização, constitui-se como um polo intermédio com um elevado potencial de polarização sub-regional;
- No Sul: de Ansião (IC3/IC8) e Figueiró dos Vinhos até Proença-a-Nova e ao IP6/IP2/A23, existe uma situação potencial de estruturação linear facilitada pelas curtas distâncias ao IC8. A Sertã, pela sua dimensão e perfil funcional, joga aqui um papel importante de influência sub-regional. Tanto mais que o IP6/A23, ao longo do Vale do Tejo, desde a Beira interior Sul ao Pinhal Interior Sul, tem um papel fundamental de articulação destas NUTS com as NUTS do Médio Tejo, Vale de Santarém e Área Metropolitana de Lisboa. O IP6/A23 O encravamento de Oleiros e Pampilhosa da Serra deve ser resolvido pela melhoria das



situações de conflitualidade na atual rede de ENs e ERs (sobretudo derivada do tráfego de pesados);

- O reforço funcional das sedes de município, assegurando um “pacote mínimo” de equipamentos, serviços e redes de apoio social e sistema escolar obrigatório, discriminando positivamente o apoio a projetos que:
 - Combinem lógicas baseadas em critérios de hierarquia e volume de utilizadores, com lógicas de especialização;
 - Contribuam para o reforço de redes e complementaridades intermunicipais na gestão de equipamentos e organização de serviços (saúde, assistência social, educação/formação);
 - Assumam a importância da logística na qualidade do serviço prestado, otimizando o uso dos recursos já existentes (equipamentos e profissionais); intensificação do uso de tecnologias de informação combinadas com as formas convencionais de organização;
 - Combinem serviços móveis e fixos, concentrando equipamentos e organizando redes de prestação e de acessibilidade social;
 - Combinem “subsistemas” mais ou menos autónomos, articulando serviços, modos de funcionamento e rendibilização de espaços e recursos (p.ex. da rede escolar com equipamentos culturais e desportivos);
- Especial atenção para a população envelhecida e para a primeira infância e idade escolar;
- Prioridade ao ensino profissional, combinando saberes horizontais (como a informática, as línguas, as tecnologias), com especializações, instituições e saberes localmente enraizados;
- Nos domínios que recuperam saberes e especificidades culturais, tradicionalismos (incluindo os temas relacionados com o “desenvolvimento endógeno”, TER, termalismo, valores patrimoniais, desenvolvimento rural);
- Nos domínios que constituem procuras e prioridades conhecidas (apoio social, cuidados continuados);
- Políticas de apoio ajustada às microempresas em geral (caso do microcrédito), com especial atenção aos setores contemplados nos programas de desenvolvimento rural, no turismo e nos serviços pessoais;



- Possibilidade de trabalhar lógicas de fileira, na combinação possível entre critérios de elegibilidade por parte de diferentes programas com origens financeiras e montagens institucionais diversas;
- Discriminar positivamente a amarração local das iniciativas (incorporação local de matérias primas e produtos intermédios, capacidade de construir relações com instituições escolares e de formação profissional), explorando os objetivos do desenvolvimento endógeno ou local e dando prioridade a instituições com provas reconhecidas de boas práticas;
- O aprofundamento das possibilidades de redes/projetos tematizados de expressão regional, nacional, transfronteiriça ou internacional (rotas turísticas, produtos com denominação de origem, “pacotes” mistos);
- No pano de fundo da rarefação, os desígnios ambientais, culturais, paisagísticos, empreendedoristas, etc., (desenvolvimento rural, valores ambientais, turismo TER, etc.), entram frequentemente em conflito por já se inscreverem em sociedades e territórios altamente fragilizados. O próprio solo agrícola, esgotados os sistemas tradicionais de produção, é cada vez mais frequentemente avaliado do ponto de vista estético da “qualidade paisagística”. A questão principal é a de que o “espaço rural” não pode ser um “fundo” de paisagem, ou o “vazio” entre edificado e vias, viabilizando sistemas de ocupação e uso do solo compatíveis. No caso de haver fortes investimentos em infraestruturas (caso dos perímetros de regadio), faz todo o sentido a defesa de políticas restritivas para a conservação dos solos; no outro extremo, nas situações mais extremas de desruralização, quando o solo classificado como rural ou agrícola ou florestal é apenas superfície de invasão de infestantes, faz mais sentido usar políticas incentivadoras do que restritivas;
- Nas áreas incluídas na Rede Natura, é necessário que o Estado defina ações e projetos mais visíveis no terreno. Um limite e uma restrição significam muito pouco se não houver políticas ativas para aquilo que se quer defender como a reposição de ecossistemas, a qualificação do sistema hídrico, a reflorestação com formações vegetais climácicas, ou, genericamente as políticas de conservação da natureza. O projeto CIUS - Centro de Investigação de Ungulados Silvestres na Serra da Lousã que tem como objetivos a criação de um laboratório de campo para investigação das populações portuguesas de ungulados, a monitorização do estado sanitário das espécies de ungulados, a implementação de uma rede de recolha para epidemiovigilância das suas populações, o tratamento e recuperação de ungulados formação em gestão e conservação destas espécies, educação ambiental (realização de workshops e cursos) e o turismo científico é um bom exemplo de ações de conservação e valorização da biodiversidade;



- A Estrutura Ecológica Municipal, EEM, deve também ter esta componente de projeto e ações (ações piloto de caráter demonstrativo, pelo menos), devendo ser articulada com a escala extramunicipal;
- Para lá das questões ambientais, este cenário próprio das regiões em perda, implica uma maior e melhor focalização e articulação das políticas públicas nos diversos programas que possam, ao mesmo tempo, desenvolver os desígnios da coesão social, e trabalhar algumas componentes da competitividade deste tipo de territórios e contextos sociais onde a alta cotação ambiental e cultural contrasta com a escassez dos recursos humanos e de capital. O Parque Biológico da Serra da Lousã, é um exemplo de boas práticas de integração horizontal de políticas de inclusão social e de valorização das mais-valias ambientais, assim como, o trabalho da Associação de Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo e Coimbra, entidade parceira do parque, que desenvolve formação profissional e cultural numa perspetiva intergeracional e de inclusão social;
- A questão é que o espaço rural não pode ser um fundo de paisagem ou o vazio entre edificado e vias, assim é necessário viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo visando:
 - A conservação das áreas com potencialidades produtivas agrícola e florestal e fomento da produção competitiva e sustentável, nomeadamente da agricultura no caso dos perímetros de regadio;
 - A conservação da natureza, biodiversidade e ordenamento do espaço rural;
 - A melhoria da qualidade de vida e a diversificação da economia nas zonas rurais.

2.2.6. Programa Territorial de Desenvolvimento para o Pinhal Interior Norte

O Programa Territorial de Desenvolvimento para o Pinhal Interior Norte resulta do trabalho de concertação, planeamento e definição estratégica para o Pinhal Interior Norte, numa conjugação de esforços da AMPIN com os catorze municípios, numa lógica de rede e de valorização de complementaridades, que se irá sustentar o desenvolvimento regional preconizado e consensualizado.

Considerando a elaboração do Plano Estratégico e de Ação do Pinhal Interior Norte 2007- 2013 (PEAPIN), a Associação de municípios do Pinhal Interior Norte (AMPIN) apresenta o seu Programa Territorial de Desenvolvimento como documento simplificado, trabalhado exclusivamente para estruturar o processo de negociação da subvenção global do Programa Operacional Regional do Centro.



Com uma localização estratégica na Região Centro, entre o Interior e o Litoral, o Pinhal Interior Norte (PIN) é marcado pela heterogeneidade socioeconómica e demográfica, sendo notória a diferença entre os municípios do interior e os que estão mais próximos da faixa litoral e das macro acessibilidades rodoviárias.

Reconhecida a importância de definir uma estratégia regional sustentada, criando e/ou valorizando vantagens competitivas com base nos fatores diferenciadores do seu território e em parcerias estratégicas, e explorando eficazmente as oportunidades existentes, a AMPIN elaborou o PEAPIN.

A estratégia proposta para a Região do PIN assume a seguinte visão: “Pinhal Interior Norte: Um Centro Alternativo e Sustentável”

Esta visão é suportada e afirmada em torno de três linhas estratégicas fundamentais:

- Apostar na educação e na qualificação - Investir nas pessoas e criar uma Região empreendedora, orientada para a valorização do potencial humano regional como pilar estratégico do desenvolvimento integrado e sustentado da Região;
- Qualificar o território, estruturar e integrar diversidades – Criar uma Região coesa e competitiva, alinhada com os novos desafios de valorização territorial com vista à criação de um espaço de qualidade, e organizada de modo a garantir e estimular o sucesso dos projetos a implementar;
- Valorizar a base económica regional – Apostar numa Região inovadora que ousa ser diferente, através do estímulo à capacidade de inovar, de criar valor e do fomento da progressão na cadeia de valor dos produtos e setores económicos existentes ou que se revelam com forte potencial regional.

O Plano de Ação para a Região do Pinhal Interior Norte é a base estratégica das intervenções a desenvolver no território regional, co-promovidas pelos diversos atores locais e regionais. O desenho do Plano de Ação assentou no conhecimento da realidade regional, na estratégia a partir daí estabelecida e no conhecimento aprofundado das políticas e instrumentos de financiamento.

Este Plano de Ação, constituído por uma carteira de 24 projetos mobilizadores para a Região do Pinhal Interior Norte, dá resposta à necessidade de criação de condições para fomentar o desenvolvimento integrado deste território.



Os vinte e quatro projetos mobilizadores apresentados constituem a macroestrutura do Plano de Ação para o PIN na qual se enquadram subprojetos que, de acordo com a abrangência e impacto territorial, se classificam em três tipologias:

Nível 1 – Abrangência regional, com impacto em todos os municípios do PIN;

Nível 2 – Abrangência sub-regional, com impacto em pelo menos 2 municípios;

Nível 3 – Abrangência municipal, com relevância estratégica.



3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E BIOFÍSICA

3.1. Caracterização geral

O município de Oliveira do Hospital localiza-se no distrito de Coimbra, encontrando-se delimitado a norte pelo município de Nelas, a leste por Seia, a sul por Arganil, a oeste por Carregal do Sal e Tábua.

Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), o município encontra-se inserido na região NUTS de nível II do Centro e na região NUTS de nível III de Pinhal Interior Norte. Com uma área total de 23 452 ha, o município subdivide-se administrativamente em 21 freguesias (CAOP, 2009). No Quadro 1 apresenta-se a distribuição da área municipal pelas respetivas freguesias. Na Figura 1 pode observar-se a localização do município de Oliveira do Hospital e respetivas freguesias, assim como, o seu enquadramento administrativo na região e em Portugal Continental.

Quadro 1- Freguesias e respetivas áreas do município de Oliveira do Hospital

Freguesias	Área	
	ha	%
Aldeia das Dez	1 870	8
Alvôco das Várzeas	1 162	5
Avô	717	3
Bobadela	568	2
Ervedal	2 176	9
Lagares da Beira	1 319	6
Lagos da Beira	833	4
Lajeosa	519	2
Lourosa	1 394	6
Meruge	725	3
Nogueira do Cravo	1 498	6
Oliveira do Hospital	926	4
Penalva de Alva	1 185	5
Santa Ovaia	314	1
São Gião	1 455	6
São Paio de Gramaços	440	2
São Sebastião da Feira	265	1
Seixo da Beira	3 373	14
Travanca de Lagos	1 583	7
Vila Franca da Beira	702	3
Vila Pouca da Beira	429	2
Total	23 452	100



têm significado notório devido às formas expressivamente onduladas que são culminadas em alguns casos em serranias e vales profundos.

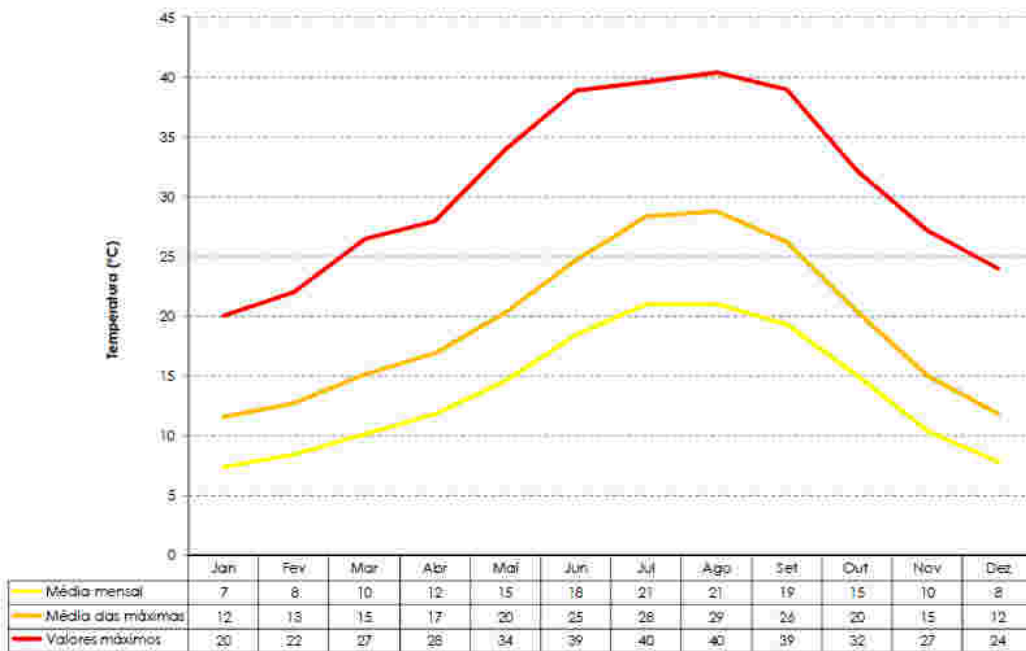
A temperatura apresenta assim grande variabilidade decorrente da localização interior do município, estando sujeito a influências de alguma continentalidade, apesar da proximidade ao oceano. O desenvolvimento de condições micro climáticas também influencia a temperatura do ar, devido às condições geomorfológicas e à acentuada orografia.

Relativamente à temperatura média mensal e média das máximas (Figura 2), a evolução ao longo do ano é bastante uniforme, diferindo em valores inferiores a 8°C. No que se refere à diferença entre os valores extremos máximos mensais e a temperatura máxima, verifica-se que a variação global ao longo do ano apresenta as mesmas tendências de subida e descida, que a anterior (temperatura média mensal e média das máximas), no entanto a amplitude entre valores é bastante superior, na maioria dos casos acima dos 9°C, atingindo o valor mais elevado em Maio e Junho com uma diferença de cerca de 14°C.

Comparando os valores extremos máximos mensais e a temperatura média mensal obtém-se, como seria de esperar, uma amplitude ainda mais elevada, sendo a diferença na maioria dos casos superior a 13°C, verificando-se o valor máximo novamente nos meses de Junho e Setembro com 21°C e 20°C.

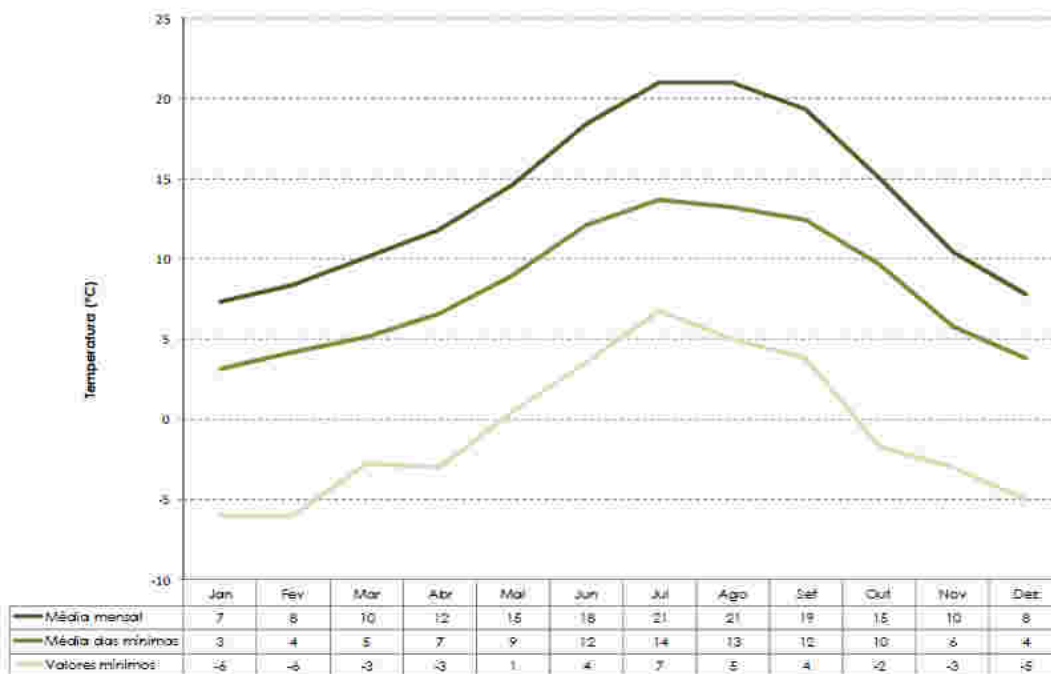
Observando a Figura 3, verifica-se que os meses com temperaturas mínimas mais baixas são frequentemente os de Dezembro e Janeiro. Analisando a amplitude ao longo do ano verifica-se que a temperatura média mensal e média das mínimas é uniforme, obtendo-se uma variação na totalidade do ano inferior a 8°C.

Essa situação também ocorre quanto à diferença entre os valores extremos mínimos mensais e a temperatura mínima, apesar de ocorrer uma maior amplitude, valores em média superiores a 7°C. Comparando os valores extremos mínimos mensais e a temperatura média mensal obtém-se uma amplitude elevada, sendo que a diferença na maioria dos casos superior a 13°C e a maior diferença ocorre no mês de Outubro com cerca de 17°C.



Fonte: Normais climatológicas da Estação Meteorológica de Nelas - 1961-1990 (IM, 2009)

Figura 2 – Valores mensais da temperatura média, média das máximas e valores máximos em Oliveira do Hospital entre 1961 e 1990



Fonte: Normais climatológicas da Estação Meteorológica de Nelas - 1961-1990 (IM, 2009)

Figura 3 – Valores mensais da temperatura média, média das mínimas e valores mínimos em Oliveira do Hospital entre 1961 e 1990



Estas temperaturas evidenciam um clima do tipo continental, acentuado pela sua posição topográfica, e pela passagem de ventos oceânicos que humedecem e refrescam o ar desta região. Estas características poderão favorecer o aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos, constituindo um grave risco, nomeadamente:

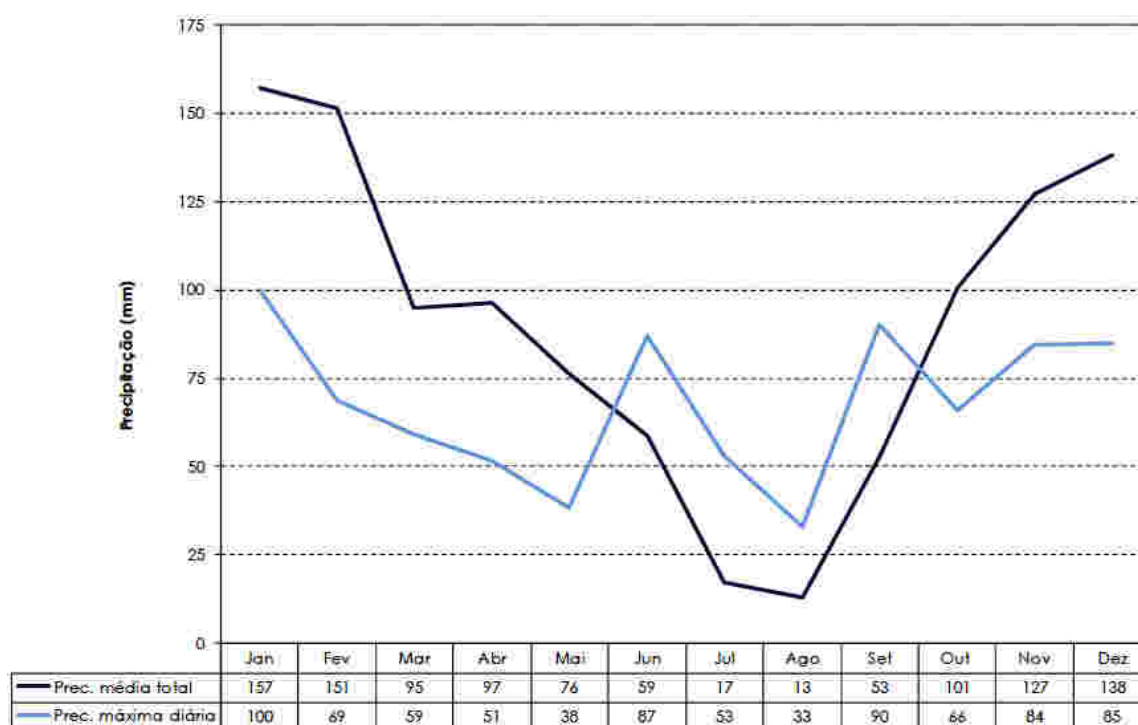
- No que respeita aos episódios de temperaturas altas extremas (ondas de calor), para além das consequências diretas do calor extremo na saúde da população, especialmente nos grupos de risco, relativamente a desidratações, problemas cardio-respiratórios, etc., também merece algum destaque o facto de o calor favorecer a proliferação de doenças transmitidas pela água (contaminação da rede pública de abastecimento de água) e pelos alimentos;
- As temperaturas elevadas poderão contribuir para a diminuição das reservas hídricas, contribuindo para a ocorrência de situações de seca;
- O facto das temperaturas médias, assim como dos valores máximos de temperatura, poderem atingir valores elevados, contribuirá para uma redução da humidade dos combustíveis e para um maior risco de ignição, aumentando assim o risco de incêndio florestal;
- No que concerne aos episódios de temperaturas baixas extremas (vagas de frio), há que considerar as implicações críticas para a população, quer por efeito direto na saúde, nomeadamente no que se refere a episódios de hipotermia (especialmente nos grupos de maior risco, como são exemplo as crianças, os idosos e os doentes), quer no que se refere ao aumento da probabilidade de nevoões, que poderão ter consequências críticas para a população e que dizem diretamente respeito à atividade da proteção civil (isolamento de populações, ocorrência de acidentes, etc.).

3.2.1.2. Precipitação

Em termos de precipitação, Oliveira do Hospital regista uma situação característica dos regimes pluviométricos torrenciais, sendo a mesma distribuída de uma forma desigual ao longo dos meses do ano. A precipitação anual é, em média, superior a 1000 mm, valor que retrata bem a interferência do relevo nos totais atingidos, e que apenas encontra paralelo nas zonas mais a noroeste onde se registam precipitações elevadas, acentuadas pelas montanhas e pela proximidade do mar.



A Figura 4 apresenta a distribuição da precipitação ao longo do ano, podendo verificar-se que a partir do mês de junho ocorre uma quebra acentuada nos valores de precipitação e que os meses de julho e agosto são os mais secos, não indo os valores médios de precipitação além dos 13 mm. Estas características poderão favorecer a ocorrência de fenómenos naturais, como as secas, em consequência da ocorrência de precipitação inferior à esperada sobre um determinado território e ao longo de um determinado período de tempo, resultando assim na falta de água para satisfazer as necessidades existentes.



Fonte: Normais climatológicas da Estação Meteorológica de Nelas - 1961-1990 (IM, 2009)

Figura 4 – Precipitação mensal e máxima diária no município de Oliveira do Hospital para o período compreendido entre 1961 e 1990

Relativamente às precipitações máximas diárias, os dados relativos ao período 1961-1990 revelam que nos meses de Outubro a Dezembro poderão surgir dias com precipitações próximas dos 100 mm, o que poderá levar à ocorrência de cheias nos locais de acumulação de escoamento superficial, ou cheias em cursos de água que não se encontrem desobstruídos. Contudo, dado que os valores máximos históricos apenas indicam um episódio de precipitação diária superior a 100 mm, prevê-se que este tipo de evento (cheias e inundações) deverá ser muito raro no município.



- No que respeita a precipitações extremas, verifica-se que nos meses de Novembro a Fevereiro poderão surgir dias com precipitações próximas ou superiores a 125 mm, o que poderá levar à ocorrência de cheias e inundações nos locais de acumulação de escoamento superficial ou em cursos de água que não se encontrem desobstruídos e, caso a precipitação ocorra em grande quantidade, poderão também ocorrer deslizamentos de terras por saturação hídrica dos solos.
- No que respeita aos episódios prolongados de falta de precipitação, poderá ser expectável a ocorrência de fenómenos críticos, como secas, resultando assim na falta de água para satisfazer as necessidades existentes, bem como incêndios florestais, em virtude do menor teor de humidade da vegetação durante o Verão, o que poderá favorecer a ocorrência de ignições.
- No que respeita à queda de neve, e tendo por base os dados da estação meteorológica de Nelas, verifica-se que em termos médios este tipo de precipitação pode ocorrer entre Dezembro a Maio, variando entre 0,1 dias por mês (Maio) a 0,4 dias por mês (Janeiro). Embora em termos médios ocorram por ano poucos dias com queda de neve, o facto é que não é de excluir a ocorrência de um episódio de forte queda de neve.

3.2.1.3. Humidade relativa

O teor de humidade relativa do ar em Oliveira do Hospital encontra-se sempre abaixo dos 65% às 15h/18h entre os meses de Maio e Setembro, atingindo um mínimo em Agosto (56%). A variação diária de humidade relativa parece também aumentar significativamente a partir de Maio atingindo um máximo de aproximadamente 13% em Agosto, valor bastante superior ao verificado em Novembro, mês em que a variação diária da humidade relativa do ar é nula.

De salientar que convirá acompanhar sempre os valores médios mensais da humidade relativa de forma a se verificar se encontram abaixo dos valores médios históricos. Teores de humidade relativa do ar bastante inferiores aos valores médios deverão constituir um alerta para as autoridades de saúde, no sentido de avisar as populações, nomeadamente crianças e idosos, para o risco de problemas respiratórios e cardiovasculares, que tendem a agravar-se nestes períodos (principalmente se associados a temperaturas muito elevadas ou muito baixas).



Os baixos teores de humidade relativa deverão ainda constituir um motivo de alerta para as forças de prevenção e combate a incêndios, uma vez que aumenta o risco de ignição e a facilidade da propagação das chamas.

3.2.1.4. Vento

No que respeita ao padrão dos ventos verifica-se que os ventos dominantes são provenientes de sudoeste, com maior intensidade a partir de maio prolongando-se até outubro, altura em que os ventos provenientes de nordeste também se tornam bastante frequentes. Estes ventos dominantes são influenciados pela orientação predominante dos principais vales – NE/SO – e pela proteção exercida pelos conjuntos montanhosos da Estrela e do Caramulo. A distribuição da velocidade média do vento mostra não seguir a tendência da direção dos ventos, surgindo as velocidades médias mais elevadas associadas ao quadrante leste, mais concretamente à direção nordeste, direção esta que nos meses de maio a agosto chega a atingir velocidades médias da ordem dos 17 km/h.

Embora os episódios de ventos fortes geradores de danos avultados serem raros nesta região, poderão ocorrer, surgindo assim riscos ao nível da saúde pública e dos danos em veículos e edifícios, condicionando o assegurar de condições mínimas de normalidade, em especial, o acesso a escolas, a serviços de saúde e a bens alimentares, em virtude de acidentes de viação e obstrução de vias. Outros aspetos que merecem especial atenção prendem-se com a integridade das redes de telecomunicações e de distribuição, que poderão limitar a facilidade de comunicação entre agentes da proteção civil, e o comportamento dos ventos provenientes de leste que tendem ser bastante quentes e secos, o que favorece a ocorrência de incêndio.

3.2.2. Orografia

3.2.2.1. Hipsometria

Morfoestruturalmente, o município de Oliveira do Hospital, integra o conjunto montanhoso da Serra do Açor, por intermédio do Colcorinho, cujo ponto mais alto encontra-se a 1244 m de altitude. No que toca à altimetria, e como se pode constatar observando a Figura 5, referente ao modelo digital do terreno (resolução de 10 m), verifica-se que não existem zonas de cota muito elevada, encontrando-se a maior parte da área do município abaixo dos 350 m (56% da superfície), logo seguido pela classe dos 350-750 m (40% da superfície). Na zona sul surgem



áreas com altitudes acima dos 750 m (4% da superfície, nomeadamente as freguesias de Aldeia das Dez (coincidindo com o ponto mais alto do município), Alvôco das Várzeas e São Gião, valores estes que nunca chegam a ser atingidos nas restantes freguesias.

A altitude média é de 468 m, sendo a freguesia de Aldeia das Dez aquela que se localiza a maior altitude média com 862 m, na qual se situa o ponto mais alto do município – o Colcorinho – e a freguesia de São Sebastião da Feira a de menor altitude média com 265 m.

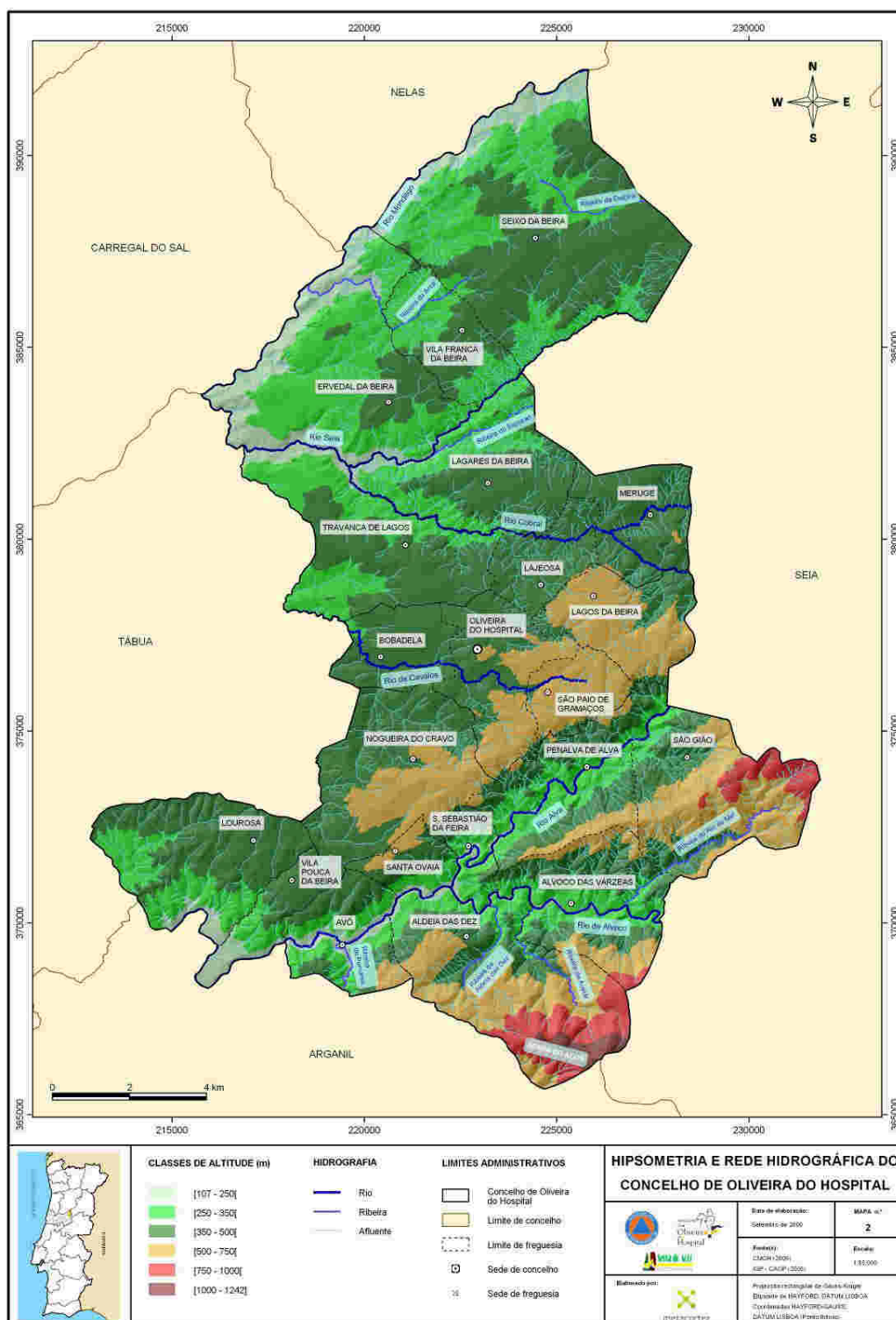
3.2.2.2. Declives

A análise do mapa de declives (Figura 6) permite constatar que Oliveira do Hospital possui duas zonas distintas, a zona norte e sul, onde predominam os declives acentuados, e a zona central, com características planálticas. Os declives acentuados registam-se sobretudo na parte sul do município, nomeadamente nas freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, São Gião, Penalva de Alva, Vila Pouca da Beira, São Sebastião da Feira e Lourosa.

Constata-se o predomínio de zonas com declives até 20% (aproximadamente 59% do território), logo seguido da classe dos 20 - 33 %, a que corresponde pouco mais de 28% do território. De salientar também, e na sequência do que atrás foi dito, a classe dos 33 - 50 %, que se encontra presente em 11% do território, com maior predominância a Sul da Estrada Nacional 17 (EN17), concretamente nas freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Penalva de Alva, S. Sebastião da Feira, Santa Ovaia e São Gião.

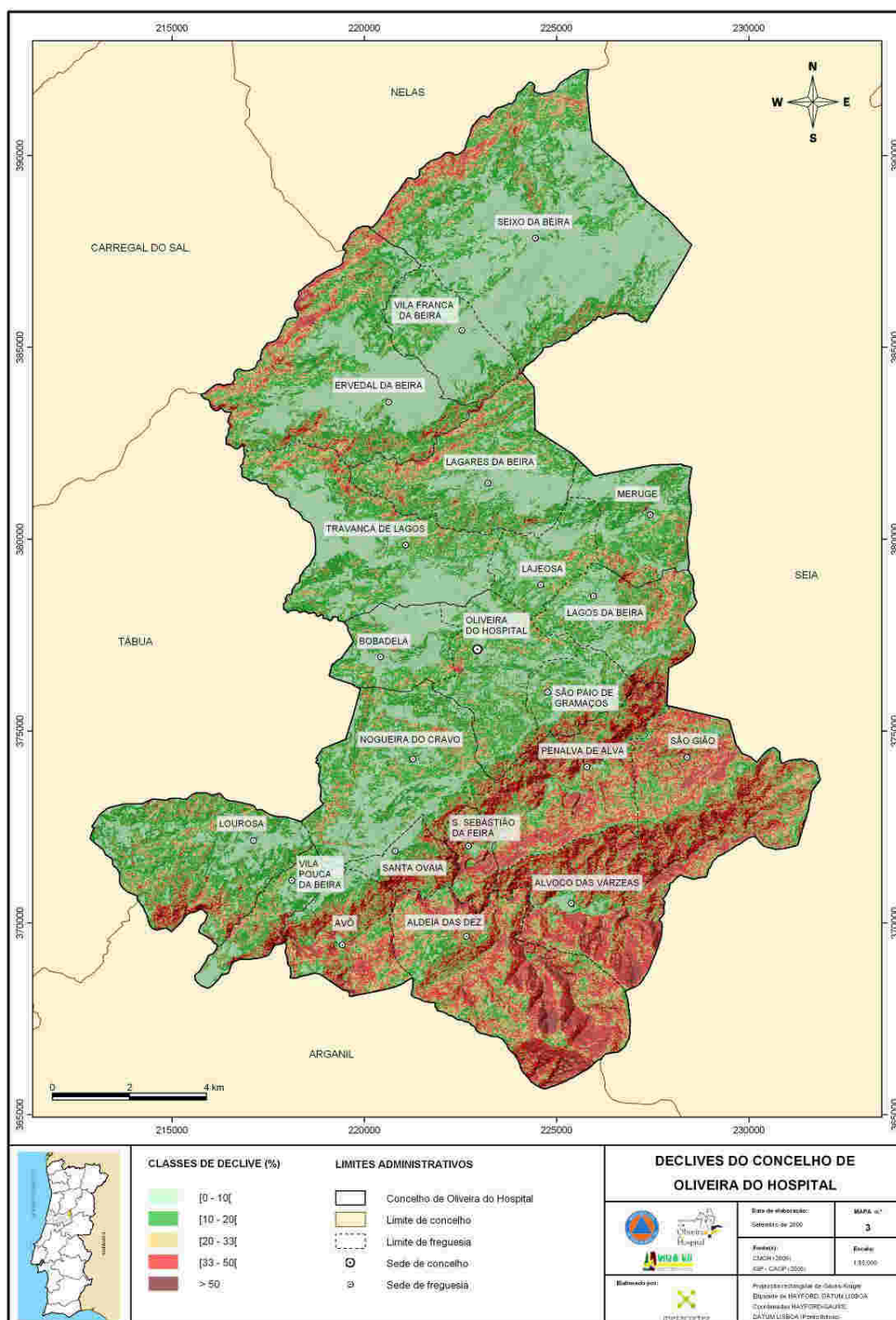
3.2.2.3. Hidrografia

O município de Oliveira do Hospital é atravessado por diversos cursos de água, organizados em função do Rio Mondego (que limita o município a norte e nw, numa extensão de aproximadamente 16 km), pois todos os rios e ribeiros que nascem ou atravessam o município são seus afluentes (ver Figura 5). Para além destas ribeiras existe uma vasta rede de cursos de água não permanentes.



(Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira do Hospital)

Figura 5 – Hipsometria e rede hidrográfica do município de Oliveira do Hospital



(Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira do Hospital)

Figura 6 – Declives do município de Oliveira do Hospital



Os cursos de água que se revestem de maior importância são o Rio Mondego, Rio Alva, Rio Cobral, Rio Seia, Rio de Cavalos e Rio Alvôco. O Rio Alva é o principal rio que cruza o município, numa distância superior a 23 km. No seu trajeto, sentido Nordeste/Sudoeste, entre as freguesias de São Gião e Lourosa, recebe o contributo de diversas ribeiras em ambas as margens, destacando-se o Rio de Alvôco (da margem esquerda) que atravessa as freguesias de Aldeia das Dez e Alvôco das Várzeas no sentido Este/Oeste, desaguardo no lugar denominado Ponte das Três Entradas. O Rio Seia atravessa o município numa extensão de 16 km no sentido Nordeste/Sudoeste, percorrendo as freguesias de Seixo da Beira, Lagares da Beira, Ervedal da Beira e Travanca de Lagos, tendo como afluente o Rio Cobral (11 km de extensão), que percorre as freguesias de Meruge, Lagares da Beira, Lajeosa e Travanca de Lagos no sentido Este/Oeste.

Todos os cursos de água apresentam no período de inverno caudais mais avolumados, embora não constituam perigo eminente para os aglomerados populacionais que atravessam. Em anos de pluviosidade excepcional é comum verificarem-se inundações e cheias sobretudo ao longo do Rio Alva. Por outro lado, devido ao fato de alguns cursos de água apresentarem uma natureza não permanente, poderão facilitar processos de acumulação de resíduos que, em caso de ocorrência de precipitações muito intensas, poderão levar à ocorrência de inundações e cheias.

3.2.2.3.1. Qualidade da água nas praias fluviais

A qualidade das águas balneares é regida, em termos do direito comunitário, pela Diretiva 76/160/CEE, de 8 de Dezembro de 1975, estando transposta atualmente no Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto. De acordo com este enquadramento legislativo é necessário proceder a um programa de monitorização que assenta nos seguintes requisitos:

- o a amostragem começa duas semanas antes do início da época balnear, que decorre de 1 de Junho a 30 de Setembro de cada ano; a recolha de amostras deve continuar durante toda a época balnear, com uma frequência mínima quinzenal;
- o a classificação das zonas balneares é realizada de acordo com os resultados do controlo analítico de alguns parâmetros; são eles os parâmetros bacteriológicos - coliformes totais e coliformes fecais - e os parâmetros físico-químicos - óleos minerais, substâncias tensioactivas e fenóis.

Deste modo, as zonas balneares podem ser classificadas em:



- o Boa, se 80% das análises efetuadas são inferiores aos valores máximos recomendados (VMR) da legislação;
- o Aceitável, se 95% das análises efetuadas são inferiores aos valores máximos admissíveis (VMA) da legislação;
- o Má, se mais de 5% das análises efetuadas excedem os VMA da legislação.

O município de Oliveira do Hospital possui oito praias fluviais: Alvôco das Várzeas, Avô, Caldas de São Paulo, Penalva de Alva, Ponte das três Entradas, Santo António do Alva, São Gião e S. Sebastião da Freira. Destas apenas duas estão classificadas, a Praia Fluvial de Alvoco das Várzeas e a de Avô.

De acordo com os dados do SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, no período compreendido entre 2006 e 2010, estas praias apresentaram a seguinte classificação (Quadro 2):

Quadro 2 – Classificação das Praias Fluviais do município de Oliveira do Hospital

Praia Fluvial	2006	2007	2008	2009	2010
Alvôco das Várzeas	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa
Avô	--	Aceitável	Aceitável	Aceitável	Aceitável

Fonte: SNIRH 2011

3.2.2.3.2. Qualidade da água subterrânea

De acordo com os dados constantes do SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, o município de Oliveira do Hospital tem duas estações de monitorização da qualidade da água subterrânea. No Quadro 3 constam os dados da localização de cada uma dessas estações.

A Classificação da Qualidade da Água Subterrânea é efetuada de acordo com o Anexo I do Decreto-lei nº 236/98, de 1 de Agosto, e baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR-C. No Quadro 4, apresenta-se a qualidade da água subterrânea disponível no SNIRH.

Para o município de Oliveira do Hospital a água subterrânea apresenta a classe A – água para consumo humano, correspondendo a diferentes tipos de tratamento necessários de acordo



com a classificação (A1 – tratamento físico e desinfeção, A2 – tratamento físico, químico e desinfeção, A3 – tratamento físico, químico, de afinação e desinfeção).

Quadro 3 – Dados das duas estações de monitorização da qualidade da água subterrânea.

Estação	Andorinha	Aldeia das Dez
DRAOT	CCDR-C	CCDR-C
Distrito	Coimbra	Coimbra
município	Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital
Freguesia	Travanca de Lagos	Aldeia das Dez
Bacia	Mondego	Mondego
M (m)	218995	222039
P (m)	380484	368774

Fonte: SNIRH, 2011

Quadro 4- Qualidade da água subterrânea

Estação	2005	2007	2008	2009
211-C33 Andorinha	A2	A2	A2	A2
233-C44 Aldeia das Dez	A3	A3	A3	A3

Fonte: SNIRH, 2011

3.2.3. Zonas sismogénicas/ microzonagem sísmica

Aproximadamente 95% da atividade sísmica a nível planetário ocorre nas zonas de confluência de placas tectónicas, ocorrendo os restantes 5% em falhas ativas situadas no interior daquelas placas e que sofrem pressões internas que originam deformações. O município de Oliveira do Hospital localiza-se na placa Euro-asiática, encontrando-se relativamente afastada da confluência das placas continentais Euro Asiática e Africana, não sendo no entanto de excluir a ocorrência de sismos em falhas localizadas na proximidade do município.

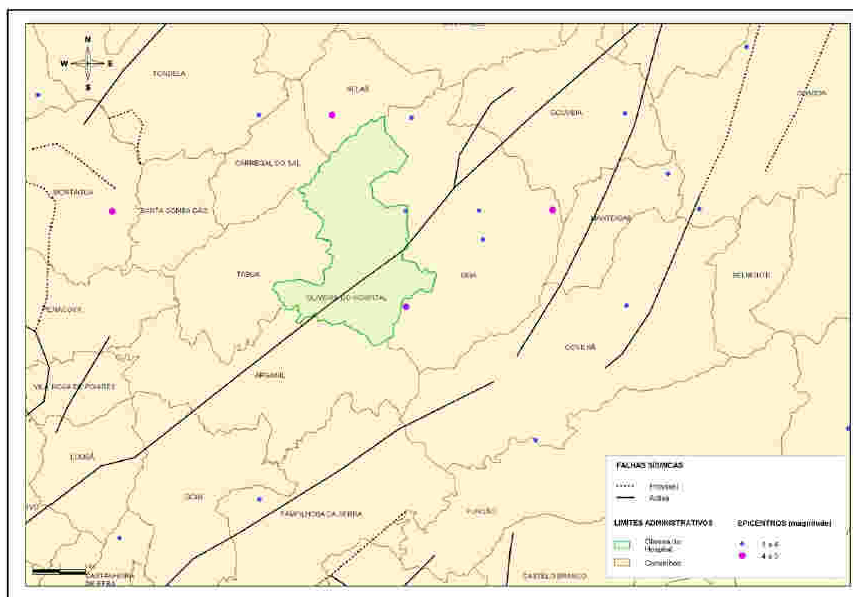
Como se pode observar na Figura 7, Oliveira do Hospital é atravessado por uma falha ativa, encontrando-se igualmente próximo de outras duas que cruzam os municípios vizinhos de Gouveia, Manteigas, Covilhã e Pampilhosa da Serra. Ao nível da atividade sísmica, e como se pode constatar igualmente observando a Figura 7, embora se verifique já terem ocorrido sismos no município e próximo deste, o facto é que estes apresentaram sempre uma fraca magnitude (nunca superior a 5).

Igual tendência é identificada no estudo do Instituto de Meteorologia relativo às isossistas de intensidades máximas – sismicidade histórica (que se reporta ao período 1755-1996; Figura 8). Segundo este estudo, grande parte da área do município de Oliveira do Hospital encontra-se



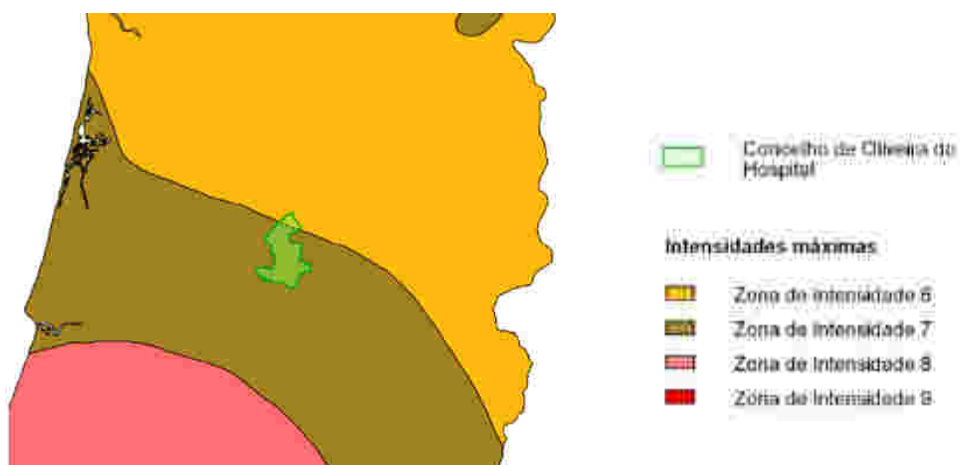
inserido numa zona de intensidade máxima 7, sendo que parte da zona Norte apresenta intensidade máxima 6. Estes dados denotam a baixa propensão histórica à ocorrência de grandes terremotos nesta região. Contudo, não é de excluir a hipótese de poderem vir a surgir danos significativos devido a atividade sísmica.

Importa ainda referir que estudos realizados na década de 90 dedicados aos fenómenos sísmicos permitiram constatar que as falhas geológicas podem interagir entre si, mesmo a distâncias consideráveis, da ordem da centena de quilómetros, levando a que a ocorrência de um sismo numa falha não dependa apenas da evolução da mesma, mas também das falhas envolventes. Neste sentido, um sismo ocorrido numa falha a uma distância considerável pode induzir a rutura de uma outra falha geológica, com um atraso que pode ir de alguns minutos a alguns anos.



Fonte: Cabral e Ribeiro (1998), Martins e Mendes Victor (2001)

Figura 7 – Falhas e epicentros em Oliveira do Hospital e nos municípios vizinhos



Fonte: Instituto de Meteorologia (1996), in Atlas do Ambiente

Figura 8 – Isossistas de intensidades máximas, escala de Mercalli modificada de 1956

3.2.4. Radioatividade natural

A radioatividade natural é um fenómeno pelo qual algumas substâncias ou elementos químicos, chamados radioativos, são capazes de emitir radiações. Em Oliveira do Hospital, a radioatividade natural que poderá representar perigo para a população é a do gás radão. Este gás radioativo provém das pequenas quantidades de urânio e rádio presentes, em proporções variáveis, na maior parte dos solos e rochas e, conseqüentemente, em materiais de construção. Nos solos e rochas, a distribuição do urânio e rádio não é uniforme. As concentrações mais elevadas ocorrem, usualmente, em rochas graníticas (plutónicas). A libertação de radão para a atmosfera (exalação) está ainda condicionada pela permeabilidade e porosidade dos solos e rochas.

O radão caracteriza-se por ser um gás inodoro e incolor e por isso impercetível pela população, não sendo óbvio o risco ele associado. Em espaços abertos este gás tende a dissipar-se, contudo, no interior das habitações pode atingir concentrações que, ao longo de anos de exposição, são capazes de causar problemas de saúde, nomeadamente o desenvolvimento de neoplasias pulmonares.

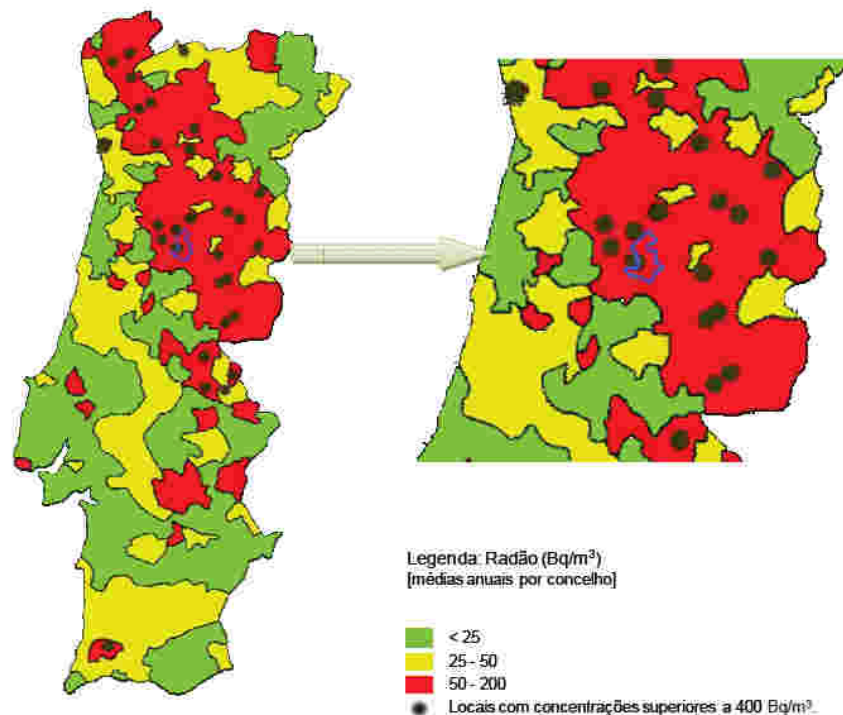
Estudos realizados pelo Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN) – Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear (2005) revelam que os valores de concentração de radão mais elevados encontram-se se em casas situadas em regiões graníticas. De acordo com a cartografia desenvolvida pelo ITN, no município de Oliveira do Hospital a média anual de radão



situa-se entre 50 e 200 Bq/m³, existindo na área Oeste do município um local com concentrações superiores a 400 Bq/m³, que se localiza em antigas explorações mineiras.

A União Europeia recomenda que para habitações já construídas as concentrações médias anuais não ultrapassem os 400 Bq/m³ e que para futuras construções os níveis de radão sejam mantidos abaixo dos 200 Bq/m³.

Os estudos realizados especificamente na área do município revelaram valores médios de 279 Bq/m³, não tendo sido pouco frequente registarem-se valores bastante superiores a 400 Bq/m³ no interior de habitações. Existem igualmente valores elevados de radão na água, sendo o valor médio de 183 Bq/m³. Em zonas ricas em urânio os valores chegam mesmo a atingir valores médios de 920 Bq/m³. Estes dados sugerem ser prudente manter-se uma monitorização frequente das concentrações deste gás no município, e desenvolverem-se estratégias de sensibilização da população (informar os procedimentos que deverão ser adotados para reduzir riscos, como por exemplo, arejar frequentemente as habitações).



Fonte: Instituto Tecnológico e Nuclear – Departamento de Protecção Radiológica e Segurança Nuclear (2005)

Figura 9 – Cartografia do Radão em Portugal Continental



3.2.5. Geologia

No que se refere à identificação geológica podemos classificar Oliveira do Hospital como uma região essencialmente de natureza granítica, predominando no sul o xisto. Segundo a Carta Geológica de Portugal, além do granito, existem algumas manchas xistosas, rochas filonianas e depósitos modernos de cobertura. O granito apresenta fácies texturais diferentes, embora seja todo ele, do ponto de vista da composição mineralógica, monzonítico, de duas micas, predominantemente biotítico. Dos filões predominam os quartzosos, alguns deles muito desenvolvidos. Os depósitos de cobertura são formados por argilas e arcoses com calhaus rolados assentes sobre plataforma granítica, ao longo do Mondego e do Alva. São várias as manchas de depósitos que ladeiam o vale do Mondego e o acompanham paralelamente. A de maior dimensão é a que passa no Chaveiral e Vila Franca da Beira, estendendo-se para além do Ervedal da Beira. Estes depósitos são muitas vezes estaníferos, tendo dado origem a explorações mineiras. As manchas de granito porfíroide de grão médio a fino, ocorrem em diversas zonas no interior da mancha de granito porfíroide grosseiro, ao qual se passa de um modo brusco ou gradual. Encontram-se afloramentos deste tipo a oriente do Seixo da Beira. O granito de grão médio a fino, de duas micas, não porfíroide, aparece na zona de Fiais da Beira e Lagares da Beira. Os filões de quartzo, geralmente o rosa e o leitoso, encontram-se disseminados por quase toda a região. Os filões de rochas básicas, metamorfizadas, ocorrem na bacia do Alva e a leste de Meruge. As ocorrências pegmatíticas e aplito-pegmatíticas são visíveis nas regiões entre Seixas e Aldeia Formosa, entre Ervedal da Beira e Lagares da Beira, Sobreda e Meruge. A zona do Alva não difere muito da zona norte mas engloba o conjunto denominado por complexo-xisto-grauváquico ante-ordoviciano e uma zona granítica onde se notam os porfíroides e não porfíroides, de grão grosso a fino, ocorrendo também filões de quartzo desenvolvidos. Ao mesmo tempo aparecem as rochas predominantemente xistosas, como o referido complexo. Entre estas duas zonas encontram-se as denominadas zonas de transição.

Quanto aos solos, do ponto de vista geomorfológico, Oliveira do Hospital, situa-se no denominado planalto de Viseu, compartimento do maciço antigo, que é constituído por solos de boa fertilidade agrícola a par de outros com clara aptidão florestal. Os terrenos derivados dos granitos formam a maior parte do município. Terrenos xistosos, derivados do Câmbrio, constituem o vale do Alvôco e a região serrana. Existe ainda uma pequena mancha do moderno, constituída por calhaus rolados. Os solos ocorrentes são os Cambissolos húmidos associados a Cambissolos dístricos provenientes de rochas eruptivas e, em menor escala, de xistos.



3.2.6. Uso/ocupação do solo e zonas especiais

3.2.6.1. Uso/ocupação do solo

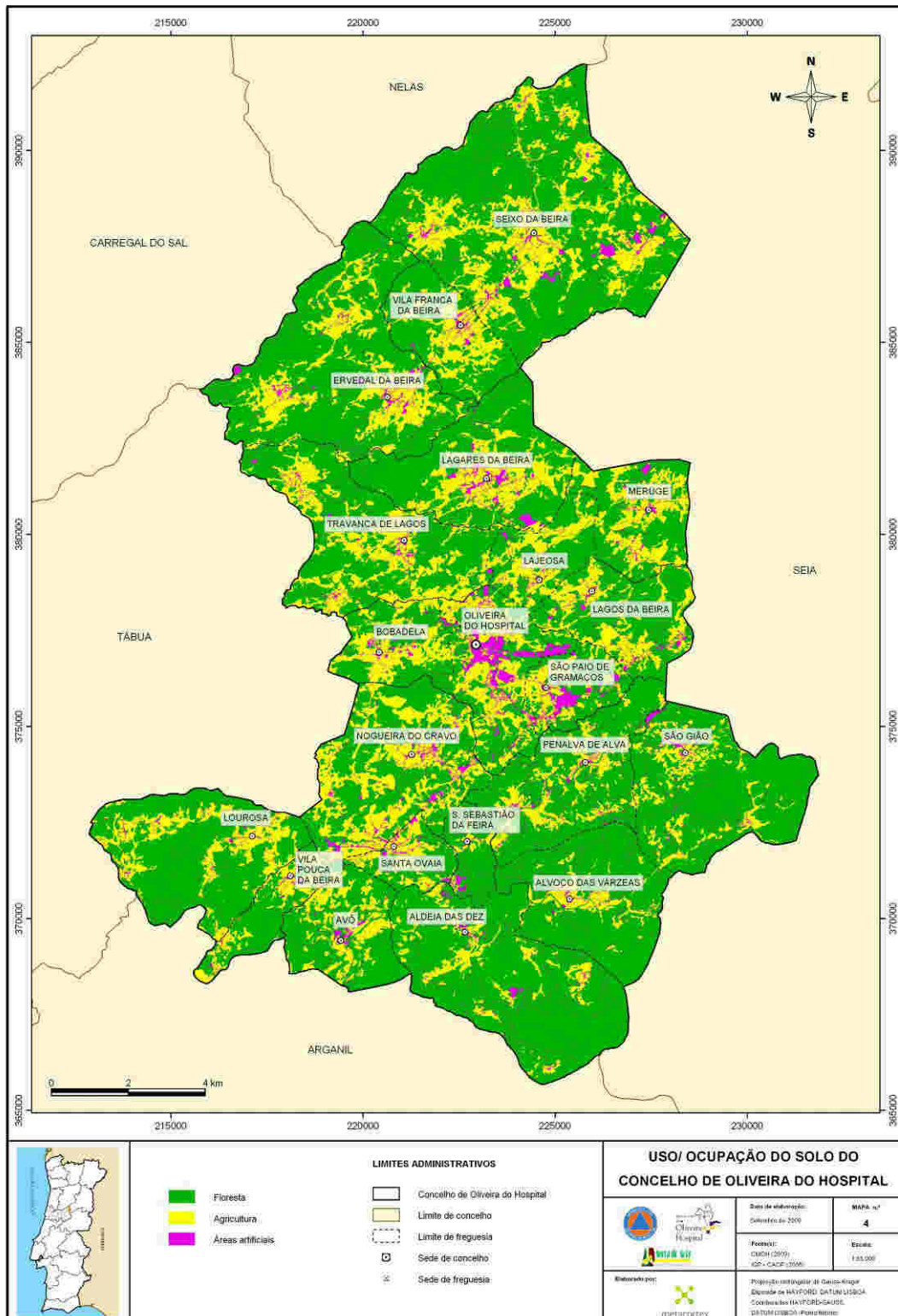
Relativamente ao uso/ocupação do solo, representado na Figura 10, verifica-se que as áreas florestais são a ocupação mais representativa, ocupando cerca de 13 289 ha (58% da área total), seguindo-se-lhes as áreas agrícolas com 6122 ha (26% da área do município). As áreas urbanas são menos representativas, ocupando apenas 5% da área total.

O Quadro 5 revela o tipo de ocupação nos espaços florestais nas várias freguesias do município. De realçar que os matos são predominantemente matos baixos, o que contribui para que, nestas áreas, os incêndios não assumam intensidades muito elevadas. Outro aspeto que importa referir prende-se com a fraca presença de eucaliptais no município, os quais não vão além dos 0,9% dos espaços florestais do município e a presença de grandes áreas com floresta degradada (29,5% dos espaços florestais do município).

Quadro 5- Distribuição dos espaços florestais no município de Oliveira do Hospital

Unidade Administrativa	Espaços Florestais							
	improdutivos	pastagens naturais	matos baixos	matos altos	floresta degradada	pinhal	eucaliptal	outras folhosas
Total do município	1,6	13,4	16,1	8,8	29,5	23,8	0,9	5,6
Aldeia das Dez	0,1	37,3	1,5	5,0	26,6	22,3	0,2	7,0
Alvão das Várzeas	0,5	20,6	2,3	3,7	18,6	42,1	7,9	4,3
Avô	0,2	0,8	6,7	12,7	51,8	18,0	0,0	9,9
Bobadela	1,2	2,5	21,1	13,7	41,4	15,3	0,0	4,6
Ervedal	2,1	45,7	24,2	3,9	10,8	12,5	0,0	0,7
Lagares da Beira	8,4	0,6	51,2	8,5	17,9	11,3	0,0	1,4
Lagos da Beira	0,1	0,9	8,0	11,4	42,1	29,1	0,0	8,3
Lajeosa	3,7	1,4	22,4	13,5	33,9	23,3	0,0	2,5
Lourosa	0,1	0,5	5,1	8,06	37,8	33,1	4,9	10,5
Meruge	0,8	1,0	15,1	15,85	39,6	34,0	0,0	3,9
Nogueira do Cravo	0,4	1,5	9,4	13,09	38,7	31,2	0,0	5,5
Oliveira do Hospital	0,2	1,8	10,9	11,50	37,9	31,5	0,0	5,6
Penalva de Alva	0,1	1,2	3,1	7,15	43,6	25,3	0,0	19,5
Santa Ovaia	0,3	0,7	13,3	7,25	33,2	37,7	0,0	7,7
São Gião	0,2	3,3	9,5	11,89	47,1	17,0	0,0	10,4
São Paio de Gramaços	0,8	0,3	7,7	7,41	32,3	39,4	1,5	10,3
São Sebastião da Feira	0,0	3,2	4,5	6,70	41,2	29,3	0,0	15,0
Seixo da Beira	3,9	17,6	25,7	12,24	24,0	14,2	0,0	1,8
Travanca de Lagos	0,8	13,8	27,5	9,84	26,6	19,5	0,0	2,0
Vila Pouca da Beira	4,7	1,6	30,4	9,32	24,4	28,5	0,0	1,1
Vila Franca da Beira	0,0	1,2	8,1	11,86	42,6	26,8	1,2	8,2

Fonte: Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Oliveira do Hospital (2008)



(Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira do Hospital)

Figura 10 – Uso /Ocupação do Solo do município de Oliveira do Hospital



3.2.6.2. Zonas especiais

No que respeita a áreas protegidas, constata-se que Oliveira do Hospital é abrangido a norte, mais concretamente nas freguesias de Ervedal da Beira, Lagares da Beira, Lagos da Beira, Lajeosa, Meruge, Seixo da Beira e Travanca de Lagos, pelo sítio classificado no âmbito da Rede Natura 2000, designado por Sítio do Carregal do Sal. Este sítio ocupa cerca de 28% da superfície do município (6576 ha).

No subcapítulo 3.3.4.2 – Sítio do Carregal do Sal, caracteriza-se aprofundadamente o Sítio do Carregal do Sal no município de Oliveira do Hospital.



3.3. Caracterização Biofísica

3.3.1. Espaço Agrícola

Para a caracterização do espaço agrícola, nas suas principais vertentes, recorreu-se essencialmente aos censos disponíveis, nomeadamente ao Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 1999, bem como aos dados disponíveis nas páginas eletrónicas de entidades do setor, nomeadamente do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas e da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

3.3.1.1. Estrutura fundiária, verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C, efetivo animal e utilização das terras

Tal como se verifica no Quadro 6, no que toca à estrutura fundiária do espaço agrícola, o município de Oliveira do Hospital registava, em 1999, um total de 1585 explorações, com uma superfície agrícola utilizada de 4188 ha. A área total das explorações agrícolas era de 6833 ha, constituindo, assim, uma área média de 4,31 ha de exploração agrícola. A área média relativa à superfície agrícola utilizada (SAU) era de 2,65 ha.

Quadro 6 – Número total de Explorações Agrícolas, Área total, SAU, área média de Exploração Agrícola e área média de SAU no município de Oliveira do Hospital

Nº total de Explorações Agrícolas	Área total das Explorações Agrícolas ha	Nº total de explorações com SAU	Área total de explorações com SAU ha	área média da Exploração Agrícola	área média da SAU por exploração
1.585	6.833	1.581	4.188	4,31	2,65

(Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999)

De acordo com a análise do Quadro 7, verifica-se que, com 235 explorações agrícolas, a freguesia de Seixo da Beira detém o maior número de explorações, seguindo-se a freguesia de Nogueira do Cravo com 164 explorações. Por outro lado, a freguesia com o menor número de explorações agrícolas é a freguesia de São Sebastião da Feira, com um total de 3 explorações, seguindo-se a freguesia de Santa Ovaia com 15 explorações.



No mesmo quadro verifica-se simultaneamente a área média de exploração agrícola por freguesia, concluindo-se que a freguesia de Vila Pouca da Beira detém as explorações agrícolas de maior dimensão, com uma média de 8,42 ha por exploração agrícola. Segue-se a freguesia de Oliveira do Hospital, com uma média de 8,17 ha por exploração agrícola. Inversamente, a freguesia de Santa Ovaia detém as explorações agrícolas de menor dimensão, com uma área média de 1,84 ha, seguindo-se a freguesia de Alvôco das Várzeas com 2,03 ha de área média de exploração agrícola.

Quadro 7 – Número total de Explorações Agrícolas, Área total, SAU, área média de Exploração Agrícola e área média de SAU no município de Oliveira do Hospital por freguesia

município e Freguesias	Explorações Agrícolas		Superfície Agrícola Utilizada (SAU)		Área média da Exploração Agrícola	Área média da SAU por exploração
	nº total	Área ha	nº total	Área ha	Área ha	Área ha
Oliveira do Hospital total	1.585	6.833	1.581	4.188	4,31	2,64
Aldeia das Dez	40	85	40	73	2,14	1,83
Alvôco Várzeas	36	73	36	58	2,03	1,61
Avô	40	156	40	106	3,91	2,66
Bobadela	56	196	55	134	3,51	2,39
Ervedal	127	326	127	270	2,57	2,13
Lagares	129	421	129	336	3,26	2,61
Lagos da Beira	86	389	86	257	4,52	2,99
Lajeosa	63	222	63	156	3,52	2,48
Lourosa	73	474	73	173	6,49	2,37
Meruge	85	259	85	191	3,05	2,24
Nogueira Cravo	164	773	164	452	4,72	2,76
Oliveira do Hospital	100	817	98	544	8,17	5,44
Penalva de Alva	31	151	30	87	4,88	2,81
São Gião	60	322	60	162	5,37	2,70
São Paio Gramaços	16	104	16	30	6,47	1,86
São Sebastião da Feira	3	6	3	4	2,09	1,24
Seixo da Beira	235	1.055	235	566	4,49	2,41
Santa Ovaia	15	28	15	23	1,84	1,56
Travanca Lagos	138	383	138	301	2,78	2,18
Vila Franca Beira	41	197	41	120	4,81	2,92
Vila Pouca Beira	47	396	47	146	8,42	3,12

(Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999)

De acordo com a norma TG10 do PROT-C, a área mínima do prédio para novas edificações com fins habitacionais deverá cumprir uma série de normas, dos quais o município se enquadra no seguinte: quando a área média da exploração agrícola do município for superior a 2,3 ha e igual ou inferior a 4,6 ha a área mínima de parcela será de 3,25 ha. Por outro lado, o valor da área mínima do prédio pode ser reduzido para 2 ha nas freguesias cuja área média de exploração seja em pelo menos 25% inferior à área média do município.



No caso de Oliveira do Hospital, verifica-se que a área média da exploração agrícola do município é de 4,31 ha, aplicando-se, deste modo uma área mínima do prédio de 3,25 ha. 25% desta área são 1,08 ha, o que perfaz um máximo de 3,23 ha de área média de exploração agrícola para que a área mínima de parcela seja de 2 ha.

Assim, quanto às exceções, verifica-se que as freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Ervedal da Beira, Meruge, São Sebastião da Feira, Santa Ovaia e Travanca de Lagos possuem respetivamente, 2,14 ha, 2,03 ha, 2,57 ha, 3,05 ha, 2,09 ha, 1,84 ha, 2,78 ha de área média de exploração agrícola, sendo pelo menos 25% inferior à área média do município, aplicando-se deste modo, uma área mínima do prédio de 2,00 ha.

O Quadro 8 e a Figura 11 apresentam a verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C.

Quadro 8 – Verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C: Média da área das explorações agrícolas do município de Oliveira do Hospital e Média da área das explorações agrícolas por freguesia e Área mínima de parcela permitida

município e freguesias	Explorações Agrícolas		Área média da Exploração Agrícola	Exceção: 25% inferior a 4,31 ha (até 3,23 h a)
	nº total	Área ha	Área ha	Área mínima da parcela h a
município de Oliveira do Hospital total	1.585	6.833	4,31	
Aldeia das Dez	40	85	2,14	2,00
Alvôco Várzeas	36	73	2,03	2,00
Avô	40	156	3,91	3,25
Bobadela	56	196	3,51	3,25
Ervedal	127	326	2,57	2,00
Lagares	129	421	3,26	3,25
Lagos da Beira	86	389	4,52	3,25
Lajeosa	63	222	3,52	3,25
Lourosa	73	474	6,49	3,25
Meruge	85	259	3,05	2,00
Nogueira Cravo	164	773	4,72	3,25
Oliveira do Hospital	100	817	8,17	3,25
Penalva de Alva	31	151	4,88	3,25
São Gião	60	322	5,37	3,25
São Paio Gramaços	16	104	6,47	3,25
São Sebastião da Feira	3	6	2,09	2,00
Seixo da Beira	235	1.055	4,49	3,25
Santa Ovaia	15	28	1,84	2,00
Travanca Lagos	138	383	2,78	2,00
Vila Franca Beira	41	197	4,81	3,25
Vila Pouca Beira	47	396	8,42	3,25

(Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999)

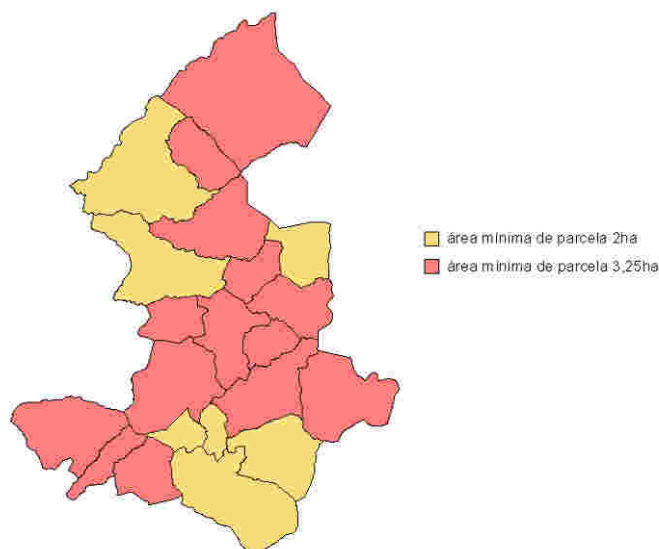


Figura 11 – Verificação do cumprimento da norma TG10 do PROT-C, freguesias com área mínima de parcela de 2 ha e freguesias com área mínima de parcela de 3,25 ha

3.3.1.2. Caracterização das explorações agrícolas

O Quadro 9 apresenta a Utilização das Terras no município de Oliveira do Hospital. De acordo com os Recenseamentos Gerais Agrícolas, em 1999 a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) no município era de 4.189 hectares, correspondendo a 17,9% da sua área territorial.

Quadro 9 – Utilização das terras agrícolas do município de Oliveira do Hospital em 1979, 1989 e 1999 por SAU

	1979	1989	1999
Nº de Explorações	4.229	2.206	1.585
Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	3.518	5.467	4.189
Com Terras Aráveis	3.129	3.966	2.718
Com Culturas Permanentes	379	1.176	1.282
Com Pastagens Permanentes	10	143	186
Com Horta Familiar	196
Explorações com menos de 1 ha de SAU (%)	85%	11,20%	9,6%

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais Agrícolas, 1999 - Região Centro

Da análise do Quadro 9 constata-se que de 1979 a 1999 o município sofreu alterações significativas, com especial destaque para o decréscimo de 2.644 explorações agrícolas



(62,5% do número total de explorações). O abandono de um número tão elevado de explorações pode ser também explicado pela migração das populações rurais para os centros urbanos, deslocando a mão-de-obra do setor primário para os outros setores de atividade (que no período analisado verificaram um forte crescimento no município).

Mas se o número de explorações agrícolas sofreu uma diminuição tão acentuada, por outro lado verificou-se um aumento de 671 hectares na superfície agrícola (19% da Superfície Agrícola Utilizada), apesar da diminuição sofrida na última década. Este crescimento deveu-se essencialmente ao incremento das áreas com culturas permanentes e pastagens permanentes.

A reduzida dimensão das propriedades é característica da agricultura da região, caracterizada por uma agricultura de minifúndio. Mas, verificou-se uma acentuada diminuição das explorações com menos de 1 ha de SAU, associada à diminuição do número de explorações e aumento da Superfície Agrícola Utilizada, apesar de ainda se manter a importância das pequenas explorações no contexto agrícola municipal, verificado pela sua pequena dimensão económica. O Quadro 10 apresenta as explorações segundo a condição pela qual elas são recenseadas, constatando-se que em 90,4% das explorações concelhias a Superfície Agrícola Utilizada é de pelo menos um hectare.

Quadro 10 – Explorações segundo a Condição pela qual é Recenseada a Exploração

	1 ha ou mais de Superfície Agrícola Utilizada (SAU)			Sem a condição anterior, mas com uma área mínima de determinada cultura			Sem nenhuma das condições anteriores, mas com uma determinada atividade animal		
	Expl. (nº)	SAU (ha)	Sup.Total (ha)	Expl. (nº)	SAU (ha)	Sup.Total (ha)	Expl. (nº)	SAU (ha)	Sup.Total (ha)
Região Agrária:									
Beira Litoral	55.489	155.988	280.939	12.924	8.426	20.841	11.393	5.368	14.889
NUT III									
Pinhal Interior Norte município	7.360	17.656	38.847	1.920	1.381	4.616	781	348	1.273
Oliveira do Hospital	1.433	4.078	6.624	136	104	183	16	8	27

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Da análise do Quadro 11 que mostra as explorações segundo a OTE e as classes de dimensão económica (UDE), verifica-se que a maioria das explorações agrícola do município apresenta uma pequena dimensão económica, sendo que apenas 22 explorações têm uma dimensão económica elevada; 61,39% das explorações concelhias pertencem à primeira classe de dimensão económica e 94% das explorações têm uma pequena dimensão, pertencendo às três mais pequenas classes de dimensão económica.



Quadro 11 – Explorações segundo a OTE e a Dimensão Económica

	Explorações	
	V.A.	%
Classes de Dimensão Económica (UDE)		
> 0 a < 2	973	61,39
2 a < 4	361	22,78
4 a < 8	156	9,84
8 a < 16	73	4,61
16 a < 40	17	1,07
40 a < 100	4	0,25
> = 100	1	0,06
Total Explorações	1.585	100,00
OTE		
Cereais e plantas olea./proteaginosas	1	0,06
Culturas agrícolas diversas	667	42,08
Horticultura	2	0,13
Viticultura	13	0,82
Fruticultura	11	0,69
Olivicultura	28	1,77
Culturas Permanentes diversas	40	2,52
Bovinos de leite	
Bovinos para gado / carne	
Bovinos para leite / gado / carne	1	0,06
Ovinos / Caprinos / outros herbívoros	130	8,20
Granívoros	8	0,50
Policultura	510	32,18
Polípecuária - herbívoros	56	3,53
Polípecuária - granívoros	10	0,63
Agricultura geral e herbívoros	75	4,73
Culturas diversas e gado	33	2,08
Não classificadas	
Total Explorações	1.585	100,00

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

3.3.1.2.1. Produção Agrícola

Quanto à utilização das terras, de acordo com o Quadro 12 e a Figura 12, os usos dominantes distribuídos pelas explorações agrícolas são os seguintes: terra arável, com 1452 explorações, culturas permanentes, com 1529 explorações, pastagens permanentes, com 112 explorações, matas e florestas, com 874 explorações, outros usos ou superfícies, com 1571 explorações e superfícies agrícolas não utilizadas, com 384 explorações.

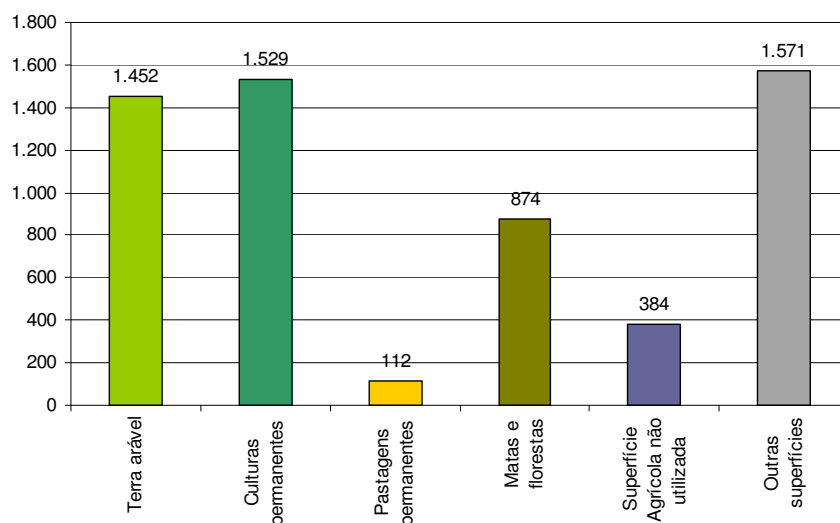


Figura 12 – Utilização das terras, por número de exploração, no município de Oliveira do Hospital

A Figura 13 apresenta relação da área de utilização das terras por cada categoria quanto à área total das explorações agrícolas. Assim, verifica-se que a terra arável ocupa 39,8% do total da áreas das explorações agrícolas, seguindo-se os matos e pastagens, com 33,9% e as culturas permanentes, com 18,8% do total. As pastagens permanentes perfazem apenas 2,72% da área total, enquanto que a superfícies agrícola não utilizada ocupa 4,16%.

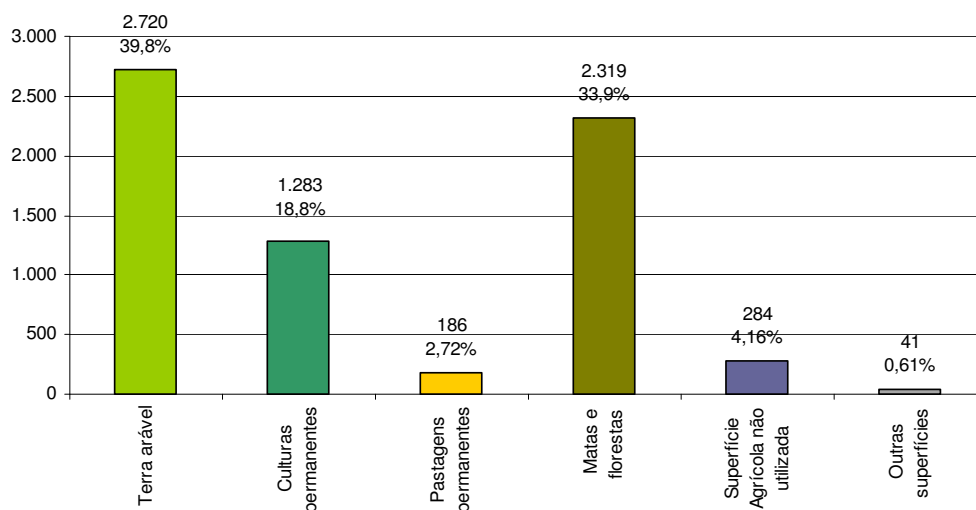


Figura 13 – Utilização das terras, por área de exploração agrícola, no município de Oliveira do Hospital



Quadro 12 – Utilização das terras, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital

município e Freguesias	Superfície Total		Superfície Agrícola Utilizada (SAU)		Terra arável		Culturas permanentes		Pastagens permanentes		Matas e florestas sem culturas sob-coberto		Superfície Agrícola não utilizada		Outras superfícies	
	Expl	Área	Expl	Área	Expl	Área	Expl	Área	Expl	Área	Expl	Área	Expl	Área	Expl	Área
Oliveira do Hospital total	1.585	6.833	1.581	4.188	1.452	2.720	1.529	1.283	112	186	874	2.319	384	284	1.571	41
Aldeia das Dez	40	85	40	73	33	27	40	46	1	...			20	12	39	1
Alvôco Várzeas	36	73	36	58	34	31	30	14	7	13	10	11	7	3	36	1
Avô	40	156	40	106	34	64	40	24	4	18	25	44	3	4	38	2
Bobadela	56	196	55	134	52	99	53	25	8	10	28	51	5	9	53	3
Ervedal	127	326	127	270	109	127	125	141	1	...	9	19	64	35	127	3
Laqares	129	421	129	336	120	170	126	102	9	64	69	70	20	13	129	2
Lagos da Beira	86	389	86	257	83	167	85	88	1	...	50	114	21	15	85	3
Lajeosa	63	222	63	156	60	105	61	42	5	9	29	55	5	9	63	1
Lourosa	73	474	73	173	70	107	69	64	3	2	51	291	21	8	71	2
Meruge	85	259	85	191	76	101	85	88	1	...	32	35	30	32	83	2
Nogueira Cravo	164	773	164	452	155	320	162	121	9	11	121	290	41	27	164	4
Oliveira do Hospital	100	817	98	544	93	421	94	122	2	...	58	235	13	29	100	9
Penalva de Alva	31	151	30	87	29	43	28	33	9	11	27	61	5	3	31	1
São Gião	60	322	60	162	57	112	53	35	7	15	55	149	17	10	60	1
São Paio de Gramaços	16	104	16	30	15	14	16	16			5	72	8	2	14	0
S Sebastião da Feira	3	6	3	4	3	2	3	1			2	...			3	0
Seixo da Beira	235	1.055	235	566	218	401	227	156	11	8	149	437	61	47	234	4
Santa Ovaia	15	28	15	23	12	10	14	12	3	1	4	3	1	...	15	0
Travanca Lagos	138	383	138	301	115	198	133	93	11	9	86	65	17	15	138	3
Vila Franca Beira	41	197	41	120	39	84	39	30	17	6	36	74	10	3	41	1
Vila Pouca Beira	47	396	47	146	45	115	46	29	3	2	28	240	15	9	47	1

(Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999)

3.3.1.2.1.1. Culturas Permanentes

Da análise do Quadro 13, relativo às principais culturas permanentes do município, constata-se que em 1999 estão presentes culturas permanentes em 1.529 explorações, das 1.585 explorações concelhias recenseadas, ocupando uma área total de 1.282 hectares.

As principais culturas permanentes presentes no território concelhio são o olival, existente em 922 explorações e ocupando 61,5% da área total, e a vinha, presente em 1.457 explorações e em 31,8% da área total. Esta especialização das culturas permanentes não sofreu alterações significativas nos últimos 20 anos, sendo apenas de salientar um pequeno aumento das culturas de frutos secos e diminuição da cultura de frutos frescos, que em 1999, no seu conjunto representavam 6,7% da área total de culturas permanentes.



Quadro 13 – Principais culturas permanentes do município de Oliveira do Hospital

	1999			1989	1979
	Expl. (nº)	Área (ha)	%	Área (ha) %	Área (ha) %
Culturas Permanentes	1529	1282	100%	100,00%	100%
Frutos Frescos	64	24	1,9%	4,90%	3,70%
Citrinos	15	2	0,2%	0,10%
Frutos Sub Tropicais	1
Frutos Secos	55	61	4,8%	5,20%	0,80%
Olival	922	788	61,5%	61,50%	65,40%
Vinha	1457	408	31,8%	28,30%	30,10%
Viveiros	1
Outras Culturas Permanentes	1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 - Região Centro

Apesar da importância do olival e da vinha para a agricultura concelhia em termos de ocupação de área territorial, verificou-se que a produção associada a estas culturas não tem a mesma preponderância. De acordo com o INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2001, no ano 2000 encontravam-se apenas três lagares em laboração no município, obtendo uma produção de 541 toneladas de azeitona oleificada, e uma produção total de azeite virgem de 681 hl, que corresponde aproximadamente a 6% da produção da Região do Pinhal Interior Norte.

O Quadro 14 apresenta a produção de vinho para o município e para as Regiões Demarcada do Vinho do Dão e Pinhal Interior Norte.

Quadro 14 – Produção de vinho expressa em mosto em 2000 (hl)

	Oliveira do Hospital		Pinhal Interior Norte		Região Demarcada do Vinho do Dão		
	V.A.	%	V.A.	% OH/PIN	V.A.	% OH/RDVD	%
Total	10.576	100,0	15.677	67,5	400.667	2,6	100,0
VLQPRD
VQPRD	6.679	63,2	7.070	94,5	319.312	2,1	79,7
Vinho Regional	2.500	23,6	2.876	86,9	53.239	4,7	13,3
Vinho de Mesa	1.398	13,2	5.731	24,4	28.081	5,0	7,0
Outros	35	0,01

Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro e Instituto da Vinha e do Vinho
VLQPRD - Vinho licoroso de qualidade produzido em região demarcada
VQPRD - Vinho qualidade produzido em região demarcada

A maioria da produção concelhia de vinho é classificada como “vinho de qualidade produzido em região demarcada” (63% da produção), estando assim comprovada a qualidade dos vinhos



produzidos no município. Os Vinhos Regionais representaram 24% da produção total, e os Vinhos de Mesa 13%.

Analisando a produção da Região Pinhal Interior Norte constata-se que 67,5% da produção total de vinho declarada na região provinha de Oliveira do Hospital, com uma especial incidência para os vinhos de qualidade (a produção concelhia de “vinho qualidade produzido em região demarcada” representa 94,5% da produção total deste tipo de vinhos na região).

Estando inserido na Região Demarcada do Vinho Dão (composta por dezasseis municípios), torna-se relevante uma análise comparativa do município com a Região. A Região Demarcada obteve uma produção total de 400.667 hl de vinho, dos quais 80% foram classificados como “vinho de qualidade produzido em região demarcada”. A produção concelhia de vinho não contribui fortemente para a produção da região demarcada, detendo apenas 2,6% da produção total da região. A diferença verifica-se na produção de vinho por qualidade, visto que em Oliveira do Hospital há uma menor proporção de produção de vinhos de qualidade quando comparado com a Região, e uma maior proporção de produção de Vinho Regional e de Mesa.

3.3.1.2.1.2. Culturas Temporárias

O Quadro 15 apresenta as principais culturas temporárias do município ao longo das últimas duas décadas.

Estão presentes culturas temporárias em 1.525 explorações agrícolas, ocupando uma área total de 3.488 hectares do território concelhio. As principais culturas temporárias existentes são as culturas forrageiras, presentes em 665 explorações com uma área de 1.707 hectares, cereais para grão, presentes em 1.190 explorações ocupando uma área de 699 hectares, e a batata, presente em 1.474 explorações e com uma área de 665 hectares. Estas culturas ocupam respetivamente 48,9%, 20% e 19,1% da área total ocupada por culturas temporárias. Ao longo das décadas analisadas houve um grande aumento das culturas forrageiras e uma diminuição muito significativa da cultura da batata. A cultura de cereais e leguminosas secas para grão sofreu uma pequena diminuição durante o período analisado.



Quadro 15 – Principais culturas temporárias do município de Oliveira do Hospital

	1999			1989	1979
	Expl. (nº)	Área (ha)	Área (%)	Área (%)	Área (%)
Culturas Temporárias	1.525	3.488	100,1	99,9	100,0
Cereais para grão	1.190	699	20,0	27,0	29,4
Leguminosas secas para grão	1.195	235	6,7	10,0	9,2
Prados Temporários	91	167	4,8
Culturas Forrageiras	665	1.707	48,9	30,8	9,0
Batata	1.474	665	19,1	32,1	52,4
Culturas Hortícolas	130	19	0,5
Flores e Plantas Ornamentais	1
Sementes e Culturas Forrageiras	2
Sementes e Propágulos de outras culturas não lenhosas	6	-

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 - Região Centro

3.3.1.2.2. Produção Animal

No que toca ao efetivo animal, o território concelhio reúne condições propícias à atividade pecuária. Apesar da maioria das explorações serem suportadas ao nível familiar, o subsetor encontra expressividade no município, tal como se verifica no Quadro 16, podendo-se analisar a sua distribuição no município e por freguesias.

Tal como se verifica no Quadro 16 e no Quadro 17, em 1999 encontravam-se recenseados no município de Oliveira do Hospital 96.053 efetivos pecuários, havendo um grande predomínio das aves que representavam 75,33% dos efetivos existentes, com 72358 efetivos, com especial importância para as galinhas poedeiras e reprodutoras e para os frangos de carne, (com 61% e 12,6% dos efetivos totais respetivamente). Com alguma relevância, estão também recenseados ovinos, com 11903 efetivos, e coelhas reprodutoras, que correspondem a 12,39% e 9,5% dos efetivos pecuários concelhios.

Comparando resultados dos últimos Recenseamentos Agrícolas constata-se uma diminuição do número de efetivos pecuários presentes nas explorações concelhias, em especial incidência nos bovinos e suínos.



Quadro 16 – Efetivo Animal com número de explorações e número de efetivos, por freguesia, do município de Oliveira do Hospital

município e Freguesias	BOVINOS		SUÍNOS		OVINOS		CAPRINOS		EQUÍDEOS		COELHAS reprodutoras		AVES		ABELHAS			
	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.	Expl	Ef.
Oliveira do Hospital total	56	131	382	1170	393	11903	328	1.170	183	194	558	9.127	2092	72358	87	900	20	42
Aldeia das Dez			1	...	14	137	13	35			14	39	63	506	2	...	2	...
Alvôco Várzeas	1	...	4	5	13	235	3	10			13	53	50	396	3	75	1	...
Avó			6	7	16	345	12	19	2	...	15	51	48	342			1	...
Bobadela	4	6	10	32	23	742	12	43	6	6	10	26	76	6675				
Ervedal	5	6	12	21	21	820	22	72	32	34	24	62	153	1255	12	90	2	...
Lagares	3	4	39	90	13	605	22	79	11	11	76	438	192	1977	2	...	1	...
Lagos da Beira			27	64	9	374	7	23	3	3	36	214	135	1543	2	...		
Lajeosa			11	33	19	604	16	42	7	7	26	79	82	739	1	...		
Lourosa	5	7	26	58	31	459	12	48	17	17	15	31	86	776	5	36	1	...
Meruge	3	5	9	16	21	436	25	49			37	124	96	779	2	...		
Nogueira Cravo	9	27	53	304	46	1.272	31	116	9	9	72	262	259	2466	11	87	7	14
Oliveira do Hospital	7	23	20	56	19	1.599	19	102	6	8	39	189	151	37957	2	...		
Penalva de Alva	1	...	7	11	16	141	8	23	2	...	9	20	36	221	2	...		
São Gião			15	23	30	256	9	20	11	12	20	47	68	464	7	50	1	...
São Paio Gramaços	1	...	7	9	2	...	3	4			9	20	14	88	1	...		
S Sebastião da Feira													3	...				
Seixo da Beira	10	19	91	260	46	1.865	62	301	50	50	67	7.216	268	13455	18	81	2	...
Santa Ovaia	1	...	4	33	4	43	3	5	1	...	3	6	21	196				
Travanca Lagos	3	5	21	52	26	725	30	91	17	21	50	186	192	1688	12	64	2	...
Vila Franca Beira	1	...	6	8	11	791	10	54	6	6	15	39	43	319	4	18		
Vila Pouca Beira	2	...	13	87	13	401	9	34	3	3	8	25	56	477	1	...		

(Fonte: Recenseamento Geral Agrícola de 1999)

A exceção foram os ovinos, que sofreram um ligeiro aumento durante o período em análise. Ela será justificada pelo incremento da produção de Queijo Serra da Estrela, atualmente produto DOP, e com grande aceitação e prestígio no mercado. O Queijo Serra da Estrela é um queijo de ovelha curado, composto exclusivamente de leite de ovelha, sal e cardo. Estão presentes no município inúmeros produtores de Queijo Serra da Estrela, de Queijo Serra da Estrela Curado e de Requeijão Serra da Estrela, sendo de destacar a existência no município de inúmeras queijarias licenciadas para a produção dos mesmos.

Tem-se verificado uma aposta cada vez mais intensa na qualidade da produção e no licenciamento dos produtores de queijo, de modo a fomentar um desenvolvimento integrado da Indústria de Laticínios e dos produtores pecuários, baseado na qualidade dos seus produtos.



Quadro 17 – Evolução do efetivo animal com número de explorações, número de efetivos e fêmeas reprodutoras, no município de Oliveira do Hospital

	1999		1989	1979
	Expl.(nº)	Efetivos (nº)	Efetivos (nº)	Efetivos (nº)
Bovinos	56	131	455	307
a) Vacas Leiteiras	12	22	150	102
Suínos	358	1.170	2.239	1.552
a) Fêmeas Reprodutoras	65	198	424	406
Ovinos	393	11.903	11.429	6.122
a) Fêmeas Reprodutoras	380	11.373	9.777	5.551
Caprinos	328	1.170	1.579	1.883
a) Fêmeas Reprodutoras	328	1.078	1.313	1.780
Equídeos	183	194
a) gado equino	25	33
b) gado asinino	139	139
c) gado muar	21	22
Coelhas Reprodutoras	558	9.127
Aves		
a) Frangos de carne	616	12.061
b) Galinhas poedeiras e reprodutoras	1.180	58.627
c) Perús	58	185
d) Patos, Gansos e pintadas	238	1.485
Abelhas		
a) Nº Colmeias Povoadas	87	900
b) Nº Cortiços Povoados	20	42

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 - Região Centro

3.3.1.3. Produtos Regionais de Qualidade

A promoção de produtos agro-alimentares de qualidade, incentivando a sua integração em sistemas de certificação e fomentando a sua comercialização constitui uma estratégia fundamental para a conservação e valorização do espaço rural.

No município de Oliveira do Hospital são produzidos alguns produtos de qualidade (IGP, DOP), já certificados e com forte potencial. A produção de produtos tradicionais - DOP, assume grande importância para a manutenção das atividades pecuária e agrícola, uma vez que a sua diferenciação no mercado, associada ao reconhecimento da sua qualidade, possibilita a obtenção de maiores rendimentos pelos produtores. O município de Oliveira do Hospital está inserido nas seguintes áreas geográficas de produtos regionais de qualidade (IGP e DOP):

- Produtos DOP: Queijo Serra da Estrela, Queijo Serra da Estrela Velho, Requeijão Serra da Estrela, Borrego Serra da Estrela e Maçã Bravo Esmolfe.
- Produtos IGP: Maçã da Beira Alta.



"Queijo Serra da Estrela": queijo curado, de pasta semimole, amanteigada, branca ou ligeiramente amarelada, bem ligada, cremosa e untuosa, com poucos ou nenhuns olhos, obtido por esgotamento lento da coalhada após coagulação pelo cardo (*Cynara cardunculus*, L.) do leite cru estreme proveniente de ovelhas da raça Bordaleira Serra da Estrela e ou Churra Mondegueira, produzido na área geográfica delimitada de produção.

"Queijo Serra da Estrela Velho": queijo curado, de pasta semidura a extradura, ligeiramente quebradiça, untuosa, cor alaranjada/acastanhada, com poucos ou nenhuns olhos, obtido por maturação prolongada (mínimo 120 dias) do queijo Serra da Estrela, efetuada na mesma área geográfica delimitada e nas condições de humidade e temperatura definidas.

"Requeijão Serra da Estrela": massa cremosa, ligeiramente granulosa e de cor branca, obtida por precipitação ou coagulação, pelo calor, das proteínas contidas no soro resultante da laboração do Queijo Serra da Estrela. Obtenção do Produto - o "Requeijão Serra da Estrela - DOP" - resulta da coagulação e precipitação por ação do calor da lacto-albumina e lactoglobulina existentes no soro obtido do fabrico do Queijo Serra da Estrela. Pode ser adicionado ao soro, até ao máximo de 18%, em volume, leite de ovelha exclusivamente das raças Bordaleira Serra da Estrela e Churra Mondegueira e ou de cabra da raça Serrana. O leite de ovelha tem de ser obtido segundo as regras de produção em vigor para o Queijo Serra da Estrela. A produção do leite de cabra tem de respeitar regras idênticas.

O uso da Denominação de Origem "Queijo Serra da Estrela - DOP", "Queijo Serra da Estrela Velho e "Requeijão Serra da Estrela" - DOP" fica reservado aos produtos que obedeçam às características estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, as condições de produção e conservação do leite, higiene da ordenha, fabrico do produto, o saneamento animal e a assistência veterinária, as substâncias de uso interdito, podendo ser utilizada apenas por produtores expressamente autorizados pelo Agrupamento, ESTRELACOOP - Cooperativa dos Produtores de Queijo Serra da Estrela, CRL.

Área Geográfica de Produção - a área geográfica de produção (produção de matéria prima, transformação, maturação, armazenagem prolongada, corte e pré-embalagem) está naturalmente circunscrita aos municípios de: Carregal do Sal, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Mangualde, Manteigas, Nelas, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo e Seia; às Freguesias de Carapito, Cortiçada, Dornelas, Eirado, Forninhos, Penaverde e Valverde, do município de AGUIAR DA BEIRA; às Freguesias de Anceriz, Barril do Alva, Cerdeira, Coja, Pomares e Vila Cova do Alva, do município de ARGANIL ; às Freguesias de Cortes do Meio, Erada, Paul, Sarzedo, Unhais da Serra, Verdelhos e Aldeia de Carvalho, do



município de COVILHÃ; às Freguesias de Aldeia Viçosa, Corujeira, Cavadoude, Faia, Famalicão, Fernão Joanes, Maçainhas de Baixo, Meios, Mizarela, Pêro Soares, Porto da Carne, São Vicente, Sé, Seixo Amarelo, Trinta, Vale de Estrelas, Valhelhas, Videmonte, Vila Cortez do Mondego e Vila Soeira, do município de GUARDA ; às Freguesias de Midões, Póvoa de Midões, e Vila Nova de Oliveirinha, do município de TÁBUA; às Freguesias de Canas de St.^a Maria, Ferreirós do Dão, Lajeosa, Lobão da Beira, Molelos, Mosteiro de Fráguas, Nandufe, Parada de Gonta, Sabugosa, S. Miguel do Outeiro, Tonda e Tondela, do município de TONDELA; às Freguesias de Aldeia Nova, Carnicães, Feital, Fiães, Freches, St.^a Maria, S. Pedro, Tamanhos, Torres, Vila Franca das Naves e Vilares, do município de TRANCOSO e às Freguesias de Fragosela, Loureiro de Silgueiros, Povolide e S. João de Lourosa, do município de VISEU.

A área geográfica destes produtos encontra-se representada na Figura 14.



Figura 14 – Área geográfica de produção do Queijo Serra da Estrela e Queijo Serra da Estrela Velho e Requeijão Serra da Estrela

(Fonte: <http://ptqc.drappc.min-agricultura.pt>)



Entende-se por "Borrego Serra da Estrela", as carcaças refrigeradas obtidas a partir de animais da raça Bordaleira Serra da Estrela, filhos de pai e mãe inscritos no Livro Genealógico da Raça Bordaleira Serra da Estrela. O abate dos animais (machos e fêmeas) é feito até 30 dias de vida, com um peso vivo até 12 kg. As carcaças têm um peso até 7 kg e possuem a gordura subcutânea bem distribuída.

O uso da Denominação de Origem «BORREGO SERRA DA ESTRELA - DOP» fica reservado aos produtos que obedeçam às características estipuladas no caderno de especificações, o qual inclui, designadamente, a identificação dos animais, o saneamento e a assistência veterinária, o sistema de produção, a alimentação, as substâncias de uso interdito e as condições a observar no abate e conservação das carcaças.

A Área Geográfica de Produção (nascimento, cria e abate dos animais) está circunscrita aos municípios de: Carregal do Sal, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Mangualde, Manteigas, Nelas, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo e Seia; às Freguesias de Carapito, Cortiçada, Dornelas, Eirado, Forninhos, Penaverde e Valverde, do município de AGUIAR DA BEIRA; às Freguesias de Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira, Coja, Pomares e Vila Cova do Alva, do município de ARGANIL; às Freguesias de Aldeia do Carvalho, Cortes do Meio, Erada, Paul, Sarzedo, Unhais da Serra e Verdelhos do município de COVILHÃ; às Freguesias de Aldeia Viçosa, Cavadoude, Corujeira, Faia, Famalicão, Fernão Joanes, Maçaínhas de Baixo, Meios, Mizarela, Pêro Soares, Porto da Carne, São Vicente, Sé, Seixo Amarelo, Trinta, Vale de Estrelas, Valhelhas, Videmonte, Vila Cortez do Mondego e Vila Soeira, do município de GUARDA; às Freguesias de Midões, Póvoa de Midões, e Vila Nova de Oliveirinha, do município de TÁBUA; às Freguesias de Canas de St.ª Maria, Ferreirós do Dão, Lajeosa, Lobão da Beira, Molelos, Mosteiro de Fráguas, Nandufe, Parada de Gonta, Sabugosa, S. Miguel do Outeiro, Tonda e Tondela, do município de TONDELA; às freguesias de Aldeia Nova, Carnicães, Feital, Fiães, Freches, St.ª Maria, S. Pedro, Tamanhos, Torres, Vila Franca das Naves e Vilares, do município de TRANCOSO e às Freguesias de Fragosela, Loureiro de Silgueiros, Povolide e S. João de Lourosa, do município de VISEU.

A área geográfica deste produto encontra-se representada na Figura 14 e coincide com a área geográfica do Queijo Serra da Estrela.



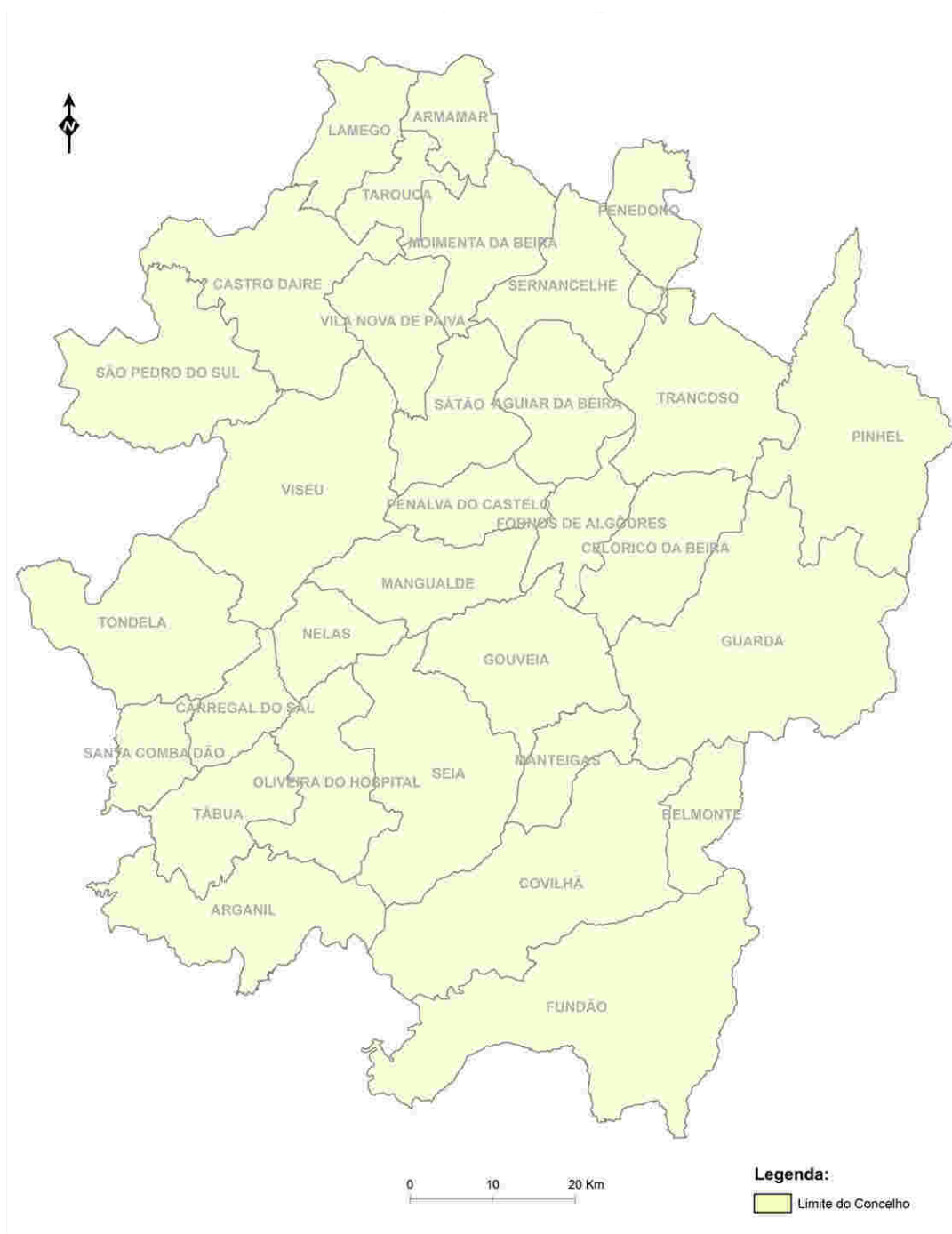
" Maçã Bravo de Esmolfe ": fruto proveniente da cultivar derivada do *Malus Domestica Bokh*, produzida em região específica. Características da Maçã Bravo de Esmolfe – DOP - as características das maçãs referentes à qualidade, classificação, calibre, tolerâncias e a apresentação devem obedecer ao disposto no anexo III, do Reg. (CEE) n.º 920/89, da Comissão, de 10-04-1989, Jornal Oficial L 97 de 11/04/1989, pág. 19 - 39. No entanto, só podem beneficiar do uso da Denominação de Origem as maçãs de categoria extra, I e II que se distingam, pelo sabor característico resultante das condições edafo - climáticas da respetiva região de produção.

É reconhecida como Denominação de Origem a denominação tradicional e consagrada pelo uso "Maçã Bravo de Esmolfe". O uso da Denominação de Origem Protegida "Maçã Bravo de Esmolfe - DOP" fica reservado aos produtos que obedeçam às características fixadas e a todas as disposições constantes no respetivo Caderno de Especificações, em que a obtenção do produto deve obedecer às respetivas regras de instalação e condução dos pomares, bem como, as substâncias de uso interdito e as condições a observar na produção, colheita, transporte, calibragem e acondicionamento.

Só podem beneficiar do uso da Denominação de Origem Protegida "Maçã Bravo de Esmolfe - DOP" os produtores que sejam expressamente autorizados pelo Agrupamento – FELBA – Centro de Valorização das Frutas e Legumes da Beira Alta., comprometendo-se a respeitar todas as disposições constantes do caderno de especificações e se submetam a controlo a realizar pelo Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC) - SATIVA – Desenvolvimento Rural, Ld.ª.

Área Geográfica – a área geográfica de produção (produção, tratamento e acondicionamento) está circunscrita aos municípios de: Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Pinhel, Seia, Trancoso do distrito da Guarda; Covilhã, Belmonte, Fundão, do distrito de Castelo Branco; Arganil, Tábua, Oliveira do Hospital, do distrito de Coimbra; Tondela, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, Aguiar da Beira, Viseu, S. Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva, Castro Daire, Sernancelhe, Penedono, Moimenta da Beira, Tarouca, Lamego e Armamar, do Distrito de Viseu.

A área geográfica deste produto encontra-se representada na Figura 15.



(Fonte: <http://ptqc.drabc.min-agricultura.pt>)

Figura 15 – Área geográfica de produção da Maçã Bravo Esmolfe



" Maçã da Beira Alta ": fruto proveniente de diversas variedades de macieira *Malus Domestica Bokh*, tradicionalmente cultivadas nesta área geográfica. As Maçãs da Beira Alta são produzidas por variedades dos grupos *Golden, Gala, Red Delicious, Starting, Jonagold, Granny Smith, Jonared e Reinetas*. Características da Maçã da Beira Alta – IGP - as características das maçãs referentes à qualidade, classificação, calibre, tolerâncias e a apresentação devem obedecer ao disposto no anexo III, do Reg. (CEE) n.º 920 / 89, da Comissão, de 10 / 04 / 89, Jornal Oficial L 97 de 11/04/1989, pág. 19 – 39, qualquer que seja a variedade.

No entanto, só podem beneficiar do uso da Indicação Geográfica as maçãs de categoria extra, I e II que, se distingam pelo sabor característico, com elevado teor de açúcar, consistência da polpa e coloração acentuada resultante das condições edafo - climáticas da respetiva região de produção.

É reconhecida como Indicação Geográfica a denominação tradicional e consagrada pelo uso " Maçã da Beira Alta ". O uso da Indicação Geográfica Protegida "Maçã da Beira Alta - IGP " fica reservado aos produtos que obedeçam às características fixadas e a todas as disposições constantes no respetivo Caderno de Especificações, em que a obtenção do produto deve obedecer às respetivas regras de instalação e condução dos pomares, às práticas culturais, bem como, as substâncias de uso interdito e as condições a observar na produção, colheita, transporte, calibragem e acondicionamento, para qualquer das variedades.

Só podem beneficiar do uso da Indicação Geográfica Protegida "Maçã da Beira Alta - IGP" os produtores que sejam expressamente autorizados pelo Agrupamento – FELBA – Centro de Valorização das Frutas e Legumes da Beira Alta., comprometendo-se a respeitar todas as disposições constantes do caderno de especificações e se submetam a controlo a realizar pelo Organismo Privado de Controlo e Certificação (OPC) - SATIVA – Desenvolvimento Rural, Ld.ª.

Área Geográfica – a área geográfica de produção (produção, tratamento e acondicionamento) está circunscrita aos municípios de: Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, S. João da Pesqueira, S. Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela no Distrito de Viseu ; Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso , no Distrito da Guarda; Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua no Distrito de Coimbra..

A área geográfica de produção deste produto encontra-se representada na Figura 16.



(Fonte: <http://ptqc.drapc.min-agricultura.pt>)

Figura 16 – Área geográfica de produção da Maçã da Beira Alta



3.3.1.4. Reserva Agrícola Nacional

No âmbito do processo de revisão do PDM de Oliveira do Hospital, iniciou-se, simultaneamente, o processo de redelimitação da RAN em vigor. Este procedimento permitiu elaborar correções, atualizações e desafetações da RAN em vigor e, do mesmo modo, ajustar a RAN à nova realidade urbana e aos novos meios de representação gráfica.

Os espaços agrícolas integrados na RAN são o resultado deste processo de delimitação e das desafetações das parcelas necessárias integradas nos perímetros urbanos.

A utilização de cartografia em suporte digital e suportes informáticos mais adequados, veio permitir uma nova abordagem ao território, passado a uma mais rigorosa correspondência entre a realidade física e a sua representação gráfica. Este facto verificou-se também na redelimitação da RAN, possibilitando, assim, uma transposição e adequação das manchas através de um processo de interpretação à realidade física existente.

A redelimitação da RAN foi realizada pela equipa de revisão do PDM, em colaboração com a entidade da tutela, a DRAPC. O ponto de partida foi a RAN constante no PDM em vigor. A redelimitação da RAN foi efetuada à escala 1/10000, em formato digital.

No âmbito da Revisão do PDM havia sido concluído o processo de desafetação das manchas de RAN em perímetros urbanos em 2007. O processo decorreu através da realização de sucessivas Reuniões Setoriais com as entidades representantes nas quais se discutiram as propostas de desafetação da RAN, se reformularam os perímetros urbanos e as manchas de RAN nas áreas em sobreposição, conforme os pareceres das respetivas entidades. Após as reuniões setoriais realizaram-se reuniões plenárias da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) e, finalmente, concluiu-se o processo com a deliberação final por parte da entidade responsável, a Comissão da Reserva Agrícola Nacional.

Portanto, nos dias 12 de Setembro e 15 de Novembro de 2006 realizaram-se a 4ª e 5ª reuniões de CTA, respetivamente, nas quais se apreciaram e aprovaram as Propostas de Desafetação da RAN e no dia 01 de Março realizou-se a Reunião da Comissão da Reserva Agrícola Nacional, com o objetivo de discutir e aprovar a Proposta de Desafetação das manchas em RAN.



Finalmente, a 12 de Março de 2007, a Câmara recebeu o parecer da Comissão da Reserva Agrícola Nacional da Proposta de Desafetação das manchas em RAN em que, das 49 manchas apresentadas, foram deliberadas com parecer favorável 23 manchas, com parecer desfavorável 23 manchas e com parecer favorável condicionado 3 manchas, tendo-se concluído o processo de desafetação da RAN nesta altura, ficando com a RAN Final concluída para integrar na Planta de Condicionares do Plano.

Com a publicação do Decreto-lei nº 73/2009, de 31 de Março que aprova o novo Regime Jurídico da RAN, foram introduzidas alterações que levaram à reapreciação das áreas de RAN e a reformulação destas com os perímetros urbanos, incluindo as áreas de RAN integradas na Estrutura Ecológica Urbana.

Assim, na 6ª Reunião Plenária da Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM, realizada a no dia 10 de Julho de 2009, ficou decidido que este diploma, face às alterações introduzidas, levaria à reponderação das áreas da RAN incluídas nos perímetros urbanos e à sua subsequente reapreciação.

Nesta reunião foi também referido por parte da entidade competente, a DRAPC, que no âmbito processual de desafetação da RAN também se deram alterações, pelo que, as desafetações passam a não necessitar de parecer da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro (ERRANC) para aprovar as propostas de desafetações da RAN, sendo estas efetuadas em sede de CTA, caso haja concordância com os pareceres. (Ver o nº 2 do artigo 14º do Decreto Lei nº 73/2009, de 31 de Março).

Nesta reunião a DRAPC solicitou o envio dos documentos já realizados, nomeadamente os referentes ao ordenamento e à RAN, as áreas desafetadas anteriormente e a classificação do solo que foi determinado, para ser efetuada a triagem com vista a definir o que se mantém e o que é excluído da RAN.

Posteriormente, após o envio dos documentos solicitados, a DRAPC enviou uma nova proposta de desafetação da RAN contendo um total de 32 áreas para apreciação. Destas algumas eram relativas à delimitação de perímetros urbanos, não se sobrepondo com RAN e outras relativas à sobreposição da RAN com Espaços Verdes Urbanos Existentes e Propostos, enquadrados na Estrutura Ecológica Urbana da Proposta de Ordenamento. A estas áreas somaram-se mais 26, incluindo áreas sobrepostas com a Estrutura Ecológica Urbana e Rural não referenciadas pela DRAPC e novas pequenas áreas para desafetar propostas pela câmara decorrentes de ajustes de perímetros urbanos.



Realizou-se a 28 de Janeiro uma Reunião Setorial com os representantes da DRAPC, CCDR-C, Câmara Municipal e Equipa do Plano para apreciação e deliberação das áreas em questão. Da apreciação das áreas a desafetar resultaram 24 manchas com parecer favorável que foram levadas à Reunião Plenária da Comissão Técnica de Acompanhamento de 9 de Fevereiro de 2012. As restantes áreas com, parecer desfavorável, levaram à retração dos perímetros urbanos e à reformulação da proposta de ordenamento.

Posteriormente, realizaram-se reuniões setoriais com a DRAPC nas quais esta entidade deu orientações para que não se verificasse sobreposição da RAN com os Aglomerados Rurais e as Áreas de Edificação Dispersa. Deste modo, e de acordo com estas orientações, a equipa de revisão do PDM redelimitou os Aglomerados Rurais e Áreas de Edificação Dispersa de modo a manter as manchas de RAN. As áreas com parecer favorável são levadas à Conferência de Serviços para parecer final.

A Figura 17 apresenta a RAN no município de Oliveira do Hospital. A superfície global da RAN no território do município é o seguinte: 2573,77 ha.

3.3.1.5. Área Agrícola Complementar

Embora a Planta de Classificação e Qualificação do Solo não discrimine a área agrícola complementar, é importante considerá-la neste relatório.

As Áreas Agrícolas Complementares são espaços onde se incluem áreas de atual ou potencial uso agrícola que, mercê das suas características morfológicas ou de produção, não se integram na RAN.

A redelimitação da Área Agrícola Complementar foi elaborada pela Equipa do PDM, de acordo com alguns dos procedimentos utilizados na redelimitação da RAN. Partiu como base a Área Agrícola Complementar do PDM em vigor, o levantamento da Situação Existente elaborado pela equipa do Plano através da análise dos ortofotomapas e complementado pelo Gabinete Florestal. Selecionaram-se as áreas com uso agrícola não enquadradas em RAN nem com clara potencialidade florestal e fizeram-se sucessivos ajustes com os perímetros urbanos.

O valor global da Área Agrícola Complementar no território do município é o seguinte: 2729 ha.

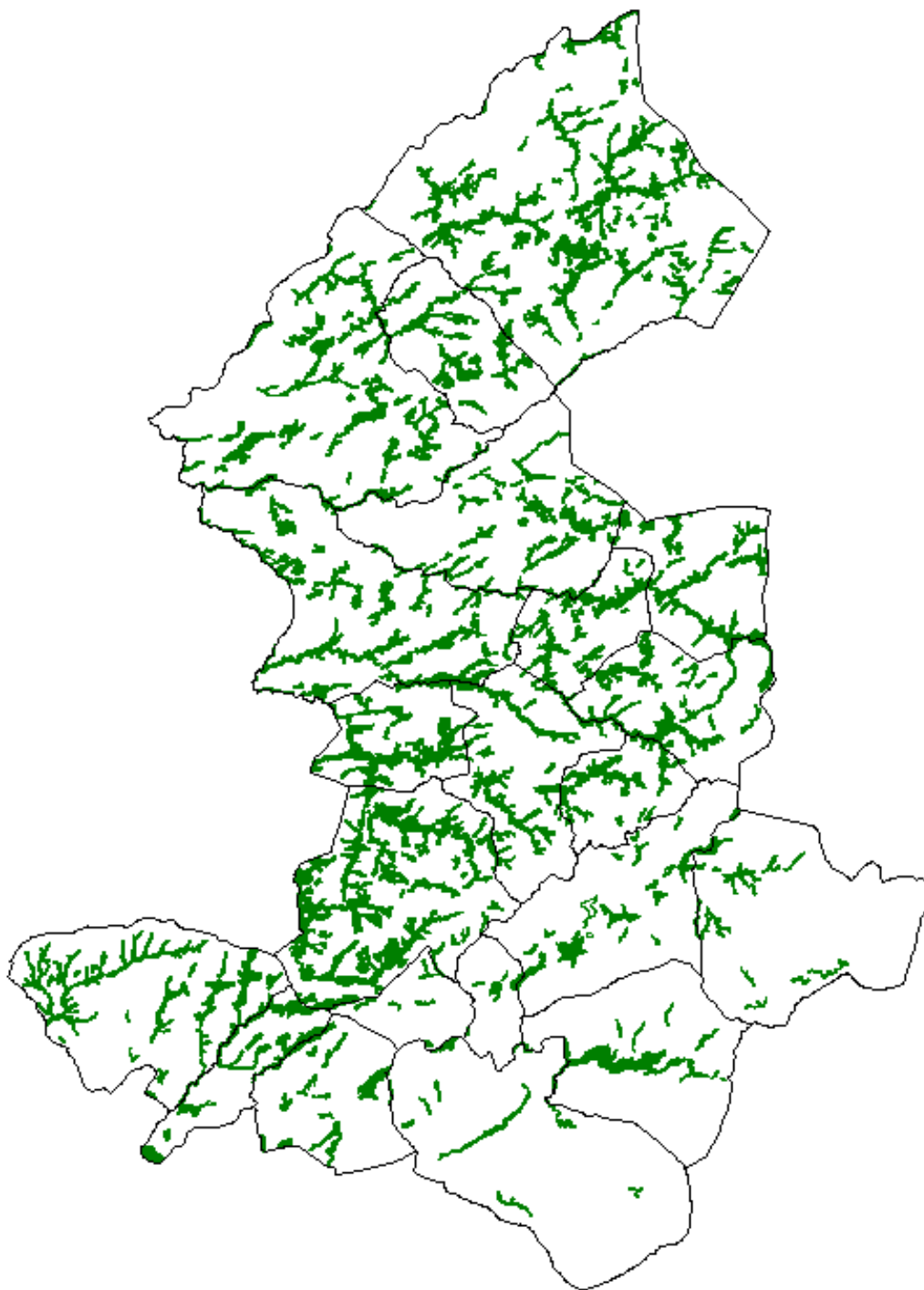


Figura 17 – RAN no município de Oliveira do Hospital



3.3.2. Reserva Ecológica Nacional

No âmbito do processo de revisão do PDM de Oliveira do Hospital, iniciou-se, simultaneamente, o processo de redelimitação da REN em vigor do município, aprovada pela Portaria nº. 251/95, publicada no Diário da República nº. 76, de 30 de Março de 1995. Esta alteração da delimitação da REN possibilitou a elaboração de correções e atualizações da REN em vigor.

A Proposta de Revisão da Delimitação da REN 'Bruta' foi elaborada pela CCDR-C a partir da REN aprovada pela Portaria nº 251/95, de 30 de Março de 1995. O processo desencadeou-se assim que a Câmara iniciou o processo de revisão do PDM.

A primeira proposta da REN foi elaborada em 2004 pela CCDR-C. A proposta de ordenamento do PDM baseou-se nessa Carta de REN, tendo-se efetuado o processo de exclusão das áreas de REN sobre as propostas de perímetros urbanos. Este processo foi concluído e aprovado em sede de CTA em 2006.

A atual proposta surge no seguimento de novas orientações emanadas pela Comissão Nacional da REN (CNREN), no sentido de aproveitar a oportunidade da revisão dos PDM para introduzir, a nível nacional, as necessárias correções à delimitação da designada REN da 1ª geração, eliminando dentro do possível os pontos fracos que têm vindo a ser detetados com a utilização e gestão das Cartas da REN em vigor.

A proposta de delimitação da REN "Bruta", em formato digital, iniciou-se logo que a Câmara Municipal disponibilizou a cartografia de base sobre a qual se desenvolveram os estudos de revisão do PDM, cartografia à escala 1:10.000 homologada pelo Instituto Geográfico Português.

Após delimitação da REN, ponderando o significado das áreas que resultaram da aplicação dos critérios de delimitação adotados quanto aos seus objetivos e funções, procedeu-se à avaliação da REN no interior dos perímetros urbanos definidos pelo PDM em vigor, identificando as áreas urbanas consolidadas nos termos do Decreto Regulamentar n. 9/2009, de 29 de maio e não incluindo essas áreas na delimitação da REN do município.



3.3.2.1. Sistemas biofísicos delimitados nos trabalhos de revisão da delimitação da REN do município de Oliveira do Hospital

Para efeitos de redefinição dos limites da REN no município de Oliveira do Hospital, foram delimitados os seguintes sistemas biofísicos: Leitos dos cursos de água; Zonas ameaçadas pelas cheias; Cabeceiras de linhas de água; Áreas de máxima infiltração; Áreas com riscos de erosão.

Esta delimitação da REN foi efetuada à escala 1/10 000, tendo por base cartografia vetorial à escala 1/10000, homologada pelo IGP, enviada pela Câmara Municipal.

Para efeitos de delimitação da REN, recorreu-se ainda à interpretação da seguinte cartografia de apoio:

- Carta Militar de Portugal do IGeoE, à escala 1:25000, em formato raster e vetorial (n.ºs 219_4; 220_3; 221_2; 230_4; 231_3; 232_2).
- Carta Geológica de Portugal do LNEG, à escala 1:500000.
- Cartografia CORINE Land Cover 2007 para Portugal Continental, à escala 1:100000.
- Cartografia das Unidades Hidrogeológicas do SNRIH, INAG, à escala 1:25000.
- Planta da REN em vigor, à escala 1:25000.
- Ortofotomapas disponibilizados pela ESRI – ArcGIS Server de 2007.

Leitos dos Cursos de Água - De acordo com o Anexo III do Decreto-lei nº 93/90, de 19 de Março, define-se Leitos de Cursos de Água como o “terreno coberto pelas águas quando não influenciado por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades; no leito compreendem-se os mouchões, lodeiros e areias nele formadas por disposição aluvial; o leito das restantes águas é limitado pela linha que corresponder à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto...”

Por se entender que as linhas de água classificadas como REN são aquelas que, após um processo seletivo, têm um papel mais relevante no contexto da bacia hidrográfica (face à sua ramificação, comprimento e área da bacia que drenam), devendo por isso ser objeto de um maior grau de proteção, optou-se por integrar neste sistema biofísico, as linhas de água classificadas no âmbito do “Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de



Portugal”, 2 vols., da Direção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, Lisboa (1981), e ainda as linhas de água que, não estando classificadas, têm relevância no contexto da bacia hidrográfica respetiva. Foram assim delimitados os seguintes leitos dos cursos de água:

Quadro 18 - Linhas de água classificadas

Nome da linha de água	Classificação decimal
Rio Mondego	701
Rio Alva	701 17
Ribeira do Pinheiro	701 17 18
Ribeira do Rio de Mel	701 17 20 02
Ribeira de Pomares	701 17 21
Rio Alvoco	701 17 23
Ribeira da Aldeia da Dez	701 17 23 01
Ribeira do Avelar	701 17 23 03
Ribeira de São Gião	701 17 25
Rio de Cavalos	701 31
Ribeira do Rio Seco	701 31 02
Rio de Ribelas	701 31 05
Ribeiro das Regadas	701 31 03
Rio Seia	701 33
Rio Cobral	701 33 01
Ribeira de Balocas	701 33 01 01
Ribeira de Nogueirinha	701 33 01 03
Ribeira do Esporão	701 33 03
Ribeira do Casal	701 33 03 01
Ribeira da Arca	701 35
Ribeira do Seixo	701 37
Rio de Mel	701 39

Quadro 19 - Linhas de água não classificadas com a tipologia zonas ameaçadas pelas cheias associada:

Nome da linha de água
Barroca do Gato
Lugar de Fontes Ladeiras
Lugar de Fonte das Almas
Lugar de Vendas de Galizes

Face à classificação destas linhas de água como REN e entendendo-se que as mesmas, bem como as suas margens, devem ser objeto de um grau de proteção maior, foram definidos 10 metros de largura em ambos os lados do leito da linha de água, de forma a assegurar que



também as suas margens, nesta largura de 10 metros, ficam inseridas nesta restrição de utilidade pública. Os leitos dos cursos de água, com uma expressão territorial na ordem dos 417 hectares, constituem-se como um sistema que se apresenta de uma forma algo homogénea no território dada a estrutura da sua rede hidrográfica.

Zonas ameaçadas pelas cheias - O Sistema biofísico “Zonas Ameaçadas pelas Cheias” é constituído pela “área contígua à margem dos cursos de água, que se estende até à linha alcançada pela maior cheia que se produza no período de um século, ou pela maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior”.

Face à extrema importância deste ecossistema e à falta de elementos por parte da CCDR-C, esta entidade solicitou a colaboração da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. A Câmara realizou o seu levantamento e registo de acordo com a metodologia que se descreve seguidamente.

A delimitação das Zonas Ameaçadas Pelas Cheias foi efetuada a partir da maior cheia conhecida. Foi utilizada uma metodologia em 3 fases:

Na primeira fase foi solicitado aos Presidentes de Junta de Freguesia que se informassem localmente da ocorrência de cheias provocadas por rios e ribeiras nas suas freguesias, bem como das cotas alcançadas com indicação dos anos de ocorrência.

Na segunda fase, solicitou-se aos Presidentes de Junta que procedessem à delimitação das Zonas Ameaçadas Pelas Cheias, em planta topográfica à escala 1/10000. Esta delimitação foi feita com acompanhamento da Equipa de Revisão do PDM.

Na terceira fase, a equipa de Revisão do PDM delimitou em ficheiro CAD, a partir dos resultados da fase anterior, as Zonas Ameaçadas Pelas Cheias. Esta delimitação foi, posteriormente enviada, aos Presidentes de Junta de Freguesia, para confirmação ou eventuais alterações.

Foram identificadas 34 áreas onde ocorreram cheias, que foram enviadas à CCDR-C para a redelimitação da REN.

Verificou-se a articulação destas manchas com o definido no Plano Municipal de Emergência relativamente às Zonas Ameaçadas pelas Cheias.



Cabeceiras das linhas de água - As Cabeceiras de linhas de água são “áreas côncavas situadas na zona montante das bacias hidrográficas, tendo por função o apanhamento das águas pluviais, onde se pretende promover a máxima infiltração das águas pluviais e reduzir o escoamento superficial e a erosão”.

A sua delimitação é feita “sempre que a sua dimensão e situação em relação à bacia hidrográfica tenha repercussões sensíveis no regime do curso de água e na erosão das cabeceiras ou das áreas situadas a jusante”.

Utilizando-se como base as linhas de água constantes no Índice Hidrográfico, traça-se uma linha, pelo festo (ou linha de separação de águas) que envolve os canais extremos ou de 1ª ordem segundo a classificação de Strahler do curso de água até à primeira inserção. Por vezes, motivado pela proximidade das diferentes cabeceiras, convém uni-las de forma a formar-se um espaço contínuo.

Áreas de máxima infiltração - As áreas de máxima infiltração são “áreas em que, devido à natureza do solo e do substrato geológico e ainda às condições de morfologia do terreno, a infiltração das águas apresenta condições favoráveis, contribuindo assim para a alimentação dos lençóis freáticos”.

Na delimitação deste sistema, foram incluídos: Os terrenos arenosos de formações modernas, como os aluviões e os depósitos de vertentes ou terraços; Os terrenos de recarga de aquíferos estratégicos ou de importância para o abastecimento; As áreas com declives inferiores ou iguais a 2º (3,49%).

A execução das Áreas de Máxima Infiltração foi efetuada com base na observação da ortofotografia digital 1 / 40 000, de Infra-Vermelho colorido.

Foi delimitada, preferencialmente, nos aluviões dos cursos de água, mais ou menos abertos, associados a zonas baixas e nos terrenos onde o solo se encontra mais ou menos desprovido de vegetação.

O município de Oliveira do Hospital é predominantemente constituído por rochas graníticas hercínicas, de permeabilidade muito reduzida. Os aluviões resultantes dos processos de erosão destas rochas são muito permeáveis, pelo que englobam o presente subsistema. O contraste verificado entre a permeabilidade dos granitos e a das formações aluvionares



determina que as áreas de máxima infiltração assumam, neste município, um aspeto dendrítico.

Áreas com Riscos de Erosão - As Áreas com riscos de erosão são “áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de serem alterados, tais como o coberto vegetal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos”.

Considera-se que a delimitação deste sistema biofísico deverá ponderar como fatores determinantes o declive e a erodibilidade média do tipo de solo em presença, bem como o respetivo substrato rochoso.

Este sistema biofísico foi elaborado a partir do modelo digital de terreno com a consequente determinação e construção da carta de declives. A partir desta carta, selecionaram-se as classes que incluíam declives iguais ou superiores a 30% e destas áreas foram retiradas aquelas cuja superfície não atingia 1 ha.

Atendendo ao facto da expressão gráfica produzida através da metodologia referida anteriormente, não se ajustar a uma boa leitura dos limites deste subsistema, procedeu-se à aferição dos mesmos, tendo-se em consideração limites físicos, designadamente curvas de nível e linhas de água.

Quadro 20 - Quantificação da REN por tipologia

Tipologias da REN	Superfície (ha)	Superfície do município (%)*
Leitos dos Cursos de Água	221,83	0,95
Áreas de Máxima Infiltração	498,44	2,13
Cabeceiras das Linhas de Água	509,39	2,17
Áreas com Riscos de Erosão	4 327,15	18,45
Zonas Ameaçadas pelas Cheias	29,82	0,13
Leitos dos Cursos de Água + Áreas de Máxima Infiltração	101,46	0,43
Leitos dos Cursos de Água + Cabeceiras das Linhas de Água	24,64	0,11
Leitos dos Cursos de Água + Zonas Ameaçadas pelas Cheias	49,92	0,21
Áreas de Máxima Infiltração + Zonas Ameaçadas pelas Cheias	28,18	0,12
Cabeceiras das Linhas de Água + Áreas com Riscos de Erosão	210,67	0,90
Leitos dos Cursos de Água + Áreas de Máxima Infiltração + Zonas Ameaçadas pelas Cheias	19,54	0,08
Total	6 021,03	25,68
Área do município	23 450	100,00

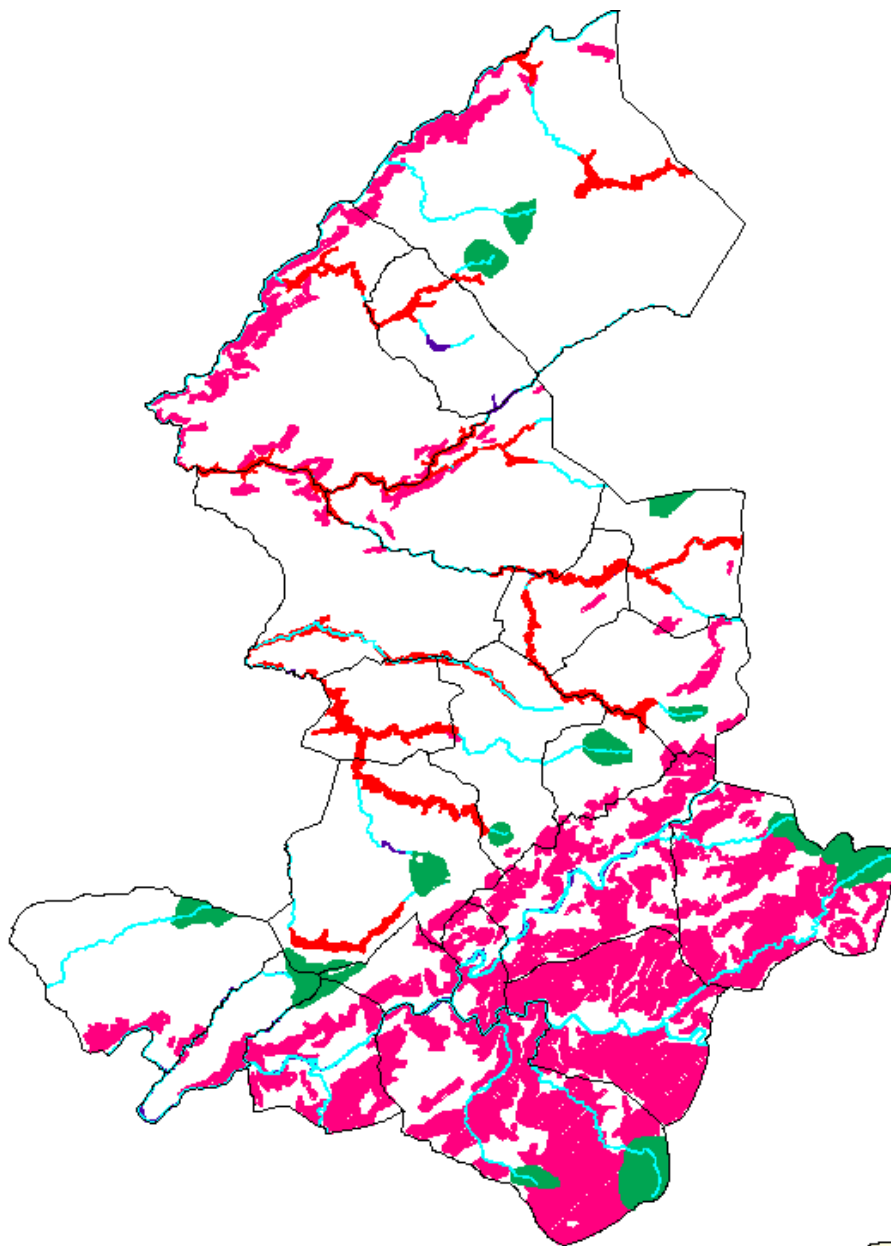


Figura 18 – REN no município de Oliveira do Hospital

3.3.2.2. Síntese das propostas para exclusão da REN

Todas propostas apresentadas para exclusão das áreas de REN na 8ª CTA, foram alvo de alguns ajustes, de redefinição e negociações para se chegar ao resultado final.



Para a 8ª CTA, foram consideradas dez manchas, das quais, a mancha C1, diz respeito ao pedido de exclusão de uma área efetivamente já comprometidas e as restantes nove dizem respeito ao pedido de exclusão de áreas para satisfação de carências existentes. As manchas E1, E3, E4 e E8 destinadas à criação de espaços verdes; A mancha E2 destinada à criação de espaços de atividades económicas; A manchas E5 destinadas ao ajuste do perímetro urbano e a mancha E9 destinada à conformação da área de edificação dispersa, em solo rural; A mancha E6 destinada à criação de um espaço de ocupação turística; a mancha E7 destinada à criação de uma área de equipamentos de utilização coletiva.

As fundamentações técnicas que justificam as propostas de exclusão da REN na 8ª CTA, foram as seguintes: Criação de uma área de edificação dispersa, integrando situações existentes em solo rural; Criação de um espaço verde de proteção às atividades económicas; Criação de um novo espaço para atividades económicas; Criação de estrutura ecológica destinada a área verde de utilização coletiva; Ajuste do perímetro urbano; Criação de estrutura ecológica destinada à proteção de linhas de água; Criação de um espaço de ocupação turística em solo rural; Criação de um espaço de uso especial - área de equipamentos de utilização coletiva.

Quadro 21 - Síntese das áreas a excluir por tipologia na 8ª CTA

Tipologia REN	Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes		
	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho
Cabeceiras das Linhas de Água	2,86	0,56	0,01	18,78	3,69	0,08
Áreas de Máxima Infiltração				0,92	0,19	0,00
Áreas com Riscos de Erosão				50,49	1,17	0,22
Total	2,86	0,56	0,01	70,19	5,04	0,30

Na 8ª Reunião de CTA, na qual foi emitido o Parecer Final à proposta de plano, das 10 manchas resultaram 3 a enviar para a Comissão Nacional da REN. Assim, a mancha C1 manteve-se, tal como as manchas E5 e E9 que passaram a denominar-se E1 e E2, respetivamente neste novo processo, apresentando-se a síntese no Quadro 22.

Quadro 22 - Síntese das áreas a excluir por tipologia a propor para a CNREN

Tipologia REN	Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes		
	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho	Superfície (ha)	% referente à tipologia	% da superfície do concelho
Cabeceiras das Linhas de Água	2,86	0,56	0,01	4,32	0,85	0,02
Áreas de Máxima Infiltração				0,12	0,02	0,00
Total	2,86	0,56	0,01	4,44	0,87	0,02



3.3.3. A Floresta

A floresta tem vindo a adquirir relevo no processo de planeamento, tendo sido recentemente publicada legislação respeitante ao ordenamento da floresta e sua defesa contra incêndios a partir da qual foram elaborados os Planos Regionais de Ordenamento Florestal, PROF, e os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, PMDFCI.

Apresenta-se uma breve análise da caracterização da floresta através do Inventário Florestal do município de Oliveira do Hospital datado de 1992, seguidamente apresenta-se a caracterização da floresta e a proposta de ordenamento da floresta do município através do PROF-PIN. Finalmente apresenta-se o PMDFCI e a sua aplicação o PDM.

O Quadro 23 apresenta as formas de ocupação do solo florestal do município, em 1992. Da sua análise constata-se que a área florestal do município era de 13.727 hectares, valor que representava 58,52% do território concelhio, assumindo uma grande relevância na ocupação do solo concelhio. Os 9.728 hectares restantes correspondem às áreas agrícolas e sociais (9.414 hectares) e a terrenos improdutivos, presentes em 314 hectares constituídos por afloramentos rochosos localizados na parte norte do município, essencialmente ao longo do rio Seia.

Quadro 23 – Ocupação do solo florestal do município

	Área (ha)	% Área Total	%
Área Florestal	13.727	58,52	100,00
Área Florestal Arborizada	8.594	36,64	62,61
Pinheiro Bravo	6.837	29,15	49,81
Pinheiro Manso	912	3,89	6,64
Eucalipto	258	1,10	1,88
Folhosas	271	1,16	1,97
Dispersas	316	1,35	2,30
Área Florestal Não Arborizada	5.133	21,88	37,39
Matos	4.681	19,96	34,10
Ardidos (>2 anos)	452	1,93	3,29
Área Não Florestal	9.728	41,48	100,00
Área Agrícola e Social	9.414	40,14	96,77
Improdutivos	314	1,34	3,23
Área Total município	23.455	100,00	-

Fonte: Inventário Florestal de Oliveira do Hospital, 1992



A área florestal é dividida em área florestal arborizada (62,61% da área florestal) e área florestal não arborizada (37,39%). Os 5.133 hectares não arborizados são constituídos por matos altos e baixos (4.681 hectares), e áreas ardidas nos últimos 2 anos. Constituem uma área suscetível de ser rearborizada, uma vez que os matos são áreas que já arderam ou que foram abandonadas pela sua fraca aptidão agrícola. Os 8.594 hectares arborizados representam 36,64% do território municipal. As espécies mais significativas em termos de área ocupada são o pinheiro bravo, o pinheiro manso, o eucalipto, diversas espécies folhosas e árvores diversas .

O pinheiro bravo é sem dúvida a espécie florestal mais importante, estando presente em 6.837 hectares, ocupando 29,15% do território concelhio e 49,81% da sua área florestal. As áreas de pinheiro bravo mais representativas são as de povoamentos puros, que ocupam 5.467 hectares, essencialmente localizados na zona sul do município, onde ocupam uma área de 2.889 hectares. Os povoamentos mistos dominantes são as consociações de pinheiro bravo com pinheiro manso, que ocupam 1.013 hectares essencialmente localizados na zona norte, e em menor escala as consociações com folhosas diversas, geralmente carvalhos e castanheiros, localizadas em 357 hectares. Na zona centro do município, com a exceção para as zonas de Bobadela, Nogueira do Cravo e Lagos da Beira, as manchas de pinheiro bravo são de reduzidas dimensões e mais compartimentadas.

O pinheiro manso é a segunda espécie mais importante no município, ocupando uma área de 912 hectares, que corresponde a 3,89% do território municipal e 6,64% da sua área florestal. A área dominante é a de povoamentos mistos de pinheiro manso com pinheiro bravo, que ocupam 713 hectares, sendo as áreas de povoamentos puros de apenas 129 hectares. A área de incidência do pinheiro manso é a zona norte, pois à medida que caminhamos para o sul do município os povoamentos de pinheiro manso desaparecem (no sul do município não estão detetados povoamentos de pinheiros mansos).

A área ocupada por eucalipto não é muito relevante no contexto florestal do município, ocupando 258 hectares, que representam apenas 1,1% do território concelhio e 1,88% da sua área florestal. Os povoamentos de eucalipto são essencialmente puros; os povoamentos mistos com pinheiro bravo não são muito representativos, pois apenas ocupam 28 hectares. Os eucaliptais estão geralmente plantados em zonas com declives muito acentuados, preferencialmente localizados nos vales dos principais rios do município (rios Mondego, Seia, Alva e Alvôco).



São incluídos em folhosas diversas o castanheiro, carvalho roble, choupos, amieiros e salgueiros entre outras espécies. Os seus povoamentos ocupam 271 hectares, representando 1,16% do território concelhio e 1,97% da sua área florestal, localizando-se essencialmente na zona sul do município, na qual ocupam 178 hectares. Os povoamentos puros de folhosas diversas são essencialmente de dimensão reduzida e encontram-se nas zonas ribeirinhas, fazendo a transição das áreas agrícolas para as florestais, e em terrenos agrícolas abandonados. As folhosas constituem também diversos povoamentos mistos com outras espécies, nomeadamente com o pinheiro bravo, mas encontram-se geralmente dominadas por estas.

No inventário florestal foi identificada uma área de 316 hectares ocupada por árvores dispersas, essencialmente localizadas na zona norte do município nas encostas dos rios Mondego e Seia, e nas encostas circundantes das povoações de Aldeia das Dez e Avô. Neste grupo foram incluídas as zonas em que a densidade de distribuição das árvores era tão baixa que não permitiu a definição de um povoamento florestal.

A área ocupada por matos altos e baixos é bastante significativa, ocupando 4.681 hectares, que correspondem a 19,96% do território concelhio e 34,1% da sua área florestal. A sua área resulta de manchas florestais que sofreram incêndios e nas quais surgiram matos heliótífos. As áreas mais representativas deste tipo de povoamento localizam-se na zona Sul, na qual ocupam uma área de 2.727 hectares, sendo a zona Centro aquela onde se localiza a menor parcela ocupada por matos, ocupando apenas uma extensão de 560 hectares. As zonas de matos localizam-se essencialmente ao longo das encostas dos principais rios do município, nas zonas de transição da área agrícola para a florestal, e no meio de povoamentos. Têm especial destaque as zonas do Monte do Colcorinho, completamente coberto de matos, a encosta do rio Alva exposta a Sul, e a encosta dos restantes rios concelhios.

3.3.3.1. O PROF-PIN e o município de Oliveira do Hospital

A 19 de Julho de 2006 foi publicado o Decreto Regulamentar nº 9/2006 relativo ao Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte. Este coincide com a NUTS III do Pinhal Interior Norte no qual se encontra o município de Oliveira do Hospital.



A organização dos espaços florestais e respetivo zonamento foi feita ao nível de sub-regiões homogéneas, definidas no PROF-PIN como “a unidade territorial com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais” (art.º 4º, alínea cc). “O plano tem uma abordagem multifuncional, isto é, integra as funções de produção, proteção, conservação de habitats, fauna e flora, silvo-pastorícia, caça e pesca em águas interiores, recreio e enquadramento paisagístico” (art.º 1º n.º 2).

O plano identifica no seu Mapa Síntese, apresentado na Figura 19, as sub-regiões homogéneas, as zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, as zonas sensíveis para a conservação da natureza, a floresta modelo, os municípios, os terrenos submetidos a regime florestal e os corredores ecológicos.

As sub-regiões homogéneas são nove: Alto Mondego, Alto Alva, Vale do Alva, Lousã e Açor, Floresta da Beira Serra, Sicó e Alvaiázere, Pampilhosa e Alvelos, Cova da Beira e Gândaras Sul.

As “Zonas sensíveis para a conservação” são as seguintes: Áreas protegidas (Margarça); Sítios da Lista Nacional (Diretiva Habitat) (Sítio do Carregal); Corredores Ecológicos; Zonas críticas do ponto de vista da floresta contra incêndios.

As áreas sujeitas ao regime florestal são subdivididas em duas categorias: “Floresta modelo” e “Perímetros florestais”.

Este Plano, no seu Regulamento, determina sobre o “uso, ocupação e ordenamento florestal” (Título II), e a “Defesa da floresta contra incêndios” (Título III). No que diz respeito ao “uso, ocupação e ordenamento florestal” nas sub-regiões homogéneas, o regulamento define, para além de objetivos gerais comuns a todas elas, objetivos específicos de cada uma.

Os objetivos específicos das sub-regiões visam a ‘implementação’ e incrementação das cinco seguintes funções (subdivididas em sub-funções) (e correspondente tipologia de espaço florestal):

- Espaços florestais com função de produção (produção de madeira, produção de biomassa para a energia, produção de frutos e sementes (pinhão e medronho), produção de outros materiais vegetais e orgânicos);



- Espaços florestais com função de proteção (proteção contra a erosão eólica, proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão hídrica e cheias);
- Espaços florestais com função de conservação (conservação de recursos genéticos, conservação de espécies de flora e da fauna protegida, conservação de habitats classificados (controle de invasoras lenhosas));
- Espaços florestais com função de suporte à silvo pastorícia, caça e pesca, (suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas, suporte à pastorícia (matos e pastagens naturais), suporte à apicultura, suporte à pesca em águas interiores);
- Espaços florestais com função de suporte ao recreio, enquadramento e estética da paisagem (enquadramento de aglomerados urbanos e monumentos, função de recreio, conservação de paisagens notáveis).

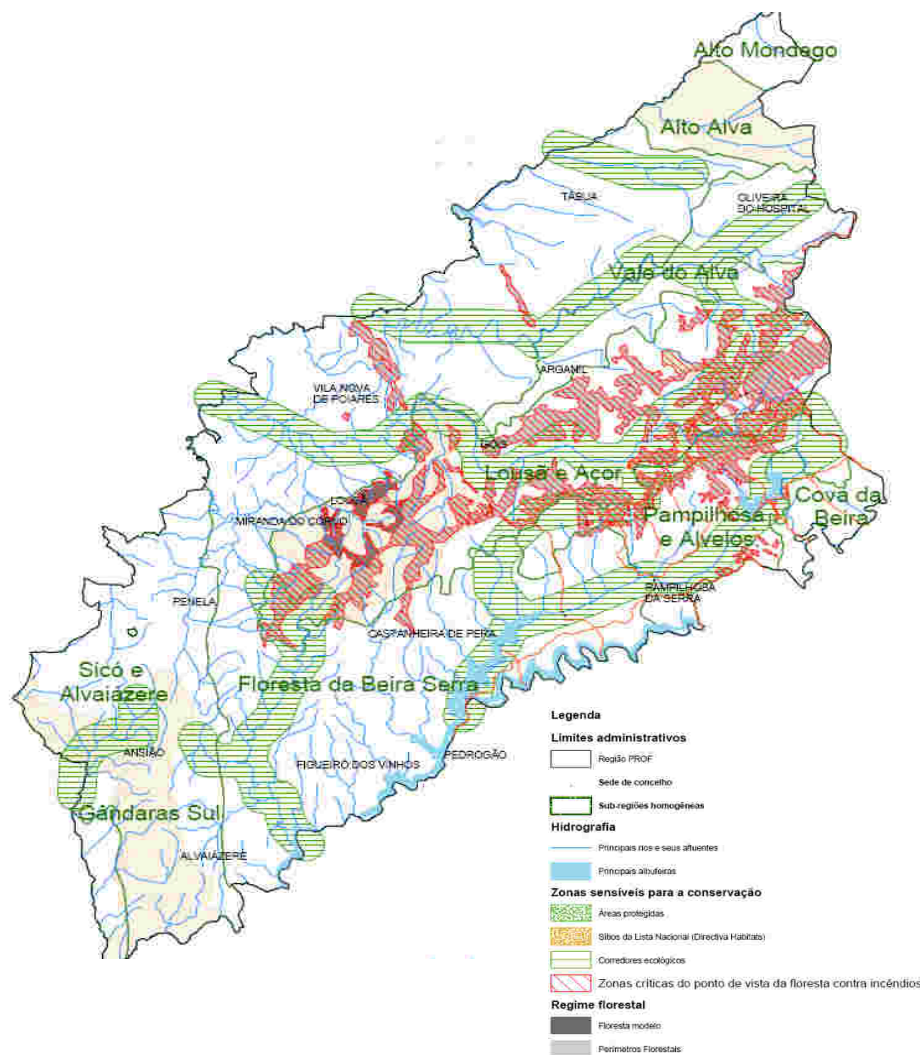


Figura 19 - Mapa síntese do PROF-PIN



O regulamento define também as espécies florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar em cada sub-região homogénea. Define para cada sub-região dois tipos de normas: as “Normas de intervenção generalizada” e as “Normas de intervenção específica”, que são de aplicação localizada em determinadas zonas da sub-região. Importa porém ressaltar que não se dispõe de planta cartográfica com a delimitação destas zonas, o que dificulta a transposição para o PDM.

Relativamente a execução o regulamento determina a elaboração de “planos de gestão florestal” (art.º 33º) e a “instalação” de “Zonas de intervenção florestal”, ZIF (art.º 35º).

Para efeitos de planeamento florestal local, o PROF-PIN estabelece que a dimensão mínima a partir da qual as explorações florestais privadas são sujeitas a Plano de Gestão Florestal (PGF) é de 25 hectares. Os PGF regulam no espaço e no tempo as intervenções de natureza cultural e de exploração, desempenhando um papel crucial no processo de melhoria e gestão dos espaços florestais.

A importância da constituição das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) é outro assunto com relevo no PROF-PIN. As ZIF são áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, que são submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta. As ZIF têm a vantagem de promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram e coordenam a proteção dos espaços florestais e naturais de forma planeada e a recuperação desses espaços afetados por incêndios.

A delimitação das ZIF's respeita vários critérios, como por exemplo, a ocupação e uso do solo, o risco estrutural de incêndio florestal e as normas estabelecidas nos planos regionais de ordenamento florestal. A área territorial das ZIF compreende um mínimo de 1000 ha e inclui no mínimo 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos. No município foram já criadas as seguintes ZIF:

- ZIF da Cordinha, abrangendo as freguesias de Ervedal da Beira, Seixo da Beira e Vila Franca da Beira;
- ZIF Terra Chã, abrangendo as freguesias da Bobadela, Lagares, Lagos da Beira, Lajeosa, Meruge e Travanca de Lagos e parte das freguesias de Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva e São Paio de Gramaços;



- ZIF Alva e Alvôco, abrangendo as freguesias de Alvôco das Várzeas e São Sebastião da Feira e parte das freguesias de Aldeia das Dez, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva, Santa Ovaia, São Gião, São Paio de Gramaços;
- ZIF Lourosa, abrangendo as freguesias de Lourosa e Vila Pouca da Beira, parte das freguesias de Nogueira do Cravo, Avô e Santa Ovaia e outras dos municípios de Arganil e Tábua;
- ZIF Moura Alva, abrangendo parte das freguesias de Aldeia das Dez e de Avô, e outras do município de Arganil;
- ZIF Serra da Estrela Sul, abrangendo parte da freguesia de São Gião e outras freguesias dos municípios de Arganil e Seia.

O município de Oliveira do Hospital dispõe, tal como refere o PROF-PIN, de um grande potencial de produção florestal e um elevado potencial para a silvo-pastorícia, a caça e a pesca.

A área florestal é bastante extensa, abrangendo, cerca de 70% do território concelhio. Na generalidade, o território tem potencial fitológico suficiente para sustentar bosques autóctones bem desenvolvidos, como são os casos do carvalho alvarinho, carvalho negral carvalho cerquinho, medronheiro, sobreiro, castanheiro. O pinheiro bravo, por seu turno, tem um elevado potencial em toda a área do município.

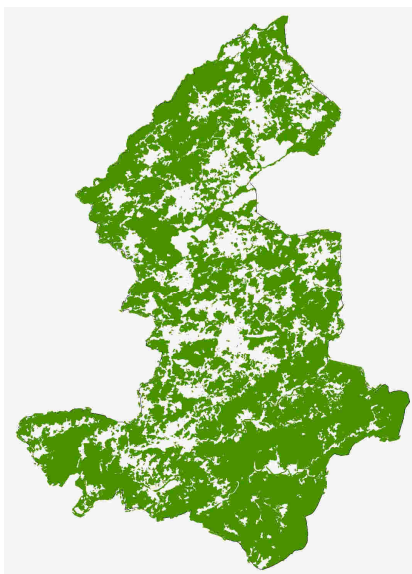


Figura 20 - Espaço florestal total no município de Oliveira do Hospital



A Figura 20 e a Figura 21 apresentam o espaço florestal do município. A Figura 20 apresenta o 'Espaço florestal total'. A Figura 21 apresenta a 'Floresta de produção' (cor verde), 'Matos e pastagens' (cor branca) e 'Restantes usos' que não o florestal (cor amarela).



Figura 21 - Floresta de produção (verde), matos e pastagens (branco) e espaços restantes (amarelo) no município de Oliveira do Hospital

Relativamente ao PROF-PIN, o município de Oliveira do Hospital é abrangido pelas cinco seguintes sub-regiões homogéneas: Alto Mondego (AM), Alto Alva (AA), Vale do Alva (VA), Lousã e Açor (LA) e Floresta da Beira Serra (FBS) (Figura 22).

As zonas sensíveis para a conservação existentes no município e identificadas no PROF-PIN são o Sítio do Carregal (Sítios da Lista Nacional (Diretiva Habitat)), Corredores ecológicos e Zonas críticas do ponto de vista da floresta contra incêndios.

As funções e sub-funções a 'implementar' e incrementar em cada sub-região compreendida no município de Oliveira do Hospital estão sintetizadas no Quadro 24.

O Quadro 25 apresenta as espécies florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar no município de Oliveira do Hospital, por sub-região homogénea.

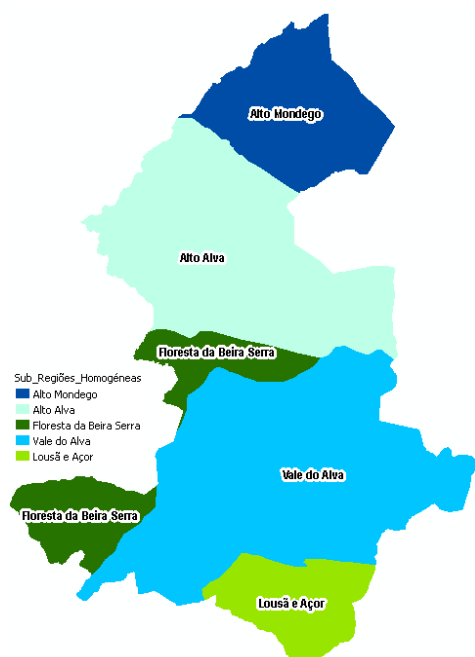


Figura 22 - Sub-regiões homogéneas no município de Oliveira do Hospital

Quadro 24- Funções e subfunções a 'implementar' e incrementar no município de Oliveira do Hospital, por sub-região homogénea

Espaços	Subfunções	Sub-regiões homogéneas				
		Alto Mondego	Alto Alva	Vale do Alva	Lousã e Açor	Floresta da Beira Serra
Espaços florestais com função de produção	Produção de madeira	X	X	X		X
	Produção de biomassa para a energia	X	X	X	X	X
	Produção de frutos e sementes	X	X*	X	X	X
	Produção de outros materiais vegetais e orgânicos	X	X	X	X	X
Espaços florestais com função de proteção	Proteção da rede hidrográfica	X	X	X	X	X
	Proteção contra a erosão eólica					
	Proteção contra a erosão hídrica e cheias	X	X	X	X	X
Espaços florestais com função de conservação	Conservação de habitats classificados		X		X	
	Conservação de espécies da flora e da fauna protegida		X			
	Conservação de recursos genéticos	X	X	X	X	X
Espaços florestais com função de suporte à silvo pastorícia, caça e pesca	Suporte à caça e conservação das espécies cinegéticas				X	X
	Suporte à pastorícia	X			X	X
	Suporte à apicultura				X	X
	Suporte à pesca em águas interiores	X	X	X		X
Espaços florestais com função de suporte ao recreio, enquadramento e estética da paisagem	Enquadramento de aglomerados urbanos, sítios arqueológicos e monumentos				X	
	Recreio			X	X	
	Conservação de paisagens notáveis			X	X	



Quadro 25 – Espécies florestais e correspondentes modelos de silvicultura a incentivar e privilegiar no município de Oliveira do Hospital, por sub-região homogénea

Espécie	Modelo de silvicultura	Sub-regiões homogéneas				
		Alto Mondego	Alto Alva	Vale do Alva	Lousã e Açor	Floresta da Beira Serra
Pinheiro-bravo	Povoamento puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho.	X	X	X	7)	X
	Povoamento misto de pinheiro-bravo e castanheiro, para produção de lenho.	X	X	3)	8)	11)
	Povoamento misto de pinheiro-bravo e medronheiro, para produção de lenho de pinheiro e de fruto do medronheiro.	X	X	X	7)	X
Sobreiro	Povoamento puro de sobreiro, para produção de cortiça e lenho como produto secundário.			4)	X	X
	Povoamento misto de sobreiro e pinheiro-bravo, para produção de lenho de pinheiro-bravo e de cortiça do sobreiro.			4)	7)	X
Eucalipto	Povoamento puro de eucalipto em talhadia, para produção de lenho para trituração.	1)	2)	5)	9)	12)
	Povoamento puro de eucalipto em alto fuste, para produção de lenho para serração.	1)	2)	5)	9)	12)
Carvalho-alvarinho	Povoamento puro de carvalho-alvarinho, para produção de lenho.	X	X	X	10)	13)
Carvalho-negral	Povoamento puro de carvalho-negral, para produção de lenho e de fruto.	X	X	X	X	14)
Carvalho-cerquinho	Povoamento puro de carvalho-cerquinho, para produção de fruto e de lenho.	1)	2)		6)	15)
Pinheiro-manso	Povoamento puro de pinheiro-manso, para produção de lenho.		X			
	Povoamento puro de pinheiro-manso, para produção de fruto.		X			
Castanheiro	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de lenho.	X	X	3)	X	11)
	Povoamento puro de castanheiro em talhadia, para produção de lenho.	X	X	3)		11)
	Povoamento puro de castanheiro em alto fuste, para produção de fruto.	X	X	3)	X	11)
Azinheira	Povoamento puro de azinheira, para produção de fruto e de lenho.					X

- 1) Exceto extremo este, na zona da Sobreda;
- 2) Exceto extremo este, a norte da Lajeosa;
- 3) A norte da linha entre Avô e Vila Pouca da Beira;
- 4) Exceto a zona noroeste, entre São Gião e Vila Pouca da Beira;
- 5) Unicamente na faixa entre Santa Ovaia e Arganil;
- 6) Só na zona noroeste, entre São Paio de Gramaços e Vila Pouca da Beira;
- 7) Unicamente na faixa sudoeste-nordeste, entre a Lousã e Vale de Madeira e de Góis ao Colmeal (fora do município);
- 8) Unicamente a nordeste, na serra do Açor, do Colmeal a Vale de Madeira (fora do município);;
- 9) Unicamente numa faixa este-oeste entre Ponte do Sótão e Colmeal (fora do município);
- 10) Exceto a faixa sul, entre Alge e Cabreira (fora do município);
- 11) Unicamente na zona norte, entre Lourosa e Midões;
- 12) Exceto a norte dos municípios de Figueiró dos Vinhos e Pampilhosa da Serra (fora do município);
- 13) Exceto a zona sul da sub-região, dos municípios de Alvaiázere à Pampilhosa da Serra (fora do município);
- 14) Unicamente na zona norte, de Espariz a Midões, e na zona sul da sub-região, dos municípios de Penela à Pampilhosa da Serra;
- 15) Unicamente na zona norte, entre Lourosa e Midões, nos municípios de Vila Nova de Poiares e de Arganil, e numa faixa norte-sul dos municípios da Lousã a Figueiró dos Vinhos;



3.3.3.2. A defesa da floresta contra incêndios - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios é um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de ações de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas, nomeadamente através das ações de prevenção, sensibilização, vigilância, deteção, supressão, e coordenação dos meios e agentes envolvidos, para os quais concretiza os objetivos e metas a atingir, que visam procurar satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos cinco eixos estratégicos definidos no PMDFCI, devendo ser organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas identificados no município.

É com este espírito que, a nível municipal, está a ser operacionalizada e implementada a estratégia de defesa da floresta contra incêndios.

Paralelamente, o plano pretende ter um papel ativo no desenvolvimento local, nomeadamente no respeitante à conservação da natureza e à preservação do património florestal existente.

O plano delimitou as zonas de sensibilidade ao fogo florestal nos seus cinco graus de risco: muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo e prescreveu as medidas preventivas, destinadas a evitar o flagelo dos incêndios e sustentadas nas características específicas do território, nomeadamente decorrentes da natureza urbana, peri-urbana ou rural e das funções dominantes desempenhadas pelos espaços florestais.

Apesar do enfoque nos meses de maior risco de incêndio, o objetivo principal do plano é de orientar as ações silvícolas ao longo de todo o ano, de forma a ter uma floresta ordenada e bem gerida, com rede viária e bons acessos, com rede divisional formada por aceiros e arrifes a compartimentar e separar as manchas de árvores, que devem ser limpas e desbastadas.

Com este plano pretende-se apostar na prevenção e intervenção rápida e precisa de incêndios florestais, realizando a manutenção e melhoramento dos caminhos florestais, através da limpeza de valetas, aquedutos e nivelamento da plataforma de rodagem, facilitando o acesso dos meios de intervenção, a comunicação entre as populações e contribuindo para o ordenamento florestal, tornando mais rápidas as ações de primeira intervenção e facilitando o combate ao foco de incêndio, nos momentos iniciais da deflagração.



O plano define, a médio e a longo prazos, a política e as medidas para a defesa da floresta contra incêndios:

Prevê o reforço, a manutenção e o melhoramento das redes de pontos de abastecimento de água, criando acessibilidades aos rios e represas e construindo novos pontos de água, facilitando as primeiras intervenções e o combate ao incêndio.

Prevê a abertura de redes de aceiros e corta-fogos (faixas de gestão de combustíveis), utilizando medidas de silvicultura preventiva, como operações de limpeza mecânica da vegetação sub-arbórea (desrama e monda do arvoredo existente) e criando zonas livres de vegetação rasteira que se transformam em obstáculo à progressão das chamas.

Outra importante tarefa preconizada no plano é o melhoramento da rede fixa de Postos de Vigia, com o aumento das áreas de visibilidade, através da desobstrução da vegetação existente nas imediações dos mesmos. Além disso, prevê a definição de um sistema de vigilância e patrulhamento móvel permanente da floresta nas zonas críticas, inibindo o eventual pirómano e as queimadas não autorizadas.

3.3.4. Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental - ERPVA

A Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – ERPVA, consiste no conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas.

Tal como definido no PROT-C, a ERPVA tem como objetivo *'garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclos da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens'*. A ERPVA deve garantir *'a existência de uma rede de conectividade entre os ecossistemas, contribuindo para uma maior resiliência dos habitats e das espécies face às previsíveis alterações climáticas, e possibilitando as adaptações necessárias aos sistemas biológicos para o assegurar das suas funções'*.

A ERPVA é constituída por áreas nucleares (áreas de mais valia, subdividindo-se em áreas classificadas e em outras áreas sensíveis) e, também, corredores ecológicos, subdivididos em



estruturantes (principais linhas de água da região) e secundários (corredores ecológicos dos PROF).

As áreas nucleares da ERPVA existentes no território do município de Oliveira do Hospital correspondem a uma área de mais-valia ambiental classificada como Sítio de Importância Comunitária, SIC, o Sítio do Carregal do Sal - Rede Natura 2000.

Os corredores ecológicos existentes no território do município de Oliveira do Hospital são os seguintes: Corredores Ecológicos Estruturantes, estando considerado o Corredor Ecológico do Mondego, e Corredores Ecológicos Secundários, corredores estes identificados nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), que constituem, nomeadamente, os Corredores Ecológicos dos Rios Alva e Rio de Cavalos, pertencentes ao PROF-PIN e os Corredores Ecológicos dos Rios Seia e Alva, pertencentes ao PROF-BIN.

No seu conjunto, estes corredores assumem uma extrema importância na salvaguarda da conectividade e continuidade espacial e dos intercâmbios genéticos entre diferentes áreas nucleares de conservação da biodiversidade em toda a região.

3.3.4.1. Corredores Ecológicos

De acordo com a definição presente nos PROF, os Corredores Ecológicos são as faixas que promovem a conexão entre áreas florestais dispersas, favorecendo o intercâmbio genético, essencial para a manutenção da biodiversidade.

Os corredores ecológicos contribuem para a formação de metapopulações de comunidades da fauna e da flora, tendo como objetivo conectar populações, núcleos ou elementos isolados, e integram os principais eixos de conexão, delimitados com uma largura máxima de 3 km.

As normas a aplicar, do acordo com o definido nos PROT, no âmbito do planeamento florestal, são as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios corredores ecológicos.



O município de Oliveira do Hospital contempla corredores ecológicos de três PROF: o Plano Regional de Ordenamento Florestal Pinhal Interior Norte, o Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões e o Plano Regional de Ordenamento Florestal Beira Interior Norte.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte, ao qual pertence o município de Oliveira do Hospital compreende, neste território, os corredores ecológicos do Rio Alva, incluindo a Ribeira de Pomares e uma pequena área do Rio de Cavalos.

Para além destes corredores ecológicos delimitados no PROF-PIN, estendeu-se a sua delimitação para a Ribeira de Alvôco, efluente do Rio Alva e para o Rio Seia.

O Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, nos limites do território do município de Oliveira do Hospital, compreende os Corredores Ecológicos do Rio Seia e do Rio Alva. Optou-se por prolongar o corredor ecológico ao longo de todo o Rio Seia, enquanto que o corredor ecológico do rio Alva se sobrepõe um pouco ao mesmo corredor do PROF-PIN, pelo que se encontra integrado.

Relativamente ao Rio Mondego, sendo um corredor ecológico estruturante, foi considerado o Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego, bem como o corredor ecológico definido no Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão-Lafões.

Os corredores ecológicos foram delimitados no PDM tendo como ponto de partida os limites dos PROF. Assim, delimitou-se cada corredor ecológico com base nas linhas de cumeada, verificando-se que, em alguns casos, a largura do corredor ficou inferior à do PROF, enquanto que noutros a largura aumentou. Para além disso, e como já foi referido, prolongaram-se corredores ecológicos que não estavam delimitados nos PROF, por se considerarem de grande importância para o equilíbrio ecológico do território.

3.3.4.2. Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal

A Rede Natura 2000 é o instrumento fundamental da política de conservação da natureza e da biodiversidade da União Europeia. É uma rede ecológica resultante da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, (Diretiva Habitats) e tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.



Esta rede é formada por Zonas de Proteção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves e seus *habitats*; e por Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva *Habitats*, com o objetivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens.

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A garantia de uma boa prossecução destes objetivos passa necessariamente por uma articulação das políticas setoriais, nomeadamente de conservação da natureza, agro-silvopastoril, turística ou de obras públicas, por forma a encontrar os mecanismos para que os espaços incluídos na Rede Natura 2000, sejam espaços vividos e produtivos de uma forma sustentável.

Para efeitos do Plano Setorial da Rede Natura 2000, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros nº 115-A/2008, de 21 de Julho, e nos termos do Decreto-lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro, a Rede Natura é composta por Sítios da Lista Nacional (Sítios) e Zonas de Proteção Especial (ZPE).

O PSRN 2000 é composto por 29 ZPE e 60 Sítios, nos quais se inclui o Sítio do Carregal do Sal, com o código PTCO0027.

Os 60 Sítios foram designados como Sítios de Importância Comunitária (SIC) das Regiões Biogeográficas Atlântica e Mediterrânica, nos termos das Decisões da Comissão nº 2004/813/CE, de 7 de Dezembro e nº 2006/613/CE, de 19 de Julho.

O Sítio do Carregal do Sal foi classificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 142/97 de 28 de Agosto. Possui uma área de 9554 ha, abrangendo os municípios de Oliveira do Hospital, com 69% da sua área total, Carregal do Sal, com 15%, Seia, com 12% e Tábua, com apenas 4%.

Relativamente ao município de Oliveira do Hospital, o Sítio do Carregal do Sal ocupa 6576 ha, correspondente a 28% da área total do município.



3.3.4.2.1. Caracterização do Sítio do Carregal do Sal

3.3.4.2.1.1. Habitats, fauna e flora

O Sítio do Carregal do Sal pertence à Região Biogeográfica Mediterrânica.

É composto por elevações graníticas, entrecortadas por linhas de água, algumas encaixadas, onde se salientam o rio Mondego e o seu afluente rio Seia, bem como o rio Cobral, afluente do Seia.

Apresenta um mosaico agro-silvo-pastoril cuja distribuição espacial depende das características topográficas e, conseqüentemente, da qualidade dos solos.

Nas zonas mais aplanadas, correspondentes aos solos de melhor qualidade, ocorrem extensas áreas de terrenos agrícolas, usualmente distribuídas em redor dos principais núcleos populacionais.

Nas vertentes mais inclinadas ocorrem extensas manchas de pinhais de produção (*Pinus pinaster*).

Nas vertentes de máximo declive dos rios Mondego, Seia e Cobral, assim como nas linhas de fecho adjacentes, encontram-se os solos mais degradados ou incipientes, que suportam uma vegetação arbustiva dominada por giesta branca (*Cytisus multiflorus*), e afloramentos graníticos em abundância.

Este tipo de solos e os afloramentos graníticos constituem o habitat preferencial de *Narcissus scaberulus*, um endemismo lusitano, cuja ocorrência é exclusiva deste Sítio.

O Sítio Carregal do Sal é ainda importante para a conservação da salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), espécie vulnerável, endémica da Península Ibérica, que ocorre em ecossistemas ribeirinhos.

Os *Habitats* naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro que pertencem ao Sítio são os que se encontram no Quadro 26. Os *Habitats* assinalados a negrito são considerados *habitats* prioritários.



Os *habitats* sublinhados são os que foram disponibilizados pelo ICNB, em formato digital (shapefile), enviados por ofício nº 4962, com a referência interna P/30/08 UGS (ref.89/08), de 1 de Agosto de 2008. Nesse ofício o ICNB refere o seguinte: ' *A informação que segue foi elaborada no âmbito do PSRN 2000 e é representativa da distribuição dos valores naturais constantes na Diretiva nº 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, retificado pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro). São ficheiros em formato shapefile, não sendo contudo representativos de toda a informação mencionada na ficha do Sítio do Carregal do Sal dada a inexistência de informação cartográfica para os mesmos.*'

Deste modo, apenas foram assinalados em desenho os habitats naturais e seminaturais 3130, 3260, 4030 e 8220.

Quadro 26 - *Habitats* naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 que pertencem ao Sítio do Carregal do Sal

código	<i>Habitats</i> naturais e seminaturais
<u>3130</u>	<u>Águas estagnadas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e/ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i></u>
<u>3260</u>	<u>Lagos e charcos distróficos naturais</u>
<u>4030</u>	<u>Charnechas secas europeias</u>
5230	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos
6220	Substepes de gramíneas e anuais da <i>Thero-Brachypodietea</i>
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)
8130	Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
<u>8220</u>	<u>Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmófitica</u>
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi</i> – <i>Veronicion dillenii</i>
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i>, <i>Alnion incanae</i>, <i>Salicion albae</i>)
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>



As Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro são as assinaladas no Quadro 27. Encontram-se também em formato shapefile, fornecido pelo ICNB, permitindo a inserção na cartografia digital.

Quadro 27 - Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro que pertencem ao Sítio do Carregal do Sal

Código espécie	Espécie	Anexos
1870	<i>Narcissus scaberulus</i>	II, IV

As Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro são as que se encontram assinaladas no Quadro 28. Encontram-se também disponibilizadas pelo ICNB em formato shapefile, permitindo assim a inserção na cartografia digital.

Quadro 28 - Espécies da Fauna constantes do anexo B-II do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro

Código espécie	Espécie	Anexos
1116	<i>Chondrostoma polylepis</i>	II
1135	<i>Rutilus macrolepidotus</i>	II
1172	<i>Chioglossa lusitanica</i>	II, I V
1259	<i>Lacerta schreiberi</i>	II, IV
1301	<i>Galemys pyrenaicus</i>	II, IV
1355	<i>Lutra lutra</i>	II, IV

As Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro encontram-se assinaladas no Quadro 29. O ICNB disponibilizou também uma tabela Excel com referência à quadrícula decaquilométrica para a ocorrência das espécies *Narcissus bulbocodium* e *Narcissus triandrus*.

Quadro 29 - Outras Espécies dos Anexos B-IV e B-V do Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de Fevereiro

	Espécie	Anexos
FLORA	<i>Narcissus bulbocodium</i>	V
	<i>Narcissus triandrus</i>	IV



Os Principais usos e ocupação do território do Sítio do Carregal do Sal são representados no Quadro 30. Numa percentagem acima dos usos restantes destaca-se a Floresta, com 47,95 % do uso do solo, em menor número as áreas agrícolas arvenses ocupando um total de 15,02 %, as áreas agrícolas arbóreo-arbustivas, ocupando também um total de 15,87 % e as áreas de Matos e Pastagens naturais, com um total de 14,88%. As áreas urbanas ocupam 5,31%, enquanto que as zonas húmidas ocupam apenas 0,51% e as áreas agro/silvo/pastoris ocupam apenas 0,46%.

Quadro 30 - Principais usos e ocupação do território do Sítio do Carregal do Sal no município de Oliveira do Hospital, com respetivas percentagens

Tipo de uso do solo	Área (ha)	Percentagem (%)
Áreas agro/silvo/pastoris	44,308	0,46
Áreas agrícolas arvenses	1434,876	15,02
Áreas agrícolas arbóreo-arbustivas	1515,868	15,87
Matos e Pastagens naturais	1421,746	14,88
Floresta	4581,32	47,95
Zonas húmidas	48,492	0,51
Outros (áreas urbanas e industriais, áreas sem coberto vegetal)	506,92	5,31

Fonte – COS 90

3.3.4.2.1.2. Orientações de Gestão:

A manutenção das condições atuais de ocupação do solo é suficiente para garantir a viabilidade das populações de *Narcissus scaberulus*. A elevada coincidência geográfica entre a distribuição desta espécie e a dos outros valores da Diretiva existentes no Sítio, permitem a concentração espacial das orientações de gestão.

As orientações de gestão são prioritariamente dirigidas para a redução do risco de incêndios florestais, para a adoção de práticas silvícolas adequadas (nomeadamente no que se refere à opção por desmatações seletivas), para a promoção da qualidade da água e manutenção da naturalidade das margens.



Recomenda-se ainda condicionar a expansão urbanoturística nas áreas mais sensíveis, bem como ordenar o recreio, o lazer e as acessibilidades.

As Orientações de Gestão que se seguem encontram-se divididas em Agricultura e Pastorícia, Silvicultura, Construção e Infraestruturas, Outros Usos e Atividades e, por fim, Orientações Específicas. Ao todo são um total de 48 orientações de gestão. Destas, o ICNB disponibilizou, em formato shapefile, os ficheiros representativos da distribuição geográfica de 24 das orientações de gestão para o Sítio do Carregal do Sal.

Seguidamente apresentam-se as orientações de gestão e respetivos *habitats*, espécies de flora e fauna a que correspondem, destacando-se as que se encontram cartografadas.

3.3.4.2.1.3. Agricultura e Pastorícia

- – (128) Conservar/promover sebes, bosquetes e arbustos
 - *Lutra lutra* (promover a manutenção/criação de sebes e bordaduras de vegetação natural na periferia das zonas húmidas)

- (58a) – Cartografada - Adotar práticas de pastoreio específicas - Aplica-se quer a situações em que a atividade pastoril é necessária à conservação da espécie /habitat através de tipos próprios de pastoreio, quer a situações em que a atividade pastoril, não sendo necessária, pode ser conduzida de forma compatível com a conservação dos valores naturais. Na generalidade das situações trata-se de especificidades a práticas extensivas de pastoreio, tais como: o pastoreio de percurso; recurso a determinadas espécies de gado (por consumir determinado tipo de plantas, que podem ser hospedeiras da espécie a proteger, ou por não permitir a manutenção de uma altura e coberto adequados, ou por favorecer o aparecimento de plantas nitrófilas, etc.); condicionamento do pastoreio em determinada época do ano; criação de bolsas de salvaguarda de pastoreio em locais considerados mais sensíveis dentro da área de distribuição da espécie /habitat; colocação de cercas elétricas; aplicação do sistema rotativo de pastoreio; definição de periodicidade de pastoreio, entre outras.
 - 3130; 5330; 6430; 6510



- (58) – Cartografada - Manter práticas de pastoreio extensivo - Manter, incentivar e promover as atividades ligadas ao pastoreio, numa base tradicional e sustentável. Para situações em que a manutenção da atividade pastoril é compatível ou mesmo benéfica para a conservação da espécie e do seu habitat, desde que gerida de forma extensiva, nomeadamente em termos de densidades de encabeçamento do gado.
 - 6220*
 - 4030 (pastorícia extensiva de percurso)

- (59) Salvar de pastoreio
 - 91E0*; 9230; 9330

- (100) – Cartografada - Condicionar a expansão do uso agrícola - Condicionar a alteração de uso do solo para uso agrícola, nas situações em que a atividade agrícola constitui uma ameaça à conservação da espécie /habitat.
 - 5330; 9330

- (116) Condicionar a mobilização do solo
 - 5330; 6220*

- (52) – Cartografada - Condicionar o uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas - limitar a utilização de pesticidas e fertilizantes na área de distribuição da espécie/habitat. Promover a implementação de boas práticas agrícolas. Utilizar técnicas alternativas como a proteção integrada e outros métodos biológicos.
 - 6510; *Chioglossa lusitanica*; *Lacerta schreiberi*

- (51 a) Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas
 - 6510



- (52 x) – Cartografada - Condicionar uso de agro-químicos/adotar técnicas alternativas em áreas contíguas ao *habitat* - tem âmbito idêntico à orientação 52, mas com expressão territorial aplicada a áreas adjacentes à ocorrência da espécie/habitat, quando o uso de agro-químicos, por efeitos de escorrência ou infiltrações, possa provocar a contaminação do meio onde a espécie/habitat ocorre. Generalizar a implementação de Boas Práticas Agrícolas à área envolvente.
 - 3130; 3260; *Chioglossa lusitanica*; *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Lacerta schreiberi*; *Lutra lutra*; *Rutilus macrolepidotus*

- (51ax) – Cartografada – Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas em áreas contíguas ao habitat territorial aplicada a áreas adjacentes à ocorrência da espécie /habitat, em virtude de efeitos colaterais decorrentes da atividade agrícola.
 - 3130

3.3.4.2.1.4. Silvicultura

- (51b) – Cartografada – Adotar práticas silvícolas específicas - Esta orientação aplica -se a áreas onde é admissível ou desejável o uso florestal, mas onde as práticas silvícolas deverão ser compatíveis com a conservação das espécies/habitats. Inclui: desmatações por faixas ou manchas; cortes faseados no tempo e no espaço; abertura de clareiras; condicionamento ou incentivo de limpezas e desbastes; periodicidade entre desmatações; corte individual de árvores, com objetivos sanitários. (nota: importa referir que todas as práticas florestais necessárias à redução do risco de incêndio foram colocadas sob a orientação 63).
 - 91E0*; 9230; 92A0; 9330

 - 5330 (condicionar as operações de desmatção)

- (48) Promover a regeneração natural
 - 91E0*; 9230; 9330



- (65) – Cartografada - Condicionar a florestação - Aplica -se a situações em que a florestação é uma ameaça à conservação de espécies e/ou habitats. Contém condicionantes ao tipo de espécies florestais, compassos de plantação, localização e dimensão das manchas a florestar e ainda à conversão de uso do solo para florestação. Inclui igualmente situações em que se considera que os projetos florestais deverão ser sujeitos a parecer mediante apresentação de plano de gestão florestal específico de forma a ponderar impactes sobre o habitat e propor medidas com vista à sua salvaguarda.
 - 5330; 6510; 8220; 9330; *Narcissus scaberulus*

- (40) – Cartografada - Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones - Visa assegurar o habitat adequado de alimentação, abrigo e reprodução das espécies da fauna. Esta orientação aplica -se também a espécies da flora que dependem da manutenção e/ou recuperação da qualidade e/ou extensão de habitats florestais autóctones. A recuperação pode passar pela regeneração natural e/ou pela reflorestação, quando se verificar necessidade de tornar o processo de recuperação mais célere.
 - *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi*

- (44) – Cartografada - Promover áreas de matagal mediterrânico como forma de aumentar áreas de abrigo/reprodução para a fauna e estabelecer corredores ecológicos. Inclui também a preservação da orla natural de matagal alto em habitats florestais, para proteger da ação microclimática da insolação e vento, de herbívoros e da vegetação heliófila ou nitrófila, tendente a invadir o interior do bosque. Implica alguns condicionamentos a desmatações em áreas específicas, sem prejuízo da aplicação da orientação de gestão 63 — Reduzir risco o de incêndio.
 - 9330

- (63) Reduzir o risco de incêndio
 - 5230*; 5330; 91E0*; 9230; 9330; *Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Galemys pyrenaicus; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus macrolepidotus*



3.3.4.2.1.5. Construção e Infraestruturas

- (134) Condicionar a construção de infraestruturas
 - 5230*; 5330; 6220*; 8130; 8220; 9330
 - *Chioglossa lusitanica*; *Galemys pyrenaicus*; *Lacerta schreiberi* (na construção de novas estradas ou alargamento das existentes, evitar proximidade às linhas de água)
- (76) Condicionar expansão urbano-turística
 - 5230*; 5330; 8130; 8220; 9330; *Narcissus scaberulus* *Chioglossa lusitanica*; *Lutra lutra* (ordenar expansão urbano-turística de forma a não afetar as áreas mais sensíveis)
- (27) – Cartografada - Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis - Impedir a destruição do habitat em áreas prioritárias para a conservação de algumas espécies. Condicionar o represamento de águas que provoque diminuição dos caudais e alterações dos níveis de água (por exemplo no regime natural de cheias). Condicionar intervenções de correção torrencial. Pretende-se garantir o livre fluxo de espécies (peixes e mamíferos).
 - 3260; 91E0*; *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Rutilus macrolepidotus*
- (26) – Cartografada - Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis - Impedir a destruição do habitat em áreas prioritárias para a conservação de algumas espécies. Condicionar a realização de obras hidráulicas que provoquem diminuição dos caudais e alterações dos níveis de água (por exemplo no regime natural de cheias). Pretende –se garantir o livre fluxo de espécies (peixes e mamíferos). Quando a sua construção seja imprescindível, optar por soluções que induzam uma menor alteração dos habitats — nomeadamente redução das dimensões dos diques e respetivas albufeiras, implementação de passagens para fauna — diminuindo, assim, a possibilidade de ocorrência de isolamentos populacionais.



- 3260; 91E0*; *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Lacerta schreiberi*; *Rutilus macrolepidotus*; *Narcissus scaberulus*
- (34) – Cartografada - Assegurar o caudal ecológico - Garantir o caudal adequado às necessidades ecológicas das espécies e que se aproxime o mais possível do regime hidrológico natural do curso de água. Pode ser conseguido através da melhoria da eficiência das barragens e açudes já construídos, dependendo do regime de exploração efetuado.
 - 3260; *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Lutra lutra*; *Rutilus macrolepidotus*
- (29) – Cartografada - Melhorar a transposição de barragens/açudes - Colocação de passagens para peixes ou aumento de eficácia das existentes; construção/manutenção de levadas laterais de água ou escadas para peixes e toupeira-d'água.
 - *Galemys pyrenaicus* (levadas laterais de água ou escadas para peixes)
 - *Alosa alosa*; *Lampréta fluviatilis*; *Chondrostoma polylepis*; *Rutilus macrolepidotus* (colocação de passagens adequadas para peixes)
- (31) – Cartografada - Condicionar transvases entre bacias distintas e naturalmente isoladas. Os transvases implicam a redução de caudais e a miscigenação das comunidades, podendo levar a situações de hibridação e ao aparecimento de doenças.
 - *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Rutilus macrolepidotus*
- (4) Reduzir a mortalidade acidental
 - *Lutra lutra* (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias)

3.3.4.2.1.6. Outros usos e Atividades

- (41) – Cartografada - Conservar/recuperar a vegetação ribeirinha autóctone - Visa manter/recuperar o habitat de algumas espécies da fauna e promover o estabelecimento de corredores ecológicos. Esta orientação aplica-se também a espécies da flora que dependem



da manutenção e/ou recuperação da qualidade e/ou extensão da vegetação ribeirinha autóctone. Sem prejuízo de efetuar limpezas adequadas, necessárias ao escoamento. Inclui ainda a renaturalização das margens nos locais de importância vital para as espécies.

- *Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Galemys pyrenaicus; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus macrolepidotus*
- (30) – Cartografada - Condicionar as intervenções nas margens e leitos de linhas de água - Condicionar a regularização e limpeza de linhas de água e respetivas margens, de forma a manter a topografia natural e a vegetação ripícola. Inclui condicionamentos a: alteração da fisiografia das margens dos cursos de água; intervenções de correção torrencial; intervenções de regularização; métodos não seletivos de limpeza das linhas de água e respetivas margens.
 - 3130; 3260; 91E0*; 9230; 92A0; *Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Galemys pyrenaicus; Lacerta schreiberi; Lutra lutra; Rutilus macrolepidotus*
- (35) Monitorizar, manter/melhorar qualidade da água
 - 3130; 3260; *Chioglossa lusitanica; Lacerta schreiberi; Lutra lutra*
 - *Chondrostoma polylepis; Rutilus macrolepidotus* (considerando como valores de referência os limites previstos para as «águas de ciprinídeos», de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto)
 - *Galemys pyrenaicus* (considerando como valores de referência os limites previstos nas «Normas de qualidade aplicáveis às águas piscícolas», de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto)
- (33) - Cartografada - Condicionar a captação de água - Aplica -se nas zonas mais sensíveis e nas épocas de menor escoamento. Relaciona-se com condicionamentos à captação e utilização da água dos aquíferos costeiros, de cursos de água, de águas oligotróficas de superfícies arenosas, de charcos temporários mediterrânicos entre outros habitats da Diretiva e áreas contíguas a eles. A implementação desta orientação de gestão deverá ser garantida através de fiscalização ou de novas medidas legais, se necessário.



Salvaguardam-se as situações de emergência, em que se justifique o abastecimento de água no combate a incêndios.

- 3260
- *Chioglossa lusitanica; Chondrostoma polylepis; Galemys pyrenaicus; Lutra lutra; Rutilus macrolepidotus* (nas zonas mais sensíveis e durante os meses de menor pluviosidade)
- (32) - Cartografada - Condicionar a drenagem - Refere-se a restrições à drenagem de zonas húmidas e/ou áreas contíguas. Inclui impedir a destruição do habitat por drenagem de solos para aproveitamento agrícola ou outras alterações de uso do solo.
 - 3130; 3260; 91E0*
 - *Chioglossa lusitanica* (em zonas mais sensíveis)
- (28) - Cartografada - Regular o uso de açudes e charcas – Salvaguardar de pisoteio, nitrificação e perturbação causados pelo gado bovino; evitar a mobilização dos charcos temporários localizados em terrenos cultivados, vedando ou delimitando sazonalmente, por altura da lavoura.
 - 3130 (por pisoteio de gado bovino)
- (74) - Cartografada - Regular as dragagens e a extração de inertes - Ordenar e regulamentar as dragagens e as atividades extrativas (areias, pedra, etc.), em meio aquático ou terrestre, quando colidam com a conservação dos valores naturais existentes. Inclui: condicionamentos em termos de épocas, de locais (por exemplo nos locais de reprodução). Tomar medidas que a impeçam em qualquer época do ano, fora das épocas de migração e desova onde for permitido) ou de métodos; evitar afetação de troços com vegetação ripícola bem desenvolvida ou das duas margens de um mesmo troço de água em simultâneo; condicionar a destruição da vegetação marginal à área de intervenção. Prever a recuperação posterior às intervenções.
 - 3130; 8130; 8220; *Narcissus scaberulus*



- *Chondrostoma polylepis*; *Rutilus macrolepidotus* (tomar medidas que impeçam a extração de inertes nos locais de reprodução da espécie, em qualquer época do ano; nos restantes locais, condicionar durante a Primavera)
 - *Galemys pyrenaicus* (tomar medidas que impeçam a extração de inertes nas linhas de água durante o período de reprodução da espécie, de Março a Julho)
- (77) - Cartografada - Ordenar as atividades de recreio e lazer nas áreas de ocorrência dos valores naturais de modo a manter de forma sustentável as suas funções e a salvaguardar as áreas fundamentais para a sua conservação/recuperação. Para tal, há que definir áreas de concentração espacial das atividades de recreio e lazer, estabelecendo zonas balneares, praias fluviais, parques de merendas, parques de campismo, pistas de esqui, percursos de competições e passeios todo-o-terreno e ultra-leve, locais de fundação de embarcações de recreio, etc., em função das áreas mais sensíveis para fauna, flora ou habitats. Definir os limites máximos de capacidade de carga. Inclui ainda a necessidade de manutenção destes espaços, de forma a minimizar os impactes decorrentes da sua utilização, como a limpeza de lixos e conservação das infraestruturas de apoio.
 - *Galemys pyrenaicus* (em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas)
- (83) - Cartografada - Ordenar acessibilidades - Visa salvaguardar as espécies e habitats (incluindo habitats de espécies da fauna) relativamente ao trânsito e estacionamento automóvel assim como ao pisoteio decorrente de circulação pedonal. Inclui: a definição de trilhos pedonais, caminhos e locais de estacionamento automóvel; a vedação de áreas a proteger do pisoteio/circulação de veículos; o condicionamento à utilização/abertura de acessos em áreas sensíveis; a colocação de passadiços em áreas dunares para acesso banhar.
 - 5230*, 9330
- (78) Ordenar a prática de desporto da natureza
 - *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Rutilus macrolepidotus* (desportos associados a cursos de água)
- (85) Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos



- 5230*
- (50) Incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação

- 6220*; 9230; 9330

3.3.4.3. Orientações específicas

- (137) Definir zonas de proteção para a espécie/habitat
 - 9230; 9330
- (118) – Cartografada - Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados de forma a assegurar a conservação do habitat de espécies da flora rupícola e/ou por serem essenciais para a nidificação de algumas espécies de aves.
 - *Narcissus scaberulus*
- (46) Manter/recuperar os habitats contíguos
 - 3130; 6430; 91E0*
 - *Galemys pyrenaicus* (assegurar corredores ecológicos)
 - *Chondrostoma polylepis*; *Rutilus macrolepidotus* (assegurar continuum fluvial)
- (70) Efetuar desmatamentos seletivos
 - 5330; 6220*
- (64) - Cartografada – Efetuar a gestão por fogo controlado – Para a conservação de determinadas espécies da flora e habitats, pode ser admissível ou vantajoso o bloqueamento da progressão sucessional através de fogo controlado. O recurso a esta técnica deve ter em conta a sua adequação à situação (por exemplo, apenas nos casos em que de facto se verificar um acentuado avanço da etapa sucessional), deve ser efetuada



apenas em determinadas alturas do ano (que poderão ser diferentes conforme o valor natural em causa), e poderá ser indicada a periodicidade e abrangência da área a afetar.

- 5330; 6220*
- 4030 (para bloqueio da progressão sucessional, com ciclos de recorrência que evitem a acumulação excessiva de combustível)
- (130) Condicionar ou tomar medidas que impeçam o corte e colheita de espécies
 - 3130; 5230*
- (151) Criar alternativas à colheita de espécies, promovendo o seu cultivo
 - 5230*
- (15) Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição inter-específica
 - 3130
- (47) Impedir a introdução de espécies não autóctones/controlar as existentes
 - 4030; 5230*; 6220*; 8220; 9330
 - *Chioglossa lusitanica*; *Chondrostoma polylepis*; *Galemyspyrenaicus*; *Rutilus macrolepidotus* (implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones)
 - *Lacerta schreiberi* (remover espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 m para cada lado das linhas de água)



3.4. Recurso Hídricos - Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego

O Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego foi publicado no Diário da República pelo Decreto Regulamentar nº 9/2002, de 1 de Março.

Na sua Estrutura dos Objetivos – Área Temáticas, define como objetivo estratégico a articulação do domínio hídrico com o ordenamento do território, visando o seguinte: *‘preservar as áreas do domínio hídrico; promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, nos troços em que o uso não seja compatível com os objetivos de proteção e valorização ambiental dos recursos; promover a definição de diretrizes de ordenamento, visando a proteção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e de uma forma mais geral, das galerias ripícolas, dos troços mais degradados e do estuário; assegurar a elaboração dos planos de ordenamento para as albufeiras’.*

Seguidamente, apresenta os seguintes objetivos operacionais na área do ordenamento do território e domínio hídrico:

‘OT-DH1. Condicionamento da tipologia das construções em Domínio Hídrico

- *Restringir a construção nas áreas com elevado risco de cheia (tipificando as ocupações de acordo com 3 classes de risco: período de retorno anual; 20 anos e 100 anos).*

OT-DH2. Salvaguardar os conflitos de uso do solo com os locais de maior vulnerabilidade dos aquíferos

- *Assegurar que, no âmbito da revisão dos PDMs, os locais de maior vulnerabilidade dos aquíferos, sejam convenientemente salvaguardados na definição de ocupações do solo.*

OT-DH3. Salvaguardar os conflitos de uso do solo com as captações de água

- *Assegurar que, no âmbito da revisão dos PDMs, as captações de água não se localizam em espaço urbano ou industrial.*

OT-DH4. Avaliar e quantificar potenciais zonas de cheias (de acordo com Artigo 14º do Decreto Lei nº 89/97, de 26 de Fevereiro)

- *Promover a elaboração de estudos detalhados relativos às potenciais zonas de cheias.*

OT-DH5. Proteção dos solos contra a erosão



- *Incentivar práticas agrícolas que promovam a conservação dos solos. Incentivar as boas práticas agrícolas e florestais que promovam a conservação dos solos.*

OT-DH6. Promover a articulação entre o Ordenamento do Território e as áreas classificadas no âmbito da Conservação da Natureza

- *Assegurar que quer na revisão dos PDMs, quer na elaboração ou revisão de PEOT(s), POA(s) e dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, sejam compatibilizados os usos, nomeadamente em termos de tipologia de ocupação.'*

Relativamente aos objetivos OT-DH1 e OT-DH4, no âmbito da revisão do PDM foram delimitadas as áreas com elevado risco de cheia, tendo sido consideradas em REN com a definição 'Zonas ameaçadas pelas cheias'. Estas áreas foram delimitadas a partir do histórico existente sobre as cheias no município bem como da informação cedida pelos presidentes das juntas de freguesia. A sua regulamentação encontra-se consagrada no Regime da REN, publicado pelo Decreto-lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, e pela Portaria nº 1356/2008, de 28 de Novembro.

Relativamente ao OT-DH2, a salvaguarda dos locais de maior vulnerabilidade dos aquíferos, faz-se através do regime da REN, nomeadamente na delimitação dos Leitões de Cursos de Água e das Áreas de Máxima infiltração, estando a sua regulamentação consagrada no Regime da REN, publicado pelo Decreto-lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, e pela Portaria nº 1356/2008, de 28 de Novembro.

Do mesmo modo, o Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal também considera e salvaguarda os locais de maior vulnerabilidade dos aquíferos através das Orientações de Gestão previstas neste plano. Estas orientações estão vertidas no PDM através da sua inserção na estrutura ecológica municipal do PDM.

O PROF-PIN também foi considerado na revisão do PDM, tendo o Corredor Ecológico do Mondego sido inserido na estrutura ecológica municipal.

No que toca ao OT-DH3, é aplicada a legislação própria para a regulamentação das captações de água. O regulamento do plano determina que, enquanto não forem delimitados perímetros de proteção, será definida uma zona de proteção imediata com largura de 50m em torno dos limites exteriores das captações de água subterrânea para abastecimento público.



Relativamente ao OT-DH5, a proteção dos solos contra a erosão através de práticas agrícolas que promovam a conservação dos solos e boas práticas agrícolas e florestais que promovam a conservação dos solos, encontra-se considerada no Plano Setorial da Rede Natura 2000 e no PROF-PIN, planos estes que estão contemplados na revisão do PDM.

No que toca ao OT-DH6, a revisão do PDM assegurou a articulação com o Plano Setorial da Rede Natura 2000 – Sítio do Carregal do Sal, encontrando-se, como já foi referido, a Cartografia das Orientações de Gestão vertidas na estrutura ecológica municipal do plano.

3.5. Risco

Foi elaborado o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Oliveira do Hospital em Outubro de 2011. Nele é feita a caracterização aprofundada do Risco no município de Oliveira do Hospital.

Uma vez que se entende que o presente relatório não está direcionado para um estudo e caracterização detalhados do risco, mas orientado para uma caracterização geral do território concelhio a todos os níveis, incluindo os riscos, apresenta-se, seguidamente, a enumeração dos riscos de origem natural e riscos de origem humana detetados no município de Oliveira do Hospital, a sua hierarquização e vulnerabilidade, de acordo com o PMEPC. Para uma compreensão mais detalhada da caracterização do risco, não se dispensa a leitura do referido relatório.

3.5.1. Riscos de Origem Natural

Os riscos de origem natural são todos os fenómenos suscetíveis de dar origem a acidentes graves ou catástrofes, sobre os quais o homem tem pouca ou nenhuma influência. Embora alguns eventos, como inundações, cheias ou incêndios, dependam fortemente de fenómenos naturais, o facto é que poderão encontrar-se igualmente associados, de forma mais ou menos indireta, à atividade humana (ex.: impermeabilização dos solos resultante de edificações e infraestruturas viárias à atividade humana (ex.: impermeabilização dos solos resultante de edificações e infraestruturas viárias fundamental de eventos naturais, considera-se que faz todo o sentido incluí-los nos riscos de origem natural. Os riscos de origem natural são:



- Terramotos;
- Inundações e cheias;
- Deslizamento de terras;
- Ventos fortes, tornados e ciclones violentos;
- Secas;
- Ondas de Calor;
- Vagas de frio;
- Nevões;
- Incêndios florestais.

3.5.2. Riscos de Origem Humana

Os riscos de origem humana são todos aqueles que se encontram associadas a infraestruturas artificiais de origem antrópica (acidentes em barragens, incêndios urbanos, etc.) ou a atividades humanas (terrorismo, concentrações humanas, etc.). Assim como acontece com acidentes de origem natural, também os acidentes de origem humana podem não depender exclusivamente da atividade do homem. De facto, condições climáticas adversas, por exemplo, podem dar origem a acidentes viários, a colapso de edifícios, etc. No entanto, dado que dependem em última análise da atividade humana encontram-se englobados nesta categoria. Os riscos de origem humana analisados no PMEPCOH são os seguintes:

- Incêndios urbanos;
- Colapso/estrago avultado em edifícios;
- Acidentes industriais;
- Acidentes em infraestruturas hidráulicas;
- Acidentes viários e/ou aéreos;
- Transporte de mercadorias perigosas;
- Concentrações humanas;
- Terrorismo;
- Contaminação da rede pública de abastecimento de água.



3.5.3. Hierarquização dos riscos

Com o objetivo de hierarquizar os riscos que poderão ocorrer na área do município de Oliveira do Hospital, apresenta-se no Quadro 31 a hierarquização dos vários riscos de acordo com o período de retorno e a classe de dano.

Como se pode constatar, no município de Oliveira do Hospital existe atualmente, apenas um risco que demonstra ser ao mesmo tempo muito provável e com elevado potencial de dano, nomeadamente os incêndios florestais. Os restantes riscos com maior potencial de dano são precisamente aqueles cuja probabilidade de ocorrência é mais baixa (período de retorno superior a 200 anos).

Os eventos que apresentam maior probabilidade de ocorrência no município são como já referido os incêndios florestais, mas também as vagas de frio e as ondas de calor, que apresentam potencial para gerar algum dano (humano e material).

Quadro 31 – Hierarquização dos riscos no município de Oliveira do Hospital quanto ao período de retorno e classe de dano

Risco	Período de Retorno (Anos)	Classe de Dano
Incêndios Florestais	<10	Alta
Cheias e Inundações	10 a 25	Muito alta: <1% da área do município
Nevões	10 a 25	Muito alta: <1% da área do município
Deslizamento de Terras	25 a 50	Muito alta: <1% da área do município
Acidentes Industriais	25 a 50	Muito alta: <1% da área do município
Transporte Rodoviário de Mercadorias Perigosas	10 a 25	Alta
Acidentes Aéreos	>200	Muito Alta
Terramotos	>200	Muito alta: <1% da área do município
Ventos Fortes, Tornados e Ciclones Violentos	>200	Alta
Ondas de Calor	<10	Baixa
Vagas de Frio	<10	Baixa
Colapso/Estragos avultados em Edifícios	10 a 25	Média
Acidentes Rodoviários	25 a 50	Média
Incêndios Urbanos	25 a 50	Média
Secas	10 a 25	Baixa
Contaminação da Rede Pública de Abastecimento de Água	25 a 50	Baixa
Concentrações Humanas	50 a 200	Baixa
Terrorismo	50 a 200	Baixa
Acidentes em Infraestruturas Hidráulicas	10 a 25	Muito baixa

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)



3.5.4. Vulnerabilidade

A vulnerabilidade pode ser definida como o potencial para gerar vítimas, bem como perdas económicas a cidadãos, empresas ou organizações, em resultado de uma determinada ocorrência. Assim, a análise da vulnerabilidade pretende identificar quem e o quê vão ser afetados e com que gravidade, no caso de ocorrer um acidente grave ou uma catástrofe. Na resposta a estas questões recorreu-se à análise de riscos efetuada no âmbito do PMEPCOH, a qual compreende a qualidade das medidas de prevenção e mitigação já existentes.

A análise da vulnerabilidade permite identificar quais os eventos que representam uma ameaça mais significativa e que, na fase de pré-emergência, devem ser prioritários em programas de mitigação. No Quadro 32, identifica-se quem e o quê se encontra vulnerável a determinado risco e respetiva classe de dano associada. A análise de vulnerabilidade, a terremotos, inundações e cheias, deslizamento de terras, vulnerabilidade a nevões e a acidentes industriais descreve-se no Quadro 33, no Quadro 34, no Quadro 35, no Quadro 36 e no Quadro 37, respetivamente, porque são estes riscos onde se identificam as infraestruturas (elementos exposto) do município de Oliveira do Hospital que se localizam em áreas com suscetibilidade média, alta e muito alta e que, por esse motivo, poderão sofrer mais danos face a ocorrência de fenómenos de origem natural ou humana.



Quadro 32 – Análise da vulnerabilidade do município de Oliveira do Hospital (fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil)

Riscos	Quem/O quê	Classe de Dano
Ventos fortes, Tornados e Ciclones Violentos	Todo o município	Alta
	Infraestruturas (rede de eletricidade e telecomunicações), veículos e edifícios (em particular telhados)	
Secas	População idosa e/ou acamada.	Baixa
	Funcionamento da comunidade (escolas, infantários, lares de terceira idade, hotelaria)	
Ondas de calor	Residentes com 65 ou mais anos, com doença prolongada, recém-nascidos, crianças	Baixa
	Funcionamento da comunidade (ex: escolas e lares de idosos que não tenham sistemas de ar condicionado ou ventilação adequados)	
Vagas de Frio	Residentes com 65 ou mais anos, com doença prolongada, recém-nascidos, crianças e sem-abrigo	Baixa
	Funcionamento da comunidade (ex: escolas e lares de idosos que não tenham sistemas de ar condicionado ou ventilação adequados)	
Incêndios Urbanos	População que habita edifícios antigos	Média
	Zonas com continuidade de edifícios de construção antiga	
Colapso/Estragos avultados em Edifícios	População que habita edifícios degradados ou que percorre vias que comunicam com os mesmos	Média
	Edifícios e muros degradados	
Acidentes em infraestruturas hidráulicas Rutura de condutas de Transporte de Água	População residente ou que trabalha na área Afetada	Muito baixa
	Edifícios e vias de circulação	
Acidentes Rodoviários	Condutores das viaturas e viaturas	Média
	Troços da rede rodoviária com acumulação de sinistralidade e pontos de perigosidade elevada em relação à intensidade de tráfego ou à suscetibilidade a choques em cadeia ou atropelamentos (identificados no Mapa 45)	
Acidentes aéreos	Tripulação e passageiros da aeronave e residentes das áreas sobrevoadas	Muito Alta
	Áreas atravessadas por corredores aéreos e/ou que são sobrevoadas por pequenas aeronaves	
Transporte Rodoviário de Mercadorias Perigosas	População presente nas instalações de ou para onde se deslocam as viaturas, passageiros das viaturas (ligeiras e pesadas) e residentes próximo da rede rodoviária	Alta
	Vias com tráfego de veículos de transportes de mercadorias perigosas (Mapa 46)	
Concentrações Humanas	Utentes de locais de diversão noturna e eventos festivos	Baixa
	Espaços fechados de diversão noturna, festas e romarias, eventos desportivos e concertos musicais ao ar livre	
Terrorismo	Utentes dos locais de diversão noturna e forças de segurança	Baixa
	Locais de diversão noturna, infraestrutura das forças de segurança e outros alvos potenciais	
Contaminação da rede pública de Abastecimento de Água	Consumidores (pessoas e animais)	Baixa
	Locais cujo abastecimento é assegurado pela rede pública	

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)



Quadro 33 – Análise da vulnerabilidade a terremotos no município de Oliveira do Hospital

Elementos expostos	Suscetibilidade a Terramotos			
	Média		Alta e Muito Alta	
	Aglomerado (área de suscetibilidade ≥ 10 ha)	Área (ha)	Aglomerado (área de suscetibilidade ≥ 1 ha)	Área (ha)
Aglomerado Populacional		23,8	São Gião	5,4
		21,2	Avô	3,7
		18,8	Penalva de Alva	3,4
		15,4	Rio de Mel	2,8
		15,4	São Sebastião da Feira	1,8
		13,0	Aldeia das Dez	1,6
		12,9	Alvôco das Várzeas	1,4
		11,9	Santo António do Alva	1,4
		11,7	Parceiro	1,3
		11,3	Avelar	1,2
		11,2	Alentejo	1,2
	Entidades e organismos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Junta de Freguesia de Aldeia das Dez ▪ Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas ▪ Junta de Freguesia de Meruge ▪ Junta de Freguesia de Penalva de Alva 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Junta de Freguesia de São Gião
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Farmácia Nuno Alvares 		-		
-				
-				
Serviços de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Farmácia Nuno Alvares 		-	
Agentes da proteção Civil	-			
Rede de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Captações (13) ▪ Reservatórios (5) ▪ Estações elevatórias (2) ▪ Conduatas de adução (13km) ▪ Conduatas de distribuição (43km) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Captações (3) ▪ Reservatórios (4) ▪ Conduatas de adução (1 km) ▪ Conduatas de distribuição (5km) 	
	-			
	-			
	-			
	-			
Rede de combustíveis	-		-	
Rede de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estações elevatórias (6) ▪ ETAR (5) ▪ Fossa séptica (19) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fossas Sépticas (2) 	
Rede Elétrica	-		-	
Rede Rodoviária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN 17 (<1 km) ▪ EN 230 (9 km) ▪ EN 231-2 (1km) ▪ EN 342 (2km) ▪ Estradas Municipais (18 km) ▪ Caminhos Municipais (3km) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN 230 (<1 km) ▪ EN 342 (<1 km) ▪ Estradas Municipais (3 km) 	
Estabelecimento de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EB do 1º Ciclo (9) ▪ EB1,2 e 3 da Ponte das Três Entradas ▪ EB integrada do 1º, 2º e 3º Ciclo de São Sebastião da Feira ▪ Casa da Criança de Sarah Beirão ▪ Jardins de Infância (2) ▪ Jardins de Infância de Avô 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ EB 1º Ciclo e Jardim Infantil de Avô 	
Instalações Desportivas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Polidesportivo de Penalva de Alva 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Polidesportivo de Seixo da Beira 	
Lares de Idosos e Centros de Dia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lares de idosos (2) ▪ Centros de Dia (2) 		-	
Unidades Industriais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indústrias (25) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ C.A. – Construtora do Alva, SA ▪ Indústria extrativa (Ervedal da Beira-1; Seixo da Beira-10) 	
Património Histórico e Centros Culturais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capelas (14) ▪ Igrejas (3) ▪ Solar Brás Garcia de Mascarenhas ▪ Ermida de São Miguel ▪ Edifícios religiosos (2) ▪ Monumento (1) ▪ Centros Culturais (2) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capela Senhora da Criação 	
Parques de Campismo e Praias Fluviais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque de Campismo de S. Gião 		-	

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)



Quadro 34 – Análise da vulnerabilidade a inundações e cheias no município de Oliveira do Hospital

Elementos expostos	Suscetibilidade a inundações e cheias			
	Média		Alta e Muito Alta	
	Aglomerado	Área (ha)	Aglomerado	Área (ha)
Aglomerado Populacional (área de Suscetibilidade ≥ 0,5 ha)	Oliveira do Hospital	0,5	São Sebastião da Feira	4,6
			Avô	4,5
			Ponte das Três Entradas	2,6
			Santo António do Alva	2,2
			Lagares da Beira	0,7
			Caldas de São Paulo	0,6
			Penalva de Alva	0,6
			Outeiro	0,2
Entidades e organismos de Apoio	▪ Junta de Freguesia de São Sebastião da Feira		-	
Agentes de Proteção Civil	-		-	
Rede de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conduitas de adução (< 1 km) ▪ Conduitas de distribuição (< 1km) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conduitas de adução (<1 km) ▪ Conduitas de distribuição (2 km) ▪ Estação elevatória (1) ▪ Captação superficial (3) 	
Rede Rodoviária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN 230 (<1 km) ▪ EN 231-2 (<1 km) 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ EN 230 (<1 km) ▪ EN 337 (<1 km) ▪ EN 342 (<1 km) 	
Estabelecimento de Ensino	-		-	
Instalações Desportivas	-		▪ Polidesportivo de Penalva de Alva	
Lares de idosos e Centros de Dia	-		-	
Património Histórico e Centros Culturais	▪ Igreja de São Sebastião da Feira		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Capela de Santa Quitéria ▪ Solar do Adro ▪ Edifício religioso (1) 	
Parques de Campismo e Praias Fluviais	-		▪ Praias fluviais (6)	

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)



Quadro 35 – Análise da vulnerabilidade a deslizamentos de terras no município de Oliveira do Hospital

Elementos expostos	Suscetibilidade a deslizamento de terras			
	Média		Alta e Muito Alta	
	Aglomerado (área de Suscetibilidade ≥ 10 (ha))	Área (ha)	Aglomerado (área de Suscetibilidade ≥ 1ha)	Área (ha)
Aglomerado Populacional	Avô	23,8	São Gião	5,4
	Vila Franca da Beira	21,2	Avô	3,7
	Oliveira do Hospital	18,8	Penalva de Alva	3,4
	Aldeia das Dez	15,4	Rio de Mel	2,8
	Penalva de Alva	15,4	São Sebastião da Feira	1,8
	São Gião	13,0	Aldeia das Dez	1,6
	S. Paio de Gramaços	12,9	Alvôco das Várzeas	1,4
	Alvôco das Várzeas	11,9	Santo António do Alva	1,4
	Nogueira do Cravo	11,7	Parceiro	1,3
	Meruge	11,3	Avelar	1,2
	Lagares da Beira	11,2	Alentejo	1,2
	São Sebastião da Feira	10,0	Vale de Maceira	1,0
Entidades e Organismos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Junta de Freguesia de Aldeia das Dez Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas Junta de Freguesia de Meruge Junta de Freguesia de Penalva de Alva 		<ul style="list-style-type: none"> Junta de Freguesia de São Gião 	
Serviços de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Farmácia Nuno Alvares 		-	
Agentes de Proteção Civil	-		-	
Rede de Abastecimento de Água	<ul style="list-style-type: none"> Captações (20) Reservatórios (11) Estações elevatórias (2) Conduatas de adução (13 km) Conduatas de distribuição (43 km) 		<ul style="list-style-type: none"> Captações (3) Reservatórios (2) Conduatas de adução (1km) Conduatas de distribuição (5 km) 	
Rede Elétrica	-		-	
Rede de Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> Estações elevatórias (6) ETAR (5) Fossa séptica (19) 		<ul style="list-style-type: none"> Fossas Séticas (2) 	
Rede de Combustíveis	-		-	
Rede Rodoviária	<ul style="list-style-type: none"> EN 17 (<1 km) EN 230 (9 km) EN 231-2 (1km) EN 342 (2km) Estradas Municipais (18 km) Caminhos Municipais (3km) 		<ul style="list-style-type: none"> EN 230 (<1 km) EN 342 (<1 km) Estradas Municipais (3 km) 	
Estabelecimento de Ensino	<ul style="list-style-type: none"> EB do 1º Ciclo (9) EB1,2 e 3 da Ponte das Três Entradas EB integrada do 1º, 2º e 3º Ciclo de São Sebastião da Feira Casa da Criança de Sarah Beirão Jardins de Infância (2) Jardins de Infância de Avô 		<ul style="list-style-type: none"> EB 1º Ciclo e Jardim Infantil de Avô 	
Instalações Desportivas	<ul style="list-style-type: none"> Polidesportivo de Penalva de Alva 		-	
Lares de Idosos e Centros de Dia	<ul style="list-style-type: none"> Lares de idosos (2) Centros de Dia (2) 		-	
Unidades Industriais	<ul style="list-style-type: none"> Indústria extrativa (Ervedal da Beira – 4; Seixo da Beira - 21) Indústrias (25) 		<ul style="list-style-type: none"> C.A. – Construtora do Alva, SA Indústria extrativa (Ervedal da Beira) 	
Património Histórico e Centros Culturais	<ul style="list-style-type: none"> Capelas (14) Igrejas (3) Solar Brás Garcia de Mascarenhas Ermida de São Miguel Edifícios religiosos (2) Monumento (1) Centros Culturais (2) 		<ul style="list-style-type: none"> Capela Senhora da Criação 	
Parques de Campismo e Praias Fluviais	<ul style="list-style-type: none"> Parque de Campismo de S. Gião 		-	

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)



Quadro 36 – Análise da vulnerabilidade a nevões no município de Oliveira do Hospital

Elementos expostos	Suscetibilidade a nevões			
	Média		Alta e Muito Alta	
Aglomerado Populacional	Aglomerado (área de suscetibilidade ≥ 10 (ha))	Área (ha)	Aglomerado	Área (ha)
	Vale de Maceira	11,6	Gramação	0,9
	Chão Sobral	8,6		
	Goulinho	8,4		
	Gramação	4,1		
Entidades e Organismos de Apoio	-		-	
Agentes de proteção Civil	-		-	
Rede Elétrica	▪ Linhas de média tensão-EDP (5 km)		▪ Linhas de média tensão-EDP (<1km)	
Rede Rodoviária	▪ Em 508 (4km)		▪ Em 508 (3km)	
Estabelecimento de Ensino	Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (3)		-	
Instalações Desportivas	▪ Campo de Futebol de Penalva de Alva		-	
Lares de Idosos e Centros de Dia	-		-	
Rede de Comunicações	▪ Cabo aéreo (2 km)		-	

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)

Quadro 37 – Análise da vulnerabilidade a acidentes industriais no município de Oliveira do Hospital

Elementos expostos	Suscetibilidade a acidentes industriais			
	Média		Alta e Muito Alta	
Aglomerado Populacional (área de suscetibilidade ≥ 1 ha)	Aglomerado	Área (ha)	Aglomerado	Área (ha)
	Oliveira do Hospital	19,2	Ervedal da Beira	2,9
	Sobreda	19,0		
	São Paio de Gramação	14,1		
	Ervedal da Beira	10,9		
	Penalva de Alva	5,9		
Entidades e Organismos de Apoio	▪ Junta de Freguesia de Penalva de Alva		-	
Agentes de proteção Civil	-		-	
Rede de Abastecimento de Água	▪ Reservatórios (3)		-	
Rede de Saneamento	▪ Estações elevatórias (1)		-	
Rede de Combustíveis	▪ Armazém de Gás Butano e Propano (1)		-	
Rede Elétrica	-		-	
Rede Rodoviária	▪ EN 17 (<1 km) ▪ EN 230 (9 km) ▪ EN 231-2 (1km) ▪ Estradas Municipais (18 km) ▪ Caminhos Municipais (3km)		-EN 230 (<1 km)	
Estabelecimento de Ensino	▪ EB do 1º Ciclo de Sobreda ▪ EB integrada do 1º, 2º e 3º Ciclo (Ervedal)		-	
Instalações Desportivas	▪ Polidesportivo de Ervedal ▪ Polidesportivo de Seixo da Beira		-	
Lares de Idosos e Centros de Dia	-		-	
Unidades Industriais	▪ Indústrias (4)		-	
Património Histórico e Centros Culturais	▪ Capelas (4) ▪ Igrejas (1) ▪ Edifícios Religiosos (4)		-	
Parques de Campismo e Praias Fluviais	-		-	

(Fonte: Plano Municipal de Emergência de proteção Civil)



4. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE

O presente capítulo sintetiza a análise e o diagnóstico da situação existente no município de Oliveira do Hospital, elaborados no âmbito dos Estudos de Caracterização, da Avaliação do Plano em Vigor, do Processo de Audição e da análise dos traços gerais da Estrutura do Povoamento/Morfologia Urbana.

O processo de análise da situação existente processou-se, em simultâneo com o reconhecimento 'in loco' dos lugares, tendo sido fundamental para a definição da proposta do modelo de ordenamento do território municipal, bem como da análise e delimitação dos novos perímetros urbanos. Este reconhecimento e aproximação direta à realidade de todo o município teve um peso preponderante em todo o processo de revisão do plano.

Os Estudos de Caracterização considerados na revisão do plano contemplam os seguintes relatórios e respetivas peças desenhadas: Caracterização Demográfica e respetivas Projeções Demográficas; Caracterização das Atividades Económicas; Caracterização dos Equipamentos Coletivos (Educação, Saúde, Ação Social, Cultura Recreio e Lazer, Desportivos e Outros Equipamentos); Caracterização das Redes e Infraestruturas (Rede Rodoviária, Rede Ferroviária, Sistemas de Transportes Coletivos Rodoviários, Sistemas de Abastecimento de Energia Elétrica, Sistemas de Iluminação Pública, Sistemas de Telecomunicações, Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotos e de Águas Residuais; Caracterização da Habitação; Caracterização das Finanças Locais; Caracterização do Património Natural e Cultural; Caracterização da Rede Urbana; Enquadramento Regional.

A síntese que se segue apresenta os dados referentes aos relatórios dos estudos realizados entre 2002 e 2003. Estes estudos foram alvo de atualização em 2005 e 2006, tendo sido atualizados os dados que se conheciam e que foram disponibilizados na altura.

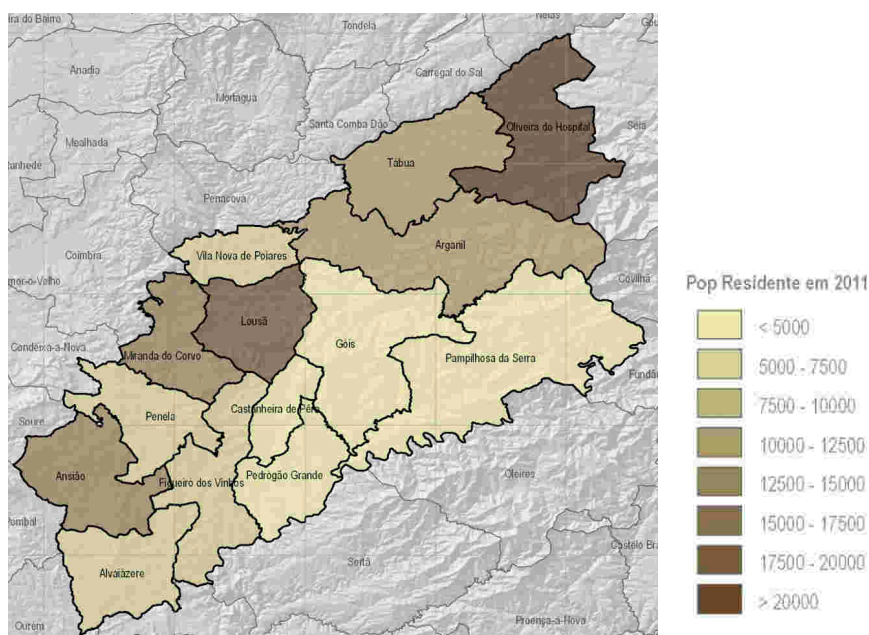
Para o presente relatório, apresentado sucessivamente em 2010, 2011 e finalmente em 2012, foram sendo atualizados os dados que se conseguiram recolher. De uma forma geral, os dados encontram-se atualizados, destacando-se a inclusão dos dados (provisórios e definitivos) do Censo de 2011.



4.1. Caracterização Demográfica

Os estudos de Caracterização Demográfica foram elaborados com base nos dados relativos aos Censos até 2001. Entretanto, ocorreram os Censos de 2011 e, assim que foram disponibilizados os dados provisórios, procedeu-se à atualização destes estudos de acordo com os dados disponíveis até ao momento da atualização do presente documento. Salienta-se que os dados utilizados são os dados provisórios fornecidos pelo INE apenas por município e freguesias, não estando ainda disponíveis, até ao momento de elaboração deste relatório, os dados por lugar.

4.1.1. Evolução da População



(Fonte: Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital)

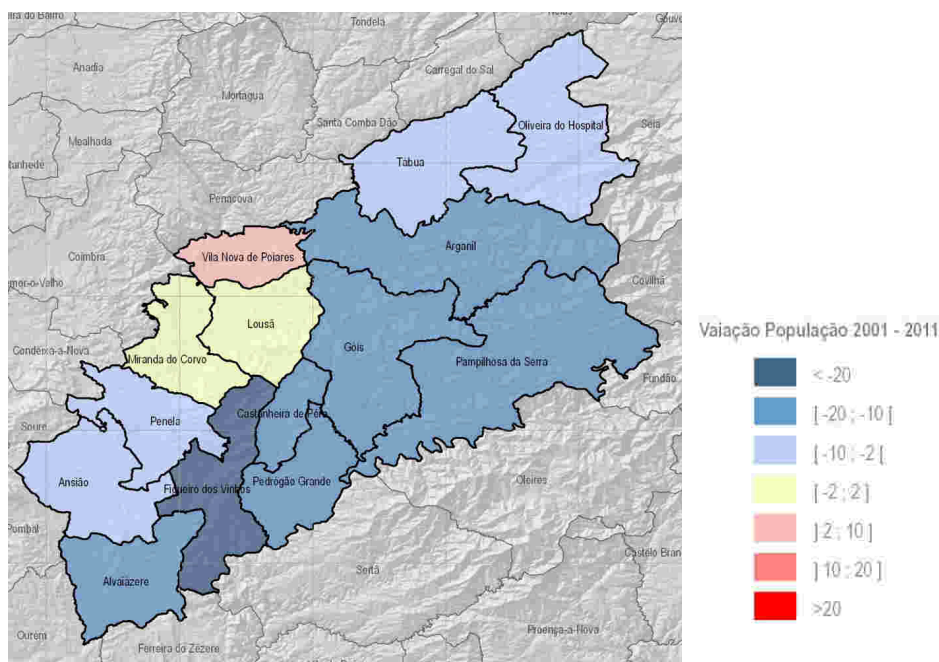
Figura 23 – População residente 2011 na sub-região do Pinhal Interior Norte

Pela análise da Figura 23, verifica-se que Oliveira do Hospital é o município do Pinhal Interior Norte mais populoso.

De acordo com o representado na Figura 34, verifica-se que, relativamente ao Pinhal Interior Norte, o município teve uma variação negativa, acompanhando a maioria dos restantes municípios, à exceção dos municípios de Lousã e Miranda do Corvo, que apresentam uma



variação entre 2 e -2 e Vila Nova de Poiares, que apresenta uma variação entre os 2 e 10. No entanto, salienta-se que a variação de população não foi a mais negativa, encontrando-se entre os municípios com uma variação entre os -2 e -10.



(Fonte: Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital)

Figura 24 – Variação Populacional da População residente 2001-2011 na sub-região do Pinhal Interior Norte

De acordo com os Censos de 2001, no município de Oliveira do Hospital residiam 22112 habitantes, que ocupavam o território municipal de 234 km², distribuídos por 21 freguesias, correspondendo a uma densidade populacional de 94,27 hab/km². Este município tem vindo a apresentar um decréscimo populacional desde os censos de 1981, uma dinâmica idêntica à NUT III, Pinhal Interior Norte, a que pertence, mas inversa à dinâmica de crescimento do país e da região centro, que tem saldo positivo.

Os Censos de 2011 comprovam esta tendência, verificando-se uma diminuição geral de 1271 habitantes, significando uma diminuição de 5,75% relativamente aos Censos de 2001. Quanto à densidade populacional, verifica-se que esta desceu de 94,27% para 88,86%.

No que diz respeito à distribuição da população no município, reforça-se a importância da freguesia de Oliveira do Hospital como principal ponto de concentração populacional, com 4390 habitantes em 2001, representando 19,9% da população e, em 2011 com 4717 habitantes, representando 22,63%. Verifica-se, assim, um aumento de 327 habitantes na freguesia sede



de município. Esta freguesia contraria o crescimento negativo predominante no município e atenua o envelhecimento demográfico acentuado verificado noutras freguesias.

Para uma análise mais detalhada dos estudos de caracterização demográfica, foi feita uma subdivisão do município em três grandes grupos de freguesias: Norte (8 freguesias): Ervedal da Beira, Lagares da Beira, Lajeosa, Lagos da Beira, Meruge, Seixo da Beira, Travanca de Lagos e Vila Franca da Beira; Centro (4 freguesias): Bobadela, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços; Sul (9 freguesias): Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Lourosa, Penalva de Alva, São Gião, São Sebastião, Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira. Foram tidas em atenção as características morfológicas e paisagísticas, o povoamento e a dinâmica populacional. A Figura 25, com a evolução da população por agrupamento de freguesia, permite tirar as seguintes conclusões:

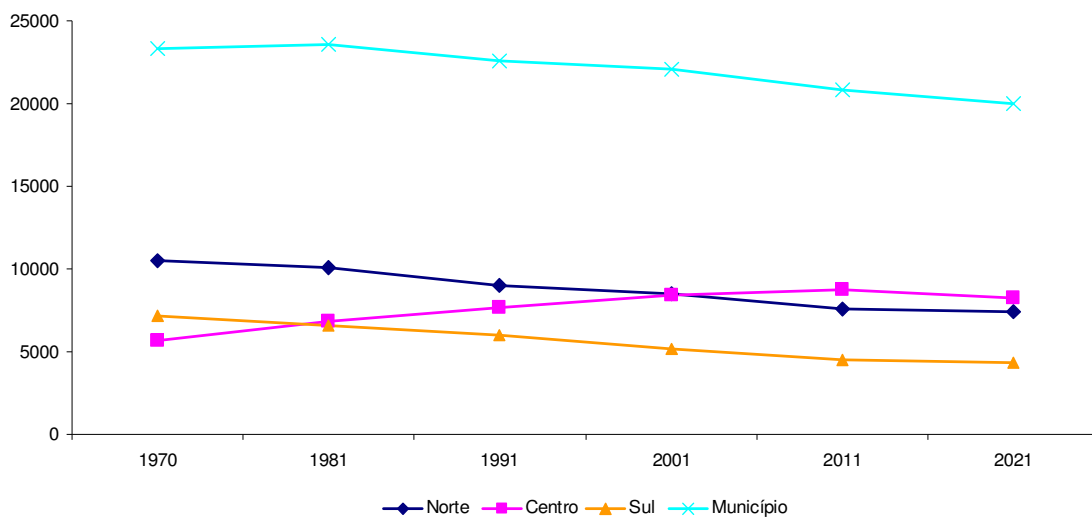


Figura 25 – Evolução da população residente nos agrupamentos de freguesias de Oliveira do Hospital de 1970 a 2011 e projeções para 2021 (resultados provisórios de 2011)

O norte e o sul do município apresentaram, em todos os períodos, uma taxa de crescimento negativa, enquanto que o Centro, onde se localiza a cidade de Oliveira do Hospital, registou sempre taxas de crescimento positivas. No entanto, prevê-se que em 2021 a população também aí decresça, sendo um decréscimo superior ao dos restantes agrupamentos.

As perdas absolutas e relativas das freguesias do Sul são superiores às do Norte, com exceção da década de 80 em que o Norte perdeu 1089 habitantes e o Sul 651 habitantes.



No período de 1981 a 2001 as freguesias do Norte perderam 1581 habitantes (-15,69%), e as freguesias do Sul perderam 1421 habitantes (-21,49%).

As freguesias do Centro aumentaram, no mesmo período, 1560 habitantes, correspondentes a 22,7%. Este valor, contudo, não compensou a perda das restantes freguesias pelo que o município viu reduzida a sua população.

Foi elaborada também uma análise da evolução da população residente, onde é tratada a evolução da população de 1970 a 2001 para o município, as freguesias e os lugares. Incluiu-se também a população de 2011, apenas para o município e para as freguesias.

O Quadro 38 apresenta os dados da população do município e por freguesia em 1991, 2001 e 2011, estabelecendo a variação da população entre cada década censitária. Apresenta também a variação da densidade populacional relativamente a cada década censitária.

Quadro 38 - População residente por freguesias nos Censos de 1991, 2001 e 2011, variação da população entre 1991 e 2001 e entre 2001 e 2011, densidade populacional em 1991, 2001 e 2011 por freguesias (resultados provisórios de 2011)

FREGUESIAS	Dados demográficos			1991-2001		2001-2011		Área (km ²)	densidade populacional em 1991 hab/km ²	densidade populacional em 2001 hab/km ²	densidade populacional em 2011 hab/km ²
	1991	2001	2011	Val. absol.	%	Val. absol.	%				
Aldeia das Dez	785	627	531	-158	-20,13	-96	-15,31	18,70	41,99	33,54	28,40
Alvão das Várzeas	491	366	320	-125	-25,46	-46	-12,57	11,62	42,24	31,49	27,54
Avô	762	633	595	-129	-16,93	-38	-6,00	7,17	106,24	88,26	82,98
Bobadela	759	761	759	2	0,26	-2	-0,26	5,68	133,63	133,98	133,63
Ervedal	1113	1077	929	-36	-3,23	-148	-13,74	21,78	51,11	49,46	42,65
Lagares	1565	1503	1398	-62	-3,96	-105	-6,99	13,19	118,65	113,95	105,99
Lagos da Beira	981	912	782	-69	-7,03	-130	-14,25	8,33	117,83	109,54	93,88
Lajeosa	679	610	553	-69	-10,16	-57	-9,34	5,19	130,91	117,61	106,55
Lourosa	762	651	555	-111	-14,57	-96	-14,75	13,94	54,68	46,71	39,81
Meruge	786	668	555	-118	-15,01	-113	-16,92	7,25	108,45	92,17	76,55
Nogueira do Cravo	2365	2289	2309	-76	-3,21	20	0,87	14,98	157,83	152,76	154,14
Oliveira do Hospital	3510	4390	4717	880	25,07	327	7,45	9,27	378,84	473,83	508,85
Penalva da Alva	1214	1080	926	-134	-11,04	-154	-14,26	11,85	102,45	91,14	78,14
Santa Ovaia	646	647	597	1	0,15	-50	-7,73	3,14	205,56	205,88	190,13
São Gião	700	574	425	-126	-18,00	-149	-25,96	14,55	48,11	39,45	29,21
São Paio Gramaços	1003	987	991	-16	-1,60	4	0,41	4,40	227,73	224,10	225,23
São Sebastião da Feira	272	229	197	-43	-15,81	-32	-13,97	2,65	102,75	86,50	74,34
Seixo da Beira	1954	1722	1586	-232	-11,87	-136	-7,90	33,72	57,95	51,07	47,03
Travanca de Lagos	1326	1448	1296	122	9,20	-152	-10,50	15,83	83,78	91,49	81,87
Vila Pouca da Beira	328	383	355	55	16,77	-28	-7,31	4,29	76,49	89,32	82,75
Vila Franca da Beira*	583	555	465	-28	-4,803	-90	-16,22	7,02	83,07	79,08	66,24
total	22584	22112	20841	-472	-2,09	-1271	-5,75	234,55	96,29	94,27	88,86

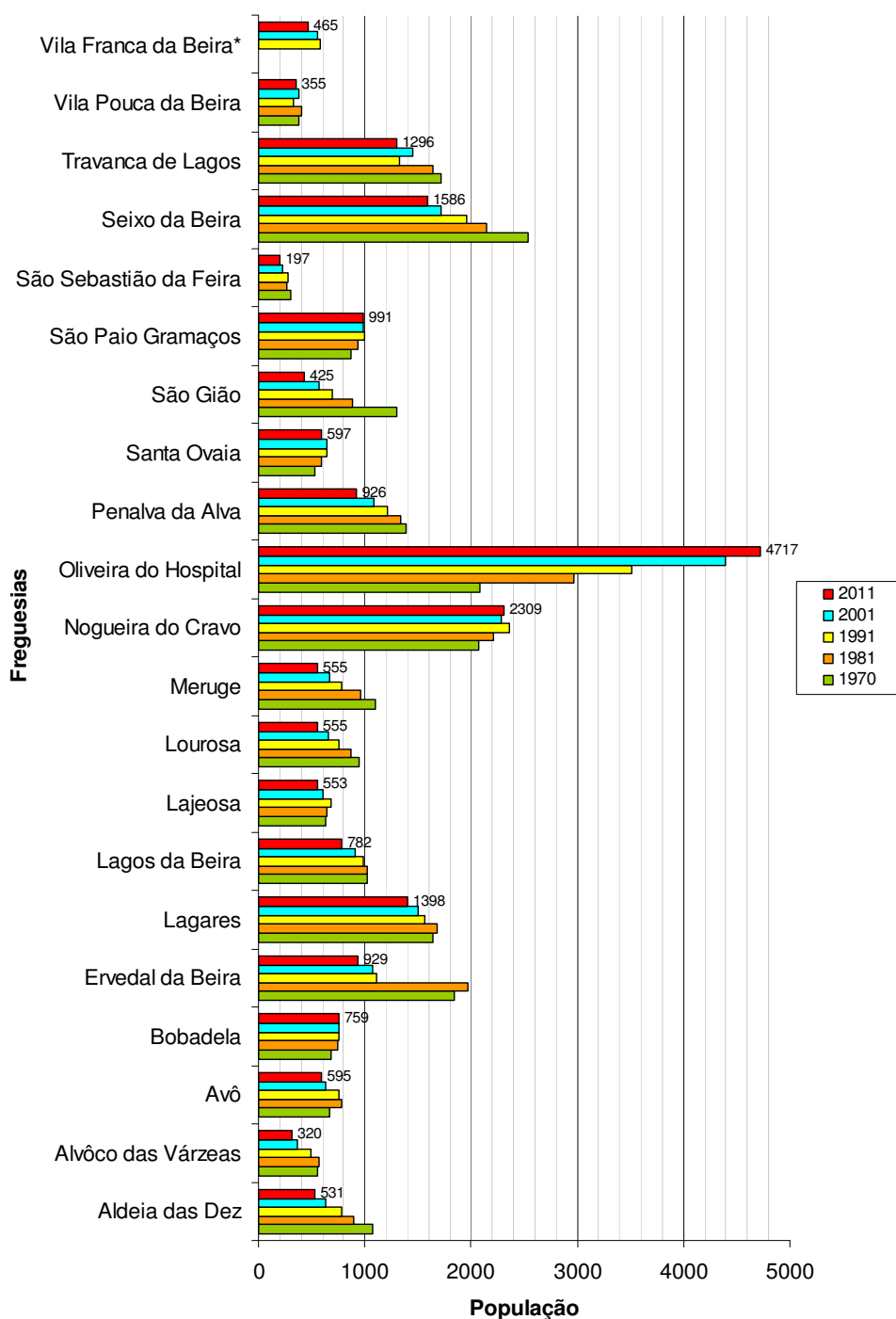


Figura 26 – Evolução da população residente de 1970 a 2011 por freguesias de Oliveira do Hospital (resultados provisórios de 2011)

A Figura 26 e o Quadro 38 apresentam a síntese da evolução da população por freguesia no município de Oliveira do Hospital, de 1970 a 2011. A freguesia de Oliveira do Hospital destaca-se das restantes por ter verificado sempre crescimento em todos os períodos de análise e



também apresentando sempre as mais elevadas taxas, esta freguesia cresceu 42,55% de 1970 a 1981 (885 habitantes), 18,38% de 1981 a 1991 (545 habitantes), 25,07% de 1991 a 2001 (880 habitantes) e 7,45% de 2001 a 2011 (327 habitantes).

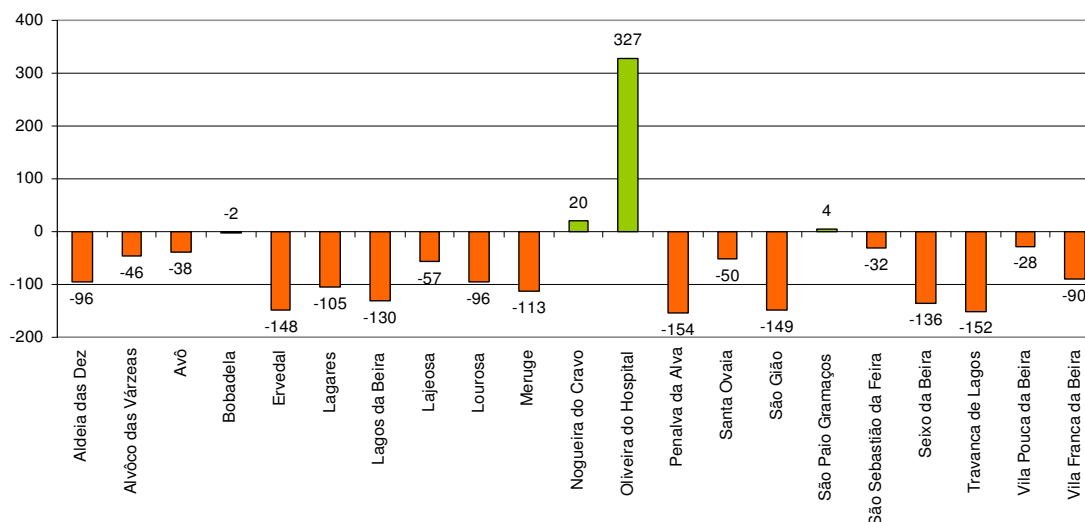


Figura 27 – Variação da população por freguesia entre 2001 e 2011 (resultados provisórios de 2011)

Complementando a informação do Quadro 38, a Figura 27 apresenta a variação da população das freguesias entre 2001 e 2011. Verifica-se que apenas as freguesias de Oliveira do Hospital, Nogueira do Cravo e São Paio de Grammaços tiveram um crescimento positivo, enquanto que nas restantes freguesias se verificou um crescimento negativo, por vezes significativo. As freguesias do Ervedal da Beira, Lagares, Lagos da Beira, Meruge, Penalva de Alva, São Gião, Seixo da Beira e Travanca de Lagos tiveram decréscimos acima dos 100 habitantes.

4.1.2. Estrutura Etária

De seguida, analisa-se a Estrutura Etária da População do município de Oliveira do Hospital para se compreender a evolução da população no município. O Quadro 39 apresenta a evolução da população por grandes grupos etários, de 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011, o índice de dependência de idosos, índice de envelhecimento, índice de dependência de jovens e índice de juventude.



Analisando o ano de 1970, verifica-se que os grupos etários mais jovens representam um valor elevado no total da população. A população com mais de 65 anos representa 15% da população total. A população entre os 15 e os 64 anos representa 57,9% da população total e dos 0 aos 14 anos representa 27% do total.

Relativamente a 1981, conclui-se que se trata de uma população jovem. As classes etárias com mais população são as dos 10 aos 14 e 15 aos 19 anos. À medida que aumenta a idade dá-se uma redução progressiva dos valores e nas últimas classes a situação evidencia uma reduzida percentagem de população idosa. As classes etárias da meia-idade encontram-se mais ou menos nos mesmos valores, excetuando a classe dos 35 a 39 anos que apresenta um valor mais reduzido (1086). É ainda de salientar que nesta classe etária (35-39) e nas seguintes, o número de mulheres é mais elevado do que o número de homens.

Relativamente a 1991 a primeira observação a ser feita é que a população em 1991 é uma população mais envelhecida do que em 1981, havendo uma diminuição nos nascimentos. A percentagem de população adulta continua a ser elevada, mas a percentagem de população idosa é mais elevada. Observou-se um crescimento significativo da população idosa.

Foram analisados os grandes grupos etários e os indicadores de envelhecimento, concluindo-se que o número de idosos aumenta rapidamente; de 16,2% em 1981 para 18,9% em 1991, 21,2% em 2001 e, finalmente, para 24,0% em 2011. Inversamente, o número de jovens dos 0 aos 14 anos diminui drasticamente passando dos 27% em 1970 para 24,1% em 1981, 19% em 1991, 16% em 2001 e, finalmente, para 13% em 2011.

Quadro 39 - População residente por grupos etários, índices de envelhecimento e de juventude, índices de dependência de idosos e de jovens, no município de Oliveira do Hospital para os anos de 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 (resultados provisórios de 2011)

Grandes grupos etários	1970		1981		1991		2001		2011		2001-1991 Val. absol.	2011-2001 Val. absol.
	Val. absol.	%	Val. absol.	%	Val. absol.	%	Val. absol.	%	Val. absol.	%		
Jovens 0-14	6295	27,0	5686	24,1	4296	19,0	3529	16,0	2709	13,0	-767	-820
Jovens 15-24	13500	57,9	14047	59,6	3347	14,8	2909	13,2	2293	11,0	-438	-616
Adultos 25-64					10676	47,3	10996	49,7	10837	52,0	320	-159
Idosos 65 e +	3535	15,2	3821	16,2	4265	18,9	4678	21,2	5002	24,0	413	324
Pop. Residente	23330	100,0	23554	100,0	22584	100,0	22112	100	20841	100	-472	-1271
Índice de dependência idosos	26,19		27,20		30,41		33,64		38,10			
Índice de envelhecimento	56,16		67,20		99,28		132,56		184,62			
Índice de dependência de jovens	46,63		40,48		30,64		25,38		20,63			
Índice de juventude	178,08		148,81		100,73		75,44		54,17			

Fonte: XI^o, XII^o, XIII^o, XIV^o, XV^o Recenseamentos da População



Assim, o Quadro 39 e a Figura 28 apresentam os grupos etários em 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011 verificando-se que o grupo etário 65 e + apresenta a maior subida entre as décadas censitárias analisadas, enquanto que o grupo etário 0-14 apresentou o maior decréscimo, com um total de -767 jovens entre os 0 e os 14 anos. Do mesmo modo, verifica-se que o índice de dependência de idosos está a aumentar, enquanto que o índice de dependência de jovens se encontra a diminuir. O índice de envelhecimento teve um total de 132,56% em 2001 e 184,62% em 2011. Inversamente, o índice de juventude desceu dos 100,73% em 1991 para os 75,44% em 2011 e 54,17 em 2011.

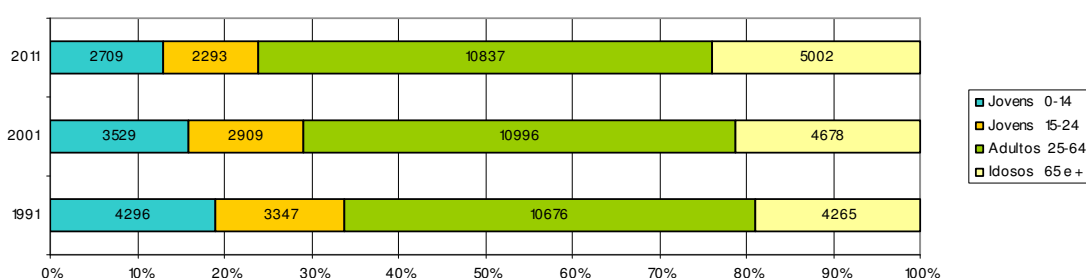


Figura 28 – Evolução dos grupos etários, no município de Oliveira do Hospital dos anos de 1991, 2001 e 2011 (resultados provisórios de 2011)

De acordo com dados do INE, entre 1998 e 2005, apesar de uma tendência recente para estabilizar, houve um decréscimo significativo da taxa de natalidade no município de Oliveira do Hospital, invertendo-se esta tendência no ano de 2008 (7,6%). Este indicador compromete a renovação das populações, o que se reflete diretamente na taxa de crescimento natural, que em 2008 apresentava um valor de -0,35%, ainda assim com um valor mais favorável que a NUT III Pinhal Interior norte que teve no mesmo ano um crescimento natural de -0,63%.

Quadro 40 - Taxa de natalidade e taxa de mortalidade no município de Oliveira do Hospital, entre 1998 e 2008

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade				Taxa de Mortalidade				Taxa de crescimento natural			
	1998	2005	2008	Variação (1998/2008) %	1998	2005	2008	Variação (1998/2008) %	1998	2005	2008	Variação (1998/2008) %
Portugal(NUT I)	11,37	10,4	9,8	-13,8	10,65	10,20	9,8	-7,9	0,72	0,2	0,0	-0,72
Região Centro (NUT II)	10,08	9,1	8,5	-15,7	12,09	11,60	11,4	-5,7	-2,01	-2,5	-2,9	-0,89
Pinhal Interior Norte (NUT III)	9,6	8,4	7,5	-21,9	15,68	15,10	13,8	-12	-6,08	-6,7	-6,3	-0,22
Oliveira do Hospital	11,04	7,5	7,6	-31,2	11,3	12,7	11,5	1,8	-0,26	-5,2	-3,9	-3,64

Fonte: INE, Indicadores Demográficos – 1998, 2005 e 2008.



Por outro lado, a taxa de mortalidade no município de Oliveira do Hospital no período compreendido entre 1998 e 2008 registou um ligeiro acréscimo, de 11,3% para 11,5%.

As taxas de crescimento populacional são explicadas pelo saldo de crescimento natural, representando o diferencial entre nascimentos e óbitos, e pelo saldo migratório, composto pelo diferencial entre entradas e saídas de efetivos, refletindo parcialmente o poder de atração do município.

Oliveira do Hospital evidencia uma taxa de crescimento migratório positiva em 2001 (0,20%), ou seja o número de novos residentes é superior ao número de pessoas que deixaram o município, apresentando uma taxa de crescimento migratório negativa em 2010 (-0,07%).

4.1.3. Qualificação da População

A Figura 29 apresenta a distribuição da qualificação da população por nível de ensino no município de Oliveira do Hospital de acordo com os dados provisórios dos Censos de 2011. Verifica-se que predomina o nível de instrução Básico do 1º Ciclo com 33% da população, seguindo-se 21% de população sem qualquer qualificação académica. Ao nível do 2º Ciclo do ensino básico encontra-se 14% da população e 15% ao nível do 3º ciclo do ensino básico, isto é, o 9º ano de escolaridade. O ensino secundário contempla 10% da população, enquanto que o ensino superior detém 6% da população.

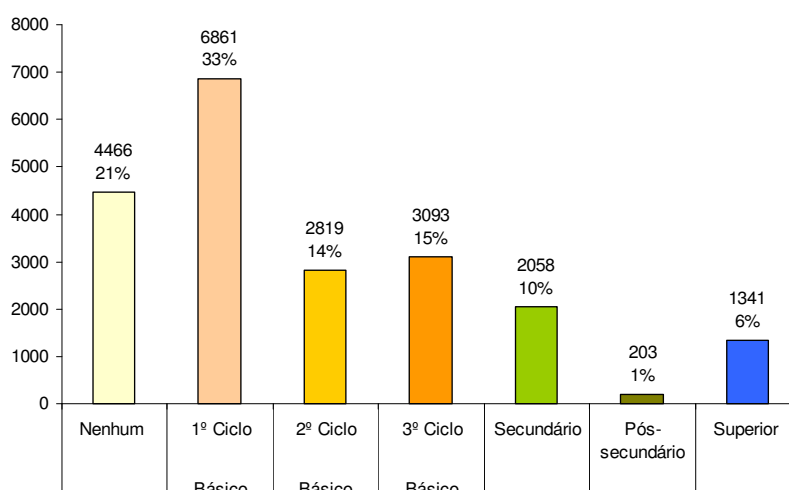


Figura 29 – Distribuição por nível de ensino da População no município de Oliveira do Hospital em 2011 (resultados provisórios de 2011)



4.1.4. Projeções Demográficas

O Quadro 41 apresenta a evolução da população do município de Oliveira do Hospital de 1950 a 2011 e a projeção para 2016 e 2021. Pela sua análise verifica-se que, de 2011 até 2016, se projetou um ligeiro decréscimo de -0,82%. De 2016 a 2021, projetou-se também um decréscimo populacional, de -3,28%.

Quadro 41 – Evolução da população de 1950 a 2011 e projeção para 2016 e 2021 no município de Oliveira do Hospital (resultados provisórios de 2011)

Anos	População residente	Varição populacional (%)
1950	27654	–
1960	26287	-4,94
1970	23330	-11,25
1981	23554	0,96
1991	22584	-4,12
2001	22112	-2,09
2011	20841	-5,75
2016	20669	-0,82
2021	19992	-3,28

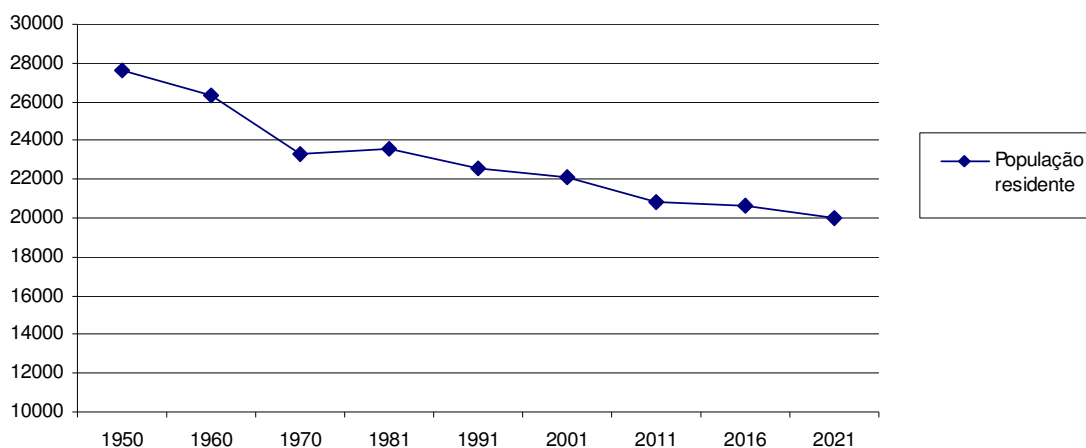


Figura 30 – Evolução da população residente, no município de Oliveira do Hospital dos anos 1950 a 2011 e projeção para 2016 e 2021 (resultados provisórios de 2011)

Para os anos de 2016 e 2021, projetou-se, como se viu, diminuição no total da população. Esta diminuição vai de encontro à tendência das últimas décadas, tal como se verifica na Figura 30.



Seguidamente, a partir dos valores projetados determinou-se a população provável para cada freguesia em 2021. O Quadro 42 apresenta a população residente do município de Oliveira do Hospital, por freguesias, de 1970 a 2001 e a sua projeção para 2021. O Quadro 43 apresenta a evolução da população por lugares de 1970 a 2001.

Quadro 42 – Evolução da população residente por freguesias de 1970 a 2011 e projeção de 2021 no município de Oliveira do Hospital (resultados provisórios de 2011)

FREGUESIAS	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Aldeia das Dez	1070	898	785	627	531	392
Alvôco das Várzeas	560	566	491	366	320	278
Avô	670	788	762	633	595	497
Bobadela	685	750	759	761	759	719
Ervedal da Beira	1845	1968	1113	1077	929	894
Lagares	1645	1685	1565	1503	1398	1424
Lagos da Beira	1025	1025	981	912	782	812
Lajeosa	625	644	679	610	553	572
Lourosa	945	869	762	651	555	653
Meruge	1095	963	786	668	555	582
Nogueira do Cravo	2070	2213	2365	2289	2309	2182
Oliveira do Hospital	2080	2965	3510	4390	4717	4411
Penalva da Alva	1390	1339	1214	1080	926	885
Santa Ovaia	530	591	646	647	597	560
São Gião	1300	884	700	574	425	398
São Paio Gramaços	865	939	1003	987	991	933
São Sebastião da Feira	300	267	272	229	197	216
Seixo da Beira	2535	2145	1954	1722	1586	1493
Travanca de Lagos	1720	1646	1326	1448	1296	1289
Vila Pouca da Beira	375	409	328	383	355	453
Vila Franca da Beira			583	555	465	348
totais	23330	23554	22584	22112	20841	19992

Fonte: XI^o, XII^o, XIII^o, XIV^o, XV^o Recenseamentos da População

Quadro 43 – Evolução da população residente, por lugares, de 1970 a 2011 (dados definitivos dos Censos 2011) e projeção de 2021 por freguesia, no município de Oliveira do Hospital

Freguesias	LUGARES	1970 HM	1981 HM	1991 HM	2001 HM	2011 HM	2021 HM
ALDEIA DAS DEZ		1100	898	785	627	531	392
	Aldeia das Dez	402	449	398	318	289	
	Avelar	73	43	37	19	7	
	Casal Cimeiro				23	16	
	Chão Sobral	133	149	166	144	122	
	Goulinho	40	52	25	16	13	
	Gramação	82	48	38	29	12	
	Ponte das Três Entradas*			10	10	32	
	Vale de Maceira	70	55	44	34	23	
	Isolados	300	102	67	34	17	



Freguesias	LUGARES	1970 HM	1981 HM	1991 HM	2001 HM	2011 HM	2021 HM
ALVÔCO DAS VÁRZEAS		712	566	491	366	320	278
	Alvôco das Várzeas	547	451	435	342	301	
	Parente	58	31	25	13	10	
	Isolados	107	84	31	11	9	
AVÔ		816	788	762	633	595	497
	Avô	608	626	621	507	510	
	Isolados	208	162	141	126	85	
BOBADELA		803	750	759	761	759	719
	Bobadela	374	464	528	475	553	
	Quinta da Coitena	39	43		45	125	
	Quinta das Tapadas	64	47	52	56	43	
	Isolados	326	196	179	185	38	
ERVEDAL DA BEIRA		1990	1968	1113	1077	929	894
	Ervedal da Beira	605	621	513	550	500	
	Fiais da Beira	440	409	357	327	240	
	Póvoa de São Cosme	242	206	215	171	148	
	Isolados	703	732	28	29	41	
LAGARES DA BEIRA		1639	1685	1565	1503	1398	1424
	Lagares da Beira	1366	1405	1436	1304	1304	
	Adarnela*			16	10	8	
	Bairro Vale do Ferreiro (Cobral)					36	
	Isolados	273	280	113	189	50	
LAGOS DA BEIRA		1000	1025	981	912	782	812
	Chamusca	189	302	214	221	242	
	Lagos da Beira	362	390	435	396	343	
	Póvoa das Quartas	194	189	177	164	156	
	Isolados	255	144	155	131	41	
LAJEOSA		661	644	679	610	553	572
	Lajeosa	361	364	448	398	393	
	Malhadoura	35		32	25	18	
	Poeiro	44	37	48	41	64	
	Isolados	221	243	151	146	78	
LOUROSA		924	869	762	651	555	653
	Cabeçadas	105	126	97	74	79	
	Campo	100	94	53	55	39	
	Casal de Abade	118	121	97	87	73	
	Digueifel*				9	6	
	Galvã					20	
	Lourosa	161	193	208	158	155	
	Pinheirinho	134	117	93	75	57	
	Pombal	53	59	49	42	34	
	Quinta do Seixal					16	
	Quintas da Meda	60	65	50	36	37	
	Venda da Esperança			23	35		
	Venda do Porco					7	
	Isolados	193	94	92	80	32	
MERUGE		925	963	786	668	555	582
	Meruge	515	573	468	413	361	
	Nogueirinha	299	365	252	210	169	
	Isolados	111	25	66	45	25	
NOGUEIRA DO CRAVO		2146	2213	2365	2289	2309	2182
	Aldeia de Nogueira	194	223	221	211	153	
	Alfangela					102	
	Quinta da Fontanheira					62	
	Galizes	246	229	263	264	214	
	Nogueira do Cravo	583	622	645	612	712	
	Oliveira do Hospital*					19	



Freguesias	LUGARES	1970 HM	1981 HM	1991 HM	2001 HM	2011 HM	2021 HM
	Reta da Salinha					195	
	Senhor das Almas*	66	158	246	241	338	
	Vale Dona Clara					44	
	Vendas de Galizes	174	208	349	368	229	
	Vilela	215	123	150	108	83	
	Isolados	668	650	491	485	158	
OLIVEIRA DO HOSPITAL		2141	2965	3510	4390	4717	4411
	Catraia de São Paio*	42	203	274		284	
	Gavinhos de Baixo	192	250	217	170	148	
	Gavinhos de Cima	212	245	226	179	159	
	Gramaços	251	272	180	145	122	
	Oliveira do Hospital	1343	1552	2318	3464	3889	
	Senhor das Almas*					13	
	Vendas de Gavinhos*	101	121	194		62	
	Isolados		322	101	432	40	
PENALVA DE ALVA		1373	1339	1214	1080	926	885
	Caldas de São Paulo	122	123	102	84	68	
	Carvalha	120	57	65	60	61	
	Formarigo	58	39	44	31	33	
	Merujais	148	99	87	77	63	
	Moita	65	50	62	69	65	
	Penalva de Alva	373	389	345	311	273	
	Quinta do Mosteiro*					31	
	Quintas de São Pedro	51	79		67	38	
	Santo António de Alva			318	285	230	
	Isolados	436	503	191	96	64	
SANTA OVAIA		505	591	646	647	597	560
	Ponte das Três Entradas*	21	50	28		34	
	Santa Ovaia	154	426	501	479	497	
	Vendas de Galizes					51	
	Isolados	330	115	117	168	15	
SÃO GIÃO		1224	884	700	574	425	398
	Alentejo					15	
	Parceiro	88	74	58	54	28	
	Quinta do Mosteiro*					5	
	Rio de Mel	218	123	108	83	62	
	São Gião	870	549	420	367	294	
	Covão		29	24	15		
	Isolados	48	109	90	55	21	
SÃO PAIO DE GRAMAÇOS		802	939	1003	987	991	933
	Catraia de São Paio*	96	265	325		250	
	Chamusca da Beira			35		73	
	São Paio de Gramaços	445	457	499	500	617	
	Isolados	261	217	144	487	51	
SÃO SEBASTIÃO DA FEIRA		346	267	272	229	197	216
	Ponte das Três Entradas*	55	52	57		45	
	São Sebastião da Feira	208	160	211	173	147	
	Isolados	83	55	4	56	5	
SEIXO DA BEIRA		2437	2145	1954	1722	1600	1493
	Aldeia Formosa	264	244	258	218	260	
	Felgueira	185	159	124	69	60	
	Pedras Ruivas	47	36	34	30	23	
	Póvoa da Barbeira	83	75	78	54	54	
	Seixas	470	384	283	282	265	
	Seixo da Beira	774	724	730	673	603	
	Sobreda	360	356	332	266	249	
	Vale Torto	121	96	75	60	61	



Freguesias	LUGARES	1970 HM	1981 HM	1991 HM	2001 HM	2011 HM	2021 HM
	Isolados	133	71	40	70	25	
TRAVANCA DE LAGOS		1574	1646	1326	1448	1296	1289
	Andorinha	367	407	363	339	301	
	Adarnela*	22	21	22	28	11	
	Negrelos	198	278	237	260	247	
	Tijelinho/Quinta da Sardanela					89	
	Travanca de Lagos	464	554	544	530	433	
	Vale de André					48	
	Vendas de Gavinhos*					88	
	Isolados	523	386	160	291	79	
VILA FRANCA DA BEIRA				583	555	465	453
	Vila Franca*		676	574	555	465	
	Isolados			9		0	
VILA POUCA DA BEIRA		407	409	328	383	355	348
	Digueifel*	57		65	109	123	
	Vila Pouca da Beira	291	317	252	245	211	
	Isolados	59	92	11	29	21	

Fonte: XI^o, XII^o, XIII^o, XIV^o, XV^o Recenseamentos da População

Quadro 44 – Lugares em mais do que uma freguesia, evolução da população residente, de 1970 a 2011 (dados definitivos dos Censos 2011) e projeções de 2021 por freguesia, no município de Oliveira do Hospital

Lugares em mais do que uma freguesia	1970	1981	1991	2001	2011	2021
freguesias	HM	HM	HM	HM	HM	HM
Ponte das Três Entradas	76	102	95	10	111	
	Aldeia das Dez	0	0	10	32	
	Santa Ovaia	21	50	28	0	34
	São Sebastião da Feira	55	52	57	0	45
Chamusca da Beira	189	302	249	221	315	
	Lagos da Beira	189	302	214	221	242
	São Paio de Gramaços	0	0	35	0	73
Adarnela	22	21	38	38	19	
	Lagares	0	0	16	10	8
	Travanca de Lagos	22	21	22	28	11
Digueifel	57	0	65	118	129	
	Lourosa	0	0	0	9	6
	Vila Pouca da Beira	57	0	65	109	123
Vendas de Gavinhos	101	121	194	0	150	
	Oliveira do Hospital	101	121	194	0	62
	Travanca de Lagos	0	0	0	0	88
Catraia de São Paio	138	468	599	0	534	
	Oliveira do Hospital	42	203	274	0	284
	São Paio de Gramaços	96	265	325	0	250
Senhor das Almas	66	158	246	241	351	
	Oliveira do Hospital	0	0	0	0	13
	Nogueira do Cravo	66	158	246	241	338
Quinta do Mosteiro	0	0	0	0	36	
	Penalva de Alva	0	0	0	0	31
	São Gião	0	0	0	0	5

Fonte: XI^o, XII^o, XIII^o, XIV^o, XV^o Recenseamentos da População



4.2. Caracterização das Atividades Económicas

A Caracterização das Atividades Económicas contempla a análise da população em idade ativa, o levantamento das empresas com sede no município de Oliveira do Hospital, a análise dos setores primário, secundário e terciário e a caracterização das zonas industriais no município.

4.2.1. Emprego

O Quadro 45 apresenta os dados da População empregada por setor de atividade económica, a população desempregada, a taxa de desemprego, a população ativa e a taxa de atividade no município de Oliveira do Hospital desde 1970 a 2011.

Relativamente à população em idade ativa, nas décadas de, 1981, 1991, 2001 e 2011 o município do Oliveira do Hospital teve aumentos da taxa de atividade, estabilizando entre 2001 e 2011, com 43% da sua população ativa, enquanto que o número de indivíduos decresceu de 2001 (9505 indivíduos em idade ativa), para 2011 (8965 indivíduos em idade ativa).

O total da população empregada teve aumentos progressivos até 2001, com 9067 empregados, invertendo em 2011 para um total de 7939 empregados.

Relativamente à taxa de desemprego, os valores analisados referem-se a 1991, 2001 e 2011, verificando-se que em 1991 a taxa de desemprego era de 3,40%, em 2001 de 4,6% e em 2011 disparou significativamente para 11,44%. Quanto aos valores, em 2001 havia 438 desempregados no município, em que 129 estavam à procura do 1º emprego (29,45%) e 309 (70,55%) estavam à procura de novo emprego. Em 2011 havia 1026 pessoas desempregadas, dos quais 194 (18,91%) à procura do 1º emprego e 832 (81,09%) à procura de novo emprego. A Figura 31 apresenta a evolução da população desempregada e a taxa de desemprego no município de Oliveira do Hospital de 1991 a 2011.

No que toca à distribuição da população empregada pelos setores de atividade, de acordo com a análise do Quadro 45 e da Figura 34, a população ativa em 2001 de Oliveira do Hospital tinha uma especialização assente no Setor Secundário, setor que detinha metade do emprego do

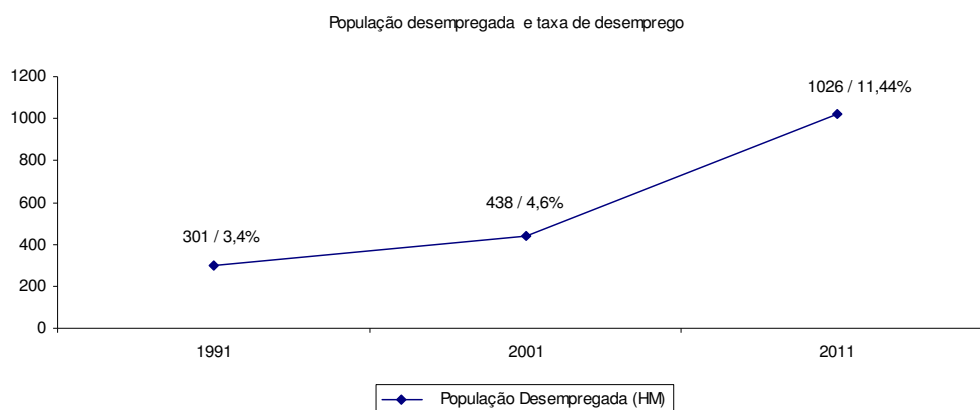


município (50,61%), seguia-se o Setor Terciário (44,49%) e, finalmente, o Setor Primário, com apenas 4,9%. A situação em 2011 altera-se, verificando-se que o setor de atividade predominante passa a ser o setor terciário, com 54,48% (4325 empregados), o setor secundário decresce para os 42,95% (3410 empregados) e o setor primário decresce para os 2,57% (204 empregados).

Quadro 45 – População empregada por setor de atividade económica, população desempregada, taxa de desemprego, população ativa e taxa de atividade no município de Oliveira do Hospital desde 1970 a 2011 (resultados definitivos de 2011).

	1970		1981		1991		2001		2011	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Setor Primário	3.650	48,38	2.594	30,83	1.427	16,53	444	4,9	204	2,57
Setor Secundário	2.390	31,68	3.790	45,05	4.216	48,83	4.589	50,61	3.410	42,95
Setor Terciário	1.330	17,63	2.018	23,99	2.991	34,64	4.034	44,49	4.325	54,48
Atividades Mal Definidas	175	2,32	11	0,13	-	-	-	-	-	-
Total População Empregada	7.545	100	8.413	100	8.634	100	9.067	100	7.939	100,00
População Empregada (H)					5.263	60,96	5.218	57,55		
População Empregada (M)					3.371	39,04	3.849	42,45		
População Desempregada (HM)					301	100	438	100	1026	100,00
Procura do 1º emprego					108	35,88	129	29,45	194	18,91
Procura de novo emprego					193	64,12	309	70,55	832	81,09
Taxa de Desemprego (HM)					301	3,40%	438	4,60%	1026	11,44
Pop. Desemp. (H) / Taxa de Desemprego (H)					119	2,20%	169	3,10%		
Pop. Desemp. (M) / Taxa de Desemprego (M)					82	5,10%	269	6,50%		
Pop. Ativa / Taxa de Atividade (HM)		32,30%		35,70%	8.935	39,60%	9.505	43%	8.965	42,99
Pop. Ativa (H) / Taxa de Atividade (H)					5.382	49,50%	5.387	50,60%		
Pop. Ativa (M) / Taxa de Atividade (M)					3.553	30,30%	4.118	35,90%		
População Residente Total (HM)	23.330		23.554		22.584	100	22.112	100	20.855	100,00

Fonte: XIº, XIIº, XIIIº, XIVº, XVº Recenseamentos da População (dados definitivos)



(XIIIº, XIVº, XVº Recenseamentos da População - resultados definitivos de 2011)

Figura 31 – População desempregada e taxa de desemprego em 1991, 2001 e 2011, no município de Oliveira do Hospital.



A informação disponível quanto ao Grupo de Profissões CNP, refere-se apenas aos anos censitários de 1991 e 2001. A população ativa no Setor secundário era, na sua grande maioria, trabalhadora por conta de outrem (80,37%), atividade seguida da de empregador (10,46%) e trabalhador por conta própria (7,3%). O nível de instrução da população desempregada concelhia é baixo, sendo que 67,4% dos desempregados têm como escolaridade o atual Ensino Básico (9º ano), e 37,2% frequentaram apenas o Primeiro Ciclo do Ensino Básico. Os desempregados com um nível de Ensino Médio ou Superior correspondem a 7,1% do seu total.

Quadro 46 – População Residente Ativa e Empregada segundo Grupo de Profissões C.N.P. 1994 no município de Oliveira do Hospital em 1991 e 2001

Grupo de Profissões C.N.P. 1994	Oliveira do Hospital			
	1991		2001	
	V.A.	%	V.A.	%
Grupo 1 - C.N.P. Quadros superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	411	4,8	705	7,8
Grupo 2 - C.N.P. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	218	2,5	406	4,5
Grupo 3 - C.N.P. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	434	5,0	549	6,1
Grupo 4 - C.N.P. Pessoal Administrativo e Similares	537	6,2	684	7,5
Grupo 5 - C.N.P. Pessoal dos Serviços e Vendedores	906	10,5	1.005	11,1
Grupo 6 - C.N.P. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1.224	14,2	374	4,1
Grupo 7 - C.N.P. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2.548	29,5	2.835	31,3
Grupo 8 - C.N.P. Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	724	8,4	1.074	11,8
Grupo 9 - C.N.P. Trabalhadores Não Qualificados	1.584	18,3	1.401	15,5
Grupo 0 - C.N.P.	48	0,6	34	0,4
Pop. Empregada	8.634	100,0	9.067	100,0

Fonte: INE, XIV Recenseamento Geral da População

Relativamente à distribuição da população empregada por Grupos de Profissões C.N.P. 1994 em 1991 e 2001, representada no Quadro 46, verifica-se que o município tem a percentagem mais elevada de profissões do grupo 7, com 31,3%, seguindo-se os grupos 9 e 8 profissões essencialmente ligadas ao mundo industrial. Assim, a população ativa e empregada em profissões ligadas ao Setor Secundário, o Grupo 7 “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” e o Grupo 8 “Operários de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem”, representa 31,3% e 11,8% da população ativa e empregada total residente no município.

A população do município com profissões do Grupo 6 – “Agricultores e Trabalhadores qualificados da Agricultura e Pescas”, diminuiu de 14,2% para 4,1% entre 1991 e 2001, que permitem concluir a escassez de especialização do município no Setor Primário, sendo esta a menos representada.

Relativamente ao Grupo 1, a que pertencem os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, corresponde a 7,8% do total do emprego concelhio.



Relativamente aos “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”, Grupo 2, constatou-se a sua baixa dotação relativa concelhia, com apenas 4,5%, tal como os “técnicos e profissionais de nível intermédio” e “pessoal administrativo e similares”, com 6,1% e 7,1% respetivamente, o que revela uma carência de especialização do emprego concelhio no Terciário.

4.2.2. Índice de poder de compra - IPCC

Comparando o IPC, no município de Oliveira do Hospital (65,25) para o ano de 2007 com a média Nacional (100,51) e com a Região Centro (83,76), verifica-se que o município se encontra desfavoravelmente posicionado. No entanto, comparando os valores do IPC de Oliveira do Hospital com os da sub-Região Pinhal Interior Norte no período 2002 -2007 (ver Quadro 47), constata-se que os valores são bastante aproximados, tendo o município superado a média da sub-região em 2007.

Quadro 47 – Evolução do Indicador do Poder de Compra *per Capita* no município de Oliveira do Hospital, sub-Região Pinhal Interior Norte, Região Centro e Continente entre 2002 e 2007

Localização Geográfica	Poder de compra <i>per capita</i> por localização geográfica		
	2007	2005	2002
Portugal	100,00	100,00	100,00
Centro	83,76	83,89	79,85
Pinhal Interior Norte	62,27	63,23	58,44
Oliveira do Hospital	65,25	63,06	58,35

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio 2005 (2007)

4.2.3. Empresas com sede no município de Oliveira do Hospital

O município de Oliveira do Hospital é reconhecido como possuidor de um forte e dinâmico tecido empresarial, facto comprovado pela especialização profissional da população em profissões ligadas ao mundo empresarial.

A análise do tecido empresarial no município de Oliveira do Hospital foi feita com os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Centro 2010, do INE, edição 2011. Os dados utilizados neste ponto reportam-se a 2009. No documento referido não se encontram tratados



os dados referentes às atividades K – Atividades Financeiras e de Seguros e O – Administração Pública e Defesa, Segurança Social Obrigatória da CAE Rev.3, bem como os dados referentes ao pessoal ao serviço e volume de vendas das atividades A, E e R.

Quadro 48 – Indicadores de empresas no município de Oliveira do Hospital em 2009

	Densidade de empresas	Proporção de empresas individuais	Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
	N.º/km ²	%			N.º	milhares de euros	%	
Portugal	11,5	67,05	99,9	95,6	3,5	316,6	5,1	4,1
Continente	11,4	67,07	99,9	95,6	3,5	318,0	5,2	4,3
Centro	8,1	69,33	100,0	95,9	3,0	224,0	3,9	4,5
Oliveira do Hospital	7,2	65,74	99,9	95,1	3,3	182,3	16,7	15,8

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)

O Quadro 48 apresenta os indicadores de empresas no município de Oliveira do Hospital, em Portugal e na Região Centro. Verifica-se que há uma densidade de 7,2 empresas por Km², 65% das empresas do município são individuais, 99,9% das empresas têm menos de 250 de pessoas ao serviço e 95,1% das empresas tem menos de 10 pessoas ao serviço. Há uma média de 3,3 pessoas ao serviços por empresa.

No que toca a o tecido empresarial, tal como demonstra o Quadro 49 e a Figura 32, verifica-se que, em 2009, tinham sede no município 1684 empresas. A maioria das empresas com sede no município, um total de 518 empresas, pertence à secção G - Comércio por grosso e retalho (30,76%), seguindo-se a secção F - Construção, com 284 empresas (16,86% do total).

De seguida, com uma representatividade de 9,80% no município, encontra-se a secção C - Indústrias Transformadoras, com um total de 165 empresas. Com uma representatividade de 9,03% encontram-se as empresas da secção I - Alojamento, restauração e similares, com um total de 152 empresas, seguindo-se as empresas da secção S - Outras atividades de serviços, com um total de 141 empresas e as empresas da secção M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, com um total de 136 empresas.



Quadro 49 – Empresas e Sociedades com sede no município de Oliveira do Hospital, volume de negócios e pessoal ao serviço das empresas com sede no município de Oliveira do Hospital, em 2009, segundo a CAE-Rev.3

Atividades CAE-Rev.3 Secções	Empresas		Sociedades		Volume de negócios		Pessoal ao serviço	
	N.º	%	N.º	%	Milhares de €	%	N.º	%
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1	0,06%	0	0,00%
B - Indústrias extrativas	4	0,24%	4	0,69%	595	0,19%	18	0,32%
C - Indústrias transformadoras	165	9,80%	100	17,33%	79324	25,84%	1742	31,11%
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	0,12%	2	0,35%
F - Construção	284	16,86%	116	20,10%	55873	18,20%	1357	24,24%
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	518	30,76%	166	28,77%	124653	40,60%	1280	22,86%
H - Transportes e armazenagem	29	1,72%	20	3,47%	7049	2,30%	105	1,88%
I - Alojamento, restauração e similares	152	9,03%	56	9,71%	8671	2,82%	271	4,84%
J - Atividades de informação e de comunicação	18	1,07%	8	1,39%	483	0,16%	31	0,55%
L - Atividades imobiliárias	27	1,60%	20	3,47%	11262	3,67%	78	1,39%
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	136	8,08%	36	6,24%	3257	1,06%	202	3,61%
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	37	2,20%	15	2,60%	2049	0,67%	57	1,02%
P - Educação	79	4,69%	9	1,56%	2317	0,75%	142	2,54%
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	61	3,62%	15	2,60%	2438	0,79%	102	1,82%
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	30	1,78%	3	0,52%
S - Outras atividades de serviços	141	8,37%	7	1,21%	1532	0,50%	154	2,75%
Total	1684	100,00%	577	100,00%	307036	100,00%	5599	100,00%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011

Quadro 50 – Empresas e Sociedades com sede no município de Oliveira do Hospital, volume de negócios e pessoal ao serviço das empresas com sede no município de Oliveira do Hospital, em 2009, por setor de atividade, segundo a CAE-Rev.3

setores de atividade	Empresas		sociedades		Volume de negócios		pessoal ao serviço	
	Número	%	Número	%	milhares de euros	%	Número	%
setor primário	1	0%	0	0%
setor secundário	455	27%	222	17%	135792	44%	3117	56%
setor terciário	1228	73%	355	26%	163711	53%	2422	43%
total	1684	100,00%	1343	100%	307036	100%	5599	100%

Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011

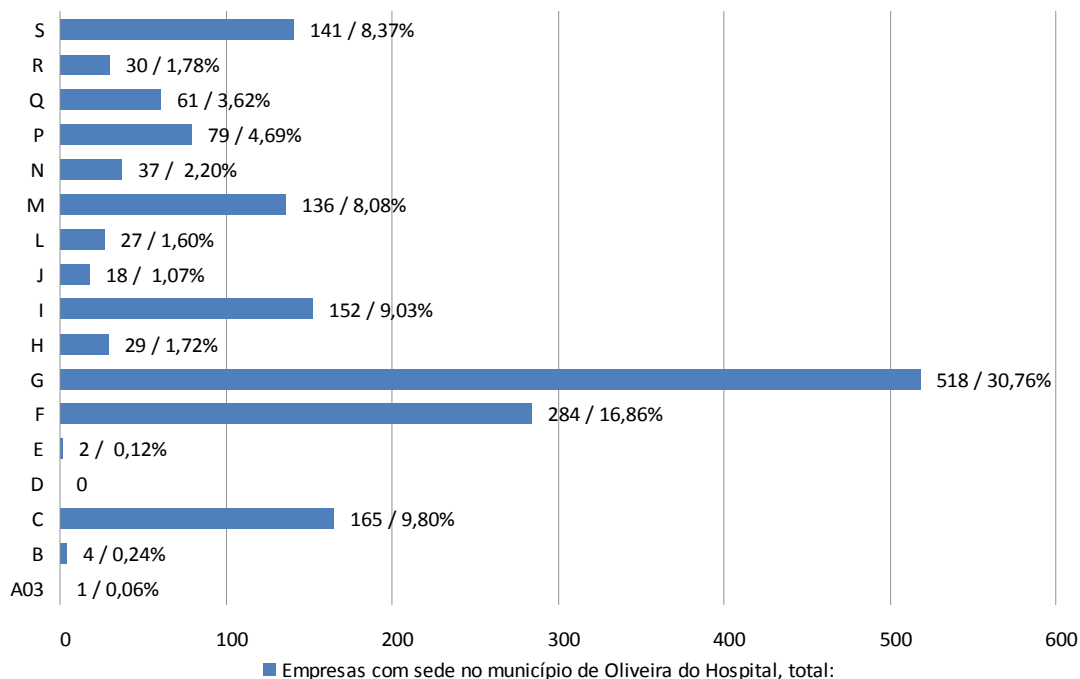


Figura 32 – Empresas com sede no município de Oliveira do Hospital em 2009, segundo a CAE-Rev.3

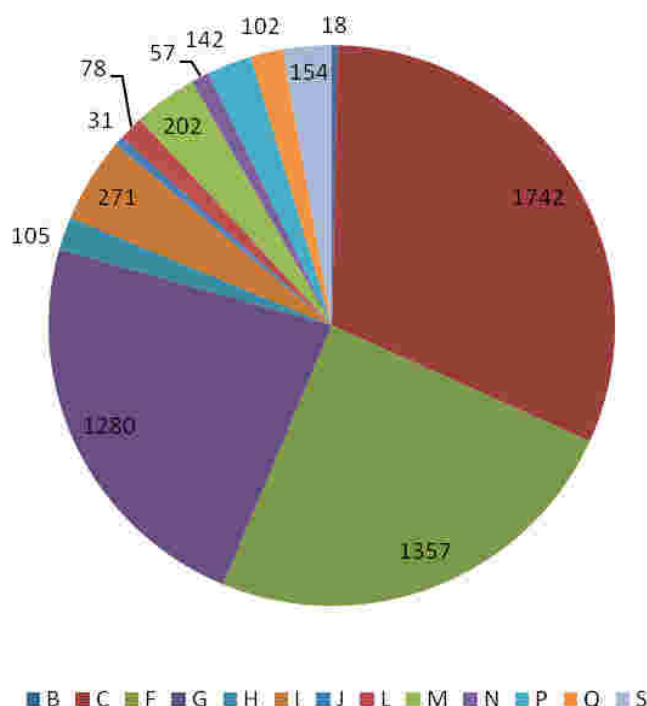


Figura 33 – Pessoal ao serviço nas empresas com sede no município de Oliveira do Hospital em 2009, segundo a CAE-Rev.3

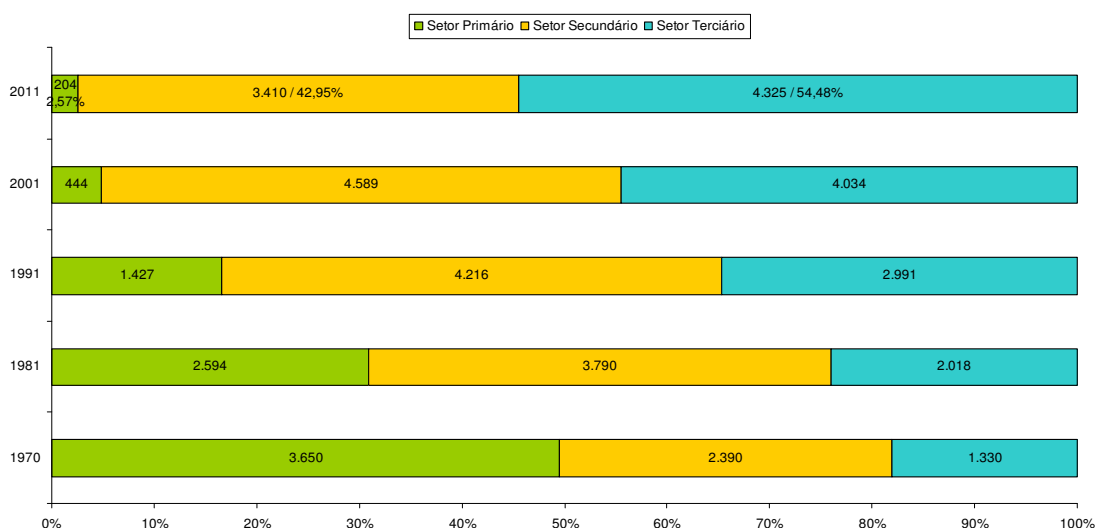


Pela análise do Quadro 49 e da Figura 33, verifica-se que o setor C – Indústrias Transformadoras, emprega o maior número de pessoal, com um total de 1742 pessoas ao serviço. Seguem-se o setor F – Construção, com 1357 pessoas ao serviço e o setor G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, com 1280 pessoas ao serviço.

4.2.4. Setores Primário, Secundário e Terciário

De acordo com a análise do Quadro 45 e da Figura 34, em 2011 o setor de atividade dominante era o terciário, com 54,48% dos empregados. Os setores secundário e terciário decrescem de 2001 para 2011 para os 42,95% de empregados e os 2,57% de empregados, respetivamente.

Tal como se exemplifica na Figura 34, verifica-se uma diminuição progressiva do setor primário e um aumento progressivo dos setores secundário e terciário desde a década de 70. Nesse ano a atividade dominante era o setor primário, seguindo-se o setor secundário e o setor terciário. Em 2011 verifica-se uma inversão total, passando o setor terciário a dominar mais de metade da população empregada, o setor secundário praticamente metade da população, enquanto que o setor primário já não tem expressão.



(Fonte: XIº, XIIº, XIIIº, XIVº, XVº Recenseamentos da População - resultados definitivos)

Figura 34 – Distribuição da população empregada pelos setores de atividade económica, de 1970 a 2011, no município de Oliveira do Hospital.



4.2.4.1. Setor Primário

Relativamente ao Setor Primário, que inclui a Agricultura, a Pecuária e a Silvicultura, verificou-se, em 2011, uma grande diminuição da população ativa empregada, em relação a 2001, passando de 444 empregados para 204 empregados (Quadro 45).

De acordo com o Quadro 49, pertencem a este setor 83 das 1818 empresas sedeadas no município de Oliveira do Hospital, correspondendo a 4,57% do total de empresas.

A perda de população agrícola poderá ser explicada pelo movimento migratório das populações concelhias para as regiões do litoral do país, movimento que acompanhou a tendência nacional, como também por movimentos populacionais no interior do próprio município, das zonas periféricas para o centro do município onde se localizam as freguesias que apresentaram um crescimento populacional positivo, contrastando com o resto do município, onde para além da perda líquida de população se constata o seu envelhecimento. A libertação da mão-de-obra rural permitiu a industrialização do município ocorrida durante os anos 70 e 80, assim como também o crescimento do Terciário na última década.

4.2.4.1.1. Agricultura

Para a caracterização do setor agrícola recorreu-se ao Recenseamento Geral da Agricultura, 1999 - Região Centro do INE.

Através da análise do Quadro 51, que apresenta os produtores singulares recenseados no município, constata-se que em 1999 existiam 1570 produtores singulares que exerciam uma atividade pertencente ao Setor Primário.

Quadro 51 – Produtor agrícola singular segundo as classes de idade

Classes de Idade	Produtor Singular	
	VA	%
15 - 24	5	0,32
25 - 34	33	2,10
35 - 44	157	10,00
45 - 54	273	17,39
55 - 64	453	28,85
> = 65	649	41,34
Total	1.570	100,00

(Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura – 1999, INE)



A estrutura etária dos produtores singulares agrícolas concelhios é muito envelhecida; 87,58% dos produtores têm idade superior a 45 anos, dos quais 649 (41,34%) têm mais de 65 anos. Existem apenas 195 produtores agrícolas com idade inferior a 45 anos, correspondendo a apenas 12,42% dos produtores agrícolas concelhios.

Em 1999 havia um número bastante significativo de pequenas explorações agrícolas onde se desenvolvia uma agricultura de subsistência em que os produtos se destinavam essencialmente ao autoconsumo, não gerando fluxos financeiros que permitissem viver exclusivamente da exploração e manter assalariados permanentes, o que justifica a diferença entre o número de produtores singulares recenseados e aqueles que viviam exclusivamente da atividade agrícola.

Através da análise do Quadro 52, que apresenta as explorações segundo a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor, verifica-se que apenas 92 explorações concelhias permitem ao produtor agrícola e seu agregado doméstico viver exclusivamente da atividade da exploração, valor que corresponde a 5,9% das explorações e 16,3% da SAL (Superfície Agrícola Utilizada). Em 86,6% das explorações o rendimento do agregado doméstico do produtor era essencialmente de origem exterior à exploração agrícola, com predomínio de atividades na indústria transformadora, construção e comércio por grosso e a retalho. Os valores da Região Agrária da Beira Litoral são superiores aos concelhios, o que evidencia uma vez mais a reduzida rentabilidade das explorações agrícolas do município.

Quadro 52 – Explorações e SAU segundo a Origem do Rendimento do Agregado Doméstico do Produtor

Região Agrária/ NUT III / município	Total		Exclusivamente da atividade da exploração		Principalmente da atividade da exploração		Principalmente de origem exterior à exploração	
	Expl. (nº)	SAU (ha)	Expl. (nº)	SAU (ha)	Expl. (nº)	SAU (ha)	Expl. (nº)	SAU (ha)
Beira Litoral	79.267	163.677	6.224	25.480	16.492	47.150	56.551	91.047
Pinhal Interior Norte	10.003	18.950	358	1.626	953	3.015	8.692	14.309
Oliveira do Hospital	1.570	4.070	92	662	118	604	1.360	2.804

Região Agrária/ NUT III / município	Exclusivamente da atividade da exploração			Principalmente da atividade da exploração			Principalmente de origem exterior à exploração SAU		
	Expl. (nº)	SAU (ha)	MB	Expl. (nº)	SAU (ha)	MB	Expl. (nº)	SAU (ha)	MB
Beira Litoral	7,9%	15,6%	22,6%	20,8%	28,8%	31,4%	71,3%	55,6%	46,0%
Pinhal Interior Norte	3,6%	8,6%	20,8%	9,5%	15,9%	19,4%	86,9%	75,5%	59,7%
Oliveira do Hospital	5,9%	16,3%	14,2%	7,5%	14,8%	16,2%	86,6%	68,9%	69,6%

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 1999



No Capítulo 3 – Caracterização Ambiental e Biofísica, ponto 3.3.1 – Espaço Agrícola, é feita a caracterização do espaço agrícola do município, incidindo sobre a caracterização das explorações agrícolas, produção agrícola e produção animal.

4.2.4.1.2. Silvicultura

Relativamente à Silvicultura, o território concelhio insere-se numa região com uma grande mancha florestal. Este é o seu principal recurso natural e tem sido alvo de intervenções estrategicamente direcionadas para a sua valorização económica.

No Capítulo 3 – Caracterização Ambiental e Biofísica, ponto 3.3.3 – A Floresta, é feita a caracterização do espaço Florestal do município, incidindo também sobre o PROF-PIN e o PMDFCI.

4.2.4.2. Setor Secundário

Ao nível da população ativa empregada, o setor secundário perdeu expressão entre 2001 e 2011, passando de 50,61% de população ativa empregada neste setor em 2001 para 42,95% em 2011, deixando de ser o setor de atividade predominante. O Quadro 45 e da Figura 34 apresentam a evolução da população empregada por setor de atividade no município de Oliveira do Hospital verificando-se, assim esta realidade.

No entanto, embora o valor absoluto tenha diminuído de 4589 pessoas empregadas no setor secundário em 2001 para 3410 em 2011, o município continua a apresentar uma forte especialização neste setor, possuindo um importante tecido industrial que continua a assumir um papel de forte dinamismo e desenvolvimento económico.

No ano de 2009, pela análise do Quadro 49 e a Figura 32, constata-se que pertenciam ao setor secundário 455 das 1684 empresas sediadas no município de Oliveira do Hospital, (secções B, C, D, E e F da CAE rev.3), das quais 222 eram sociedades e detinham um volume de negócios de 135.792 milhares de euros. Assim, 27% das empresas e 17% das sociedades sediadas no município pertenciam ao secundário, empregando 56% do pessoal ao serviço e detendo 44% do total do volume de vendas das sociedades sediadas.



Tal como se verifica no Quadro 49 e na Figura 32, relativamente às Indústrias Extrativas, em 2009 encontravam-se sedeadas no município 4 empresas (0,24% das empresas existentes).

Relativamente à secção B - Indústrias Transformadoras, de acordo com o Quadro 49 e a Figura 32, Oliveira do Hospital possuía em 2009, um tecido industrial no qual se inseriam 165 empresas da indústria transformadora (9,80% do total das empresas).

Quadro 53 – Indústrias Transformadoras com sede no município de Oliveira do Hospital em 2009, segundo a CAE-Rev.3

C - Indústrias transformadoras CAE rev.3 Divisões	Empresas		sociedades		Volume de negócios		pessoal ao serviço	
	Nº	%	Nº	%	milhares de €	%	Nº	%
10 Indústrias alimentares	47	28,48	33	0,33	37393	47,14%	327	18,77%
11 Indústria das bebidas	1	0,61	1	0,01
13 Fabricação de têxteis	6	3,64	3	0,03	2145	2,70%	60	3,44%
14 Indústria do vestuário	13	7,88	12	0,12	20096	25,33%	814	46,73%
16 Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	23	13,94	15	0,15	6816	8,59%	162	9,30%
18 Impressão e reprodução de suportes gravados	3	1,82	2	0,02	482	0,61%	14	0,80%
23 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	12	7,27	8	0,08	2599	3,28%	53	3,04%
24 Indústrias metalúrgicas de base	1	0,61	1	0,01
25 Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	40	24,24	14	0,14	3993	5,03%	125	7,18%
28 Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	0	0,00	0	0	0	0,00%	0	0,00%
29 Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	1	0,61	1	0,01
31 Fabricação de mobiliário e de colchões	13	7,88	6	0,06	4604	5,80%	144	8,27%
32 Outras indústrias transformadoras	1	0,61	1	0,01
33 Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	4	2,42	3	0,03	840	1,06%	18	1,03%
total	165	100,00	100	1	79324	100,00%	1742	100,00%

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)

O Quadro 53 apresenta a caracterização da secção C - Indústrias Transformadoras, analisando o número de empresas e sociedades com sede no município, volumes de negócio e pessoal ao serviço. Verifica-se, assim, que o maior número de empresas pertence às (10) indústrias alimentares, com um total de 47 empresas, equivalendo a 28,48% da totalidade, seguindo-se a (25) fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, com um total de 40



empresas, equivalendo a 24,24% do total. Com menor peso, seguem-se as (16) indústrias da madeira e a cortiça e suas obras, exceto mobiliário, fabricação de obras de cestaria e de espartaria, com um total de 23 empresas, equivalendo a 13,94%.

As sociedades encontram-se representadas maioritariamente nas (10) indústrias alimentares com um total de 33, seguindo-se as (16) indústrias da madeira e a cortiça e suas obras, exceto mobiliário, fabricação de obras de cestaria e de espartaria, com um total de 15 e a (25) fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, com um total de 14.

Relativamente ao volume de negócios, verifica-se que as (10) indústrias alimentares dominam, detendo 47,14 % do total, com um valor de 37393 milhares de euros, seguindo-se a (14) indústria do vestuário, detendo 25,33%, com um valor de 20096 milhares de euros.

No que toca ao pessoal ao serviço, verifica-se que a (14) indústria do vestuário domina, tendo um total de 814 pessoas ao serviço, equivalendo a 46,73% do total. Seguem-se as (10) indústrias alimentares com 327 pessoas ao serviço, equivalendo a 18,77% do total.

Relativamente às secções de atividade D - eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, E – Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição, pela análise do Quadro 49 e a Figura 32, verifica-se que não havia em 2009 representatividade da secção D e, havia apenas 2 empresas e 2 sociedades da secção E.

Quanto à secção F – Construção, no mesmo quadro, verifica-se que detém 284 empresas, 16,86% do total, 116 sociedades, movimenta um volume de negócios de 55.873 milhares de euros, 18,20% do total, e tem 1357 pessoas ao serviço, equivalendo a 24,24% do total.

4.2.4.3. Setor Terciário

O setor terciário, em 2011, detinha o maior número de população ativa empregada, com 54,48% do total dos setores de atividade, (4325 indivíduos empregados). O Quadro 45 e a Figura 34 apresentam a evolução da população empregada por setor de atividade, verificando-se um crescimento constante do setor terciário, ultrapassando o setor secundário em 2011.

Pela análise do Quadro 50, verifica-se que o setor terciário, em 2009, detinha 73% das empresas com sede no município, (1228 empresas), possuía 355 sociedades (26%),



movimentava um volume de negócios de 163711 milhares de euros e tinha 2422 pessoas ao serviço.

De acordo com o Quadro 49, a secção G - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos, domina o terciário em Oliveira do Hospital, com 518 empresas (30,76%), 166 sociedades, movimentando um volume de negócios de 124.653 milhares de euros, (40,60% do total dos setores de atividade) e tendo 1280 pessoas ao serviço (22,86% do total).

Quanto ao número de empresas segue-se a secção I - Alojamento, Restauração e Similares, possuindo um total de 152 empresas (9,03%) e 56 sociedades, a secção S – Outras atividades de serviços com 141 empresas (8,37%) e 7 sociedades e a secção M – Atividades de consultadoria, científicas, técnicas e similares, com 136 empresas (8,08%) e 36 sociedades.

4.3. Caracterização dos Equipamentos Coletivos

Os Estudos de Caracterização dos Equipamentos Coletivos, mostram que o município se encontra bem coberto, tendo-se vindo a fazer um esforço para requalificar os existentes e prestar novos serviços através da implementação de novos equipamentos.

4.3.1. Caracterização dos Equipamentos de Educação

Relativamente aos **Equipamentos de Educação**, o município de Oliveira do Hospital contempla os níveis de ensino pré-escolar e básico, ensino secundário, formação profissional e ensino superior politécnico. O município dispõe atualmente de Carta Educativa.

O Quadro 54 apresenta o número de estabelecimentos de educação / ensino até ao nível de ensino secundário em funcionamento no ano de 2009/2010 no município de Oliveira do Hospital. Verifica-se que, ao nível da educação pré-escolar, há uma totalidade de 30 estabelecimentos, dos quais 23 são públicos e 7 privados. Ao nível do 1º ciclo do ensino básico há um total de 22 estabelecimentos, 5 dos quais têm menos de 21 alunos e apenas um estabelecimento é privado. Relativamente aos 2º e 3º ciclos há, respetivamente, um total de 4



e 5 estabelecimentos, todos públicos. Ao nível do ensino secundário há 2 estabelecimentos de ensino, um público e um privado.

Quadro 54 – Número de estabelecimentos de educação/ensino segundo o nível de ensino ministrado e a natureza institucional no município de Oliveira do Hospital no ano letivo de 2009/2010

Educação pré-escolar			Ensino básico									Ensino secundário			
			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo						
Total	Público	Privado	Total	Com menos de 21 alunos	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
30	23	7	22	5	21	1	4	4	0	5	5	0	2	1	1

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)

A Rede Escolar (contempla o ensino pré-escolar e básico) do município de Oliveira do Hospital é composta por quatro territórios educativos: Agrupamento de Escolas do Vale do Alva, Agrupamento de Escolas da Cordinha, Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira e Agrupamento de Escolas Brás Garcia Mascarenhas.

O ensino secundário público no município de Oliveira do Hospital é proporcionado pela escola secundária existente na cidade. A Escola Secundária e 3º Ciclo de Oliveira do Hospital possui em funcionamento o 3º ciclo do ensino básico, o ensino secundário de carácter geral e o ensino secundário de carácter tecnológico.

No âmbito do Ensino Superior, localiza-se na cidade de Oliveira do Hospital, desde 2001, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Com uma formação de nível superior, a região possui uma oferta de qualificação superior para os Quadros técnicos, gerando um alto nível de competitividade. Favorece, também, a fixação de uma camada jovem, com formação superior, que irá impulsionar a cidade e trazer novos investimentos.

Segue-se uma breve análise do 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', apresentado em Junho de 2012.



4.3.1.1. População Escolar do município de Oliveira do Hospital

A população escolar no ano de 2012 é composta por um número total de 3197 alunos, distribuídos por 6 níveis de ensino e 56 estabelecimentos de ensino que compõem a rede Educativa:

- 558 crianças a frequentar a Educação Pré-Escolar, distribuídas por 28 estabelecimentos de ensino;
- 779 crianças a frequentar o 1º CEB, distribuídas por 17 estabelecimentos de ensino
- 493 crianças a frequentar o 2º CEB, distribuídas por 4 estabelecimentos de ensino;
- 825 crianças a frequentar o 3º CEB, distribuída por 4 estabelecimentos de ensino;
- 405 alunos a frequentar o ensino secundário num estabelecimento de ensino;
- 137 alunos a frequentar o ensino profissional num estabelecimento de ensino.

Cada território educativo contempla os estabelecimentos de ensino pertencentes às respetivas áreas de abrangência. Os agrupamentos são compostos pelos jardins infantis (JI), as escolas básicas do 1º ciclo, (EB1) e as escolas básicas integradas dos 1º, 2º e 3º ciclos (EBI).

O Agrupamento de Escolas da Cordinha, com sede na Escola Básica integrada da Cordinha, em Ervedal da Beira, abrange o território educativo das localidades de Andorinha, Ervedal da Beira, Fiais da Beira, Seixas, Seixo da Beira, Sobreda e Vila Franca da Beira.

O Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, com sede na Escola Básica integrada de Lagares da Beira, em Lagares da Beira, abrange o território educativo das localidades de Lagares da Beira, Meruge, Negrelos, Nogueirinha e Travanca de Lagos.

O Agrupamento de Escolas Brás Garcia Mascarenhas, com sede na Escola 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, em Oliveira do Hospital, abrange o território educativo das localidades de Aldeia de Nogueira, Bobadela, Chamusca, Galizes, Gavinhos, Gramaços, Lajeosa, Lagos da Beira, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, São Paio de Gramaços, Santa Ovaia, Senhor da Almas e Vilela.



O Agrupamento Vertical do Vale do Alva, com sede na Escola Básica 1, 2, 3 da Ponte das Três Entradas, abrange o território educativo das localidades de Alvôco das Várzeas, Avô, Casal de Abade, Chão Sobral, Lourosa, Penalva de Alva, Ponte das Três Entradas e São Gião.

Quadro 55 – Situação em 2012 da Rede Educativa e população escolar no município de Oliveira do Hospital

Freguesias	Educação Pré-Escolar		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Ensino Secundário		Ensino Profissional		Total	
	Nº de estabelecimentos	Nº de crianças	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos
Aldeia das Dez	1	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16
Alvoco das Várzeas	1	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16
Avô	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Bobadela	1	18	1	32	-	-	-	-	-	-	-	-	2	50
Ervedal	1	11	1	51	1	61	1	135	-	-	-	-	4	258
Lagares	2	45	1	60	1	60	1	68	-	-	-	-	5	233
Lagos da Beira	1	18	1	23	-	-	-	-	-	-	-	-	2	41
Lajeosa	1	12	1	22	-	-	-	-	-	-	-	-	2	34
Lourosa	1	14	1	27	-	-	-	-	-	-	-	-	2	41
Meruge	1	10	1	21	-	-	-	-	-	-	-	-	2	31
Nogueira do Cravo	4	61	3	67	-	-	-	-	-	-	-	-	7	128
Oliveira do Hospital	6	224	1	255	1	317	2	542	1	405	1	137	12	1880
Penalva de Alva	1	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17
Santa Ovaia	1	10	1	24	-	-	-	-	-	-	-	-	2	34
São Gião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
São Paio de Gramaços	1	16	1	43	-	-	-	-	-	-	-	-	2	59
São Sebastião da Feira	-	-	1	81	1	55	1	80	-	-	-	-	3	216
Seixo da Beira	3	43	1	42	-	-	-	-	-	-	-	-	4	85
Travanca de Lagos	1	15	1	20	-	-	-	-	-	-	-	-	2	35
Vila Pouca da Beira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Vila Franca da Beira	1	12	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	2	23
Total	28	558	17	779	4	493	5	825	1	405	1	137	56	3197

(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Pela análise do quadro apresentado, verifica-se que as freguesias de Avô, São Gião, São Sebastião da Feira e Vila Pouca da Beira não têm nenhuma criança a frequentar a Educação Pré-Escolar em nenhum estabelecimento de ensino da sua freguesia.

Verifica-se também que as freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Penalva de Alva, São Gião e Vila Pouca da Beira não possuem nenhuma criança a frequentar o 1º CEB em nenhum estabelecimento de ensino da sua freguesia.

Os níveis de ensino do 2º CEB e 3º CEB localizam-se em Ervedal da Beira, Lagares, Oliveira do Hospital e São Sebastião da Feira / Ponte das Três Entradas, pois são os lugares que possuem estes níveis de ensino e os estabelecimentos de ensino para tal.

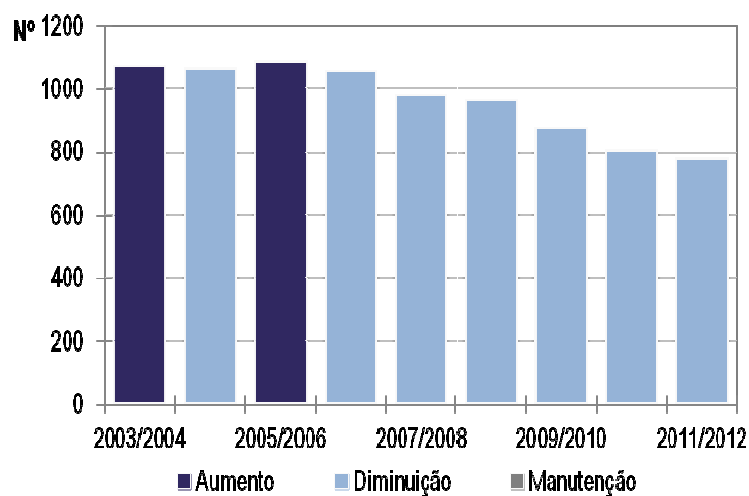
Os níveis de ensino secundário e profissional localizam-se em Oliveira do Hospital.



4.3.1.1.1. Evolução da População Escolar do município de Oliveira do Hospital

No que toca ao 1º CEB, a população escolar tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, à semelhança da população em geral. A Figura 35 apresenta essa tendência.

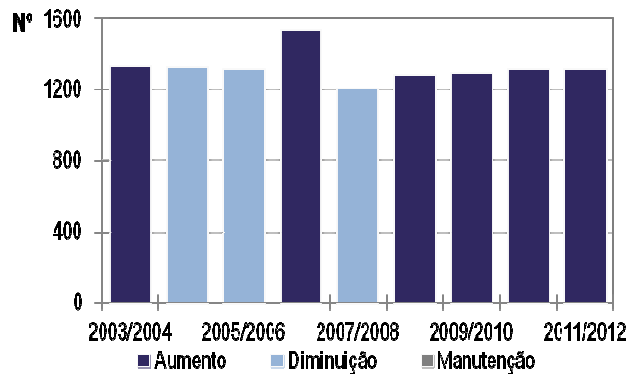
No entanto, verifica-se que a população escolar dos 2º e 3º CEB tem tido um ligeiro aumento, depois de alguns anos letivos com diminuição de alunos, tal como se exemplifica na Figura 36.



(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

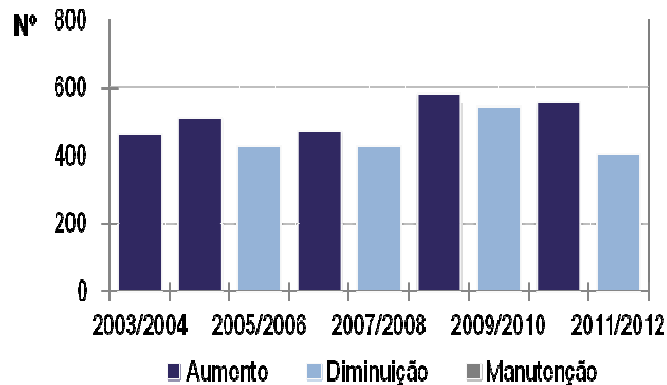
Figura 35 – Evolução da população escolar do 1º CEB nos anos letivos de 2003/2004 a 2011/2012 no município de Oliveira do Hospital

No que toca ao Ensino Secundário, a Figura 37 apresenta uma variação inconstante no número de alunos nos anos letivos analisados. No entanto, o último ano letivo analisado apresenta um forte decréscimo de alunos.



(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 36 – Evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB nos anos letivos de 2003/2004 a 2011/2012 no município de Oliveira do Hospital

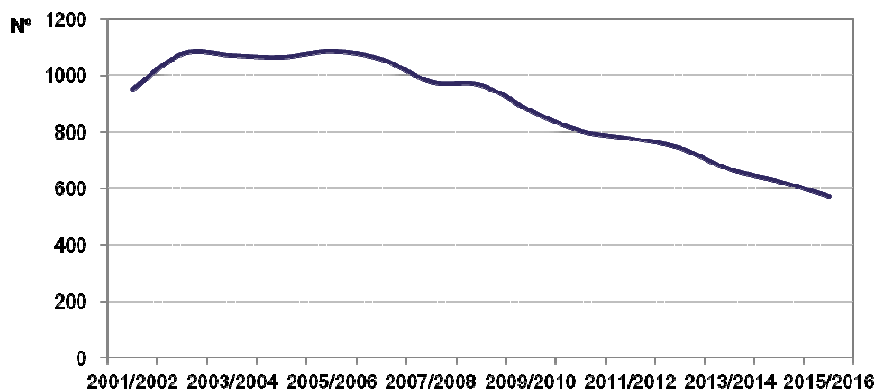


(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 37 – Evolução da população escolar do ensino secundário nos anos letivos de 2003/2004 a 2011/2012 no município de Oliveira do Hospital

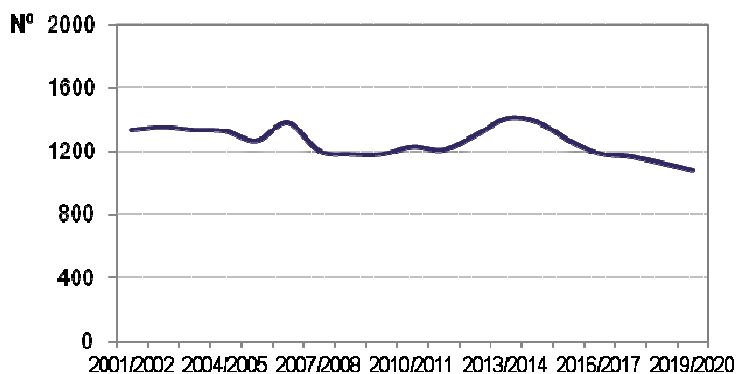
4.3.1.1.2. Projeção da população escolar para o município de Oliveira do Hospital

Relativamente às projeções da população escolar a Figura 38, a Figura 39 e a Figura 40 apresentam a mesma tendência de evolução, verificando-se uma diminuição geral em todos os níveis de ensino. O decréscimo mais significativo verifica-se no 1º CEB, diminuindo para um número inferior a 600 alunos.



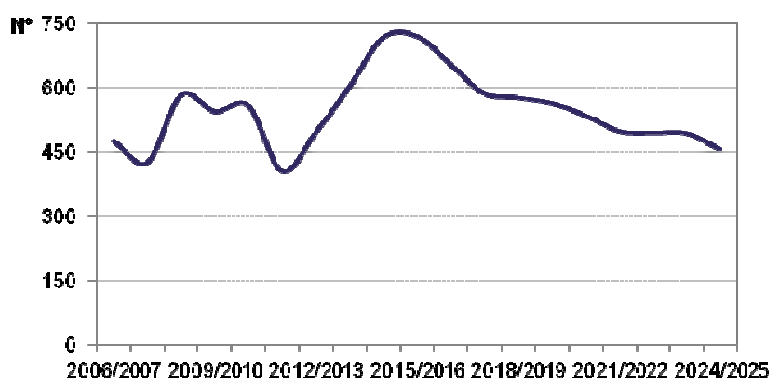
(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 38 – Projeção da população escolar do 1º CEB até ao ano letivo de 2015/2016 no município de Oliveira do Hospital



(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 39 – Projeção da população escolar dos 2º e 3º CEB até ao ano letivo de 2019/2020 no município de Oliveira do Hospital

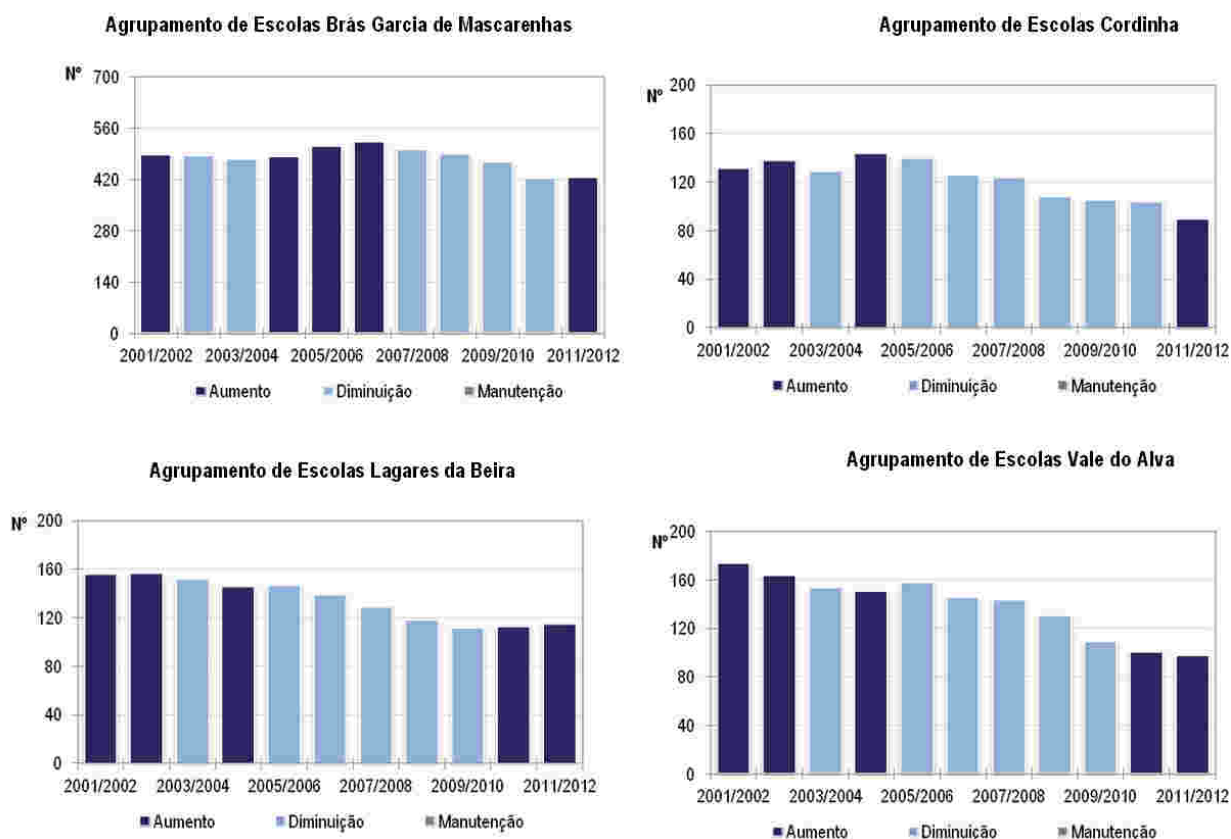


(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 40 – Projeção da população escolar do ensino secundário até ao ano letivo de 2024/2025 no município de Oliveira do Hospital



4.3.1.1.3. População Escolar do 1º CEB por Agrupamento



(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 41 – Evolução da população escolar do 1º CEB, por agrupamento nos anos letivos de 2001/2002 a 2011/2012

Tal como se verifica na Figura 41, a população escolar do 1º CEB denota uma tendência geral de diminuição, mas com um aumento de alunos nos dois últimos anos letivos em relação aos anteriores.

O agrupamento que detém o maior número de alunos é o Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas. É este agrupamento que apresenta uma maior estabilidade no número de alunos, verificando-se pequenas flutuações.

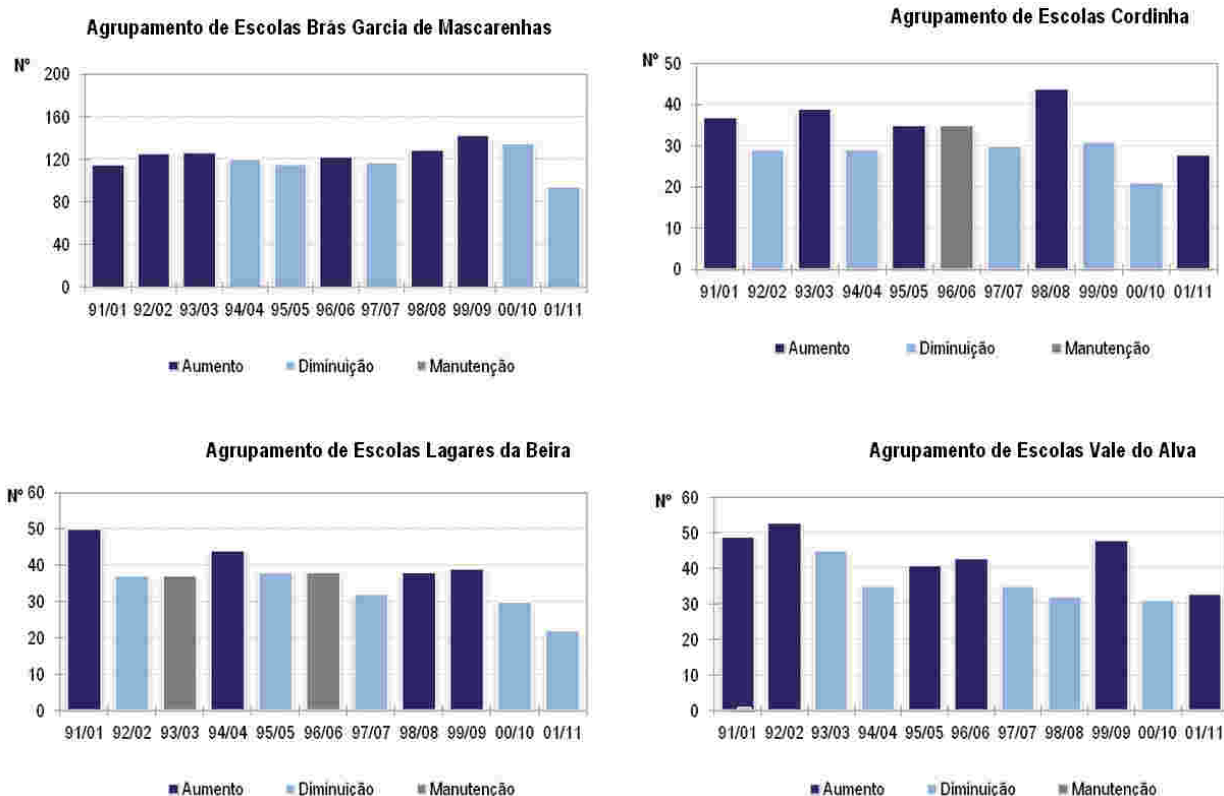
Inversamente, o Agrupamento de Escolas da Cordinha detém o menor número de alunos, apresentando uma diminuição contínua desde 2005.



Os Agrupamentos de Escolas de Lagares da Beira e do Vale do Alva apresentam também uma diminuição contínua do número de alunos desde 2005, contrariada com um ligeiro aumento nos dois últimos anos letivos analisados.

4.3.1.1.4. População Escolar dos 2º e 3º CEB por Agrupamento

Relativamente à evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB, verifica-se na Figura 42 que não há uma tendência constante de diminuição de alunos, mas sim uma variação na qual os Agrupamentos de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas e de Lagares da Beira apresentam uma diminuição significativa no último ano letivo analisado, enquanto que os restantes agrupamentos de escolas apresentam um aumento de número de alunos para o mesmo período.

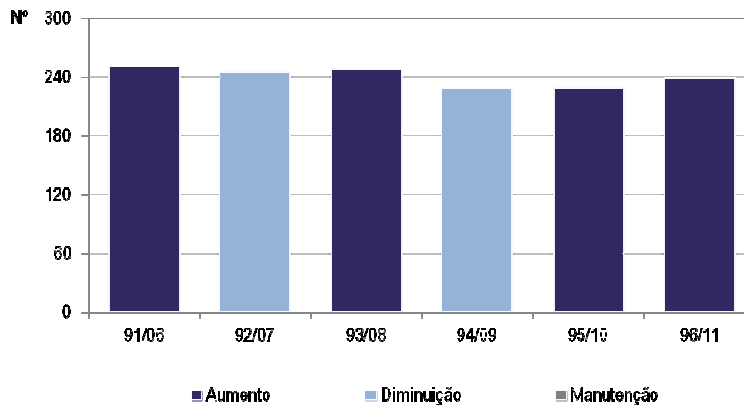


(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 42 – Evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB, por agrupamento



4.3.1.1.5. População Escolar do Ensino Secundário



(Fonte: 'Projeto Educativo Local do município de Oliveira do Hospital como uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável', Junho 2012)

Figura 43 – Evolução da população escolar dos 2º e 3º CEB, por agrupamento

No que toca ao ensino secundário, representado na Figura 43, verifica-se uma ligeira flutuação, mantendo sensivelmente o número de alunos constante para o período e intervalos comparativos analisados.

4.3.1.2. Ensino Superior Politécnico

No âmbito do Ensino Superior Politécnico, localiza-se na cidade de Oliveira do Hospital, desde 2001 a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. É importante salientar que, através da criação da ESTGOH, se eliminou uma ausência significativa existente no município ao nível do ensino.

Quadro 56 – Alunos inscritos e docentes na ESTGOH, no ano letivo de 2010/2011

Alunos inscritos	Pessoal docente
550	52

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)

A ESTGOH dispõe de 3 licenciaturas, com a duração de 6 semestres (3 anos letivos), com 180 ECTS, todas elas adaptadas ao modelo de Bolonha:



- Licenciatura em Administração e Finanças;
- Licenciatura em Administração e Marketing;
- Licenciatura em Engenharia Informática

A ESTGOH dispõe também de formação pós-secundária não superior que confere uma qualificação profissional do nível 5 da União Europeia, denominada de CET. Caracteriza-se por ser uma formação técnica de alto nível, que fornece conhecimentos e capacidades de nível superior, que permitem assumir, de forma autónoma e independente, responsabilidades de conceção, direção ou gestão.

As ofertas formativas têm a duração de um ano de parte letiva mais três a quatro meses de estágio, oferecem formação de qualidade, numa Escola Superior, dotada de laboratórios recentes e bem equipados, acesso ao Certificado de Aptidão Profissional (CAP) e a possibilidade de prosseguir estudos na ESTGOH com equivalência a diversas disciplinas.

Os CET disponibilizados são os seguintes: Condução de Obra, Técnicas de Gestão da Qualidade e do Ambiente, Gestão de Redes e Sistemas Informáticos e Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação.

4.3.1.3. Formação para o mercado de trabalho

A Escola Secundária e 3º Ciclo de Oliveira do Hospital, oferece os seguintes cursos de ensino secundário: cursos científico-humanísticos de ciências e tecnologias, línguas e humanidades e artes visuais orientados para prosseguimento de estudos.

Dispõe também de cursos de formação para o mercado de trabalho em várias vertentes: Cursos de Educação e Formação, Cursos Profissionais e Cursos de educação e formação de adultos.

Os Cursos de Educação e Formação constituem uma resposta alternativa aos alunos com desmotivação para a continuidade de estudos no percurso do ensino regular, oferecendo formação adequada para a integração no mundo do trabalho.



Os Cursos Profissionais de Nível Secundário constituem uma modalidade de educação com uma forte ligação ao mundo do trabalho. Visam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, possibilitam o acesso a formação pós-secundária ou ao ensino superior, e assumem uma estrutura curricular modular.

A escola oferece os seguintes cursos profissionais: C. P. Técnico de Restauração - variante restaurante/bar (ano 1 e 3); C. P. Técnico de Restauração - variante cozinha /pastelaria (ano 2); C. P. Técnico de Auxiliar de Saúde (ano 1); C. P. Técnico de Apoio Psicossocial (ano 2); C. P. Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (ano 2); C. P. Técnico de Construção Civil - variante de medições e orçamentos (ano 3); C. P. Técnico de Análise Laboratorial (ano 3).

Os cursos educação e formação de adultos (EFA) dirigem-se a maiores de 18 (regime pós-laboral) e pretendem dar resposta a adultos com défice de qualificação essencial para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho.

A Escola Secundária de Oliveira do Hospital compreende também o Centro de Novas Oportunidades que permite colmatar lacunas existentes aos níveis da qualificação e da certificação da população adulta, pretende ser um fator de promoção da escolarização e formação profissional, dar resposta às necessidades de formação para o mercado de trabalho e finalmente, reconhecer, validar e certificar as aprendizagens realizadas pelas experiências adquiridas.

A EPTOLIVA é propriedade da ADEPTOLIVA – Associação para o Desenvolvimento de Ensino Profissional dos municípios de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil, tendo sido criada por imposição do Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro que alterou o regime de criação, organização e funcionamento das escolas profissionais.

A EPTOLIVA forma técnicos intermédios com um desempenho profissional qualificado que pode incluir responsabilidades de orientação e coordenação. Estes cursos profissionalmente qualificantes conferem um certificado de qualificação profissional de Nível 4. Dispõe também de cursos de Educação e Formação para adultos (EFA).

Os cursos profissionais correspondem a modalidades de formação cuja oferta, ao nível do ensino secundário, é bastante significativa e diversificada. A formação proporcionada por estes cursos integra-se numa lógica de aproximação entre a escola e o mercado de trabalho gerado pela procura de técnicos intermédios para as empresas industriais existentes na região.



Os cursos promovem o desenvolvimento de competências e a aquisição de conhecimentos que permitem o desempenho de funções de exigente valor técnico, que podem ser realizadas de forma autónoma, embora enquadradas em diretivas gerais. Visam também preparar os jovens para uma formação profissional nas vertentes técnica, tecnológica e prática para o ingresso no mercado de trabalho. Proporcionam experiências formativas em contexto de trabalho e dotam os jovens de conhecimentos, aptidões e motivações para prosseguir a aprendizagem de forma permanente ao longo da vida.

A oferta de Cursos Profissionais é a seguinte: Técnico de Turismo; Técnico de Instalações Elétricas; Técnico de Eletrónica, Automação e Comando, Técnico de Design - Variante: Design de Equipamento, Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, Técnico de Manutenção Industrial - variante Mecatrónica Automóvel.

A oferta de cursos de Educação e Formação para adultos (EFA) é a seguinte: Técnico de CAD/CAM e Técnico de Mecatrónica Automóvel.

4.3.1.4. Formação Especial

A ARCIAL é uma instituição particular de solidariedade social que tem como principal objetivo o apoio a crianças e jovens deficientes e, bem como, o apoio à família e à integração social na educação e formação profissional.

A ARCIAL oferece três níveis de formação específica: formação profissional com os cursos de cestaria, jardinagem e floricultura, serviço doméstico e limpeza e conserto de calçado; formação pré-profissional e formação escolar.

A formação profissional, habilita os seus formandos para a participação ativa na sociedade através de uma aprendizagem contínua e posterior possível integração no mercado de trabalho.

Ao nível de formação pré-profissional, a ARCIAL contempla um curso de cestaria com duração de 4 anos.

A área de educação / formação especial – 1º ciclo do ensino básico - é destinada a crianças e jovens em idade escolar com deficiências, doenças mentais ou dificuldades de aprendizagem.



Para além dos cursos de formação, a ARCIAL presta serviços para a comunidade integrando os seus formandos nas atividades exercidas: preparação e manutenção de jardins, limpeza de condomínios, casas, escritórios, lojas e outros espaços, lavagem e engomagem de roupas e conserto de calçado.

Possui também dois espaços comerciais em que um deles é destinado ao conserto de calçado realizado pelos formandos e o outro à comercialização do artesanato, cestaria e produtos de jardinagem realizados pelos utentes da Instituição.

4.3.2. Caracterização dos Equipamentos de Saúde

Relativamente aos **Equipamentos de Saúde**, o município dispõe de dois tipos de cuidados de saúde: Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Diferenciados. Os cuidados de saúde primários são prestados pelo Centro de Saúde de Oliveira do Hospital e respetivas extensões de saúde. Os Cuidados de Saúde diferenciados são prestados pelo Hospital da Fundação de Aurélio Amaro Diniz.

Ao nível da saúde encontramos também os seguintes Equipamentos e Entidades:

- Fundação Aurélio Amaro Diniz – Hospital – com Atendimento, Internamento em Medicina, Internamento em Cirurgia e Laboratório.
- Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, com SAP a 24 horas/dia, 7 dias/semana, Gabinete do Utente: de 2ª a 6ª feira e Consulta de Alcoologia um dia por semana.
- Oito extensões de saúde
- Delegação Concelhia de Saúde
- Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro

Localizam-se no município de Oliveira do Hospital as farmácias caracterizadas no Quadro 57.

Quadro 57 – Caracterização farmácias e postos farmacêutico móveis no município de Oliveira do Hospital em 2009

Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Farmácias	Postos farmacêuticos móveis	Farmacêuticos de oficina	Profissionais de farmácia
8	7	1	17	14

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)



Para além destes equipamentos e entidades, localizam-se em Oliveira do Hospital os seguintes equipamentos de saúde:

- 5 clínicas (clínica de pedologia, clínica de medicina e reabilitação, clínica Chão do Prado, clínica de reabilitação Dr. Mendes Costa, clínica de diagnósticos);
- 2 laboratórios de análises clínicas;
- 6 clínicas dentárias;
- 2 ervanárias;
- mais de 2 dezenas de consultórios médicos de clínica geral e especialidades diversas.

4.3.2.1. Cuidados de Saúde Primários

Os cuidados de saúde primários são prestados pelo Centro de Saúde de Oliveira do Hospital cuja área de influência é o território concelhio. Em 2012 tem associadas 8 extensões de saúde em atividade:

- Extensão de Saúde Aldeia Dez (C. S. Oliveira do Hospital)
- Extensão de Saúde Alvôco Várzeas (C. S. Oliveira do Hospital)
- Extensão de Saúde Santo António do Alva (C. S. Oliveira do Hospital)
- Extensão de Saúde Seixo da Beira (C. S. Oliveira do Hospital)
- Extensão de Saúde Ervedal da Beira (C. S. Oliveira do Hospital)
- Extensão de Saúde Lagares da Beira (C. S. Oliveira do Hospital)
- Extensão de Saúde Nogueira Cravo (C. S. Oliveira do Hospital)

Quadro 58 – Caracterização do Centro de Saúde e extensões do município de Oliveira do Hospital em 2009

Centro de Saúde	Sem internamento	Extensões	Pessoal ao serviço			
			Total	Médico	Enfermeiro	Outro
1	1	12	93	13	20	60

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)



O Quadro 58 apresenta a caracterização do centro de saúde de Oliveira do Hospital e das suas extensões no ano de 2009. Nesse ano encontravam-se 93 pessoas ao serviço, das quais 13 eram médicos, 20 enfermeiros e 60 exerciam outras atividades.

Quadro 59 – Consultas médicas segundo especialidade no Centro de Saúde e extensões do município de Oliveira do Hospital em 2009

Total	Medicina Geral e Familiar / Clínica Geral	Medicina Dentária / Estomatologia	Ginecologia / Obstetria	Oftalmologia	Otorrinolaringologia	Planeamento Familiar	Pneumologia	Saúde do Recém-Nascido, da Criança e do Adolescente	Saúde Materna	Outras especialidades
53 636	46 395	0	0	0	0	1 343	0	5 141	757	0

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição 2011)

O Quadro 59 apresenta o número de consultas médicas segundo especialidade realizadas no ano de 2009 no centro de saúde. Verifica-se que se realizaram 53636 consultas das quais a sua grande maioria foi nas especialidades de medicina geral e familiar/ clínica geral, com um total de 46395 consultas, seguindo-se a especialidade de saúde do recém nascido, da criança e do adolescente com um total de 5141 consultas realizadas. Seguem-se as consultas nas especialidades de planeamento familiar, com 1343 consultas, e de saúde materna, com 757 consultas.

Em 2012, o centro de Saúde de Oliveira do Hospital não possui a modalidade de internamento e presta os seguintes serviços, apresentados nos quadros seguintes: Consultas específicas; Consultas de especialidade disponíveis; Meios de diagnósticos; Promoção da saúde; Tratamentos/Outras atividades e Serviços de Atendimento Complementar.

As Consultas Específicas e respetivos horários de atendimento estão apresentadas no Quadro 60 e são as seguintes: Diabetes, Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil, Alcoologia, Psicologia e Rastreio do Colo do Útero.

As Consultas de Especialidade disponíveis são na área de Medicina Geral e Familiar, os Meios de Diagnósticos disponíveis são a Imagiologia (Raio-X convencional), os Tratamentos/Outras Atividades realizados são os seguintes: Pensos, Injetáveis, Algalias, Remoção de pontos, Domicílios de enfermagem e Avaliação da Tensão Arterial. Os Serviços de Atendimento Complementar compreendem o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) 24 horas por dia, 7 dias por semana.



Quadro 60 – Consultas específicas e respetivos horários prestadas no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital

Consultas Específicas	
	Diabetes
	6ª Feira 14:00 - 20:00
	Planeamento Familiar
	2ª Feira 11:00 - 13:00
	2ª Feira 14:00 - 18:00
	3ª Feira 10:00 - 12:30
	3ª Feira 14:00 - 17:00
	4ª Feira 14:00 - 17:00
	5ª Feira 14:00 - 17:00
	Saúde Materna
	2ª Feira 09:00 - 11:00
	2ª Feira 14:00 - 18:00
	3ª Feira 08:00 - 12:00
	3ª Feira 14:00 - 17:00
	4ª Feira 09:00 - 13:00
	4ª Feira 15:00 - 16:00
	Saúde Infantil
	2ª Feira 14:00 - 15:00
	3ª Feira 09:00 - 11:00
	3ª Feira 14:00 - 17:00
	4ª Feira 08:30 - 13:30
	6ª Feira 11:00 - 13:00
	Alcoologia
	4ª Feira 09:00 - 11:00
	Psicologia
	2ª Feira 09:00 - 12:00
	2ª Feira 14:00 - 17:30
	3ª Feira 09:00 - 12:00
	4ª Feira 09:00 - 12:00
	5ª Feira 09:00 - 12:00
	6ª Feira 09:00 - 12:00
	6ª Feira 14:00 - 17:30
	Rastreio do colo do útero
	5ª Feira 14:00 - 17:00

Quadro 61 – Consultas de especialidade disponíveis e respetivos horários, prestadas no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital

Consultas de especialidade disponíveis	
	Medicina Geral e Familiar
	De 2ª a 6ª Feira 08:30 - 13:00
	5ª Feira 14:00 - 20:00
	4ª Feira 14:00 - 17:00
	3ª Feira 14:00 - 18:00



Quadro 62 – Meios de diagnóstico disponíveis e respetivos horários, prestados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital

Meios de diagnósticos	Imagiologia (Raio-X convencional)
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 23:00

Quadro 63 – Meios de diagnóstico disponíveis e respetivos horários, prestados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital

Tratamentos/Outras Atividades	Pensos
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 20:00
	Injetáveis
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 19:30
	Algaliações
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 19:30
	Remoção de pontos
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 19:30
	Domicílios de enfermagem
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 17:00
	Avaliação da Tensão Arterial
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 - 19:30

Quadro 64 – Promoção da Saúde e respetivos horários, prestados no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital

Promoção da Saúde	Vacinação Crianças
	De 2ª a 6ª Feira 09:00 19:30
	Vacinação Adultos
	4ª Feira 09:00 - 19:30
	Saúde oral
	3ª Feira 09:00 - 14:00
	Outros programas
	3ª Feira 14:00 - 17:00

O Quadro 65 assinala a caracterização das extensões de saúde com a informação da sua localização, área de influência, população abrangida, frequência semanal e respetivas valências prestadas (Consultas, promoção de saúde e Tratamentos).

No que toca às Consultas Específicas, verifica-se que as Extensões de Saúde de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas e Santo António do Alva apenas possuem uma especialidade cada, enquanto que as restantes Extensões de Saúde oferecem diversas especialidades. Apenas as Extensões de Saúde do Seixo da Beira e do Ervedal oferecem consultas na especialidade de Rastreio Oncológico, enquanto que ao nível de Planeamento Familiar, apenas se encontra em Lagares e Seixo da Beira. No que toca à especialidade de Diabetes, verifica-se que se disponibiliza em Aldeia das Dez, Avô, Ervedal da Beira e Lagares. Relativamente à



Hipertensão, é disponibilizada em Avô, Ervedal da Beira e Lagares. A Saúde Infantil é disponibilizada em Alvôco das Várzeas, Avô, Ervedal da Beira, Lagares, Nogueira, Santo António do Alva e Seixo da Beira.

Relativamente às Consultas de Especialidade, todas as Extensões de Saúde disponibilizam consultas na área de medicina geral e familiar. A promoção da Saúde é feita em todas as Extensões de Saúde através da Vacinação de Crianças e Adultos. Ao nível do Tratamento/Outras Atividades, verifica-se que todas as Extensões de Saúde oferecem um vasto leque de tratamentos, embora apenas Avô disponibilize domicílios médicos.

Quadro 65 – Caracterização das Extensões de saúde do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital em 2012

Extensões de Saúde	Área de Influência	Pop. Censos 2011	Consultas Específicas	Consultas de Especialidade disponíveis	Promoção da Saúde	Tratamento / Outras Atividades
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	531	Diabetes	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial
Alvôco das Várzeas	Alvôco das Várzeas	320	Saúde Infantil	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial
	Avô	595				
Avô	S. Sebastião da Feira	197	Diabetes, Hipertensão, Saúde Materna, Saúde Infantil	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, algalições, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, domicílios médicos, avaliação da tensão arterial
	Vila Pouca da Beira	355				
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	929	Diabetes, Hipertensão, Saúde Infantil, Rastreio Oncológico	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, algalições, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial
Lagares da Beira	Lagares da Beira	1398	Diabetes, Hipertensão, Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	2309	Saúde Materna, Saúde Infantil	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial
	Santa Ovaia	597				
Santo António do Alva	Penalva de Alva	926	Saúde Infantil	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial
Seixo da Beira	Seixo da Beira	1586	Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil, Rastreio Oncológico	Medicina Geral e Familiar	Vacinação de Crianças e Vacinação de Adultos	Pensos, Injetáveis, algalições, remoção de pontos, domicílios de enfermagem, avaliação da tensão arterial

4.3.2.2. Cuidados de Saúde Diferenciados

O Hospital da Fundação de Aurélio Amaro Diniz é o único equipamento que presta serviços de cuidados de saúde diferenciados em Oliveira do Hospital, funcionando como satélite dos HUC e onde tem sido possível, mediante celebração de acordos com a ARS, ampliar consideravelmente o número e qualidade de valências hospitalares.

A Fundação de Aurélio Amaro Diniz é uma instituição particular de solidariedade social que, para além do hospital, presta os seguintes serviços de Solidariedade e Segurança Social:



serviços de apoio à criança com as valências de creche, jardim infantil e ATL; serviços de apoio à população idosa com as valências de apoio domiciliário, lar de idosos e centro de dia. Estes serviços serão analisados no capítulo respetivo.

A Fundação mantém em funcionamento desde 1955 o hospital que, em 1974 sofreu um processo de nacionalização, passando a depender do Centro de Saúde de Coimbra. De 1981 até 1990 dependeu da Administração Regional de Saúde de Coimbra. A partir dessa data o hospital foi devolvido à fundação de Aurélio Amaro Diniz, mediante a celebração de um Protocolo de Funcionamento celebrado com a Administração Regional de Saúde.

O Hospital tem vindo a dar continuidade à prestação de cuidados de saúde às populações do município de Oliveira do Hospital e municípios limítrofes, funcionando em grande medida como um satélite dos HUC e onde tem sido possível, mediante a celebração de novos acordos com a ARS ampliar consideravelmente o número e qualidade de valências hospitalares.

Ao nível da Saúde, a Fundação possui as seguintes valências: Hospital, Consultas Externas e Especialidades, Meios Auxiliares de Diagnóstico.

O Hospital está dotado de um sistema de internamento na área de medicina, com 31 camas e na área de cirurgia, com 25 camas. O Hospital disponibiliza também o serviço de consultas externas e meios auxiliares de diagnóstico nas especialidades médicas que se seguem.

As Especialidades são as seguintes: Acupuntura (1 especialista), Alergologia (1 especialista), Cardiologia (1 especialista), Cirurgia Geral (3 especialistas), Clínica Geral (6 especialistas), Dietética (1 especialista), Endocrinologia (1 especialista), Estomatologia / Medicina Dentária (4 especialistas), Fisiatria (1 especialista), Gastrenterologia (1 especialista), Ginecologia / Obstetrícia (1 especialista), Medicina Interna (1 especialista), Neurocirurgia (1 especialista), Neurologia (1 especialista), Nutricionismo (1 especialista), Ortopedia (3 especialistas), Oftalmologia (2 especialistas), Otorrinolaringologia (1 especialista), Pneumologia (2 especialistas), Podologia (1 especialista), Psicologia (1 especialista), Psiquiatria (1 especialista), Reumatologia (1 especialista), Urologia (1 especialista), Terapia da Fala (2 especialistas).

Os exames auxiliares de diagnóstico prestados pela Fundação são os seguintes: Radiologia Convencional, Ecotomografia C/doppler, Testes de audição, Provas Cutâneas, Laboratório de Análises Clínicas, Eletrocardiogramas, Prova de Esforço, E.C.G. Holter, Ecocardiogramas,



Mamografia, Osteodensitometria, Tomografia Axial Computorizada (T. A. C.), Endoscopia digestiva (alta e colonoscopia), Estudo Funcional Respiratório,

As especialidades de cirurgia prestadas na fundação são as seguintes: Oftalmologia, Ortopedia, Urologia, Ginecologia, Cardiologia e Cirurgia Geral. A fundação disponibiliza também Ginásio de Medicina Física e de Reabilitação e atendimento de enfermagem.

4.3.3. Caracterização dos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

A rede dos **Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social** do município de Oliveira do Hospital dispõe de um leque de respostas institucionais aos níveis do apoio à infância, do apoio a crianças e jovens deficientes e do apoio à população idosa. Dispõe também de atendimento social, transversal a todas as valências, nomeadamente nas freguesias de Ervedal da Beira e Seixo da Beira.

As respostas institucionais apoio à infância e juventude são efetuadas por equipamentos sociais com as seguintes valências: creches, destinadas a crianças até aos 4 anos, Pré-Escolar, dos 4 aos 6 anos e CATL - Centros de Atividades de Tempos Livres, destinado a crianças após horário escolar ou pré-escolar.

Existem 10 creches em todo o município nas seguintes freguesias: Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Lagares da Beira, Lajeosa, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital (2), São Paio de Gramaços, Seixo da Beira e Travanca de Lagos.

O Pré-escolar encontra-se nas seguintes freguesias: Aldeia das Dez, Lagares da Beira, Lajeosa, Oliveira do Hospital (dois) e Seixo da Beira.

Encontram-se em atividade 14 instituições que prestam valência de CATL, localizando-se nas seguintes freguesias: Ervedal da Beira, Lagares da Beira (2), Lajeosa, Meruge, Oliveira do Hospital (4), Penalva de Alva, Santa Ovaia, São Sebastião da Feira, Seixo da Beira e Travanca de Lagos.



O apoio a crianças e jovens deficientes é feito através de duas instituições: a ARCIAL e a Santa Casa de Misericórdia de Galizes “Complexo casa São João de Deus”. Estas duas instituições prestam um apoio significativo às crianças e jovens deficientes no município.

A ARCIAL presta formação aos níveis do ensino especial, pré-profissional e profissional. Possui também um centro de atividades ocupacionais - C.A.O., valência existente também na Santa Casa da Misericórdia de Galizes. O C.A.O. destina-se a pessoas deficientes com idade igual ou superior a 16 anos, proporcionando uma série de atividades, obedecendo a uma perspetiva de valorização pessoal e aproveitamento das suas capacidades, ou apenas numa perspetiva de manter a pessoa ativa.

A Santa Casa da Misericórdia de Galizes possui também um Lar Residencial com 35 utentes, destinado a alojar jovens e adultos com deficiência que se encontrem impedidos, por força da situação ou ausência de condições, de residir no seu meio familiar.

Os apoios à população idosa são feitos através de centros de dia, serviços de apoio domiciliário e estruturas residenciais para idosos.

Os centros de dia prestam serviços aos idosos durante o período diário, proporcionando-lhes atividades ocupacionais, convívio e assistência às atividades diárias. No município encontram-se em atividade 13 centros de dia localizados nas seguintes freguesias: Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Bobadela, Ervedal da Beira, Lajeosa, Lagares da Beira, Meruge, Nogueira do Cravo, Penalva de Alva, Santa Ovaia, São Paio de Gramaços e São Sebastião da Feira.

O apoio domiciliário presta uma série de serviços ao domicílio a pessoas e famílias que, por motivo de idade, doença, deficiência ou qualquer outro impedimento, não sejam capazes de manter a satisfação das suas necessidades básicas, bem como a realização de outras atividades da vida diária, permanente ou temporariamente. Esta valência é prestada nas seguintes freguesias: Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Bobadela, Ervedal da Beira, Lagares da Beira, Lajeosa, Nogueira do Cravo (duas), Meruge, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva (2), Santa Ovaia, São Paio de Gramaços, São Sebastião da Feira, Seixo da Beira.

As estruturas residenciais para idosos destinam-se a alojar idosos que se encontram em situações de doença, ou que já não possam subsistir diariamente sem o acompanhamento de outros, ou porque as suas famílias não possuem condições para lhes prestar os cuidados necessários. Destinam-se também a receber idosos ainda capazes de exercer as suas atividades diárias, mas que, devido ao isolamento em que muitos deles vivem, são levados a



optar por viver em comunidade. Existem 8 estruturas residenciais para idosos em todo o município localizados em: Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Bobadela, Lagares da Beira, Ervedal da Beira, Oliveira do Hospital e Santa Ovaia.

A Figura 44 apresenta a relação da capacidade das respostas sociais e o número de utentes no município de Oliveira do Hospital por valência. Verifica-se o seguinte: com um número de utentes superior à capacidade estão as valências que correspondem ao centro de atividades ocupacionais, creche e estrutura residencial para idosos; com a capacidade igual ao número de utentes encontra-se o lar residencial e, finalmente, a capacidade acima do número de utentes encontram-se o centro de atividades de tempos livres, o serviço de apoio domiciliário e o centro de dia.

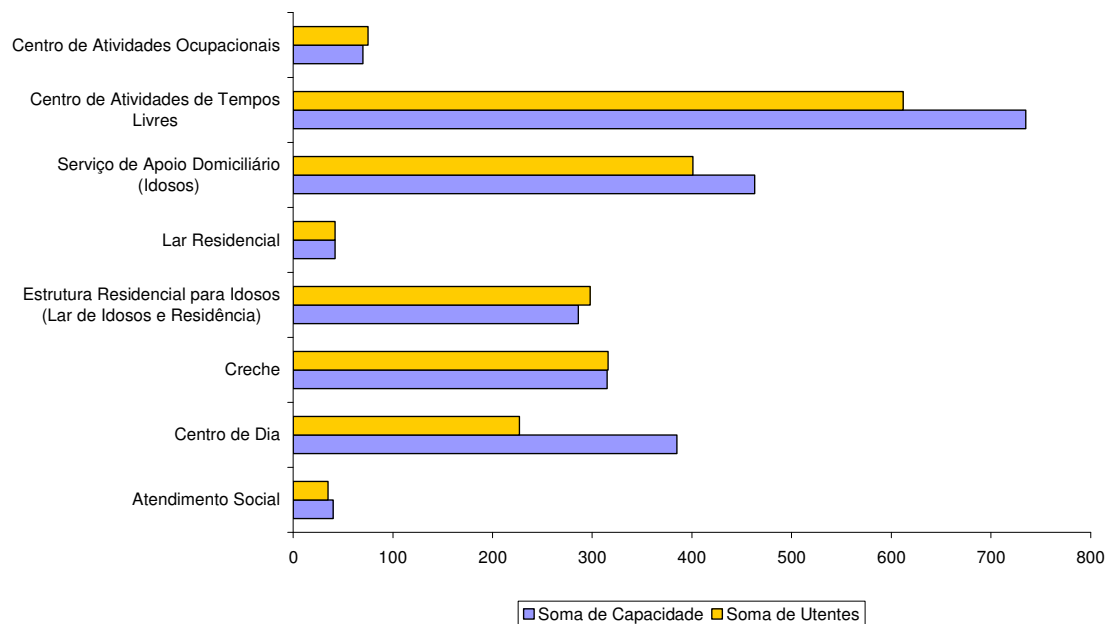


Figura 44 – Respostas Sociais, por número de utentes e capacidade das instituições em 2012 no município de Oliveira do Hospital

A Figura 45 apresenta a relação do número de utentes e a capacidade das instituições pelas freguesias em 2012. Verifica-se que as freguesias de Vila Pouca da Beira, Vila Franca da Beira, São Gião, Lourosa e Lagos da Beira não estão servidas por instituições.

São apenas duas as freguesias com capacidade inferior ao número de utentes em 2012: Oliveira do Hospital e Alvôco das Várzeas.

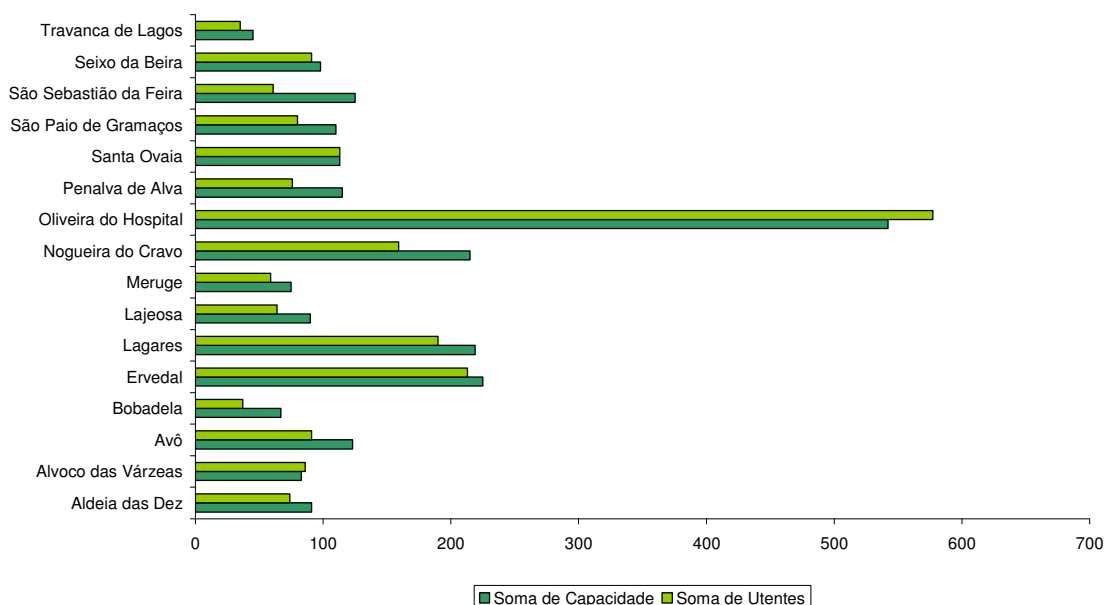


Figura 45 – Relação do número de utentes e capacidade das instituições nas freguesias em 2012 no município de Oliveira do Hospital

A Figura 46 apresenta a capacidade das Respostas Sociais nas freguesias em 2012, verificando-se que a freguesia de Oliveira do Hospital detém a maior capacidade nomeadamente no que toca ao apoio à infância e juventude, com as valências de creche e centro de atividades de tempos livres. Juntamente com a freguesia de Nogueira do Cravo detêm a valência de C.A.O.

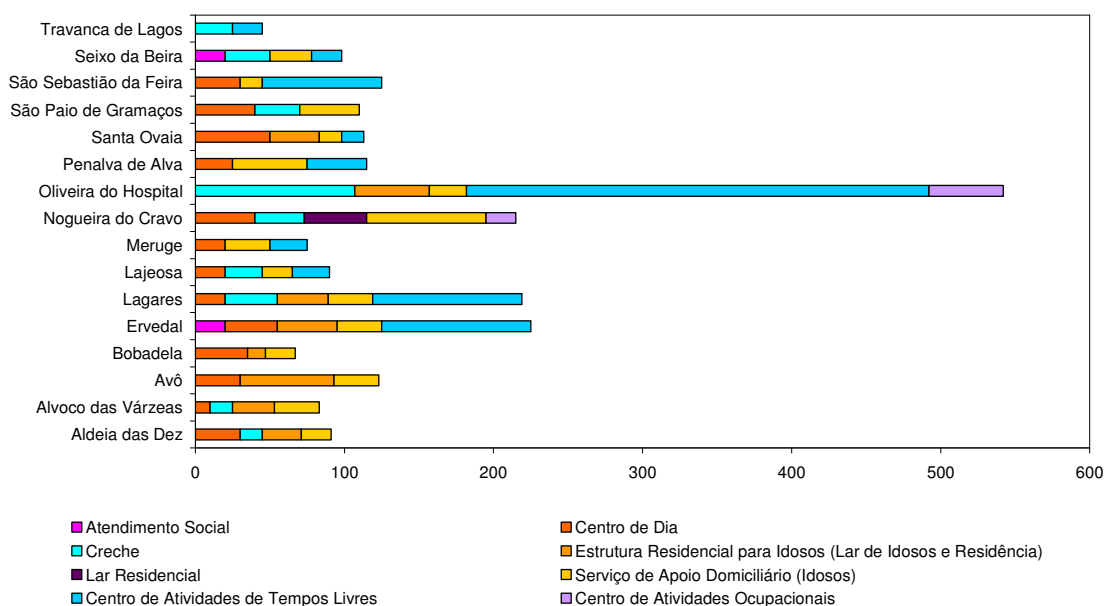


Figura 46 – Distribuição da capacidade das Respostas Sociais nas freguesias, em 2012 no município de Oliveira do Hospital



4.3.4. Caracterização dos Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer

Relativamente aos **Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer**, o município de Oliveira do Hospital possui uma rede diversificada, embora com algumas carências a nível dos equipamentos culturais nas localidades mais afastadas da cidade. Este facto deve-se à concentração destes equipamentos na cidade e freguesias limítrofes.

As coletividades, associações e clubes encontram-se em grande número e extensamente distribuídos por todo o município. São elementos fundamentais e preponderantes para o desenvolvimento e enriquecimento da vida social, recreativa e cultural do município de Oliveira do Hospital. Mais do que os próprios equipamentos ou edifícios culturais, são as coletividades que proporcionam atividades sociais, recreativas e culturais, mantendo acesos os costumes e as tradições das populações rurais, sem exclusão dos lugares menos populosos ou afastados do centro do município. Encontram-se identificadas 85 coletividades que promovem variadas áreas de atividade aos seus associados e à população em geral. As principais áreas de atividade são a cultura e o desporto, estando muitas vezes interligadas entre si. Das restantes áreas de atividade destaca-se a Ocupação de Tempos Livres, Recreio e Lazer, Formação, Informação, entre outras.

Em termos de Equipamentos Culturais, o município possui 4 bibliotecas fixas, localizando-se em Oliveira do Hospital, São Paio de Gramaços, Travanca de Lagos e Lagares da Beira.

Existem no município 4 museus: o Museu Municipal de Bobadela, onde se encontram achados arqueológicos de origem romana originários da estação arqueológica local; a Casa da Fundação D. Maria Emília de Vasconcelos Cabral, situada na cidade; o Museu da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, onde se encontra um espólio de peças de artesanato e cultura popular e o Museu do Rancho Folclórico situado em São Paio de Gramaços. O Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas e a Associação Cultural da Freguesia de Seixo da Beira são possuidores de pequenas coleções etnográficas.

Existem 10 escolas de música respetivamente em: Aldeia das Dez, Avô (duas escolas), Ervedal da Beira, Lagares da Beira, Meruge, Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva e São Gião.



O município possui também uma Casa da Cultura em Oliveira do Hospital e dois Centros Culturais em Avô e Gavinhos de Cima.

No que toca aos equipamentos de Recreio e Lazer, encontram-se 48 parques infantis distribuídos por todo o município. Este é o equipamento de recreio e lazer mais predominante, encontrando-se mais do que um em alguns aglomerados. Em segundo plano, mas também com um número significativo (29), salientam-se os parques merendeiros, sobretudo nos lugares a sul da cidade de Oliveira do Hospital. Os jardins públicos são também frequentes em todo o município, localizando-se preferencialmente nas sedes de freguesia. Os miradouros existentes são 11 e encontram-se em: Aldeia das Dez, Chão Sobral, Gramaça, Alvôco das Várzeas, Avô (2), Ervedal da Beira, Póvoa de São Cosme, Lajeosa, Formarigo e Seixo da Beira.

O Parque do Mandanelho localiza-se na cidade e é o único equipamento no município com as infraestruturas adequadas a variados tipos de atividades. Este equipamento está infraestruturado com: circuito de manutenção, equipamentos para desportos radicais, palco coberto para atividades variadas, zonas de merendas, recreio e lazer e percursos variados.

O município de Oliveira do Hospital possui 4 Parques de Campismo em funcionamento e legalizados, localizados respetivamente em: Oliveira do Hospital (Parque dos Marmelos) Lourosa, Ponte das Três Entradas e São Gião. Na freguesia de Meruge há a indicação que nela se encontram 3 parques de campismo, no entanto, apenas se tem conhecimento de um processo para a aprovação de um deles.

As praias fluviais existentes no município são 8 e localizam-se em: Penalva de Alva, Santo António do Alva, Caldas de São Paulo, São Sebastião da Feira, Alvôco das Várzeas, Avô e nos Parques de Campismo da Ponte das Três Entradas e de São Gião.

4.3.5. Caracterização dos Equipamentos Desportivos

Relativamente aos **Equipamentos Desportivos**, o município de Oliveira do Hospital possui diversas e variadas instalações desportivas tanto a nível de espaços construídos / espaços artificiais ou equipamentos propriamente ditos, como a nível de espaços naturais ou adaptados.



Os desportos em espaços naturais ou adaptados são aqueles que se realizam na natureza sem necessidade de construção ou arranjo material significativos. No município de Oliveira do Hospital praticam-se, entre outros, os seguintes desportos nestes tipos de espaços: canoagem, caça, pesca, enduro e pedestrianismo.

A nível das instalações ou espaços desportivos construídos, o Decreto-Lei n.º 317/97, de 25 de Novembro estabelece a seguinte hierarquia: Equipamentos Desportivos de Base e Equipamentos Desportivos Especiais.

Os Equipamentos Desportivos de Base subdividem-se em Equipamentos Desportivos Recreativos e em Equipamentos Desportivos Formativos. Os Equipamentos Desportivos de Base destinam-se a modalidades essenciais ou básicas de recreio, preparação base ou educação que garantam o acesso a práticas desportivas mais especializadas das populações. São estes os grandes campos de jogos, pistas de atletismo, pequenos campos de jogos, pavilhões desportivos polivalentes, piscinas cobertas e de ar livre.

Os Equipamentos Desportivos Recreativos são vocacionados para atividades desportivas espontâneas de recreio e ocupação dos tempos livres por todos os escalões etários da população.

Os Equipamentos Desportivos Formativos são equipamentos fundamentais, com condições de polivalência e flexibilidade de utilização, servindo para atividades organizadas por grupos enquadrados, quer em treino, quer em competição a nível local.

Os Equipamentos Desportivos de Base são os que predominam por todo o município, embora a sua variedade/ diversidade se reúna essencialmente na cidade de Oliveira do Hospital e lugares limítrofes. Devido a esta concentração no centro do município, as populações das localidades mais afastadas têm dificuldade em usufruir com a frequência pretendida estes equipamentos.

Os Equipamentos Desportivos Especiais são aqueles que se destinam à prática desportiva e recreativa de modalidades específicas, exigindo espaços caracterizados por grande especificidade de organização. Estão também inseridos neste escalão hierárquico os espaços desportivos de competição e espetáculo. Estes são orientados para a realização de competições de alto nível nacional e internacional, com grande capacidade de público e respetivas infraestruturas para a comunicação social.



4.3.5.1. Equipamentos Desportivos

O Quadro 66 e o Quadro 67 apresentam a síntese da caracterização dos equipamentos desportivos existentes em 2012, por lugar, no município de Oliveira do Hospital.

Existe um equipamento desportivo especial, o Pavilhão Desportivo Serafim Marques, em São Paio de Gramaços, onde se realizam provas desportivas de nível nacional.

Ao nível dos grandes campos de jogos apenas se verifica a existência de campos de futebol. Com um total de 28, este equipamento existe em praticamente todas as sedes de freguesia, com exceção de Vila Pouca da Beira e São Sebastião da Feira.

Ao nível dos pequenos campos de jogos, o município de Oliveira do Hospital possui 30 Polidesportivos, 8 Ringues e 5 Campos de Ténis.

Predominando sobre qualquer outro tipo de instalação desportiva em todo o município, os polidesportivos encontram-se em quase todas as freguesias do município à exceção das Freguesias da Lajeosa, Lourosa, Santa Ovaia, São Gião e São Sebastião da Feira.

Os ringues encontram-se em: Nogueirinha, Oliveira do Hospital, Caldas de São Paulo, Penalva de Alva, Santo António do Alva, São Paio de Gramaços, Negrelos e Travanca de Lagos.

Os campos de ténis localizam-se em Oliveira do Hospital (2 campos), Lagares da Beira, Meruge e Vila Franca Beira.

As piscinas localizam-se na cidade de Oliveira do Hospital e em São Paio de Gramaços. As Piscinas da cidade pertencem à Câmara Municipal e possuem um tanque de aprendizagem coberto e uma piscina descoberta.

Os pavilhões desportivos são 4 e localizam-se em Nogueira do Cravo, Oliveira do Hospital (2 Pavilhões) e São Paio de Gramaços. Um dos Pavilhões de Oliveira do Hospital pertence à Câmara Municipal e o segundo à escola Secundária.

Existem em todo o município 7 salas de desporto localizadas em: Ervedal da Beira (2 salas), Lagares da Beira (2 salas), Oliveira do Hospital (2 salas), e São Paio de Gramaços. Com a exceção da Sala desportiva de São Paio de Gramaços que pertence à Sociedade Recreativa



Lealdade Sampaense, as restantes Salas pertencem às EBI 1 2 3 de Ervedal da Beira, Lagares da Beira e à Escola Secundária de Oliveira do Hospital.

A nível dos equipamentos desportivos em espaços naturais ou adaptados encontramos em Oliveira do Hospital o circuito de manutenção do Parque do Mandanelho e variados espaços naturais propícios a práticas desportivas como o pedestrianismo, canoagem, caça, pesca, enduro, desportos radicais, ciclismo, cicloturismo, entre outras.

4.3.5.2. Clubes, Grupos e Associações

O Quadro 66 apresenta a localização dos Clubes, Grupos e Associações, por lugar, no município de Oliveira do Hospital. Estes são elementos preponderantes para a prática do desporto e recreio no município de Oliveira do Hospital. Estas Associações e Clubes promovem variadas práticas desportivas, algumas com desportos mais específicos, destinados a uma população alvo e outras com atividades desportivas mais abrangentes destinadas à população em geral.

No município de Oliveira do Hospital, um total de trinta e uma coletividades promovem e praticam o futebol, dez promovem e praticam o ciclismo e cicloturismo, quatro praticam a natação, três o atletismo e o ténis e duas praticam automobilismo, canoagem, remo e montanhismo. Para além das atividades referidas, 24 associações exercem outros tipos e géneros de desporto, variando entre os desportos e jogos tradicionais e os desportos radicais.



Quadro 66 – Equipamentos Desportivos, Clubes, Grupos e Associações, por lugar, no município de Oliveira do Hospital em 2012

Freguesias Lugares	População Residente Censos 2011	Grandes campos de jogos			Pequenos Campos de jogos			Piscinas		Pavilhões e Salas de Desporto				Esp. Nat. adaptados		Ginásios	Clubes, Grupos e Assoc.	outros
		Campo futebol	Râguebi	Hóquei	Pólideportivo	Ringue	Campos de Ténis	Piscinas Cobertas	Piscinas ar livre	Pavilhão desportivo	Pavilhão Polivalente	Sala de Desporto Polivalente	Circuito de Manut.	Outros				
Aldeia das dez	531																	
Aldeia das Dez		1			1												1	
Alvôco das várzeas	320																1	
Alvôco das Várzeas		1			1													
Avô	595																2	
Avô		1			1													
Bobadela	759																	
Bobadela		1			1													
Ervedal da Beira	929																	
Ervedal da Beira		1			1					1		2						
Fiais da Beira		1																
Póvoa de S. Cosme		1																
Lagares da Beira	1398																	
Lagares da Beira		1			3	1						2					1	
Lajeosa	553																	
Lajeosa		1																
Malhadoura																		
Lagos da Beira	782																	
Chamusca da Beira																		1
Lagos da Beira		1			2													1
Lourosa	555																	
Lourosa		1																1
Meruge	555																	
Meruge		1			1	1												2
Nogueirinha		1				1												
Nogueira do Cravo	2309																	
Galizes		1			1													1
Nogueira do Cravo		1								1								1
Vilela		1																1
Oliveira do Hospital	4717																	
Oliveira do Hospital		2			8	1	2	1	1	2		2	1	1	1	4	1	1
Penalva de Alva	926																	
Caldas de S. Paulo					1	1												
Carvalha		1																
Penalva de Alva		1			1	1												1
Santo António do Alva		1			1	1												1
Santa Ovaia	597																	
Santa Ovaia					1													
São Gião	425																	
São Gião		1																1
São Paio de Gramaços	991																	
S. Paio de Gramaços		1			1	1		1		1		1						
São Sebastião da Feira	197																	
Ponte das 3 Entradas					1					1		1						
S. Sebastião da Feira																		
Seixo da Beira	1586																	
Seixas		1																1
Seixo da Beira		1							1									1
Sobreda					1													
Travanca de Lagos	1296																	
Andorinha						1												
Negrelas					1	1												
Travanca de Lagos		1			1	1												1
Vila Franca da Beira	355																	
Vila Franca da Beira		1			1		1											1
Vila Pouca da Beira	465																	
Vila Pouca da Beira					1													
Totais		27	0	0	30	9	4	1	2	6	0	8	1	0	1	24	1	1



Quadro 67 – Instalações Desportivas Artificiais no município de Oliveira do Hospital em 2012

Freguesia	Instalação	Tip.	Proprietário	Gestor	Cons.	Qual.	Comp	Larg.	Alt.	Ano
Aldeia das Dez	Campo de Futebol	G.C.	F.A.Tomás	Grupo Desportivo Casa do Povo	Mau	Mau	80	40		1978
	Polidesportivo	P.C.	J.F.	Junta de Freguesia	Bom	Bom	44	22		1999
Alvôco de Várzeas	Cam.Agostinho Ant.	G.C.	G.D.A.V.	Grupo Desportivo Alvôco de Várzeas	Raz	Raz	80	49		1974
	Polidesportivo	P.C.	G.D.A.V.	Grupo Desportivo Alvôco de Várzeas	Raz	Raz	35	18		1990
Avô	CF Amândio M. Pereira	G.C.	G.D.A.V.	Grupo Desportivo Avóense	Raz	Raz	91	44		1978
	Polidesportivo	P.C.	C.C.D.V.C.	Centro Cultural Dr. Vasco de Campos	Bom	Bom	44	22		1993
Bobadela	Campo de Futebol	G.C.	C.P.	Grupo Desportivo Bobadela	Bom	Bom	95,3	70		1962
	Polidesportivo	P.C.	J.F.	Junta de Freguesia	Bom	Bom	38	19		1976
Ervedal da Beira	Campo Xavier Gouveia	G.C.	S.E.R.	Sociedade Recreativa Ervedalense	Raz	Raz	91	60		1975
	Campo de Futebol	G.C.	G.D.U.F.	Grupo Desportivo União Fialense	Raz	Raz	80,3	53,2		1975
Lagares da Beira	Campo de Futebol	G.C.	B.V.	A.D. Lagares da Beira	Raz	Raz	100,1	55,3		1979
	Polidesportivo	P.C.	J.F.	Junta de Freguesia	Bom	Bom	35,6	17,7		1994
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	44	22		1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	16,3	14,3		1993
	Sala de Desporto	S.D.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	11,5	11,7	6	1993
Lajeosa	Campo de Futebol	G.C.	L.A.L.	Liga dos Amigos da Lajeosa	Raz	Raz	94	56		1981
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	44	22		1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	16,3	14,3		1993
	Sala de Desporto	S.D.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	11,5	11,7	6	1993
	Campo de Ténis	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
Lagos da Beira	Campo de São Miguel	G.C.	G.A.L.B.	Grupo de Amigos de Lagos da Beira	Bom	Bom	100,2	66,8		1977
Lourousa	Polidesportivo	P.C.	G.D.L.B.	Grupo Desportivo de Lagos da Beira	Bom	Bom	40	20		1977
	Polidesportivo	P.C.	A.M.P.Q.	Ass. de Melhoramentos da Póvoa das Quartas	Bom	Bom	35	20		2003
Meruge	Campo S. Pedro	G.C.	J.F.	Grupo Desportivo Cult. Lourosa	Raz	Raz	97	58,7		1978
	Campo de Futebol	G.C.	Im.S.Bartol.	Associação dos Amigos de Meruge	Raz	Raz	90	50		1952
Nogueira do Cravo	Campo de Futebol	G.C.	B.V.	A.D. Lagares da Beira	Raz	Raz	100,1	55,3		1979
	Polidesportivo	P.C.	J.F.	Junta de Freguesia	Bom	Bom	35,6	17,7		1994
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	44	22		1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	16,3	14,3		1993
	Sala de Desporto	S.D.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	11,5	11,7	6	1993
Oliveira do Hospital	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	16,3	14,3		1993
	Sala de Desporto	S.D.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	11,5	11,7	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
Penhalva de Alva	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
São Paio de Gramaços	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
Travanca de Lagos	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
Vila Franca da Beira	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
Vila P. Beira	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993
	Polidesportivo	P.C.	M.E.	Escola EB 123	Bom	Bom	14	9,6	6	1993



4.3.6. Caracterização de Outros Equipamentos

Relativamente aos restantes equipamentos, os **Equipamentos Religiosos** (Manifestações religiosas, Capelas, Igrejas), de **Prevenção e Segurança Pública**, de **Abastecimento Público**, de **Higiene Pública**, **CTT e Telecomunicações**, **Serviços Públicos**, **Bancos e Seguradoras**, existentes no município de Oliveira do Hospital, verifica-se que há uma cobertura relativamente extensa, mas que os principais equipamentos se encontram concentrados na cidade de Oliveira do Hospital.

Os Equipamentos Religiosos existentes no município de Oliveira do Hospital são igrejas, capelas (inseridas nos aglomerados urbanos ou isoladas, geralmente associadas a recintos de festas ou de romarias), santuários e espaços de culto de outras manifestações religiosas. Todas as sedes de freguesia possuem a sua igreja matriz, havendo de igual modo um grande número de capelas distribuídas por todo o município. Alguns lugares estão equipados com mais do que uma ou duas capelas. Muitas delas encontram-se associadas a eventos e festividades religiosas de carácter periódico e não frequente, em recintos ou parques de recreio e lazer. Existe um total de 22 Igrejas e um número elevado de capelas. O Santuário da Nossa Senhora das Preces em Vale de Maceira, único no município, reveste-se de elevado valor religioso, patrimonial e cultural.

Para além da religião católica, a religião dominante, encontramos no município outras manifestações religiosas e, conseqüentemente, outros espaços de culto. Localizam-se na cidade de Oliveira do Hospital espaços de culto destinados à Igreja Evangélica Baptista, à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e à Igreja Universal do Reino de Deus. Nas localidades de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira encontramos, respetivamente a Igreja do 7º Dia e a Assembleia do Reino de Deus.

Existem no município de Oliveira do Hospital duas corporações de bombeiros e um quartel de G.N.R.. Uma das corporações de bombeiros localiza-se em Lagares da Beira e os restantes equipamentos na cidade de Oliveira do Hospital. A Corporação de Bombeiros de Lagares da Beira abrange toda a área norte do município, enquanto que a de Oliveira do Hospital abrange o centro e sul deste. Podemos considerar que estes equipamentos são insuficientes para abranger eficazmente todo o município.



Ao nível do abastecimento público, verifica-se que no município de Oliveira do Hospital existem apenas o Mercado Municipal e o Matadouro Regional Beira Serra localizados, respetivamente, na cidade e em Chamusca da Beira. As feiras ainda constituem uma atividade de alguma importância para a população do município. Deste modo, os espaços destinados a este evento revestem-se de grande importância para os lugares onde se realiza.

Os equipamentos de higiene pública são constituídos por cemitérios, lavadouros e sanitários públicos. Existem 36 cemitérios em todo o município distribuídos por todas as freguesias, sendo frequente a existência de mais do que um nos lugares mais populosos. Todas as freguesias do município estão bem servidas de lavadouros. No entanto, hoje em dia, os lavadouros públicos são pouco utilizados e, muitos deles, encontram-se em estado de abandono. Os sanitários públicos encontram-se essencialmente localizados em áreas destinadas a recreio e lazer, há 8 sanitários públicos localizados em: Alvôco das Várzeas, Lagares da Beira, Senhor das Almas, Oliveira do Hospital, Formarigo, Penalva de Alva e São Gião (2).

Existem no município de Oliveira do Hospital 13 postos de CTT, a saber: Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Ervedal da Beira, Lagares da Beira, Meruge, Galizes, Oliveira do Hospital, Penalva de Alva, São Gião, Seixo da Beira, Travanca de Lagos e Vila Pouca da Beira.

Os restantes equipamentos de administração pública existentes no município de Oliveira do Hospital localizam-se essencialmente na cidade de Oliveira do Hospital e sedes de freguesia e são os seguintes: Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital; Juntas de Freguesia nas sedes de todas as freguesias;

NA cidade localizam-se, ainda, os seguintes: Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Oliveira do Hospital; Repartição de Finanças de Oliveira do Hospital - Direção Geral dos Impostos; Tribunal Judicial da Comarca de Oliveira do Hospital; Cartório Notarial de Oliveira do Hospital; Tesouraria da Fazenda Pública de Oliveira do Hospital; Serviço Local do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra; Instituto de Solidariedade e Segurança Social; ANCOSE – Associação Nacional dos Criadores de Ovinos Serra da Estrela; Direção Regional da Agricultura da Beira Litoral - Zona Agrária de Oliveira do Hospital; Direção Regional da Agricultura da Beira Interior; Instituto de Emprego e Formação Profissional - Centro de Emprego de Arganil extensão em Oliveira do Hospital.



4.4. Caracterização das Redes e Infraestruturas

A caracterização das infraestruturas permitiu reconhecer os lugares infraestruturados, lugares com deficiência de infraestruturção e áreas dos lugares com níveis de infraestruturção que poderiam permitir a classificação do solo como urbanizado. Deste modo, as infraestruturas foram importantes para delimitar os perímetros urbanos propostos. De facto, existindo arruamento, abastecimento de água, esgoto, eletricidade, iluminação pública, e muitas vezes telecomunicações e cabo de TV, estamos perante terreno já urbanizado, (urbanizado na terminologia do Decreto lei 380/99) embora não ocupado com construção. Em muitos casos os perímetros atuais foram alterados para incluir estes terrenos.

Os relatórios elaborados foram os seguintes: rede rodoviária, rede ferroviária, sistemas de transportes coletivos rodoviários, sistemas de abastecimento de energia elétrica, sistemas de iluminação pública, sistemas de telecomunicações, sistemas de abastecimento de águas e sistema de esgoto das águas residuais.

4.4.1. Caracterização da Rede Rodoviária

A acessibilidade e mobilidade são motores do desenvolvimento económico e social que, acompanhadas com outros fatores de igual importância, possibilitam um desenvolvimento urbano coerente e de maior qualidade. Assim, a rede rodoviária assume primordial importância no desenvolvimento urbano do município, enquadrando-se na Estratégia 1 'Melhorar a mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível supra municipal como ao nível local'.

A rede rodoviária é um elemento estruturador, dinamizador e polarizador de todo o espaço urbano e rural, tanto ao nível intramunicipal, como ao nível das regiões mais alargadas.

Os principais objetivos da rede rodoviária passam pela estruturação da malha viária assegurando um acréscimo na mobilidade; passam pela beneficiação das vias existentes e pela construção de novas vias estruturadoras e distribuidoras, nomeadamente na 'Grande Oliveira' e passam também pela qualificação dos espaços urbanos, fomentando a diversidade das vivências espaciais numa hierarquia visível.



Desta forma, é fundamental a definição de uma hierarquização, ainda que polivalente e flexível, que permita a identificação de trajetos e percursos.

4.4.1.1. Hierarquia da Rede Rodoviária

A hierarquização da rede rodoviária é fundamental para a definição dos princípios de desenvolvimento e gestão da rede rodoviária, bem como para o espaço urbano. Definiu-se a Rede Rodoviária com a seguinte hierarquia:

1. Vias Nacionais
 - a. Itinerários Complementares: compreende a proposta de traçado do IC6
2. Vias intermunicipais ou distribuidoras principais
 - a. Rede Desclassificada pelo PRN 2000, ainda sob jurisdição da EP: EN17 e EN 230 Sul;
 - b. Estradas Regionais: ER 230 norte; ER231-2; ER 337 e ER 342;
 - c. Estradas Municipalizadas: EN 230-6;
 - d. Vias intermunicipais distribuidoras principais propostas
3. Vias municipais ou distribuidoras secundárias
 - a. Estradas Municipais; EM 502; EM 502-1; EM 503; EM 503-1; EM 503-2; EM 504; EM 504-3; EM 505; EM 505 (novo); EM 505-1; EM 506; EM 507; EM 507-1; EM 508; EM 509; EM 510; EM 513; EM 514; 514-2; EM 515; EM 517.
 - b. Caminhos Municipais CM 1306; CM 1309; CM 1310; CM 1311; CM 1312; CM 1313; CM 1314; CM 1315; CM 1316; CM 1317; CM 1318; CM 1318-1; CM 1318-3; CM 1318-4; CM 1319; CM 1320; CM 1321; CM 1323; CM 1323-1; CM 1324.
 - c. Vias Municipais Propostas.
4. Vias urbanas



4.4.1.1.1. Vias Nacionais

As Vias Nacionais são elementos fundamentais para a estruturação geral de toda a Rede Rodoviária e para a ligação do município aos principais eixos viários nacionais. Esta malha assume um papel fundamental e estruturante, permitindo um nível de acessibilidade e mobilidade superior ao existente, conferindo-lhe vantagens e potencialidades no quadro nacional e regional, reduzindo substancialmente a distância entre os principais centros urbanos e pontos de interesse económico.

As vias Nacionais, atualmente inexistentes, serão constituídas pelo Itinerário Complementar Proposto que compreende as propostas de traçado do IC6 no território do município. Este itinerário estabelecerá as ligações para as cidades de Coimbra, Covilhã, Guarda, Viseu, através de ligações aos futuros IC7 e IC37 e ligações às A25, A23 e IP3, aproximando o município às cidades de pequena dimensão e subsistemas urbanos como Seia, Gouveia, Mangualde, Nelas, Santa Comba Dão, Tábua, etc.

De acordo com o PRN 2000, um itinerário complementar visa estabelecer a ligação da rede nacional fundamental com os centros urbanos de influência concelhia e supra concelhia, e também, com os itinerários principais. A coesão territorial da região resulta, sobretudo, de uma distribuição equitativa e hierarquizada da sua rede rodoviária. A construção dos traçados do IC6, IC7 e IC37 reveste-se, assim, de grande importância porque, mais do que suprimir a falta das acessibilidades no que toca à rede fundamental, estes traçados permitirão uma aproximação significativa desta região ao resto do país e além fronteiras, bem como, a melhoria das condições de vida e a possibilidade de instalação de investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico e social e a redução das elevadas taxas de mortalidade rodoviárias.

O ponto de situação relativamente aos IC6, IC7 e IC37 é o que se segue.

Em Setembro e Novembro de 2009, a Câmara Municipal recebeu das Estradas de Portugal, a versão final dos traçados previstos no âmbito do Estudo Prévio dos IC6/IC7/IC37, nomeadamente, das soluções equacionadas para o IC6 – Tábua / Oliveira do Hospital (IC7) / Covilhã (A23/IP2), para o IC7 – Oliveira do Hospital (IC6) / Fornos de Algodres (A25/IP5) e IC37 – Viseu (A25/IP5) / Seia (IC7).



A Discussão Pública relativa à Avaliação de Impacte Ambiental dos projetos de traçado dos “IC6 – Tábua/ Oliveira do Hospital (IC7) / CovilhãA23/IP2)” (AIA 2180), “IC7 - Oliveira do Hospital (IC6) / Fornos de Algodres (A25/IP5)” (AIA 2180) e “IC37 – Viseu (A25/IP5) / Seia (IC7)” (AIA 2178), decorreu durante 35 dias úteis, entre 21 de Abril e 9 de Junho de 2010.

A 2 de Agosto de 2010 foram emitidas as Declarações de Impacte Ambiental dos projetos dos traçados que se encontraram em Discussão Pública .

Verificou-se que, face às DIA's, apenas o IC6 possui o seu traçado sobre o território do município, tal como se descreve seguidamente.

A decisão para o projeto “IC6 – Tábua/ Oliveira do Hospital (IC7) / CovilhãA23/IP2)” foi a seguinte: Declaração de Impacte Ambiental (DIA) Favorável Condicionada à adoção das seguintes combinações: IC6 – Tábua/Oliveira do Hospital – Alternativa 1 + Solução 1; IC6 – Oliveira do Hospital/Covilhã – Solução 1 + Solução 1 + Solução 1.

Assim, no território do município o IC6 terá o seguinte traçado: a poente, o IC6 entra no território a norte de Negrelos, tendo um nó de ligação a sul de Travanca de Lagos com a EM 502-1; segue no sentido poente/nascente, tendo um nó de ligação a norte de Gavinhos de Baixo com a ER 230; passa a sul da Lajeosa estabelecendo um nó de ligação para a zona Industrial de Oliveira do Hospital; segue no sentido nascente, passando a norte da Chamusca da Beira e Póvoa das Quartas até entrar no município de Seia, no qual estabelece um nó na Folhadosa; neste nó inflete para sul, atravessando as freguesias de São Gião e Alvôco das Várzeas em túneis e viadutos até estabelecer um nó em Vide, seguindo para nascente.

Em 23 de setembro de 2010 foram aprovados os estudos prévios e publicadas em Diário da República as respetivas zonas de servidão *non aedificandi*, através da Declaração nº 188/2010, de 23 de setembro, constando da Planta de Condicionantes do plano

4.4.1.1.2. Vias intermunicipais ou distribuidoras principais

As Vias Intermunicipais ou Vias Distribuidoras Principais são as que estabelecem a ligação entre os vários municípios, os principais lugares e entre as malhas urbanas principais e as vias nacionais. Têm como principal função a articulação das várias malhas existentes no território, amarrando as vias distribuidoras secundárias, o que permite uma melhoria considerável na



mobilidade, ao evitar o tráfego de atravessamento no interior dos núcleos urbanos, nomeadamente através da criação de variantes. No entanto, pela sua antiguidade e localização estratégica, estas vias têm sido as principais vias estruturadoras do território mas que, no entanto, se encontram congestionadas, atravessam áreas urbanas que foram surgindo ao longo da sua extensão e possuem áreas estranguladas.

Fazem parte das Vias Intermunicipais ou distribuidoras principais as seguintes vias:

- a. Rede Desclassificada pelo PRN 2000, ainda sob jurisdição da EP: EN17 e EN 230 Sul;
- b. Estradas Regionais: ER 230 norte; ER231-2; ER 337 e ER 342;
- c. Estradas Municipalizadas: EN 230-6;
- d. Vias intermunicipais distribuidoras principais propostas

O PRN 2000 previu a Rede de Estradas Regionais (ER), que são as infraestruturas rodoviárias com interesse supramunicipal e complementar à rede rodoviária nacional. Estas são as ER 230 norte, ER 231-2, ER337 e ER 342.

A mais importante via distribuidora principal é a EN17, via que em tempos foi a mais importante estrada nacional que atravessava o município e que, atualmente se encontra saturada, mas que ainda funciona como a principal via regional.

Esta estrada nacional de 1.ª classe, EN 17, que no Plano Rodoviário de 1945 fazia a ligação entre Coimbra e Celorico da Beira, foi desclassificada no troço Catraia dos Poços – Celorico da Beira com a publicação do Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho.

A estrada nacional de 2.ª classe EN 230 sul, que no Plano Rodoviário de 1945 fazia a ligação entre Carregal do Sal, Oliveira do Hospital, Vendas de Galizes, Teixeira e Covilhã, foi também desclassificada no troço de Oliveira do Hospital – Covilhã.

Estas duas estradas estão ainda sob a jurisdição do Instituto das Estradas de Portugal, estando prevista a sua integração na rede rodoviária municipal, como é referido no ponto 1, do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho.



Em relação à EN 230 norte (troço entre Oliveira do Hospital e a EN 17), em 1994 foi assinado um Auto de Transferência, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro, entre a Câmara Municipal e a Junta Autónoma de Estradas.

Em relação à EN 230-6, em 1997 foi assinado um Auto de Entrega, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro, entre a Câmara Municipal e a Junta Autónoma de Estradas, nos termos do Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro. Esta estrada encontra-se municipalizada.

Em termos de proposta, salienta-se a melhoria das vias existentes, a construção de radiais e circulares na cidade, a construção de acessos diretos aos nós previstos nos IC e a criação de variantes nos lugares mais congestionados. O Quadro 68 apresenta a caracterização das vias intermunicipais propostas.

Quadro 68 – Vias intermunicipais distribuidoras principais propostas - Propostas de Variantes às Vias Intermunicipais e respetivas ligações aos nós dos IC previstos.

Novos Troços	Perfil Transversal Tipo	Comprimento (m)	Troço novo (m)	Troço a beneficiar (m)
Variante da ER 230 em Ervedal da Beira /Fiais da Beira	PT1	1.560,00	1.560,00	-
Variante da ER 230 em Fiais da Beira, incluindo beneficiação e alteração do traçado	PT1	3.898,00	1.458,00	2.440,00
Variante das EM 502 e EM 502-1, a Sul de Travanca de Lagos e Tijelinho, com ligação à EN 230-6 e respetiva ligação ao nó do IC6	PT1 com duplicação de vias, se necessário	2.304,00	2.304,00	-
Ligação da zona industrial de Oliveira do Hospital ao IC6	PT1 ou PT4, com duplicação de vias, se necessário	410,00	410,00	-
Nós de ligação aos IC				
IC6 – Construção de 4 nós de ligação no território municipal: Ligação com a EM 502-1 a Sul de Travanca; Ligação com a ER 230 em Gavinhos de Baixo; Ligação com a Zona Industrial de Oliveira do Hospital Ligação em São Gião				

No que toca à EN 17, procura-se melhorar o traçado e adaptá-lo às necessidades atuais e previstas, nomeadamente nos aglomerados urbanos, assegurando atravessamentos seguros, vias de distribuição e estacionamento secundárias, definição de zonas de percurso lento e definição de perfis transversais para os vários troços.

Propõe-se a construção de variantes à ER230 em Ervedal da Beira e em Fiais da Beira, incluindo a beneficiação e retificação do seu traçado, melhorando a mobilidade e descongestionando estes lugares, prejudicados pelo constante atravessamento automóvel.

A ligação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital ao IC6 reveste-se de fundamental importância para permitir a acessibilidade direta àquele espaço e à cidade.



Igualmente importante para servir o sul do município será o nó de ligação a São Gião para servir o sul do município.

4.4.1.1.3. Vias Municipais ou Distribuidoras Secundárias

As Vias municipais ou distribuidoras secundárias são as seguintes:

- a. Estradas Municipais; EM 502; EM 502-1; EM 503; EM 503-1; EM 503-2; EM 504; EM 504-3; EM 505; EM 505 (novo); EM 505-1; EM 506; EM 507; EM 507-1; EM 508; EM 509; EM 510; EM 513; EM 514; 514-2; EM 515; EM 517.
- b. Caminhos Municipais CM 1306; CM 1309; CM 1310; CM 1311; CM 1312; CM 1313; CM 1314; CM 1315; CM 1316; CM 1317; CM 1318; CM 1318-1; CM 1318-3; CM 1318-4; CM 1319; CM 1320; CM 1321; CM 1323; CM 1323-1; CM 1324.
- c. Vias Municipais Propostas.

As Vias Municipais ou Vias Distribuidoras Secundárias correspondem ao nível hierárquico mais elevado das vias locais. Assumem-se como principais vias recetoras do tráfego local, garantindo as ligações entre os aglomerados existentes no município e escoando posteriormente o tráfego na rede de vias intermunicipais e nacionais.

Estas vias são compostas pelas Estradas Municipais, Caminhos Municipais, Novas Vias Municipais Pavimentadas e Vias Municipais Propostas. O Quadro 69 e o Quadro 70 apresentam as Estradas Municipais e Caminhos Municipais existentes no município.

Tal como nas vias intermunicipais sob a alçada da Câmara, no âmbito da proposta de plano, propõem-se alternativas, novos traçados, variantes, beneficiação e melhoramento destas vias e, finalmente, melhoria das ligações com as vias distribuidoras principais e as vias urbanas, através de rotundas, cruzamentos sinalizados, etc. O Quadro 71 apresenta as vias municipais propostas na proposta de revisão do PDM.



Quadro 69 - Estradas Municipais que servem o município de Oliveira do Hospital

Nº da Estrada EM	Pontos extremos e intermédios	Extensão no município (m)
502	Lagares da Beira / Travanca de Lagos / município de Tábua	5800
502-1	Travanca de Lagos / Pinheiro dos Abraços	2450
503	município de Seia / Meruge / Nogueirinha / Lagos da Beira / Oliveira do Hospital	11100
503-1	Lagos da Beira / Lajeosa / Poeiro / EM 504	4750
503-2	Lagos da Beira / Chamusca da Beira (EN 17)	2500
504	Lagares da Beira / município de Seia	4400
504-3	Meruge / EM 504	1900
505	Seixo da Beira / Sobreda / município de Seia (interior da Sobreda)	4400
505 (novo)	Seixo da Beira / Sobreda / município de Seia	4100
505-1	Sobreda município de Seia	600
506	Oliveira do Hospital / S. Paio de Gramaços / Catraia de S. Paio / S. Pedro	5400
507	EN 230 / município de Seia	1800
507-1	EM 507 / Seixo da Beira	3750
508	Ponte das Três Entradas / Aldeia das Dez / Goulinho / Vale de Maceira / município de Arganil	14600
509	Oliveira do Hospital / Aldeia de Nogueira / Nogueira do Cravo / Vendas de Galizes	7200
510	Bobadela / Nogueira do Cravo / Sr. das Almas	5700
513	Avô / município de Arganil	1600
514	Ponte das Três Entradas / S. Sebastião da Feira / Penalva de Alva / Ponte de S. Gião / município de Seia	9700
514-2	EN 17 / Santo António do Alva	3400
515	Ponte de S. Gião / S. Gião	2500
517	EN 17 / Lourosa / município de Arganil	5500

Quadro 70 - Caminhos Municipais no município de Oliveira do Hospital

Nº da Estrada CM	Pontos extremos e intermédios	Extensão no município (m)
1306	Galizes-Vilela-Alfangel- município de Tábua	4200
1309	EN 231-2-Pedras Ruivas-Vale Torto	2600
1310	Vale Torto-Póvoa	2200
1311	Seixo da Beira-Seixas	3000
1312	Póvoa de S. Cosme-Ervedal da Beira	2400
1313	ER 337-Andorinha-EM 502	4200
1314	município de Tábua-Negrelos-Pinheiro dos Abraços	2800
1315	Quinta da Coitena-Gavinhos de Baixo	1600
1316	S.Paio de Gramaços-EN 17	1000
1317	Oliveira do Hospital-Gramaços	1500
1318	Caldas de S. Paulo-Rio de Mel	9800
1318-1	Alvôco das Várzeas-CM 1318	3600
1318-3	S.Gião-CM 1318-EN 230	8600
1318-4	Penalva de Alva-CM 1318	1400
1319	Parente-Chão Sobral-Vale de Maceira	7400
1320	EM 508-Gramaça-município de Arganil	3000
1321	Aldeia das Dez-Avelar-EM 1319	6000
1323	Lourosa-Casal de Abade- município de Tábua	5100
1323-1	Casal de Abade-Pinheirinho	1800
1324	Ponte das Três Entradas-Merujais-Santo António do Alva	3900



No que toca às Vias Municipais Propostas, propõem-se a construção de radiais e circulares na cidade de Oliveira do Hospital, visto que é uma cidade de características radioconcêntricas, faltando-lhe, essencialmente as vias circulares. Estas permitirão o desafogo do trânsito mais pesado e de atravessamento na cidade e nos seus lugares limítrofes.

Assim, destacam-se as Circulares Poente, Nascente e Sul que, juntamente com as vias já existentes e previstas (nomeadamente o IC6), possibilitam a criação de um anel rodoviário envolvente da cidade. Este sistema de circulares e radiais, articuladas com os nós de ligação com o IC6 e vias intermunicipais, possibilitam uma melhor circulação, o descongestionamento do centro da cidade, a eliminação do trânsito de atravessamento, o melhor acesso aos principais equipamentos, a melhoria das ligações entre os aglomerados urbanos e melhor circulação dos transportes coletivos.

Quadro 71 – Vias Municipais Propostas

Vias Municipais Propostas	Comprimento (m)	Troço novo (m)	Troço a beneficiar (m)	Perfil Transversal Tipo
Alargamento da Avenida Calouste Gulbenkian	3232,00		3232,00	PT2 com largura de 4,5 m nas faixas de rodagem
Circular Nascente - Beneficiação e alargamento da ER 230 desde o nó do IC6 em Gavinhos de Baixo até à EM 503 (Contabilizada também no Quadro 31)	1.972,00	-	1.972,00	PT3
Circular Nascente - Ligação da ER 230 à Avenida Calouste Gulbenkian	610,00	610,00	-	PT3
Circular Nascente - Ligação da Avenida Calouste Gulbenkian ao nó de Gramaços na estrada da Catraia, atravessando a Rua Comendador Manuel Rodrigues Lagos, a nascente da Escola Secundária.	1.411,00	1.411,00	-	PT1
Circular Sul - redefinição do traçado do Estradão de Gramaços e sua ligação à estrada da Catraia no nó de Gramaços, passando a norte de Gramaços	1.870,00	219,00	1.651,00	PT1 fora dos perímetros e PT3 (ou PT2 caso necessário) dentro dos perímetros
Circular Poente – ligação do nó do IC6, passando pela EN 230-6, Estradão da Cobrança (Radial) até à EM 509, com ligação à Circular Sul (estradão de Gramaços) (Contabilizada também no Quadro 31)	3.813,00	3.813,00	-	PT1 fora dos perímetros e PT3 (ou PT2 caso necessário) dentro dos perímetros
Ligação Radial Poente da cidade à Bobadela (estradão da Cobrança) até à circular poente	1.188,00	177,00	1.011,00	PT1
Variante a sul da Bobadela - Ligação da circular poente e da Radial Poente à Bobadela (continuação da anterior)	1.453,00	427,00	1.026,00	PT1
Variante à Portela com Ligação do Estradão de Gramaços à EN17	1.504,00	651,00	853,00	PT3 na área de Equipamentos Coletivos e PT1 na restante
Variante Norte de ligação de Gavinhos de Cima à Quinta da Coitena	887,00	887,00	-	PT2
Ligação Radial Norte da Cidade (feira) a Vendas de Gavinhos	686,00	113,00	573,00	PT2 e PT1 fora do perímetro
Variante a sul de Gavinhos de Baixo - Ligação entre a ER 230 e Vendas de Gavinhos	302,00	302,00	-	PT1
Ligação entre a EM 509 e a Rua Eça de Queirós no Vale Ferreiro	795,00	795,00	-	PT3
Ligação entre a Casa Museu, pela Rua Desembargador A. Vasconcelos, até à Rotunda do Hospital	516,00	182,00	334,00	PT3



Por outro lado, salienta-se também o melhoramento de vias existentes e a construção de novas vias de ligação a áreas estratégicas (nomeadamente a ligação do futuro espaço industrial e empresarial de Nogueira do Cravo / Vale D. Clara à EN17), o melhoramento da EM 509 e a construção da variante a Aldeia de Nogueira e a beneficiação do estradão de Alvôco das Várzeas a Chão Sobral.

4.4.1.1.4. Vias urbanas

As Vias 'rápidas' Urbanas são as vias que servem de base ao assentamento urbano e de acesso aos vários espaços nos lugares e que surgem a partir das vias de nível hierárquico superior. Contemplam ruas de carácter local de acesso às principais atividades dos lugares, incluindo comércio, serviços, equipamentos, habitações. As vias urbanas possuem, por sua vez, uma hierarquia, destacando-se as principais vias urbanas que compõem e organizam o espaço urbano.

Quadro 72 – Vias Urbanas Propostas

Novos Troços	Perfil Transversal Tipo	Comprimento (m)	Troço novo (m)	Troço a beneficiar (m)
Variante norte de ligação de Gavinhos de Cima à Quinta da Coitena	PT2	1714	930	784
Ligação radial norte da Cidade (feira) a Vendas de Gavinhos	PT2 e PT1 fora do perímetro	687		687
Variante a sul de Gavinhos de Baixo - Ligação entre a ER 230 e Vendas de Gavinhos	PT1	302	302	
Ligação entre a EM 509 e a Rua Eça de Queirós no Vale Ferreiro	PT3	681	681	
Ligação entre a Casa Museu, pela Rua Desembargador A. Vasconcelos, até à Rotunda do Hospital	PT3	524	181	343



4.4.2. Caracterização do Sistema de Transportes Coletivos e Rodoviários

Transporte implica todo um conjunto de Atividades, fundamentalmente de ordem económica, e também as infraestruturas relacionadas com o movimento de pessoas e bens. É todo este conjunto, e a interação entre as respetivas Atividades que vão definir o “sistema de transportes da região”.

Quando se pretender intervir no sistema de transportes da área geográfica do município de Oliveira do Hospital, esta intervenção não poderá ser isolada dos municípios limítrofes e em última análise das acessibilidades aos principais itinerários nacionais. Da mesma forma, a resolução do problema dos transportes das áreas urbanas, não pode ser isolado do seu “hinterland”, havendo necessariamente que considerar globalmente, o binómio infraestruturas e transportes, públicos e privados.

Assim, é lícito considerar dois princípios, ou premissas base, na análise do sistema de transportes: conjunto (infraestruturas/transportes) deve ser encarado como um sistema multimodal único; o sistema de transportes deve estar integrado no sistema social, económico e político da região.

O incremento anual de tráfego implica a necessidade de gastos avultados, quer na conservação e modernização da rede rodoviária existente, quer na construção de novas estradas e também na implementação de novas tecnologias.

Acontece porém, que muitas vezes, a conservação e modernização da rede rodoviária existente, a construção de novas estradas e a implementação de novas tecnologias, só por si não são suficientes, por não acompanharem o crescimento de volume de tráfego. Com efeito, o cerne da questão é a garantia do movimento adequado de pessoas e “bens” (valores, mercadorias etc.), e não necessariamente, por si só, o movimento de veículos.

No que diz respeito a viagens interurbanas o automóvel privado assume uma maior vantagem relativamente aos transportes públicos, dado que possui uma flexibilidade muito maior. O mesmo se passa para as zonas urbanas, mas no que diz respeito a viagens de recreio e lazer.



Por outro lado, é nas viagens casa-trabalho e trabalho-casa, que o transporte público se revela mais apropriado. De facto este tipo de viagens ocorre normalmente num curto período de ponta em cada manhã, repetida no percurso ao fim do dia, e na sua grande maioria estas viagens terminam em zonas muito específicas – centro da cidade, zonas industriais, zonas de comércio e serviços etc.

Ao compararmos as capacidades do transporte individual com as do transporte coletivo (autocarro e comboios) são notórias as vantagens daquele relativamente a este. No entanto, se atentarmos a que, por exemplo, os autocarros podem transportar cerca de doze vezes mais pessoas por extensão de rodovia, que o automóvel individual, rapidamente se conclui que, pelo menos as viagens casa-trabalho e trabalho-casa, deveriam ser atraídas para o transporte público.

É exatamente, na falta de atrativos do transporte público que reside o problema fundamental. De facto, os serviços prestados pelos transportes públicos são na generalidade incertos, lentos, desconfortáveis e saturados, pelo que a sua utilização é normalmente como alternativa, quando deveria ser por regra.

Para o transporte de “bens em áreas urbanas”, a que daremos a designação de transporte de mercadorias, que é praticamente na sua totalidade levado a efeito por meios rodoviários, e através do camião, impõe-se pensar nouro tipo de medidas, destinadas a minimizar os efeitos deste tipo de tráfego nas áreas urbanas. Assim poder-se-ão incrementar medidas tais como direccionar o tráfego pesado para “percursos preferíveis”, criar parques de estacionamento adequados em áreas não residenciais e promover depósitos ou estações de transferência de mercadorias fora das zonas urbanas.

Apesar de todas as medidas que possam ser tomadas no sentido das pessoas serem levadas a alterar o seu modo de transporte, ou os veículos pesados de mercadorias a mudar de percurso, haverá sempre saturação em muitas vias de comunicação. Considera-se no entanto pertinente que, antes de se avançar para a construção de novas vias, se avalie criteriosamente a possibilidade do “sistema” ser usado de uma forma plena e, conseqüentemente mais eficaz.

Os transportes públicos do município de Oliveira do Hospital são os seguintes:

- Rede internacional de carreiras expressos;
- Rede nacional de carreiras expressos;



- Rede de carreiras municipais;
- Rede de carreiras intermunicipais;
- Rede de transportes escolares;
- Rede de táxis.

4.4.2.1. Rede Internacional de Expressos

O município de Oliveira do Hospital, mais propriamente a sua sede, é ponto de paragem obrigatório para todas as ligações internacionais entre Portugal (a partir de Lisboa) e o Centro da Europa. O serviço é assegurado por dois operadores a Intercentro (portuguesa) e a Eurolines (belga), que opera em Portugal em parceria com a Intercentro.

A análise do Quadro 73 indica que é Paris o destino com maior frequência de carreiras, 5 semanais, com mais uma carreira adicional às segundas feiras no período de 25 de Junho a 3 de Setembro.

Quadro 73 – Carreiras Expressos Internacionais

Localidades	Frequência semanal em cada sentido	Dias da semana	Operadora
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Bariatou-Lyon	3	terças, quintas e sábados	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Bariatou-Nice	3	terças, quintas e sábados	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-St. Jean de Luz-Strasbourg	3	terças, quintas e sábados	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Bariatou-Paris**	5	terças, quartas, quintas, sextas e sábados	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Bariatou-Geneve-Zurique	3	terças, quintas e sábados	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Buniel-Lille-Kortrijk-Eindhoven-Enschede	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Buniel-Bruxelas Midi-Roterão-Utrecht	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Buniel-Aachen-Colónia-Hamburgo	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Buniel-Essen-Bochum	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Buniel-Giessen-Berlin	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Buniel-Metz-Nuremberg	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Bariatou-Saarbruchen-Munique	2	terças e sextas	Intercentro
Lisboa-Coimbra-O.Hospital-V.Formoso-Mons-Antuérpia	2	terças e sextas	Intercentro

** Esta carreira tem uma frequência adicional de 25/06 a 03/09 às 2.ªs feiras

Com 3 carreiras por semana, temos mais três destinos em França (Lyon, Nice e Strasbourg) e um na Suíça (Zurique). Com 2 carreiras semanais temos ligação com Alemanha, Holanda e



Bélgica. As ligações através do operador Eurolines podem ser consultadas através do site www.eurolines.com

Pode portanto, concluir-se que o município está bem servido quanto a transportes internacionais rodoviários, quer quanto aos principais destinos europeus quer quanto à periodicidade.

4.4.2.2. Rede Nacional de Expressos

A cobertura da rede nacional de expressos abrange a totalidade do País.

As capitais de distrito que têm ligações diretas com Oliveira do Hospital são Coimbra e Lisboa, cidades que servem também como estações de transbordo e/ou transferência para destinos no resto do país, em especial ao centro litoral e centro norte e ao Sul e centro Sul. As ligações são efetuadas diariamente bem como o transbordo para as restantes localidades do país.

Contudo, existem algumas carreiras que não se efetuam aos sábados, domingos e dias feriados, bem como outras que se realizam apenas 2 ou 3 vezes por semana.

A cidade de Oliveira do Hospital não é nem ponto de origem nem ponto de destino das carreiras expressos, mas sim ponto de paragem intermédia, como se pode concluir pela análise do Quadro 74.

A operadora com mais carreiras é a Rodoviária Nacional, Rede de Expressos. Há apenas uma carreira efetuada entre Lisboa e Vide, com paragem em Vendas de Galizes, efetuada pela empresa Joaquim Martins da Fonseca, carreira que não passa pela cidade de Oliveira do Hospital.

Pode constatar-se que o município de Oliveira do Hospital está muito bem servido de carreiras expresso sobretudo dirigidas ao centro e ao Sul do país.

Relativamente ao Norte, pode considerar-se que existe uma boa cobertura fundamentalmente ao litoral Norte e um claro défice no que diz respeito ao interior Norte e Nordeste transmontano.



Quadro 74 – Carreiras Expresso

Localidades	Frequência diária	Dias da semana	Operador
Gouveia-Seia-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	diário	RE
Loriga-S.Romão-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	a)	RE
Gouveia-Seia-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	b)	RE
Loriga-Seia-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	c)	RE
Seia-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	d)	RE
Gouveia-Seia-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	e)	RE
Loriga-Seia-Oliveira do Hospital-Coimbra-Lisboa	1	f)	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia-Loriga	1	g)	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia	1	d)	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia	1	i)	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia	1	j)	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia	1	b)	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia	1	diário	RE
Lisboa-Coimbra-Oliveira do Hospital-Seia-Loriga	1	h)	RE
Lisboa-Coimbra-Vendas de Galizes-Vide **	1	e)	JMF

** Nos dois sentidos

- a) 2.ªs Feiras e Sábados (ou 3.ªs e 6.ªs em caso de feriados)
- b) Exceto Domingos e 2.ªs Feiras se Feriado
- c) De 1/06 a 30/07 - Exceto Domingos e Feriados
- d) De 01/10 a 31/05 exceto Domingos e Feriados
- e) Exceto aos Sábados
- f) Aos Domingos e Feriados
- g) De 01/06 a 30/06 diariamente e de 01/10 a 31/05 aos domingos e feriados
- h) 6.ªs feiras e Domingos (ou 5.ªs e Segundas se feriados)
- i) Domingos ou 2.ªs se feriado
- l) Exceto aos sábados Domingos e 2.ªs feiras se feriado

4.4.2.3. Rede de Transportes Intermunicipais

Independentemente das carreiras expresso, a ligação do município de Oliveira do Hospital com Coimbra e os municípios limítrofes, também é assegurada por carreiras normais intermunicipais através dos três seguintes operadores: Interoliveirense Transportes Lda; RBL – Rodoviária da Beira Litoral, SA; JMF – Joaquim Martins da Fonseca Lda.

A rede de Transportes Intermunicipais possui alguma diversidade e complementa a rede de transportes municipais já que as carreiras da cidade de Oliveira do Hospital com os municípios vizinhos efetuam paragens em diversas localidades do município

As carreiras normais têm, em regra, o seu terminal na cidade de Oliveira do Hospital, havendo no entanto carreiras que terminam em Vendas de Galizes, Ponte Nova e Chão Sobral.



A operadora detentora do maior número de carreiras é a Rodoviária da Beira Litoral, SA. A Interoliveirense Transportes Lda. apenas efetua a ligação Carregal do Sal - Oliveira do Hospital.

Quadro 75 – Carreiras Intermunicipais

Localidades	Normais						Reforço				Total
	2.ª a 6.ª Feira		Sábado/Domingo		Feriados		Período escolar		Período de férias		
	para	de	para	de	para	de	para	de	para	de	
TÁBUA S. João das Areias Rojão Grande	9 **	8 **		1 *				1 *			19
S. COMBA DÃO	2 **	2 **									4
COIMBRA Ceira Foz de Arouce	2 **	2 **		1 *							5
POIARES S. Miguel de Poiares Sarzedo	2 **	2 **									4
ARGANIL Secarias Bobadela	1 **	1 **									2
SEIA Fisel											
S. ROMÃO	2 **	2 **					1 *				5
CARREGAL DO SAL									1		1
VIDE	2 **										2
PENACOVA	1 *	1 *	1 *	1 *							4

* 4.ª feira

** Exceto feriado

Todos os elementos foram analisados a partir dos horários das carreiras e percursos fornecidos pelas operadoras tendo sido feito o registo no Quadro 75 e no Quadro 76. No Quadro 76 estão definidas as carreiras que não passam por Oliveira do Hospital, a sua origem e destino bem com a sua frequência.

Para além das carreiras que têm a sua origem, destino ou como ponto de passagem a cidade de Oliveira do Hospital, existem carreiras que operam para o município e não passam por Oliveira do Hospital.

Assim da análise destes quadros pode de alguma forma concluir-se que:



- o período escolar não tem influência significativa na cobertura do município em termos de frequência de carreiras;
- o aos fins de semana e feriados existe um assinalável decréscimo de carreiras;
- o as carreiras intermunicipais, já analisadas, complementam a rede municipal;
- o quer a origem quer o destino das carreiras é em regra a Cidade de Oliveira do Hospital.

Quadro 76 – Carreiras Intermunicipais que não passam pela cidade de Oliveira do Hospital

Localidades	Carreiras
Coimbra-Avô-P. Três Entradas-Alvoco	Uma carreira diária de 2.ª a 6.ª nos 2 sentidos Exceto Feriados
Chão Sobral-Tábua	Uma carreira diária de 2.ª a 6.ª nos 2 sentidos Exceto Feriados
Coimbra-Meruge	Uma carreira diária de 2.ª a 6.ª nos 2 sentidos Exceto Feriados

4.4.2.4. Rede de Transportes Municipais

A cobertura do município em termos de serviço de transporte público e sua relação com os municípios limítrofes é assegurada pelos três operadores atrás citados, a saber: Interoliveirense Transportes Lda.; RBL – Rodoviária da Beira Litoral, SA; JMF – Joaquim Martins da Fonseca Lda.

O sistema de transportes públicos que opera no município apresenta uma estrutura idêntica à rede de estradas, que invariavelmente têm como ponto central a cidade.

As carreiras normais têm em regra, o seu terminal na cidade de Oliveira do Hospital, havendo no entanto carreiras que terminam em Vendas de Galizes, Ponte das Três Entradas, Catraia de S. Paio e S. Sebastião da Feira.

A operadora detentora do maior número de carreiras é a Rodoviária da Beira Litoral, SA. A Interoliveirense Transportes Lda. apenas efetua as carreiras Oliveira do Hospital – Meruge - Oliveira do Hospital e Oliveira do Hospital – Seixo da Beira - Oliveira do Hospital, durante o período não escolar.

As três operadoras efetuam ainda os reforços de carreiras durante o período escolar e nos dias de feira em Oliveira do Hospital. O Quadro 77 indica a as carreiras municipais, a sua origem, destino, a frequência, as exceções e o número total de carreiras. Consideraram-se, para efeitos



de contabilização do número de carreiras, os locais de origem e destino mas também os locais de passagem intermédios.

Quadro 77 – Carreiras Municipais

Localidades	Normais						Reforço				Total
	2.ª a 6.ª Feira		Sábado		Feriados		Período Escolar		Dias de feira		
	para	de	para	de	para	de	para	de	para	de	
Aldeia das Dez	2	2									4
Alvoco das Várzeas	2	2									4
Andorinha	4	4		1**							9
Avô	3**	3**							2		8
Bobadela	9	9									18
Caldas de S. Paulo	2	2									4
Casal do Abade	1	1					1*				3
Catraia de S. Paio	3	3									6
Chão Sobral	2**	2**									4
Lagares da Beira											0
Meruge	4	4									8
Oliveira do Hospital											0
Parente	2**	2**									4
Penalva de Alva	4	4	3**				1*				12
Pinheiro de Abraços	8	10									18
Ponte das 3 Entradas	4**	4**							2		10
Póvoa das Quartas	1	2					1*				4
S. Gião	2	3**	1**								6
S. Paio de Gramaços	2	3*	1**								6
S. Sebastião da Feira	2	2									4
Seixo da Beira	2	2									4
Senhor das Almas	1	1									2
St.º António de Alva	2	2									4
Travanca de Lagos	5	6									11
Vale de Maceira	2	2									4
Venda da Esperança	2	1					1*				4
Venda de Galizes	7**	3**					1*	3*	2	3	19
Vila Pouca da Beira	4**	3**									7

* 4.ª feira

** Exceto feriado

Para além das carreiras que têm a sua origem e/ou destino na cidade de Oliveira do Hospital, existem carreiras que embora operem dentro dos limites do município, não passam nesta cidade. O Quadro 78 contém a informação respeitante às carreiras que não passam pela cidade de Oliveira do Hospital, nomeadamente a sua origem e destino, bem como a frequência.

Quadro 78 – Carreiras municipais que não passam pela cidade de Oliveira do Hospital

Localidades	Carreiras
Andorinha-Meruge	Uma carreira diária de 2.ª a 6.ª nos 2 sentidos
Avô-Alvoco	Uma carreira diária de 2.ª a 6.ª nos 2 sentidos, exceto nos períodos Escolares
P. 3 Entradas-Alvoco	4 carreiras diárias de 2.ª a 6.ª exceto Feriados Nacionais
P. 3 Entradas-V. Galizes	1 carreira diária de 2.ª a 6.ª exceto Feriados Nacionais

Da análise dos quadros pode concluir-se que durante o período escolar a cobertura do município é mais alargada em termos de frequência de carreiras e aos fins de semana e feriados existe um assinalável decréscimo de carreiras.



4.4.2.5. Rede de Transportes Escolares

O sistema de transportes escolares foi, até 1984, da responsabilidade da administração central. Contudo com as sucessivas transferências de atribuições para as autarquias, o serviço de transportes escolares ficou sob a responsabilidade da administração local, no que diz respeito á organização, funcionamento e financiamento a partir do ano letivo de 1984/1985.

O plano de transportes escolares elaborado pelo município é um instrumento de gestão desta atividade e tentará conjugar os princípios das políticas inerentes ao planeamento e redes de transportes públicos locais, sendo desta forma um complemento destes.

Esta competência municipal consiste na oferta de serviço de transporte entre o local de residência dos alunos e o local dos estabelecimentos de ensino, quando residam a mais de 4Km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório.

A esta questão está também subjacente a questão do processo de matrícula e seu encaminhamento, cujas normas, se contrariadas pelos alunos, resultam na perca, por parte destes, desta regalia.

Satisfeitas todas as condições os alunos que frequentem a escolaridade obrigatória, terão o transporte gratuito, sendo participado para os alunos do ensino secundário.

Os circuitos de carreiras públicas são executados pelos operadores Interoliveirense Transportes Lda., RBL – Rodoviária da Beira Litoral, SA e JMF – Joaquim Martins da Fonseca Lda. Os circuitos especiais são executados pela Câmara Municipal e por adjudicação após concurso público.

4.4.2.6. Rede de Táxis

O Quadro 79 apresenta a distribuição dos táxis pelas freguesias bem como as vagas existentes e os locais de estadia dos táxis. Verifica-se que no município de Oliveira de Hospital há uma rede de táxis dispersos por várias localidades que conta com 36 unidades (para 42 atribuídas) sendo que Oliveira do Hospital conta com 7 unidades e Seixo da Beira com 4 o que representa 30% da capacidade total do município.



Quadro 79 – Distribuição dos táxis por freguesia

Freguesia	Local	Número de táxis		
		Atribuídos	Existentes	Vagas
Aldeia das Dez	Vale de Maceira Aldeia das Dez	2	1	
Alvôco das Várzeas	Alvôco das Várzeas	1	1	
Avô	Avô	2	1	1
Bobadela	Bobadela	1	1	
Ervedal da Beira	Fiais da Beira Ervedal da Beira	3	1	1
Lagares da Beira	Lagares da Beira	1	1	
Lajeosa	Lajeosa	1	1	
Laços da Beira	Laços da Beira	2	1	1
Lourosa	Lourosa	1	1	
Meruge	Meruge	2	1	1
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo Vendas de Galizes	2	1	
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	7	7	
Penalva de Alva	Caldas de S. Paulo Penalva da Alva S.to António do Alva	3	1	
S. Paio de Gramaços	S. Paio de Gramaços	1	1	
S. Sebastião da Feira	S. Sebastião da Feira	2	1	2
Santa Ovaia	Ponte Nova S.ta Ovaia Ponte das Três Entradas	3	1	
Seixo da Beira	Sobreda Seixo da Beira Seixas Felgueira Velha	4	1	
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos Andorinha	2	1	
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	1	1	
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	1	1	

4.4.3. Caracterização do Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica

A distribuição da energia elétrica (rede elétrica de baixa, média e alta tensão) no município de Oliveira do Hospital é da responsabilidade da EDP Distribuição – Energia S.A. O município dispõe de 208 km de linhas de média tensão (15 kV) e 37 km de linhas de alta tensão (60 kV) que asseguram o fornecimento de energia a todos os aglomerados habitacionais.

No que se refere à rede elétrica de muito alta tensão, da responsabilidade da REN Elétrica, o município é atravessada por 25 km de linha de 220 kV, que faz a ligação entre a subestação de Tábua e a de Vila Chã (município de Seia). Esta linha de muito alta tensão atravessa as freguesias de Bobadela, Travanca de Lagos, Lajeosa e Meruge.

O município de Oliveira do Hospital é abastecido a partir de uma linha de 60 000 kV que serve a subestação de Candosa / Oliveira do Hospital. A partir daqui são abastecidos os postos de Transformação do concessionário (públicos) e particulares. É também abastecido pela subestação de 10 MVA/60 kV/15kV, localizada a norte da cidade, desde 2003.



Verifica-se que há uma cobertura total do município e a capacidade de potência é suficiente para a população e Atividades económicas atualmente existentes.

4.4.4. Caracterização do Sistema de Iluminação Pública

Relativamente ao Sistema de Iluminação Pública, a totalidade dos lugares do município de Oliveira do Hospital é iluminado a partir da rede de abastecimento de energia elétrica da EDP. Para além dos aglomerados urbanos, há outros locais que são iluminados, por neles se localizarem habitações isoladas ou por serem locais de especial interesse paisagístico. A iluminação pública abrange, por um lado, muitos locais fora das manchas dos aglomerados urbanos delimitados no Plano Diretor Municipal em vigor e, por outro lado, algumas áreas destas manchas não iluminadas. Na primeira situação trata-se, como se disse, de locais onde se localizam edifícios isolados de habitação ou outros usos e ainda de locais de especial interesse paisagístico. Na segunda situação trata-se de espaços urbanizáveis que ainda não foram ocupados.

Verificou-se, ainda a ligação das manchas dos aglomerados urbanos, significando que, na realidade, estes lugares funcionam em conjunto (por exemplo, e para além da cidade: Aldeia Formosa e Vila Franca da Beira, Meruge e Nogueirinha, Senhor das Almas e Nogueira do Cravo, Galizes, Vendas de Galizes e Santa Ovaia, etc.).

4.4.5. Caracterização do Sistema de Telecomunicações

Relativamente aos Sistemas de Telecomunicações, verificou-se que o município possui rede telefónica repartida por 9 redes, 7 da AT de Viseu e 2 da AT de Coimbra; possui rede de televisão por cabo e sistemas radiantes.

O município de Oliveira do Hospital encontra-se relativamente servido de rede de televisão por cabo, fornecida pelas empresas Cabovisão, televisão por cabo, SA, MEO e ZON.

Estão instalados no município sistemas radiantes de diferentes categorias de serviços. Relativamente aos tipos de serviços estão instalados os seguintes: Fixo Feixes (FX): 2; Fixo



Monovias (FX): 1; GSM (FB): 19; Móvel Terrestre (FX): 3; Móvel Terrestre (FB): 3; Radiodifusão (BC): 1; Televisão (BT): 3. A rede GSM, de suporte dos telefones móveis, apresenta em algumas áreas do território concelhio, deficiente cobertura.

A rede de telecomunicações fixas é constituída na sua maioria por cabos aéreos (98 km de extensão) que se encontram distribuídos por todo o município, existindo 3 km de cabo em conduta entre S. Paio de Gramaços e Oliveira do Hospital.

4.4.6. Caracterização do Sistema de Abastecimento de Água



(fonte: <http://www.adzc.pt>)

Figura 47 - Subsistema de abastecimento de água em alta da Senhora do Desterro/ Captações da Serra

O município de Oliveira do Hospital apresenta como um dos principais fatores de sustentação dos inúmeros núcleos urbanos, industriais e agrícolas, a existência de reservatórios e



captações de água. O abastecimento público de água em alta encontra-se repartido por duas entidades, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a empresa Águas do Zêzere e Côa. O município encontra-se integrado no Sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa – Subsistema da Senhora do Desterro/ Captações da Serra cuja concessão para a construção, exploração e gestão foi atribuída, à empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A. Relativamente às infraestruturas do abastecimento em alta localiza-se no município uma estação elevatória

No que se refere ao abastecimento público de água em baixa este é da responsabilidade dos serviços municipais da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Em termos de infraestruturas da rede de água (Mapa 6), existem no município 12 captações superficiais, 8 estações elevatórias, 55 reservatórios, 35 captações subterrâneas (18 furos, 12 minas e 5 poços), 84 km de condutas adutoras e 299 km de condutas de distribuição de água.

Quadro 80 –Abastecimento de água no município pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e pela empresa Águas do Zêzere e Côa

Freguesias	Aguas Zêzere e Côa	Câmara Municipal de Oliveira do Hospital	
	Alta	Baixa	Alta
Aldeia das Dez			
Alvôco das Várzeas			
Avô			
Bobadela			
Ervedal da Beira			
Lagares da Beira			
Lagos da Beira			
Lajeosa			
Lourosa			
Meruge			
Nogueira do Cravo			
Oliveira do Hospital			
Penalva de Alva			
Santa Ovaia			
São Gião			
São Paio de Gramaços			
São Sebastião da Feira			
Seixo da Beira			
Travanca de Lagos			
Vila Franca da Beira			
Vila Pouca da Beira			



4.4.6.1. Captações de água

As captações de água no município de Oliveira do Hospital são 12 e localizam-se essencialmente na zona sul do município.

Existem 10 captações de água subterrâneas, localizadas nas freguesias de Aldeia das Dez (5 captações), Travanca de Lagos (1 captação), Penalva de Alva (2 captações) e São Gião e (2 captações) e duas captações de água de superfície, localizadas em Avô e Alvôco das Várzeas.

Quadro 81 - Dados de 2011 das Captações de Água no município

Designação	Origem	Tipo de Captação	Freguesia	População total servida (hab.)	Volume Anual de Água Captada (m³)
Vale do Ingrês (Mina)	Águas Subterrâneas	Galeria de mina	Aldeia das Dez	318	5 407
Cachapeiras	Águas Subterrâneas	Furo	Aldeia das Dez	318	5 408
Valeiro do Pereiro	Águas Subterrâneas	Furo	Aldeia das Dez	106	5 407
Alvôco de Várzeas	Águas de Superfície	Poço com drenos	Alvoco das Várzeas	355	20 401
Vale da Moirela	Águas Subterrâneas	Poço	Travanca de Lagos	318	14 199
Paidiz de Cima	Águas Subterrâneas	Galeria de mina	Aldeia das Dez	19	785
Picoto	Águas de Superfície	Poço com drenos	Avô	507	22 268
Petobosinho	Águas Subterrâneas	Galeria de mina	Aldeia das Dez	50	3 144
Lagar Novo	Águas Subterrâneas	Poço com drenos	Penalva de Alva	8 812	557 616
Rio de Mel	Águas Subterrâneas	Furo	São Gião	83	2 271
Cabeço de Santo Estevão	Águas Subterrâneas	Galeria de mina	São Gião	367	16 363
Carvalha	Águas Subterrâneas	Furo	Penalva de Alva	60	2 465

Quadro 82 - Dados de 2011 das Instalações de Tratamento de Água no município

Designação	Tipo de Instalação	Freguesia	População total servida (hab)	Volume Anual de Água Tratada (m3)
ADR1	Posto de cloragem	Aldeia das Dez	318	23 214
PC_AV	Posto de cloragem	Alvôco das Várzeas	708	20 039
ARR1	Posto de cloragem	Aldeia das Dez	19	1 387
AOR1	Posto de cloragem	Avô	507	27 758
FVR1	Posto de cloragem	Seixo da Beira	69	3 778
GOR1	Posto de cloragem	Aldeia das Dez	50	2 737
LNR1	Posto de cloragem	Penalva de Alva	8 812	643 276
RMR1	Posto de cloragem	São Gião	83	6 059
SGR1	Posto de cloragem	São Gião	567	41 391
CAR1	Posto de cloragem	Penalva de Alva	60	3 286



4.4.7. Caracterização do Sistema de Esgoto das Águas Residuais

As águas residuais no município são essencialmente produzidas pelos aglomerados habitacionais e indústrias existentes, estando o município de Oliveira do Hospital integrado no Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais do Alto Zêzere e Côa, concessionado à empresa Águas do Zêzere e Côa. De acordo com a informação disponibilizada pela empresa (www.adzc.pt, 2011), este sistema abrange cerca de 13 779 habitantes-equivalentes no município de Oliveira do Hospital e é composto por 3 estações de tratamento de águas residuais (ETAR), em Oliveira do Hospital, Penalva de Alva e Vila Pouca da Beira, 6 km de emissários e 4 estações elevatórias, com um caudal médio de água tratada de 1552 m³/dia.

No que se refere às infraestruturas do sistema de saneamento da responsabilidade da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, localizam-se no município 18 estações elevatórias, 10 ETAR e 55 fossas sépticas.



(fonte: <http://www.adzc.pt>)

Figura 48 - Sistema de saneamento de Águas do Zêzere e Côa no município de Oliveira do Hospital



Quadro 83 - Dados de 2007 das Instalações de Tratamento de Águas Residuais no município

Designação	Tipo de Instalação	Grau de Tratamento	Freguesia	População total servida (hab.)	Volume Anual de Água Tratada (m ³)	Tipo de Descarga	Meio recetor	Estado atual
Campo de Futebol – Aldeia das Dez	Fossa Coletiva	Primário	Aldeia das Dez	80	8 431,56	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Valeiro do Pereiro	Fossa Coletiva	Primário	Aldeia das Dez	79	7 208,88	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Aldeia de Nogueira – Lameiro das Lages	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo ETAR 4	211	4 763,76	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Alvoco das Várzeas – Chão Novo 1	Fossa Coletiva	Primário	Alvoco das Várzeas ETAR 3	171	4 763,76	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Alvoco das Várzeas – Chão Novo 2	Fossa Coletiva	Primário	Alvoco das Várzeas ETAR 3	171	10 033,44	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Andorinha - Regadas	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos ETAR 2	113	9 991,32	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Andorinha – Vale da Moirela	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos ETAR 2	113	7 588,32	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Andorinha – Poço Negro	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos ETAR 2	113	7 588,32	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Bobadela – Chão do Rio	Fossa Coletiva	Primário	Bobadela ETAR 1	238	7 546,20	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Bobadela - Cemitério	Fossa Coletiva	Primário	Bobadela ETAR 1	237	9 316,80	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Catraia de São Paio – Salgueiral	Fossa Coletiva	Primário	São Paio de Gramaços ETAR 4	180	1 053,96	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Catraia de São Paio – Quinta do Boicinho	Fossa Coletiva	Primário	São Paio de Gramaços	180	1 053,96	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Catraia de São Paio – Chão da Costa	Fossa Coletiva	Primário	São Paio de Gramaços	179	1 053,96	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Chamusca da Beira – Fonte do Coito	Fossa Coletiva	Primário	Lagos da Beira	221	13 785,48	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em desativação)
Ervedal da Beira 1	Fossa Coletiva	Primário	Ervedal ETAR 5	25	1 123,08	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Ervedal da Beira – Horta da Velha	Fossa Coletiva	Primário	Ervedal ETAR 5	--	--	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Ervedal da Beira 2	Fossa Coletiva	Primário	Ervedal ETAR 5	25	1 123,08	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em desativação)
Fiais da Beira	Fossa Coletiva	Primário	Ervedal ETAR 6	327	16 694,40	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Galizes – Ribeira da Presa	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo	264	6 660,84	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Lajeosa – Chão da Vala	Fossa Coletiva	Primário	Lajeosa ETAR 13	199	5 817,72	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Lajeosa – Malhadoura	Fossa Coletiva	Primário	Lajeosa ETAR 13	199	5 775,60	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Lagos da Beira	Fossa Coletiva	Primário	Lagos da Beira ETAR 6	396	5 817,72	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
Lourosa	Fossa Coletiva	Primário	Lourosa	158	10 960,92	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Meruge - Ponte	Fossa Coletiva	Primário	Meruge ETAR 6	138	12 900,24	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Meruge – Quinta do Pinheiro	Fossa Coletiva	Primário	Meruge ETAR 6	137	12 900,24	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Meruge – Quinta da Lavandeira	Fossa Coletiva	Primário	Meruge ETAR 6	138	8 853,12	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Negrelos	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos	260	13 110,96	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Nogueira do Cravo - Prado	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo ETAR 4	306	6 913,80	Meio recetor após tratamento	Solo	D



Designação	Tipo de Instalação	Grau de Tratamento	Freguesia	População total servida (hab.)	Volume Anual de Água Tratada (m³)	Tipo de Descarga	Meio recetor	Estado atual
Nogueira do Cravo – Fonte das Almas	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo ETAR 4	306	7 208,88	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em desativação)
Nogueirinha	Fossa Coletiva	Primário	Meruge ETAR 6	210	5 143,20	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em desativação)
Póvoa de São Cosme	Fossa Coletiva	Primário	Ervedal	171	3 625,56	Meio recetor após tratamento	Solo	F
São Gião – Senhora da Criação	Fossa Coletiva	Primário	São Gião ETAR 6	122	3 667,68	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
São Gião – Bobadelaideira	Fossa Coletiva	Primário	São Gião ETAR 6	123	5 525,64	Meio recetor após tratamento	Solo	D
São Gião – Senhora dos Aflitos	Fossa Coletiva	Primário	São Gião ETAR 6	122	11 888,40	Meio recetor após tratamento	Solo	D
São Sebastião da Feira – Parque Merendeiro	Fossa Coletiva	Primário	São Sebastião da Feira ETAR 7	86	5 649,12	Meio recetor após tratamento	Solo	F (ETAR em construção)
São Sebastião da Feira – Tapado	Fossa Coletiva	Primário	São Sebastião da Feira ETAR 7	87	5 691,24	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Santa Ovaia	Fossa Coletiva	Primário	Santa Ovaia ETAR 8	282	5 691,24	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Seixas	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira	282	5 691,24	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Seixo da Beira – Póvoa da Barbeira	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira ETAR 9	134	5 649,12	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em desativação)
Seixo da Beira – Laja do Grilo 1	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira ETAR 9	135	11 213,88	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Seixo da Beira – Laja do Grilo 2	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira ETAR 9	135	6 064,80	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Seixo da Beira - Igreja	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira ETAR 9	135	7 419,72	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Seixo da Beira – Vale do Pinto	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira ETAR 9	134	7 461,84	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Sobreda	Fossa Coletiva	Primário	Seixo da Beira ETAR 10	266	843,12	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Travanca de Lagos – Bairro Social	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos	77	7 461,96	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Travanca de Lagos – Quinta das Hortas	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos ETAR 11	176	15 513,96	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Travanca de Lagos – Raposeira	Fossa Coletiva	Primário	Travanca de Lagos ETAR 11	177	421,56	Meio recetor após tratamento	Solo	F (em fase de desativação)
Vale Dona Clara	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo	20	421,56	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Vale Maceira	Fossa Coletiva	Primário	Aldeia das Dez	34	1 527,48	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Venda das Galizes	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo	368	4 553,04	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Vila Pouca da Beira	Fossa Coletiva	Primário	Vila Pouca da Beira ETAR 12	218	10 329	Meio recetor após tratamento	Solo	D
Vilela	Fossa Coletiva	Primário	Nogueira do Cravo	108	4 851,84	Meio recetor após tratamento	Solo	F
Penalva Alva (LAAP)	ETAR	Secundário	Penalva de Alva	--	--	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	ADZC
Aldeia das Dez	ETAR	Secundário	Aldeia das Dez	400	21 900,00	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	F
Avô	ETAR	Secundário	Avô	507	27 758,28	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	F
Ervedal da Beira	ETAR	Secundário	Ervedal	475	26 006,28	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	F
Gavinhos	ETAR	Secundário	Oliveira do Hospital	2 000	54 750,00	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	F



Designação	Tipo de Instalação	Grau de Tratamento	Freguesia	População total servida (hab.)	Volume Anual de Água Tratada (m ³)	Tipo de Descarga	Meio recetor	Estado atual
Lagares da Beira	ETAR	Secundário	Lagares	1 304	56 210,04	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	D
Oliveira do Hospital	ETAR	Secundário	Oliveira do Hospital	3 745	177 755,04	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	D
Santo António do Alva	ETAR	Secundário	Penalva de Alva	285	30 660,00	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	F
Vila Franca da Beira/ Aldeia Formosa	ETAR	Secundário	Vila Franca da Beira	773	65 700,00	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	F
Polo Industrial da Cordinha/Seixo da Beira	ETAR	Secundário	Seixo da Beira	--	--	Meio recetor após tratamento	Troço de Linha de Água	D

4.4.8. Caracterização da Rede de distribuição de combustíveis

No município de Oliveira do Hospital existem 9 postos de abastecimento de combustível, com a seguinte distribuição: 3 postos na freguesia de Oliveira do Hospital, 2 postos na freguesia de Ervedal da Beira e um posto de abastecimento nas freguesias de Lagares da Beira, Lagos da Beira, Nogueira do Cravo e S. Paio de Gramaços.

No que se refere à distribuição de gás no município de Oliveira do Hospital, não existe rede de distribuição de gás canalizado, sendo a população abastecida através de botijas de gás. No município existem 10 pontos de venda de botijas de gás distribuídos pelas freguesias de S. Paio de Gramaços (3 pontos de venda), Oliveira do Hospital (2), Ervedal da Beira (1), Lagares da Beira (1), Lagos da Beira (1), Nogueira do Cravo (1) e Seixo da Beira (1).

4.4.9. Caracterização da Rede de recolha de resíduos sólidos

Geralmente, a gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) é assegurada na generalidade por sistemas municipais e multimunicipais constituídos por ecopontos, ecocentros, estações de transferência e instalações de valorização / eliminação de resíduos (aterro sanitário, incineradora, central de compostagem, central de triagem).

Com a importância de uma política de RSU, ajustada aos compromissos de uma redução de gases efeito estufa assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto, foi criado o PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos). Este visa a aplicação de medidas que permitam aumentar a eficiência e a eficácia das práticas de gestão de RSU, na prossecução de



uma otimização global e integrada. Pretende uma redução do recurso à deposição em aterro através da maximização da reciclagem e, subsidiariamente, de outras formas de valorização.

4.4.9.1. Cobertura da rede de recolha de RSU

O município de Oliveira do Hospital está integrado na Associação de municípios do Planalto Beirão, juntamente com os municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. Esta Associação de municípios que abrange atualmente 19 municípios foi criada com o intuito de criar um sistema integrado de gestão de RSU que permitisse a valorização e tratamento dos mesmos, de modo a preservar o ambiente e o equilíbrio natural da região.

A recolha e o tratamento dos RSU abrange a totalidade dos aglomerados urbanos do município (100%), mas com frequências de recolha diferenciadas de acordo com a produção de RSU e as necessidades de cada lugar. Ao nível da recolha e tratamento de RSU o Quadro 84 apresenta a evolução da produção anual de RSU no município para os anos de 2001 a 2009.

No ano de 2011 existiam 82 ecopontos completos (Vidrão+papelão+embalão). Assim, para o referido ano há 270 hab/ecoponto completo.

Quadro 84 – Evolução da Produção Anual de RSU no município.

Ano	Produção Anual de RSU (em ton)
2001	6461
2002	6988
2003	6866
2004	6866
2005	6201
2006	7001
2007	7115
2008	6432
2009	5691



4.4.9.2. Cobertura e quantificação da recolha seletiva dos resíduos

No Quadro 85 apresenta-se a evolução da produção anual de recicláveis (em ton) no município, verificando-se que o município apresenta uma tendência crescente no encaminhamento de RSU para reciclagem.

Quadro 85 – Evolução da Produção Anual de Recicláveis (em ton) no município.

Ano	Vidro	Papel/Cartão	Embalagens	Total
2001	25	13	3	41
2002	44	40	8	92
2003	90	61	16	167
2004	107	69	19	195
2005	111	66	19	196
2006	118	95	27	240
2007	161	98	37	296
2008	173	136	61	370
2009	195	122	63	380
2010	198	122	68	388

Fonte: CM Oliveira do Hospital, 2011

O município para além dos resíduos descritos anteriormente (vidro, papel/cartão, embalagens) também possui recolha de madeiras, colchões, verdes, entulhos, eletrodomésticos, pneus e metais.

4.4.9.3. Incremento do número de equipamentos colocados à disposição da população

O Quadro 86 apresenta os equipamentos atualmente instalados, por Freguesia/Povoação, verificando-se que o município possui 82 ecopontos completos. O município também possui 3 oleões destinados à colocação de óleos usados domésticos, encontrando-se junto aos ecopontos localizados próximo da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, Transval e no Ecocentro, em atividade na Zona Industrial.



Quadro 86 – Equipamentos disponibilizados à população.

Freguesia/Povoação	2010	Freguesia/Povoação	2010
Oliveira do Hospital	19 (V+P+E)	Meruge	2 (V+P+E)
Póvoa de Gavinhos	1 (V+P+E)	Vila Franca da Beira	2 (V+P+E)
Catraia de São Paio	2 (V+P+E)	Aldeia Formosa	1 (V+P+E)
São Paio de Gramaços	2 (V+P+E), 1V	Seixo da Beira	3 (V+P+E)
Ervedal da Beira	3 (V+P+E)	Seixas	1 (V+P+E)
Póvoa de São Cosme	1 (V+P+E)	Sobreda	1 (V+P+E)
Chamusca da Beira	1 (V+P+E)	Andorinha	1 (V+P+E)
Póvoa das Quartas	2 (V+P+E)	Fiais da Beira	1 (V+P+E)
Lourosa	1 (V+P+E)	Negrelos	1 (V+P+E)
Venda de Galizes	1 (V+P+E)	Casal de Abade	1 (V+P+E)
Santa Ovaia	2 (V+P+E)	Venda de Esperança	1 (V+P+E)
Sr. das Almas	1 (V+P+E)	Aldeia de Nogueira	1 (V+P+E)
Nogueira do Cravo	3 (V+P+E)	Travanca de Lagos	1 (V+P+E)
Galizes	2 (V+P+E)	Lagares da Beira	3 (V+P+E)
Vila Pouca da Beira	1 (V+P+E)	Gavinhos Cima	1 (V+P+E)
Avô	2 (V+P+E)	Gavinhos Baixo	1 (V+P+E)
Aldeia das Dez	1 (V+P+E)	Lajeosa	2 (V+P+E)
Alvoco das Várzeas	1 (V+P+E)	Lagos da Beira	2 (V+P+E)
Ponte das Três Entradas	1 (V+P+E)	Nogueirinha	1 (V+P+E)
S. Sebastião das Feiras	1 (V+P+E)	Gramaços	1 (V+P+E)
Caldas de São Paulo	1 (V+P+E)	Bobadela	1 (V+P+E)
Stº António do Alva	1 (V+P+E)	São Gião	2 (V+P+E)
Penalva de Alva	1 (V+P+E)		

Legenda: V – vidro, P – papelão, E – embalagens, Fonte: CM Oliveira do Hospital 2011

4.5. Caracterização das Finanças Locais

A Caracterização das **Finanças Locais** analisa a evolução global das receitas e despesas do município, apresenta detalhadamente essas receitas e despesas, analisa a dívida do município e apresenta outros indicadores de gestão relativamente aos anos de 1998 a 2002.

De 1998 a 2002 a autarquia registou um aumento global das receitas a preços correntes que corresponde a um aumento de 143,84%, enquanto que as despesas a preços correntes corresponde um crescimento das despesas de 143,33%. O crescimento das receitas foi superior ao das despesas, o que permitiu inverter o desequilíbrio orçamental de 1998, sendo que a partir deste ano e até 2002 as receitas foram superiores às despesas.



Das fontes de receitas dos municípios previstas pela Lei, destacam-se as seguintes: Participação direta na receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA), distribuídas pela Administração Central como Fundo Geral Municipal (FGM) e como Participação no Fundo de Coesão Municipal (FCM); Impostos Diretos (contribuição autárquica, imposto municipal sobre veículos e imposto municipal de SISA); Receitas de cobrança da derrama sobre a coleta do IRC, (cuja taxa é fixada pelo município até ao limite máximo de 10%), da cobrança de taxas, tarifas e preços resultantes da prestação de serviços pelo município;

As Autarquias podem ainda recorrer a Financiamentos Externos, nomeadamente o recurso a empréstimos e aberturas de crédito junto de instituições de crédito, emissão de obrigações e celebração de contratos de locação financeira.

Em termos de despesas, estas subdividem-se em despesas correntes (abrangendo despesas com o pessoal, bens duradouros e não duradouros, aquisição de serviços, transferências correntes, encargos financeiros e outras despesas) e despesas de capital (contemplam os investimentos, transferências de capital, Ativos e passivos financeiros, amortizações de empréstimos e outras despesas).

Da análise do endividamento do município constata-se que a dívida da autarquia diminuiu em 1999, tendo aumentado até 2001, ano em que atingiu o seu valor máximo e voltou a diminuir em 2002. Comparando o início com o final do período denota-se um aumento do montante global da dívida, mas quando se analisam os valores a preços constantes verifica-se que a dívida da autarquia sofreu uma diminuição do seu valor absoluto. Houve então uma real diminuição da dívida da autarquia, pois quando a análise é feita a preços constantes, isolando-se o efeito do aumento geral dos preços, verifica-se que a dívida sofreu uma diminuição real do seu valor absoluto.



4.6. Caracterização da Habitação

Os Estudos de Caracterização da Habitação, foram feitos tendo como base os dados definitivos dos Censos de 1991, 2001 e 2011. Foi elaborada, também, uma análise da produção da habitação e da habitação social através dos dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Centro 2010, do INE, edição de 2011.

4.6.1. Parque habitacional

A caracterização do parque habitacional existente foi realizada através dos indicadores gerais dos Censos de 2011 (dados definitivos), verificando-se, através da análise do Quadro 87, o seguinte: Em 2011, o parque habitacional do município de Oliveira do Hospital é constituído por um total de 13684 alojamentos familiares, 11726 edifícios, que são ocupados por 20855 pessoas, agrupadas em 7980 famílias clássicas e 13 famílias institucionais. Relativamente a 2001, a população residente diminuiu em 1257 indivíduos, diminuíram 35 famílias clássicas residenciais e 191 núcleos familiares. O número total de alojamentos aumentou em 1150 alojamentos, tendo aumentado 1137 alojamentos familiares. O número de edifícios aumentou em 907 edifícios relativamente a 2001.

Quadro 87 – População Residente, Famílias, Núcleos Familiares, Alojamentos e Edifícios, no município de Oliveira do Hospital em 2001 e 2011

	População Residente	Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Total de Alojamentos	Alojamentos Familiares			Edifícios	
		Clássicas Residenciais	Institucionais			Total aloj fam	Clássicos	Não clássicos		Alojamentos Coletivos
2001	22112	8015	8	6679	12565	12547	12515	32	18	10819
2011	20855	7980	13	6488	13715	13684	13678	6	31	11726
2001-2011	-1257	-35	5	-191	1150	1137	1163	-26	13	907

Fonte: XIVº e XVº Recenseamentos da População

O Quadro 88 apresenta a síntese dos valores para o município de Oliveira do Hospital e freguesias das Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e Edifícios, entre 1991 e 2011.

Em 2011, as freguesias com maior número de população residente e, por sua vez, com maior número de edifícios são as seguintes: Oliveira do Hospital (4717 pessoas e 1242 edifícios),



Nogueira do Cravo (2309 pessoas e 1173 edifícios), Seixo da Beira (1600 pessoas e 1026 edifícios), Lagares da Beira (1398 pessoas e 712 edifícios), Travanca de Lagos (1296 pessoas e 830 edifícios), Penalva de Alva (926 pessoas e 602 edifícios) e Ervedal da Beira (929 pessoas e 721 edifícios).

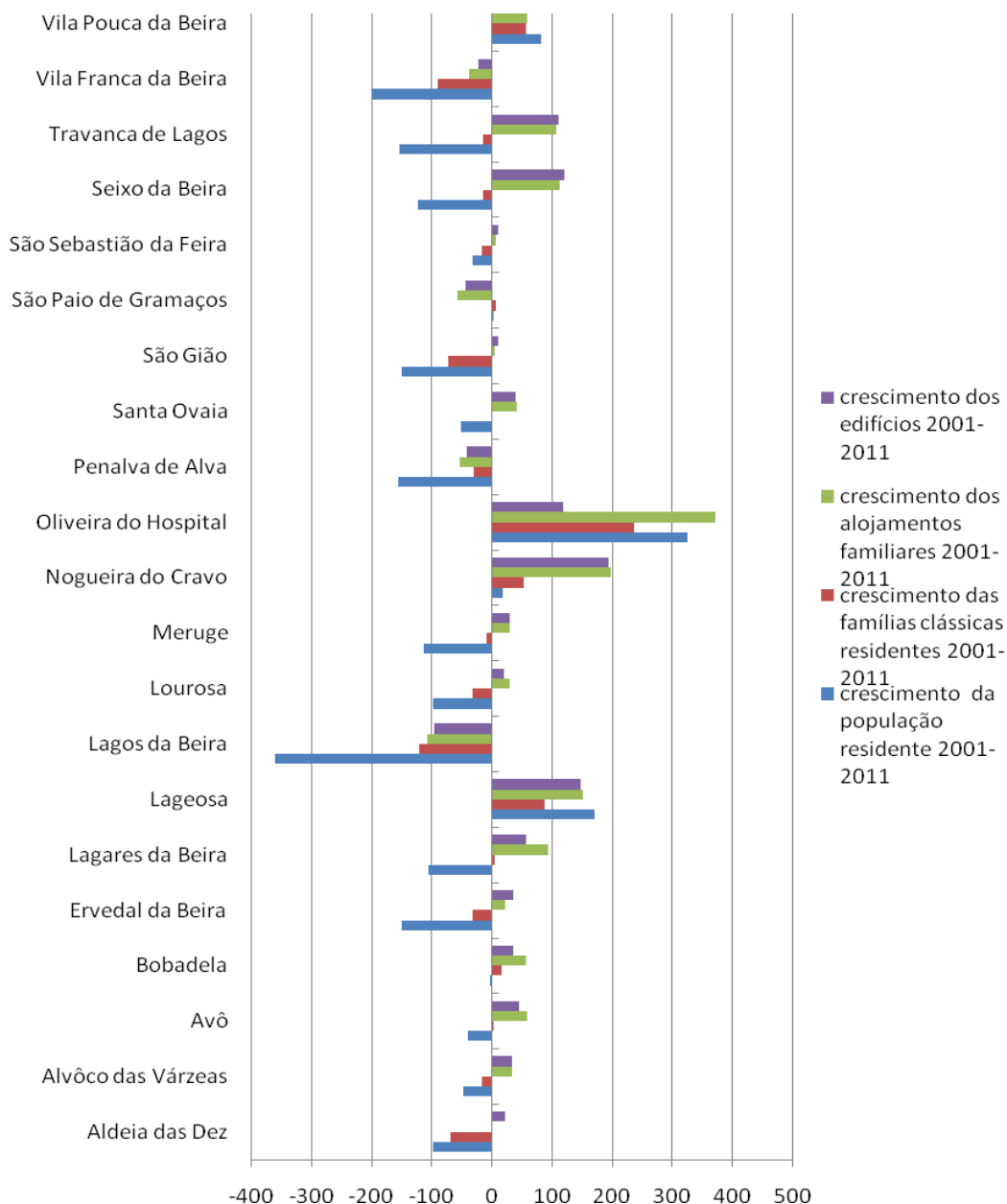
O município de Oliveira do Hospital possui um índice de 1,17 alojamentos familiares por edifício, um índice de 1,71 alojamentos familiares por família clássica residencial e um índice de pessoas por família clássica residencial de 2,60.

Quadro 88 – População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e edifícios, por freguesia e índices no município de Oliveira do Hospital, entre 1991 e 2011

Freguesias	População Residente em 1991	População Residente em 2001	População Residente em 2011	crescimento da população residente 2001-2011	Famílias Clássicas Residenciais em 1991	Famílias Clássicas Residenciais em 2001	Famílias Clássicas Residenciais em 2011	crescimento das famílias clássicas residentes 2001-2011	Alojamentos Familiares em 1991	Alojamentos Familiares em 2001	Alojamentos Familiares em 2011	crescimento dos alojamentos familiares	Edifícios em 1991	Edifícios em 2001	Edifícios em 2011	crescimento dos edifícios	Alojamento familiar por edifício	Índices 2011	Alojamento familiar por família clássica residencial	personas por família clássica residencial
Aldeia das Dez	785	627	531	-96	309	283	215	-68	531	569	569	0	510	545	568	23	1,00	2,65	1,88	
Alvôco das Várzeas	491	366	320	-46	192	146	130	-16	288	294	328	34	267	276	311	35	1,05	2,52	2,19	
Avô	762	633	595	-38	267	219	223	4	387	362	422	60	361	354	401	47	1,05	1,89	2,72	
Bobadela	759	761	759	-2	250	261	278	17	335	363	420	57	309	327	364	37	1,15	1,51	2,91	
Ervedal da Beira	1113	1077	929	-148	415	393	362	-31	627	707	729	22	632	685	721	36	1,01	2,01	2,36	
Lagares da Beira	1565	1503	1398	-105	512	517	523	6	723	728	822	94	647	655	712	57	1,15	1,57	2,70	
Lajeosa	679	610	782	172	213	214	302	88	260	299	452	153	247	283	432	149	1,05	1,50	3,65	
Lagos da Beira	981	912	553	-359	332	333	214	-119	407	442	336	-106	384	418	324	-94	1,04	1,57	1,66	
Lourosa	762	651	555	-96	287	263	232	-31	435	496	527	31	431	493	514	21	1,03	2,27	2,11	
Meruge	786	668	555	-113	269	251	244	-7	366	393	423	30	362	379	409	30	1,03	1,73	2,21	
Nogueira do Cravo	2 365	2289	2309	20	778	769	823	54	1039	1058	1256	198	976	978	1173	195	1,07	1,53	3,00	
Oliveira do Hospital	3 510	4390	4717	327	1111	1537	1774	237	1548	2287	2660	373	945	1122	1242	120	2,14	1,50	3,07	
Penalva de Alva	1 214	1080	926	-154	415	393	364	-29	686	660	607	-53	629	642	602	-40	1,01	1,67	2,36	
Santa Ovaia	646	647	597	-50	202	206	205	-1	273	318	361	43	250	291	331	40	1,09	1,76	2,90	
São Gião	700	574	425	-149	276	251	180	-71	514	502	508	6	510	488	500	12	1,02	2,82	1,69	
São Paio de Gramaços	1 003	987	991	4	320	350	357	7	438	574	517	-57	391	482	440	-42	1,18	1,45	2,83	
São Sebastião da Feira	272	229	197	-32	107	103	87	-16	150	155	162	7	149	144	155	11	1,05	1,86	1,91	
Seixo da Beira	1 954	1722	1600	-122	640	643	629	-14	921	931	1045	114	914	904	1026	122	1,02	1,66	2,49	
Travanca de Lagos	1 326	1448	1296	-152	424	508	495	-13	681	753	860	107	652	718	830	112	1,04	1,74	2,55	
Vila Franca da Beira	583	555	355	-200	207	229	140	-89	389	370	334	-36	386	356	334	-22	1,00	2,39	1,55	
Vila Pouca da Beira	328	383	465	82	119	146	203	57	242	286	346	60	242	279	337	58	1,03	1,70	3,18	
município de Oliveira do Hospital	22584	22112	20855	-1257	7645	8015	7980	-35	11240	12547	13684	1137	10194	10819	11726	907	1,17	1,71	2,60	

Fonte: XIIIº, XIVº e XVº Recenseamentos da População

Pela análise do Quadro 88 verifica-se que a freguesia de Oliveira do Hospital detém um índice de 2,14 alojamentos familiares por edifício, enquanto que as restantes freguesias o índice não ultrapassa os 1,18 (freguesia de São Paio de Gramaços).



(Fonte: Censos de 2001 e 2011 - dados definitivos)

Figura 49 – Evolução da População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e Edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital entre 2001 e 2011

Quanto ao número de edifícios, analisando a evolução entre 2001 e 2011, a freguesia de Nogueira do Cravo deteve o maior aumento, com um aumento de 195 edifícios, perfazendo um total de 1173 edifícios em 2011. Segue-se a freguesia da Lajeosa com um aumento de 149 edifícios, perfazendo um total de 432 edifícios em 2011. Em terceiro lugar quanto ao aumento de edifícios encontra-se a freguesia do Seixo da Beira, com 122 edifícios, perfazendo um total



de 1026 edifícios em 2011. A freguesia de Oliveira do Hospital teve um aumento de 120 edifícios, perfazendo um total de 1242 edifícios em 2011. Segue-se a freguesia de Travanca de Lagos, com um aumento de 112 edifícios, perfazendo um total de 830 edifícios em 2011.

Inversamente, a freguesia com a maior diminuição de edifícios foi a freguesia de Lagos da Beira com uma diminuição de 94 edifícios, seguindo-se as freguesias de São Paio de Gramaços, Penalva de Alva e Vila Franca da Beira, com menos 42, 40 e 22 edifícios, respetivamente.

Por outro lado, quanto aos alojamentos familiares, verifica-se que a freguesia de Oliveira do Hospital deteve o maior aumento, com 373 alojamentos familiares, perfazendo um total de 2660 alojamentos familiares em 2011, verificando-se, assim um índice de 2,14 alojamentos familiares por edifício. Seguem-se as freguesias de Nogueira do Cravo com um aumento de 198 alojamentos familiares, perfazendo um total de 1256 alojamentos familiares, da Lajeosa com um aumento de 153 alojamentos familiares, perfazendo um total de 452 alojamentos familiares, do Seixo da Beira com um aumento de 114 alojamentos familiares, perfazendo um total de 1045 alojamentos familiares e de Travanca de Lagos com um aumento de 107 alojamentos familiares, perfazendo um total de 860 alojamentos familiares.

Quadro 89 – População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

Freguesias	População Residente		Famílias Clássicas Residenciais		Alojamentos Familiares		Edifícios	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Aldeia das Dez	531	3%	215	3%	569	4%	568	5%
Alvão das Várzeas	320	2%	130	2%	328	2%	311	3%
Avô	595	3%	223	3%	422	3%	401	3%
Bobadela	759	4%	278	3%	420	3%	364	3%
Ervedal da Beira	929	4%	362	5%	729	5%	721	6%
Lagares da Beira	1398	7%	523	7%	822	6%	712	6%
Lajeosa	782	4%	302	4%	452	3%	432	4%
Lagos da Beira	553	3%	214	3%	336	2%	324	3%
Lourosa	555	3%	232	3%	527	4%	514	4%
Meruge	555	3%	244	3%	423	3%	409	3%
Nogueira do Cravo	2309	11%	823	10%	1256	9%	1173	10%
Oliveira do Hospital	4717	23%	1774	22%	2660	19%	1242	11%
Penalva de Alva	926	4%	364	5%	607	4%	602	5%
Santa Ovaia	597	3%	205	3%	361	3%	331	3%
São Gião	425	2%	180	2%	508	4%	500	4%
São Paio de Gramaços	991	5%	357	4%	517	4%	440	4%
São Sebastião da Feira	197	1%	87	1%	162	1%	155	1%
Seixo da Beira	1600	8%	629	8%	1045	8%	1026	9%
Travanca de Lagos	1296	6%	495	6%	860	6%	830	7%
Vila Franca da Beira	355	2%	140	2%	334	2%	334	3%
Vila Pouca da Beira	465	2%	203	3%	346	3%	337	3%
município OH	20855	100%	7980	100%	13684	100%	11726	100%

Fonte: XIIIº, XIVº e XVº Recenseamentos da População

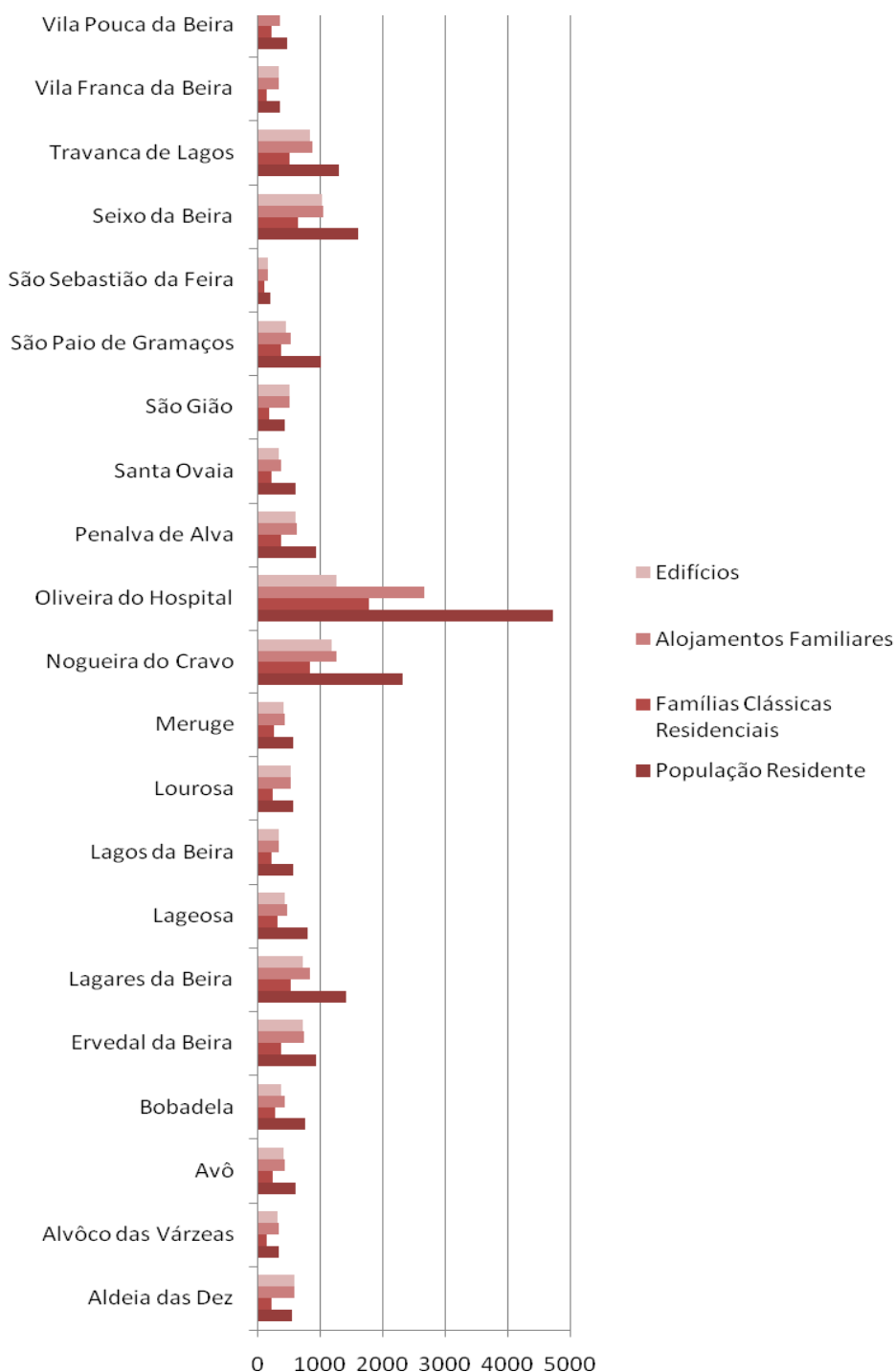


Figura 50 – População Residente, Famílias Clássicas Residenciais, Alojamentos Familiares e Edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011



O Quadro 89 e a Figura 50 apresentam a situação em 2011 da população residente, famílias clássicas residenciais, alojamentos familiares e edifícios, por freguesia, em Oliveira do Hospital.

A freguesia de Oliveira do Hospital contempla 11% dos edifícios existentes no município, seguindo-se as freguesias de Nogueira do Cravo com 10%, de Seixo da Beira com 9% e Travanca de Lagos com 7%. As restantes freguesias possuem uma percentagem inferior ou igual a 6% sendo a freguesia de São Sebastião da Feira a que possui a menor percentagem, perfazendo um total de 1%.

4.6.1.1. Caracterização dos edifícios

4.6.1.1.1. Edifícios segundo o tipo de edifício, utilização do edifício e número de alojamentos

O Quadro 90 apresenta a caracterização dos edifícios no município de Oliveira do Hospital, por freguesia, em 2011. Identificam-se 3 tipos de edifícios clássicos: edifícios clássicos construídos estruturalmente para possuírem 1 ou 2 alojamentos familiares, para possuir 3 ou mais alojamentos familiares e outro tipo. Assim, verifica-se que 96,62% (11330) dos edifícios clássicos são construídos estruturalmente para 1 ou 2 alojamentos familiares, localizando-se, com maior peso nas freguesias de Nogueira do Cravo (1157), Seixo da Beira (1024) e Oliveira do Hospital (1007). Apenas 2,62% dos edifícios são construídos estruturalmente para 3 ou mais alojamentos familiares (307), localizando-se fundamentalmente na freguesia de Oliveira do Hospital (221).

Quanto à utilização do edifício, verifica-se que 94,32% é exclusivamente residencial, com um total de 11060 edifícios, distribuindo-se por todas as freguesias, destacando-se as freguesias de Nogueira do Cravo, com 1123, Oliveira do Hospital, com 1045 e Seixo da Beira, com 1001 edifícios. Com a utilização de principalmente residencial, há 5,44% dos edifícios, totalizando 638 e localizando-se maioritariamente na freguesia de Travanca de Lagos, com um total de 239 edifícios, seguindo-se a freguesia de Oliveira do Hospital, com 192 edifícios.

Relativamente ao número de alojamentos existentes nos edifícios, 94,74% têm 1 alojamento, com um total de 11097 edifícios, 4,19% têm entre 2 a 6 alojamentos, com um total de 491



edifícios, 0,98% têm entre 7 a 12 alojamentos, com um total de 115 edifícios e 0,09% têm 13 ou mais alojamentos, com um total de 10 edifícios. A freguesia de Oliveira do Hospital domina a localização de edifícios acima dos dois alojamentos por edifício.

Quadro 90 – Caracterização dos edifícios por número de alojamentos, utilização e tipo de edifício, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

	Total de edifícios	Número de alojamentos				Utilização do edifício			Tipo de edifício		
		Com 1	Com 2 a 6	Com 7 a 12	Com 13 ou mais	Exclusivamente residencial	Principalmente residencial I	Principalmente não residencial	Clássicos construídos estruturalmente para		
									Possuir 1 ou 2 alojamentos familiares	Possuir 3 ou mais alojamentos familiares	Outro tipo
Aldeia das Dez	568	564	4	0	0	560	7	1	563	1	4
Alvoco das Várzeas	311	296	15	0	0	305	6	0	307	2	2
Avô	401	380	21	0	0	386	15	0	395	3	3
Bobadela	364	338	22	4	0	358	3	3	355	8	1
Ervedal	721	710	11	0	0	718	2	1	718	0	3
Lagares	712	658	52	2	0	687	25	0	690	21	1
Lagos da Beira	432	418	14	0	0	421	11	0	429	3	0
Lajeosa	324	311	13	0	0	319	5	0	323	0	1
Lourosa	514	502	12	0	0	511	2	1	514	0	0
Meruge	409	397	12	0	0	397	9	3	407	2	0
Nogueira do Cravo	1173	1131	38	3	1	1123	46	4	1157	13	3
Oliveira do Hospital	1242	968	160	105	9	1045	192	5	1007	221	14
Penalva de Alva	602	596	6	0	0	599	3	0	549	0	53
Santa Ovaia	331	312	19	0	0	307	23	1	324	6	1
São Gião	500	490	10	0	0	498	0	2	499	1	0
São Paio de Gramaços	440	405	34	1	0	430	9	1	426	14	0
São Sebastião da Feira	155	152	3	0	0	152	3	0	153	2	0
Seixo da Beira	1026	998	15	0	0	1001	20	5	1024	2	0
Travanca de Lagos	830	809	21	0	0	590	239	1	823	6	1
Vila Pouca da Beira	334	333	1	0	0	324	10	0	333	0	1
Vila Franca da Beira	337	329	8	0	0	329	8	0	334	2	1
município de Oliveira do Hospital	11726	11097	491	115	10	11060	638	28	11330	307	89
%	100%	94,74%	4,19%	0,98%	0,09%	94,32%	5,44%	0,24%	96,62%	2,62%	0,76%

Fonte: XVº Recenseamentos da População e Vº recenseamento da Habitação – dados definitivos



4.6.1.1.2. Número de pisos

Relativamente ao número de pisos dos edifícios, o Quadro 91 e a Figura 51 apresentam a situação existente nas freguesias e no município de Oliveira do Hospital em 2011. Verifica-se que predominam os edifícios com 1 ou 2 pisos, com 77% da totalidade, seguindo-se os edifícios com 3 ou 4 pisos, detendo 22% do total e, com apenas 1%, os edifícios com 5 ou mais pisos.

Quadro 91 – Número de pisos dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

Freguesias	Total	1 ou 2 pisos	3 ou 4 pisos	5 ou mais pisos
Aldeia das Dez	568	380	185	3
Alvoco das Várzeas	311	272	39	0
Avô	401	293	108	0
Bobadela	364	309	55	0
Ervedal	721	613	108	0
Lagares	712	491	219	2
Lagos da Beira	432	195	236	1
Lajeosa	324	241	83	0
Lourosa	514	472	42	0
Meruge	409	396	13	0
Nogueira do Cravo	1173	920	249	4
Oliveira do Hospital	1242	784	339	119
Penalva de Alva	602	568	34	0
Santa Ovaia	331	111	218	2
São Gião	500	422	78	0
São Paio de Gramaços	440	367	72	1
São Sebastião da Feira	155	60	93	2
Seixo da Beira	1026	919	101	6
Travanca de Lagos	830	751	78	1
Vila Pouca da Beira	334	200	133	1
Vila Franca da Beira	337	243	94	0
município de Oliveira do Hospital	11726	9007	2577	142
%	100%	77%	22%	1%

Todas as freguesias possuem como tipologia dominante os edifícios com 1 ou 2 pisos. Quanto aos edifícios com 3 ou 4 pisos, verifica-se que se encontram também em todas as freguesias, predominando nas freguesias de Oliveira do Hospital (339 edifícios), Nogueira do Cravo (249 edifícios), Lagos da Beira (236 edifícios) e Santa Ovaia (218 edifícios). Meruge é a freguesia que detém o menor número de edifícios com 3 ou 4 pisos, com um total de 13 edifícios, seguindo-se Penalva de Alva e Alvôco das Várzeas com 34 e 39 edifícios respetivamente.



No que toca aos edifícios com 5 pisos ou mais, a freguesia de Oliveira do Hospital detém o maior número de edifícios, com um total de 119. Os restantes edifícios com 5 ou mais pisos distribuem-se pelas freguesias de Seixo da Beira (6), Nogueira do Cravo (4), Aldeia das Dez (3), Lagares, Santa Ovaia e São Sebastião da Feira com 2 edifícios e Lagos da Beira, São Paio de Gramaços, Travanca de Lagos e Vila Pouca da Beira com apenas 1 edifício.

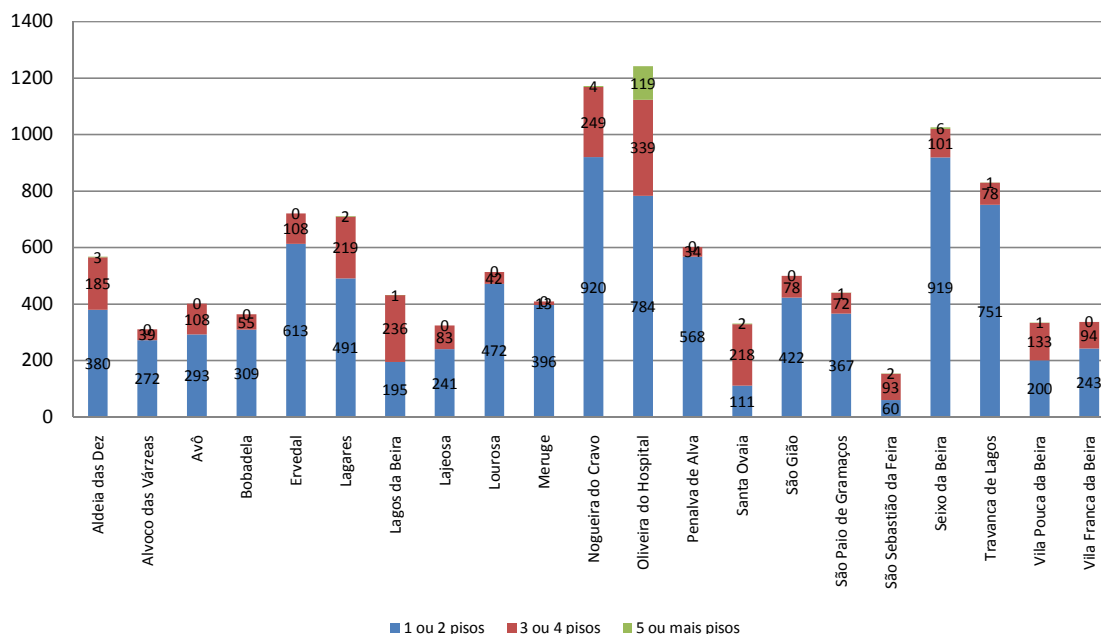


Figura 51 – Número de pisos dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

4.6.1.1.3. Época de Construção dos Edifícios

Segundo os Censos de 2011, no município de Oliveira do Hospital predominam os edifícios construídos no período entre 1991 a 2000, com um total de 2060 edifícios, perfazendo 17,57% do total do edificado existente.

O Quadro 92 apresenta a caracterização da época de construção do edificado por freguesia no município de Oliveira do Hospital partindo a análise dos edifícios construídos antes de 1919, até aos edifícios construídos entre 2006 e 2011.



Quadro 92 – Época de construção dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital até 2011

Freguesias	total de edifícios	antes de 1919	1919 a 1945	1946 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 1995	1996 a 2000	2001 a 2005	2006 a 2011
Aldeia das Dez	568	31	25	43	104	65	84	68	56	48	44
Alvoco das Várzeas	311	0	7	23	28	12	21	20	98	61	41
Avô	401	1	19	45	69	94	63	36	32	27	15
Bobadela	364	57	33	29	24	43	41	38	50	30	19
Ervedal	721	26	148	148	122	83	66	38	30	39	21
Lagares	712	94	114	78	57	99	83	52	56	41	38
Lagos da Beira	432	80	49	43	57	51	59	28	21	25	19
Lajeosa	324	50	58	26	25	26	45	19	20	22	33
Lourosa	514	18	45	72	54	58	67	51	51	61	37
Meruge	409	5	23	32	56	65	38	45	66	47	32
Nogueira do Cravo	1173	26	26	38	72	168	311	186	155	128	63
Oliveira do Hospital	1242	88	102	136	102	172	248	95	143	107	49
Penalva de Alva	602	16	71	121	153	97	54	61	17	7	5
Santa Ovaia	331	49	14	32	21	30	63	34	37	31	20
São Gião	500	44	106	78	58	71	63	20	23	20	17
São Paio de Gramaços	440	1	28	61	67	111	71	25	41	20	15
São Sebastião da Feira	155	28	11	13	20	36	18	2	8	9	10
Seixo da Beira	1026	129	163	90	61	181	105	47	83	99	68
Travanca de Lagos	830	219	70	52	72	111	95	46	84	43	38
Vila Franca da Beira	334	68	49	32	46	36	36	21	18	19	9
Vila Pouca da Beira	337	71	42	21	15	44	49	17	22	34	22
município de Oliveira do Hospital	11726	1101	1203	1213	1283	1653	1680	949	1111	918	615
	100%	9,39%	10,26%	10,34%	10,94%	14,10%	14,33%	8,09%	9,47%	7,83%	5,24%
									1991 a 2000	2001 a 2011	
								17,57%	13,07%		

Censos 2011 – resultados definitivos

A Figura 52 apresenta a caracterização do edificado existente no município de acordo com a época de construção. Verifica-se um aumento progressivo do número de edifícios construídos até ao ano de 2000 e uma quebra acentuada no período entre 2001 e 2011, constituindo 13,07% do total edificado, percentagem abaixo das décadas de 1971/1980 e 1981/1990, compreendendo 14,10% e 14,33%, respetivamente.

Assim, verifica-se que 59,07% da totalidade dos edifícios existentes no município foram construídos a partir de 1971, sendo a sua maior expressão entre 1991 e 2000.

Os edifícios construídos até 1919 detêm 9,39% da totalidade do edificado.

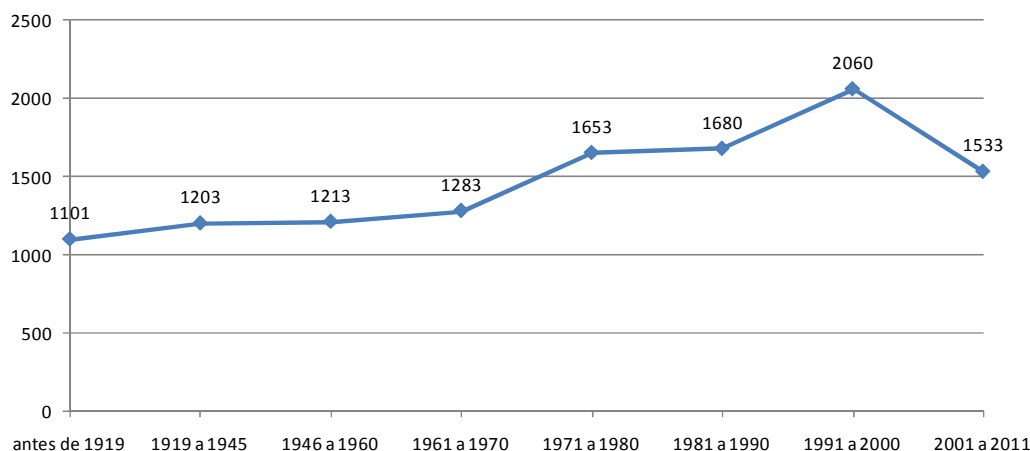


Figura 52 – Época de construção dos edifícios no município de Oliveira do Hospital até 2011

4.6.1.1.4. Materiais utilizados

Quadro 93 – Materiais utilizados na estrutura dos edifícios, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

	total de edifícios	estrutura em betão	estrutura com placa	estrutura sem placa	estrutura de adobe / pedra	outra estrutura
Aldeia das Dez	568	14	344	177	29	4
Alvoco das Várzeas	311	99	71	134	6	1
Avô	401	30	244	5	1	121
Bobadela	364	218	65	55	4	22
Ervedal	721	416	22	26	240	17
Lagares	712	220	265	193	31	3
Lagos da Beira	432	179	116	134	0	3
Lajeosa	324	46	132	135	10	1
Lourosa	514	31	351	88	39	5
Meruge	409	306	5	4	93	1
Noqueira do Cravo	1173	855	194	97	6	21
Oliveira do Hospital	1242	1018	38	164	9	13
Penalva de Alva	602	182	349	67	3	1
Santa Ovaia	331	179	52	38	62	0
São Gião	500	161	192	116	31	0
São Paio de Gramaços	440	85	307	27	18	3
São Sebastião da Feira	155	120	4	29	1	1
Seixo da Beira	1026	154	485	162	26	199
Travanca de Lagos	830	258	274	285	8	5
Vila Pouca da Beira	334	201	9	29	0	95
Vila Franca da Beira	337	12	161	28	3	133
município de Oliveira do Hospital	11726	4784	3680	1993	620	649
%	100%	41%	31%	17%	5%	6%

Censos 2011 – resultados definitivos



O material predominante utilizado na estrutura nos edifícios é o betão, compreendendo 41% da totalidade dos edifícios. A estrutura com placa compreende 31% dos edifícios, enquanto que a estrutura sem placa compreende 17% dos edifícios. 5% dos edifícios são constituídos por estrutura em adobe/pedra e 6% compreendem outro tipo de estruturas.

4.6.1.2. Caracterização dos Alojamentos

4.6.1.2.1. Tipo de alojamento e forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos

O Quadro 94 apresenta a caracterização dos alojamentos segundo o tipo de alojamento, verificando-se que 99,8% são alojamentos familiares e 0,2% são alojamentos coletivos. Relativamente aos alojamentos familiares, encontram-se organizados em alojamentos familiares clássicos, com um total de 13678 alojamentos no município, e alojamentos não clássicos com um total de 6 alojamentos no município.

Quanto à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, verifica-se que 57,7% são residência habitual, 28,6% são de residência secundária e 13,6% encontram-se vagos.

Analisando por freguesia, verifica-se que a freguesia de Oliveira do Hospital detém o maior número de alojamentos familiares clássicos, com 2660 alojamentos familiares clássicos, seguindo-se a freguesia de Nogueira do Cravo com 1256 e Seixo da Beira com 1045.

Como residência habitual, a freguesia de Oliveira do Hospital detém a maioria de alojamentos, com 1757, seguindo-se a freguesia de Nogueira do Cravo com 817 alojamentos e a freguesia de Seixo da Beira com 618 alojamentos familiares clássicos como residência habitual.

Como residência secundária, a freguesia de Oliveira do Hospital detém um total de 537 alojamentos, seguindo-se Ervedal da Beira com 358 e Nogueira do Cravo com 289, Travanca de Lagos com 275, Seixo da Beira com 272, São Gião com 250 e aldeia das Dez com 248 alojamentos como residência secundária.



Quanto aos alojamentos vagos, a freguesia de Oliveira do Hospital detém o maior número, com um total de 366 alojamentos vagos, seguindo-se da freguesia de Seixo da Beira com 155 e da freguesia de Nogueira do Cravo com 150 Alojamentos familiares clássicos vagos.

A Figura 53 apresenta a relação da forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos em cada freguesia. Verifica-se que as freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Ervedal da Beira, Lourosa, São Gião e Vila Pouca da Beira detêm menos de metade dos seus alojamentos familiares clássicos como residência habitual. Verifica-se, também, que há freguesias com um número de alojamentos como residência secundária superior aos alojamentos como residência habitual, nomeadamente, Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas e São Gião. A freguesia da Lajeosa é a freguesia que detém a maior número de alojamentos familiares clássicos vagos, cerca de 37% relativamente ao seu total de alojamentos. As freguesias de São Sebastião da Feira e de Ervedal da Beira detêm o menor número de alojamentos familiares clássicos vagos, com 9 e 11, respetivamente..

Quadro 94 – Alojamentos segundo o tipo de alojamento e a forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

Freguesias	Total	Tipo de alojamento						Coletivo
		Familiar					Coletivo	
		Total	Clássico	Não clássico	Formas de ocupação			
Residência habitual	Residência secundária				Vago			
Aldeia das Dez	573	569	569	0	213	248	108	4
Alvoco das Várzeas	330	328	326	2	126	167	33	2
Avô	425	422	422	0	221	170	31	3
Bobadela	422	420	420	0	276	92	52	2
Ervedal	732	729	729	0	360	358	11	3
Lagares	823	822	821	1	515	172	134	1
Lagos da Beira	452	452	451	1	301	68	82	0
Lajeosa	337	336	336	0	202	45	89	1
Lourosa	527	527	526	1	230	200	96	0
Meruge	423	423	423	0	235	119	69	0
Nogueira do Cravo	1259	1256	1256	0	817	289	150	3
Oliveira do Hospital	2664	2660	2660	0	1757	537	366	4
Penalva de Alva	608	607	606	1	363	195	48	1
Santa Ovaia	362	361	361	0	202	95	64	1
São Gião	510	508	508	0	180	250	78	2
São Paio de Gramaços	518	517	517	0	357	90	70	1
São Sebastião da Feira	162	162	162	0	87	66	9	0
Seixo da Beira	1045	1045	1045	0	618	272	155	0
Travanca de Lagos	861	860	860	0	492	275	93	1
Vila Pouca da Beira	335	334	334	0	140	113	81	1
Vila Franca da Beira	347	346	346	0	202	97	47	1
município de Oliveira do Hospital	13715	13684	13678	6	7894	3918	1866	31
%	100,0%	99,8%	100%		57,7%	28,6%	13,6%	0,2%

Censos 2011 – resultados definitivos

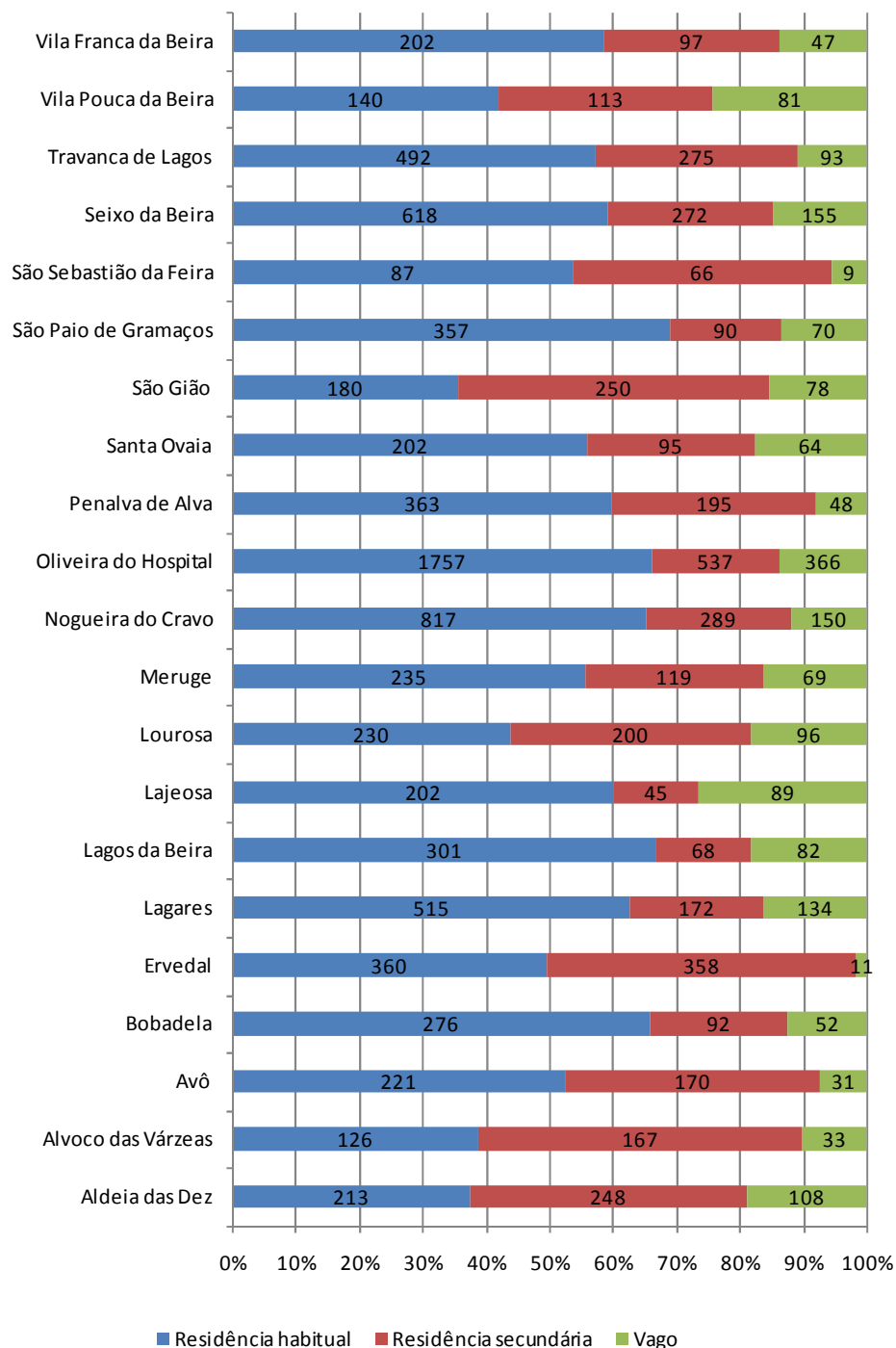


Figura 53 – Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos por freguesia – residência habitual, residência secundária e vagos



4.6.1.2.2. Regime de propriedade

Quanto ao Regime de Propriedade dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, caracterizado no Quadro 95, a grande maioria é proprietário ou coproprietário, com 81%, apenas 12% dos alojamentos como residência habitual são arrendados e 7% apresentam outros regimes.

Quadro 95 – Regime de propriedade dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

	Total de Alojamentos familiares clássicos como residência habitual	Regime de propriedade		
		Proprietário ou coproprietário	Arrendamento ou subarrendamento	Outros
Aldeia das Dez	213	176	30	7
Alvoco das Várzeas	126	107	8	11
Avô	221	163	30	28
Bobadela	276	207	45	24
Ervedal	360	312	18	30
Lagares	515	400	86	29
Lagos da Beira	301	252	38	11
Lajeosa	202	153	37	12
Lourosa	230	199	14	17
Meruge	235	206	11	18
Nogueira do Cravo	817	693	60	64
Oliveira do Hospital	1757	1277	371	109
Penalva de Alva	363	321	25	17
Santa Ovaia	202	160	27	15
São Gião	180	164	10	6
São Paio de Gramaços	357	263	72	22
São Sebastião da Feira	87	68	8	11
Seixo da Beira	618	540	36	42
Travanca de Lagos	492	416	43	33
Vila Pouca da Beira	140	120	5	15
Vila Franca da Beira	202	177	9	16
município de Oliveira do Hospital	7894	6374	983	537
%	100%	81%	12%	7%

Censos 2011 – resultados definitivos

4.6.1.2.3. Dimensão dos alojamentos familiares clássicos

Quanto à dimensão dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, verifica-se que, de acordo com o Quadro 96, predominam os alojamentos com uma dimensão entre os 100 e os 200 m², com 41,9% do total, seguindo-se os alojamentos com dimensão entre 50 a 100m², com 38,3% do total. 11,7% dos alojamentos possuem até 50m² e apenas 8,1% têm



mais de 200m² de dimensão. Quanto ao número de divisões, a maioria possui mais de 4 divisões, com 72,7% do total, seguindo-se os alojamentos com 3 a 4 divisões, 25,7% e os edifícios com 1 a 2 divisões, 1,7%.

Quadro 96 – Dimensão e número de divisões dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

	Aloj. Fam. Cláss. residência habitual	Residência Habitual						
		área do alojamento				Nº de divisões		
		até 50m ²	50 a 100 m ²	100 a 200 m ²	+ 200 m ²	1 a 2	3 a 4	outras
Aldeia das Dez	213	46	96	66	5	9	69	
Alvoco das Várzeas	126	12	58	49	7	2	41	
Avô	221	73	93	49	6	4	72	
Bobadela	276	25	106	116	29	3	72	
Ervedal	360	26	148	159	27	1	92	
Lagares	515	73	198	206	38	6	131	
Lagos da Beira	301	21	107	150	23	2	57	
Lajeosa	202	41	66	82	13	8	47	
Lourosa	230	37	108	74	11	6	65	
Meruge	235	29	104	87	15	6	52	
Nogueira do Cravo	817	87	310	353	67	11	195	
Oliveira do Hospital	1757	79	546	941	191	12	390	
Penalva de Alva	363	53	145	144	21	9	127	
Santa Ovaia	202	18	56	97	31	6	41	
São Gião	180	57	75	43	5	9	69	
São Paio de Gramaços	357	56	124	151	26	10	89	
São Sebastião da Feira	87	7	34	32	14	3	19	
Seixo da Beira	618	99	295	187	37	6	168	
Travanca de Lagos	492	32	212	215	33	8	136	
Vila Pouca da Beira	140	26	60	50	4	6	43	
Vila Franca da Beira	202	24	85	58	35	4	53	
município de Oliveira do Hospital	7894	921	3026	3309	638	131	2028	5735
%	100%	11,7%	38,3%	41,9%	8,1%	1,7%	25,7%	72,7%

Censos 2011 – resultados definitivos

4.6.1.2.4. Instalações Existentes

No que toca às instalações existentes no alojamentos familiares clássicos como residência habitual, o Quadro 97 apresenta a caracterização da existência de infraestruturas e do número de lugares de estacionamento por freguesia e no município de oliveira do Hospital. Verifica-se que a grande maioria, 99% dos alojamentos, são dotados de água canalizado e sistema de



drenagem de águas residuais. Quanto à instalação de banho ou duche, 96% são dotados desse sistema.

No que toca aos lugares de estacionamento, a maioria, 43%, não possui lugar de estacionamento, seguindo-se os alojamentos com apenas um lugar de estacionamento, com 34%, e os alojamentos com dois lugares de estacionamento, 16%.

Ao nível das freguesias, verifica-se que as freguesias da Lajeosa, Lourosa e Penalva de Alva são as que detêm o maior número de alojamentos sem água canalizada e sem sistema de drenagem de águas residuais.

Quadro 97 – Existência de infraestruturas e lugares de estacionamento dos alojamentos familiares clássicos como residência habitual, por freguesia, no município de Oliveira do Hospital em 2011

	Total	Água		Sistema de drenagem de águas residuais		Instalação de banho ou duche		Lugar de estacionamento			
		Com água canalizada	Sem água canalizada	Com sistema de drenagem de águas residuais	Sem sistema de drenagem de águas residuais	Com instalação	Sem instalação	Com 1 estacionamento	Com 2 estacionamentos	Com 3 estacionamentos	Sem estacionamento
Aldeia das Dez	213	211	2	211	2	203	10	45	17	4	147
Alvoco das Várzeas	126	124	2	124	2	119	7	28	14	7	77
Avô	221	219	2	219	2	212	9	52	19	8	142
Bobadela	276	273	3	273	3	263	13	92	62	30	92
Ervedal	360	355	5	357	3	342	18	117	47	22	174
Lagares	515	509	6	510	5	507	8	191	87	48	189
Lagos da Beira	301	300	1	301	0	282	19	100	57	29	115
Lajeosa	202	192	10	193	9	182	20	62	42	24	74
Lourosa	230	218	12	221	9	214	16	69	42	20	99
Meruge	235	232	3	232	3	223	12	67	40	30	98
Nogueira do Cravo	817	810	7	813	4	786	31	276	162	91	288
Oliveira do Hospital	1757	1751	6	1753	4	1733	24	695	250	121	691
Penalva de Alva	363	352	11	353	10	327	36	111	57	18	177
Santa Ovaia	202	198	4	198	4	193	9	67	34	35	66
São Gião	180	175	5	176	4	158	22	45	10	5	120
São Paio de Gramaços	357	351	6	353	4	345	12	139	57	31	130
São Sebastião da Feira	87	85	2	85	2	85	2	30	13	6	38
Seixo da Beira	618	609	9	609	9	579	39	215	81	36	286
Travanca de Lagos	492	484	8	487	5	471	21	159	84	47	202
Vila Pouca da Beira	140	137	3	137	3	131	9	37	31	9	63
Vila Franca da Beira	202	197	5	197	5	195	7	70	22	10	100
município de Oliveira do Hospital	7894	7782	112	7802	92	7550	344	2667	1228	631	3368
%	100%	99%	1%	99%	1%	96%	4%	34%	16%	8%	43%

Censos 2011 – resultados definitivos



4.6.1. Produção de habitação

No que toca à produção de habitação, foram utilizados os dados disponibilizados no Anuário Estatístico da Região Centro 2010, do INE, edição de 2011.

O Quadro 98 apresenta os indicadores da construção e da habitação em 2010 para o município e o seu enquadramento regional e nacional.

No que toca ao licenciamento de construções para habitação familiar, verifica-se que, em 2010, o município de Oliveira do Hospital tinha 2,5 pavimentos por edifício, superior aos valores nacionais e regionais, 0,6 fogos por pavimento, valor inferior aos nacionais mas enquadrado no Pinhal Interior Norte e 5 divisões por fogo, valor igual aos nacionais e regionais. A superfície média habitável das divisões era de 21,9 m² e o número de reconstruções licenciadas por 100 novas construções licenciadas entre 2008 e 2010 era de 12,7 reconstruções.

Quadro 98 – Indicadores da construção e da habitação no município de Oliveira do Hospital em 2010

Licenciamento de construções novas para habitação familiar					Conclusão de construções novas para habitação familiar				
Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções licenciadas por 100 construções novas licenciadas	Pavimentos por edifício	Fogos por pavimento	Divisões por fogo	Superfície média habitável das divisões	Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas
N.º			m ²	N.º	N.º			m ²	N.º
2010				2008-2010	2010				2008-2010
2,2	0,8	5,0	21,3	4,2	2,4	0,9	4,9	20,0	3,8
2,2	0,8	5,0	21,5	4,3	2,4	0,9	4,9	20,2	4,0
2,1	0,7	5,0	21,5	4,6	2,3	0,8	5,0	20,7	4,2
2,1	0,6	5,3	22,7	17,4	2,2	0,6	5,3	20,0	17,5
2,5	0,6	5,0	21,9	12,7	2,6	0,7	5,0	18,9	15,4

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição de 2011)

O Quadro 99 apresenta os edifícios licenciados para construção segundo o tipo de obra no município de Oliveira do Hospital em 2010. Verifica-se que 71% dos edifícios são para habitação. Há 63% de novas construções e 36% de reconstruções, alterações e ampliações.

No que toca às novas construções para habitação unifamiliar, foram licenciados 3 apartamentos e 43 moradias. Quanto às reconstruções, ampliações e alterações, foram 36 de edifícios destinavam-se a habitação familiar.



Quadro 99 – Edifícios licenciados para construção segundo o tipo de obra no município de Oliveira do Hospital em 2010

Edifícios		Construções novas					Ampliações, alterações e reconstruções	
Total	Para habitação familiar	Edifícios					Edifícios	
		Total	Para habitação familiar			Fogos para habitação familiar	Total	Para habitação familiar
			Total	dos quais				
				Apartamentos	Moradias			
115	82	72	46	3	43	66	41	36
100%	71%	63%	100%	7%	93%		36%	

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição de 2011)

O Quadro 100 apresenta os fogos licenciados em novas construções para habitação familiar segundo a entidade promotora e tipologia, verificando-se que, quanto à entidade promotora, 73% são pessoas singulares e 27% empresas privadas. Quanto às tipologias, predominam os T3 com 33%, num total de 22 fogos, seguindo-se os T2 e T4 ou mais com 29% cada um, num total de 19 fogos cada, e finalmente os T0 ou T1, com 9% do total.

Quadro 100 – Fogos licenciados em novas construções para habitação familiar segundo entidade promotora e tipologia, no município de Oliveira do Hospital em 2010

Total	Entidade promotora			Tipologia			
	Pessoa singular	Empresa privada	Outras entidades	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
66	48	18	0	6	19	22	19
100%	73%	27%	0%	9%	29%	33%	29%

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição de 2011)

Relativamente aos edifícios concluídos segundo tipo de obra em 2010, o Quadro 101 apresenta os valores totais para o município de Oliveira do Hospital. Verifica-se que se concluíram 112 edifícios, dos quais 89 de destinavam para habitação (79%). Um total de 68 dos edifícios concluídos foram novas construções e 44 foram reconstruções, alterações ou ampliações. Dos 54 novos edifícios para habitação familiar, concluíram-se 11 apartamentos e 63 moradias.

Quadro 101 – Edifícios concluídos segundo tipo de obra, no município de Oliveira do Hospital em 2010

Edifícios		Construções novas					Ampliações, alterações e reconstruções	
Total	Para habitação familiar	Edifícios					Edifícios	
		Total	Para habitação familiar			Fogos para habitação familiar	Total	Para habitação familiar
			Total	dos quais				
				Apartamentos	Moradias			
112	89	68	54	11	43	106	44	35
100%	79%	61%	100%	20%	80%		39%	31%

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição de 2011)



O Quadro 102 apresenta os fogos concluídos em novas construções para habitação familiar segundo entidade promotora e tipologia em 2010. Verifica-se que foram concluídos 106 fogos, 69 dos quais por pessoas singulares e 37 por empresas privadas. Quanto à tipologia, predominam os T3, com 50% do total, seguindo-se os T2, com 22% do total e os T4 ou mais, com 20% do total, finalmente os T0 ou T1 com 8% do total.

Comparando com os fogos licenciados no mesmo ano apresentados no Quadro 100, verifica-se que há uma diminuição significativa no que toca aos fogos licenciados relativamente ao número de fogos concluídos, indicando uma diminuição na construção. Assim, verifica-se que em 2010 se concluíram 106 fogos e apenas foram licenciados 66 fogos.

Quadro 102 – Fogos concluídos em novas construções para habitação familiar segundo entidade promotora e tipologia, no município de Oliveira do Hospital em 2010

Total	Entidade promotora			Tipologia			
	Pessoa singular	Empresa privada	Outras entidades	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou mais
106	69	37	0	9	23	53	21
100%	65%	35%	0%	8%	22%	50%	20%

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição de 2011)

4.6.1. Habitação Social

Relativamente à temática da Habitação Social, existem no município de Oliveira do Hospital 3 bairros sociais: Bairro João Rodrigues Lagos, na cidade, Bairro Nossa Senhora da Estrela, no Seixo da Beira e o Bairro Social de Travanca de Lagos.

O Bairro para Famílias Pobres - João Rodrigues Lagos foi construído em 1959, dando assim abrigo e o direito a uma habitação a 25 famílias carenciadas do município de Oliveira do Hospital. O Bairro Nossa Senhora da Estrela foi construído em 1975 e é composto por 10 casas pré-fabricadas destinadas a famílias carenciadas, algumas oriundas das ex-colónias portuguesas. A maioria das casas encontra-se muito degradada, apesar de algumas já terem sido alvo de intervenção dos próprios ou da autarquia. O bairro de habitação social de Travanca de Lagos foi construído após o 25 de Abril com a finalidade de alojar 4 famílias oriundas das ex-colónias Portuguesas, naturais de Travanca de Lagos e em situação de comprovada carência económica e social, fruto da descolonização. É composto por quatro casas pré fabricadas, do tipo T2 e T3.



O Quadro 103 apresenta a caracterização da habitação social no final de 2009 do município de Oliveira do Hospital.

Verifica-se que o município de Oliveira do Hospital possui 39 habitações sociais distribuídas pelos 3 bairros nas freguesias de Oliveira do Hospital, com 25 habitações, Seixo da Beira, com 10 habitações e Travanca de Lagos, com 4 habitações, albergando um total de 37 famílias.

A tipologia dominante é a habitação tipo T2, com 20 habitações, seguindo-se a habitação tipo T3, com 17 habitações. Verifica-se também que se encontram 5 fogos de habitação social disponíveis para arrendamento.

No ano de 2009 foram objeto de obras de conservação 4 edifícios e foi feito um contrato de arrendamento.

Em 2009 foram identificados 6 casos de pedidos de habitação e o valor médio das rendas dos contratos de arrendamento ronda os 14 euros.

Quadro 103 – Habitação social no município de Oliveira do Hospital em 31/12/2009

Bairros sociais	Edifícios de habitação social				Fogos de habitação social					Contratos de arrendamento efetuados no último ano	Casos (agregados familiares) registados de pedidos de habitação no último ano	Valor médio das rendas dos contratos de arrendamento
	Total	Propriedade total do município	Objeto de obras de conservação no último ano	Com certificação energética	Total	Arrendados	Disponíveis para venda	Disponíveis para arrendamento	Objeto de obras de reabilitação no último ano			
N.º												
3	39	39	4	0	39	34	0	5	4	1	6	14

(Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2010, INE, edição de 2011)



4.7. Caracterização do Património Natural e Cultural

No que toca à Caracterização do Património Natural e Cultural, foi feito um levantamento exaustivo que se organizou da seguinte forma: Valores Naturais, Valores Arqueológicos, Valores Arqueológicos Industriais, Valores Urbanísticos, Valores Arquitetónicos, Valores Móveis, Valores Etnográficos, Valores Linguísticos e Valores Propostos para Classificação.

4.7.1. Valores Naturais

Os Valores Naturais ou património natural compõe-se pelos elementos que se encontram em estado natural e que pela sua importância contribuem para o equilíbrio ecológico. Inserem-se também neste conjunto elementos, sítios ou conjuntos que apesar da intervenção humana preservam as suas características naturais, a biodiversidade e/ou contribuem para o equilíbrio ecológico. O relatório organiza os valores naturais da seguinte forma: 2 Árvores; 17 Conjuntos Naturais, 25 Paisagens Naturais, 12 Lugares e Sítios Naturais e 11 Ocorrências Naturais.

Encontra-se uma árvore Classificada de Interesse Público, a Tília *Tilia tometos*, localizada no Adro da igreja de Oliveira do Hospital e, em vias de classificação o Sobreiro *Quercus suber*, em Travanca de Lagos.

4.7.2. Valores Arqueológicos

No que toca aos Valores Arqueológicos, destaca-se o conjunto das ruínas romanas da Bobadela, as Antas do período neolítico, da Arcaínha, Sobreda e Pinheiro dos Abraços, vários vestígios pré-históricos de altares rupestres ou penedos sacralizados, as Antas da Cavada, Carvalhal e Vale Cerejo, vestígios medievais de sepulturas antropomórficas e sepulturas cavadas na rocha, entre outros.

Os valores arqueológicos classificados são os seguintes: conjunto Romano da Bobadela, classificado como Monumento Nacional; a Anta da Arcaínha, Anta da Sobreda e Anta do Pinheiro dos Abraços, classificadas como Imóveis de Interesse Público.



4.7.3. Valores Urbanísticos

Em relação aos Valores Urbanísticos, no PDM em vigor foram delimitados os centros históricos de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Avô, Bobadela, Lagares da Beira, Lourosa, Oliveira do Hospital, S. Gião, Travanca de Lagos e Vila Pouca da Beira. Os centros históricos identificados são pequenos conjuntos que testemunham a existência de um polo centralizador até meados do Séc. XIX, possuindo, ainda, coerência formal que se verifica pela homogeneidade morfológica e tipológica dos elementos urbanos valorizada, na generalidade dos casos, por edifícios que se destacam pela sua qualidade arquitetónica.

Para além dos centros históricos atrás referenciados, importa considerar as aldeias do Colcorinho e Vieiro e Vale do Ferro que, apesar de abandonadas, possuem características adequadas ao desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo rural. Estão em elaboração os Planos de Pormenor e Salvaguarda dos Centros Históricos de Oliveira do Hospital, Lourosa e Avô.

4.7.4. Valores Arquitetónicos

No que toca aos Valores Arquitetónicos, estes estão agrupados por características que se prendem com os aspetos físicos bem como com os aspetos relacionados com o uso, o seu valor simbólico e a sua relação com o território em que se inserem, resultando nas seguintes sete categorias: Capelas, Conventos, Igrejas e outros locais de Culto; Alminhas e Cruzeiros; Pelourinhos; Coretos e fontes; Estátuas e outros elementos simbólicos e comemorativos; Pontes; Solares, Casas antigas e outros edifícios de uso civil.

Os edifícios religiosos representam uma boa parte do património edificado. Há no total 126 edifícios, incluindo 99 capelas, 20 igrejas e um convento, entre outros edifícios que têm a sua génese relacionada com o culto religioso.

Os cruzeiros e as alminhas que, independentemente do seu valor estético, possuem valor simbólico, estão, na generalidade dos casos, ligados à preservação de uma memória individual ou coletiva. Registaram-se os grupos mais significativos por freguesia e por povoação,



destacando os elementos mais significativos de cada grupo, registando-se, deste modo, 18 grupos de Alminhas e 33 cruzeiros localizados por todo o território do município.

Registam-se 7 pelourinhos existentes no município classificados como Imóveis de Interesse Público, a saber: Pelourinho de Avô; Pelourinho da Bobadela; Pelourinho de Lourosa; Pelourinho de Nogueira do Cravo; Pelourinho de Oliveira do Hospital; Pelourinho de Penalva de Alva e Pelourinho de Seixo da Beira.

No que toca às pontes, referenciam-se 15 pontes, destacando-se duas classificadas como Imóveis de Interesse Público: a ponte medieval de Alvôco das Várzeas e a ponte romana da Bobadela.

Relativamente aos edifícios “civis” ou seja, edifícios públicos e privados, assinalam-se 6 edifícios, destinados ao uso público como os paços do município de Oliveira do Hospital, as casas da câmara de alguns dos municípios extintos e um edifício destinado a tribunal. Destaca-se, também, a Estalagem de Póvoa das Quartas, um edifício construído de raiz na década de 70, para albergar uma pousada da rede de Pousadas de Portugal e que se trata de um dos melhores exemplos, construídos no município, da arquitetura do período. Atualmente encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público e funciona como estalagem, já que se desvinculou da rede de Pousadas de Portugal.

4.7.5. Valores Móveis

A inventariação dos Valores Móveis do município torna-se muito difícil de realizar no âmbito de um estudo de caracterização para um plano diretor municipal. Os elementos móveis identificados são apresentados agrupados em dois grupos: o primeiro composto pelo património artístico e o segundo pelo património bibliográfico.

4.7.6. Valores Artísticos

O grupo dos Valores Artísticos provavelmente será o mais incompleto devido ao desconhecimento da necessidade de inventariação das coleções privadas, incluindo a arte



sacra na posse da igreja. O desconhecimento destes valores provoca, muitas das vezes, que obras de grande valor se percam ou se degradem quer pela falta de segurança dos locais onde se guardam quer pela falta de condições para o armazenamento que apresentam. Encontram-se três valores artísticos identificados no município: a Coleção de Ex. Votos da irmandade de N. Senhora das Preces, Figuras em madeira e a Estátua equestre de um cavaleiro medieval.

Relativamente aos Valores Bibliográficos existentes no município, resume-se às publicações existentes nas várias bibliotecas de Oliveira do Hospital.

4.7.7. Valores Etnográficos

No que toca aos Valores Etnográficos a preservação dos utensílios, trajes e tradições populares tem sido feita de geração em geração pela generalidade das aldeias que mantêm ainda traços da sua ruralidade. Com o decorrer do tempo, o abandono dos costumes tradicionais e o desenvolvimento tecnológico, os artefactos ligados à tradição rural foram desaparecendo do quotidiano das populações. Embora se tenham perdido muitos elementos, e dos que existem estarem dispersos na posse de privados, existem algumas pequenas coleções organizadas pelas comunidades locais que garantem pelo menos a preservação de algumas dessas memórias. Identificam-se três coleções etnográficas no município: Coleção etnográfica do Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas, Coleção etnográfica do Museu da junta de freguesia de Seixo da Beira, Museu etnográfico do Rancho Folclórico de S. Paio de Gramaços.

4.7.8. Valores Linguísticos

Relativamente aos Valores Linguísticos, o “verbo dos arguinhas” constitui o único património linguístico do município, com origem nos pedreiros de Nogueira do Cravo e freguesias limítrofes, que utilizavam esta linguagem para comunicarem entre si sem que os outros (normalmente o patrão) entendessem o seu diálogo. A linguagem foi transmitida e preservada pela tradição oral, não existindo publicações escritas utilizando essa linguagem. Apesar disso, existem publicações em que a linguagem é estudada onde se preservam os vocábulos e as expressões mais usadas da linguagem.



4.7.9. Classificação dos Valores Culturais, Património Arquitectónico e Artístico:

Imóveis classificados como Monumento Nacional:

- a) 252/AR - Capela dos Ferreiros, anexa à Igreja Matriz de Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Decreto nº 26500, de 4 de Abril de 1936;
- b) 400/AR - Igreja de São Pedro, Matriz de Lourosa, Lourosa, Decreto nº 2445, 14 de Junho de 1916;
- c) 212/SA - Ruínas Romanas de Bobadela, Bobadela, Decreto de 16 de Junho de 1910 e Decreto nº 26 519, de 15 de Abril de 1936;

Imóveis classificados como de Interesse Público

- a) 036/SA - Anta da Arcaíña, Carvalhal, Seixo da Beira, Decreto nº 42 692, de 30 Novembro de 1959;
- b) 032/SA - Anta do Curral dos Mouros, Sobreda, Decreto nº 42 692, de 30 Novembro de 1959;
- c) 225/SA - Anta de Pinheiro do Abraços, Bobadela, Decreto-Lei nº 26-A/92, de 1/06;
- d) 440/SA - Castelo de Avô, incluindo ruínas da Ermida de São Miguel, Avô, Decreto nº 45 327, de 25 de Outubro de 1963;
- e) 133/AR - Igreja Matriz de Travanca de Lagos, Travanca de Lagos, Decreto nº 43 073, DG 162, de 14 de Julho de 1960;
- f) 435/VA - Pelourinho de Avô, Avô, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;
- g) 313/VA - Pelourinho de Bobadela, Bobadela, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;
- h) 296/VA - Pelourinho de Nogueira do Cravo, Nogueira do Cravo, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;
- i) 399/VA - Pelourinho de Lourosa, Lourosa, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;
- j) 356/VA - Pelourinho de Penalva de Alva, Penalva de Alva, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;



- k) 257/VA - Pelourinho de Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;
- l) 017/VA - Pelourinho de Seixo da Beira, Seixo da Beira, Decreto nº 23 122, de 11 de Outubro de 1933;
- m) 510/ACpub - Ponte medieval de Alvôco das Várzeas, Alvôco das Várzeas, Decreto nº 2/96 de 6/3;
- n) 211/ACpub - Ponte romana de Bobadela, Bobadela, Decreto-Lei nº 26-A/92, de 1 de Junho;
- o) 069/ACpart - Solar de Ervedal da Beira, Ervedal da Beira, Decreto nº 95/78, de 12 de Setembro;

Imóveis classificados como Monumento de Interesse Público:

- a) 376/AR - Igreja matriz de São Gião, incluindo todo o seu património integrado e respetiva Zona Especial de Proteção (ZEP), em São Gião, através da Portaria nº 740-BH/2012, publicada no DR. 2ª Série, nº 248, de 24 de Dezembro.
- b) 205/ACpub - Pousada de Santa Bárbara, Póvoa das Quartas, através da Portaria nº 740-AG/2012, publicada no DR. 2ª Série, nº 248, de 24 de Dezembro. Dispõe de Zona geral de Proteção de 50 m.
- c) 410/AR - Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Vila Pouca da Beira e respetiva Zona Especial de Proteção, em Vila pouca da Beira, através da Portaria nº 118/2013, publicada no DR 2ª Série nº 48 de 8 de março de 2013.

Imóveis classificados como de Interesse Municipal:

- a) 438/ACpart - Casa Brás Garcia de Mascarenhas, freguesia de Avô, Avô, Decreto 67/97 de 31/12;
- b) 360/AR - Igreja matriz de Penalva de Alva, Penalva de Alva, Decreto 29/84, de 25 de Junho;



4.8. Rede urbana

O estudo da rede urbana do município de Oliveira do Hospital é constituído por três partes: dimensão dos lugares e escalonamento urbano; funções centrais; hierarquia urbana.

A primeira parte trata do estudo da hierarquia dos aglomerados a partir da sua dimensão medida pelo número de habitantes. Trata-se afinal da aplicação da designada Lei de Zipf, embora esta tivesse sido desenvolvida para escalões territoriais muito superiores ao do município (grandes regiões e países). Permite-nos confirmar, e apesar da incorreção da sua aplicação, o evidente desequilíbrio da rede urbana do município.

Importa referir que foram considerados os lugares referenciados pelo INE nos Recenseamentos Populacionais de 1981, 1991 e 2001. Não foram, portanto agregados lugares em continuidade espacial nomeadamente no caso da cidade de Oliveira do Hospital.

A segunda parte diz respeito ao estudo das funções centrais oferecidas em cada aglomerado e às hierarquias urbanas daí resultantes. São consideradas as funções centrais públicas e privadas.

Relativamente às funções públicas constata-se o desequilíbrio anunciado pela lei do escalonamento urbano com Oliveira do Hospital e Lagares da Beira a destacarem-se claramente dos restantes aglomerados. Idêntica situação se verifica para as funções privadas mas onde se destaca o lugar Catraia de São Paio que apresenta valores muito próximos daqueles aglomerados. Em boa verdade Catraia de São Paio representa a cidade de Oliveira do Hospital.

A terceira parte diz respeito ao estabelecimento dos níveis hierárquicos atualmente existentes tendo em atenção a diversidade das funções e sua influência na alteração da hierarquia dos lugares.

Importa desde já referir as seguintes advertências e pressupostos de base:

Como funções privadas entendem-se as relacionadas com o comércio e os serviços. Foram contabilizadas como unidades funcionais as atividades principais a 5 dígitos da classificação do CAE, isto é: se, numa mesma empresa, se executarem duas ou mais atividades principais com



classificação a 5 dígitos diferentes, contabilizam-se duas ou mais unidades funcionais, embora com a mesma denominação empresarial.

Como funções públicas entendem-se todas aquelas que derivam dos equipamentos de educação, saúde, solidariedade e segurança social, cultura, recreio e lazer, desporto e outros equipamentos indiferenciados. A estes últimos foram subtraídas as atividades relacionadas com o comércio e serviços uma vez que já haviam sido contabilizadas nas funções privadas, desta forma anulando-se a sobreposição.

Relativamente aos lugares que se repartem por mais de uma freguesia e para efeitos de afetação das funções centrais às freguesias decidiu-se o seguinte:

- Ponte das Três Entradas, que se reparte por três freguesias, foi contabilizado na freguesia de São Sebastião da Feira;
- Adernela, que se reparte por duas freguesias, foi contabilizado na freguesia de Travanca de Lagos;
- Chamusca da Beira, que se reparte por duas freguesias, foi contabilizado na freguesia na freguesia de Lagos da Beira;
- Digueifel, que se reparte por duas freguesias, foi contabilizado na freguesia de Vila Pouca da Beira;
- Catraia de São Paio, que se reparte por duas freguesias, foi contabilizado na freguesia de São Paio de Gramaços;
- Vendas de Gavinhos, que se reparte por duas freguesias, foi contabilizado na freguesia de Oliveira do Hospital.

O lugar de Vale de Dona Clara, da freguesia de Nogueira do Cravo, que foi recenseado pelo INE em 1981 e 1991, não foi recenseado como lugar em 2001 tendo a sua população sido agregada a outros lugares da mesma freguesia.



4.8.1. Dimensão dos lugares e escalonamento urbano

4.8.1.1. Dimensão dos lugares em 2001

O município de Oliveira do Hospital é constituído - de acordo com o recenseamento populacional realizado pelo Instituto Nacional de Estatística no ano de 2001 – por 76 povoações com população residente variando de 7 a 3464 habitantes.

Na “cidade” de Oliveira do Hospital residiam, em 2001, 3464 pessoas (15.66% do total da população do município) e em Lagares da Beira, o lugar que a seguir à “cidade” apresenta maior população, 1436 habitantes, representando 6.49%.

Ainda com base no recenseamento do I.N.E. referente ao ano de 2001 estima-se que 10% da população seja residente fora destas 76 povoações. Ora, este dado, não deixa de ser significativo uma vez que é uma percentagem considerável.

Quadro 104 –Distribuição dos lugares por classes do número de habitantes em 2001 no município de Oliveira do Hospital

Dimensão dos Lugares (n.º de hab.)	1 a 10	11 a 20	21 a 50	51 a 100	101 a 200	201 a 400	401 a 600	601 a 800	801 a 1600	> 1600
N.º de Lugares	1	4	10	17	11	20	9	2	1	1
Habitantes	7	63	331	1205	1669	5869	4548	1285	1436	3464
% do total de habitantes (1)	0.040	0.317	1.665	6.062	8.397	29.527	22.881	6.465	7.224	17.423
Média por lugar	0.21	15.75	33.1	70.88	151.73	293.45	505.33	642.5	1436	3464

(1) O total da população residindo em lugares identificados é de 19 877 habitantes

A distribuição dos lugares por classes do número de habitantes está sintetizada no Quadro 104. A sua análise mostra o seguinte:

- sobressai a “cidade” com 3464 habitantes;
- para além da cidade apenas um outro lugar apresenta população superior a 1000 habitantes, muito próximo de 1500, falamos de Lagares da Beira, com 1436 habitantes;
- apenas um lugar tem 7 habitantes;
- 48 povoações apresentam uma população compreendida entre 50 e 400 habitantes, onde reside 43.98% da população total;



- entre 200 e 400 habitantes há 20 lugares e que corresponde ao maior número daqueles, onde residem 29.53% da população total;
- entre 50 e 100 habitantes existem 17 lugares e que corresponde ao segundo maior número de lugares;
- existem, aproximadamente, 10 lugares que apresentam população entre 20 e 50 habitantes e outros tantos com população entre 100 e 200.

4.8.1.2. Escalonamento Urbano

O Quadro 105 contém o escalonamento dos lugares por ordem descendente do número de habitantes nos anos de 1991, 1991 e 2001. Contém ainda, e para cada ano, o número de ordem de cada lugar.

Da sua análise verifica-se que nos últimos vinte anos não houve modificação nas três primeiras ordens. Já no que respeita às ordens seguintes se verificam alterações, com lugares a descerem de ordem, como Travanca de Lagos e Avô, que ocuparam em 1991 respetivamente a 7ª e 5ª ordem e passaram a ocupar, em 2001, a 8ª e 9ª. Inversamente verificam-se lugares a subirem, como Vila Franca da Beira, Ervedal da Beira e Catraia de São Paio.

Catraia de São Paio foi, aliás, o lugar que maior subida verificou, e desde 1981, ano em que ocupava a ordem 27ª, e passou a ocupar a 7ª ordem em 2001. A esta situação não está naturalmente alheia a sua localização ao longo da EN 17 nem a sua proximidade a Oliveira do Hospital.

Também Vendas de Galizes e Senhor das Almas, ambas localizando-se ao longo da EN 17, subiram sempre de ordem, 35ª e 40ª, respetivamente, em 1981, para 16ª e 29ª em 2001.

Outros lugares sofreram alterações da sua ordem, mas não tão significativas como nos casos apontados.

Quadro 105 –Ordem dos lugares segundo o número de habitantes, evolução de 1981 a 2001 no município de Oliveira do Hospital

Lugar	Freguesia	Ano 1981		Ano 1991		Ano 2001	
		N.º	Ord.	N.º	Ord.	N.º	Ord.
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	1552	1	2318	1	3464	1
Lagares da Beira	Lagares da Beira	1366	2	1411	2	1436	2



Lugar	Freguesia	Ano 1981		Ano 1991		Ano 2001	
		N.º	Ord.	N.º	Ord.	N.º	Ord.
Seixo da Beira	Seixo da Beira	739	3	730	3	673	3
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	663	5	645	4	612	4
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	676	4	574	6	555	5
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	623	7	513	9	550	6
Catraia de São Paio	São Paio de Gramaços	276	27	325	23	539	7
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos	554	8	544	7	530	8
Avô	Avô	627	6	621	5	507	9
São Paio de Gramaços	São Paio de Gramaços	466	12	499	11	500	10
Santa Ovaia	Santa Ovaia	432	15	501	10	479	11
Bobadela	Bobadela	465	14	528	8	475	12
Meruge	Meruge	530	10	468	12	413	13
Lajeosa	Lajeosa	367	21	448	13	398	14
Lagos da Beira	Lagos da Beira	389	18	435	15	396	15
Vendas de Galizes	Nogueira do Cravo	211	35	349	20	368	16
São Gião	São Gião	549	9	420	16	367	17
Alvôco das Várzeas	Alvôco das Várzeas	473	11	435	14	342	18
Andorinha	Travanca de Lagos	407	16	363	18	339	19
Fiais da Beira	Ervedal da Beira	395	17	357	19	327	20
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	465	13	398	17	318	21
Penalva de Alva	Penalva de Alva	380	19	345	21	311	22
Santo António do Alva	Penalva de Alva	332	24	318	24	285	23
Seixas	Seixo da Beira	368	20	283	25	282	24
Sobreira	Seixo da Beira	354	22	332	22	266	25
Galizes	Nogueira do Cravo	237	32	263	26	264	26
Negrelos	Travanca de Lagos	278	26	237	31	260	27
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	317	25	252	29	245	28
Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	161	40	246	30	241	29
Chamusca da Beira	Lagos da Beira	230	34	214	36	221	30
Aldeia Formosa	Seixo da Beira	250	30	258	27	218	31
Aldeia de Nogueira	Nogueira do Cravo	232	33	221	33	211	32
Nogueirinha	Meruge	351	23	252	28	210	33
Gavinhos de Cima	Oliveira do Hospital	245	31	226	32	179	34
São Sebastião da Feira	São Sebastião da Feira	162	39	211	37	173	35
Póvoa de São Cosme	Ervedal da Beira	207	36	215	35	171	36
Gavinhos de Baixo	Oliveira do Hospital	250	29	217	34	170	37
Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	190	38	177	41	164	38
Lourosa	Lourosa	192	37	208	38	158	39
Grammaços	Oliveira do Hospital	272	28	180	40	145	40
Chão Sobral	Aldeia das Dez	147	42	166	42	144	41
Vendas de Gavinhos	Oliveira do Hospital	121	47	194	39	139	42
Digueifel	Vila Pouca da Beira	123	45	65	54	118	43
Vilela	Nogueira do Cravo	124	44	150	43	108	44
Quinta de Salgodins	São Paio de Gramaços		80	60	56	100	45
Casal de Abade	Lourosa			97	48	87	46
Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	120	48	102	46	84	47
Rio de Mel	São Gião	122	46	108	45	83	48
Ponte das Três Entradas	São Sebastião da Feira	123	45	108	45	83	48
Merujais	Penalva de Alva	52	60	57	59	81	49
		100	50	87	50	77	50



Lugar	Freguesia	Ano 1981		Ano 1991		Ano 2001	
		N.º	Ord.	N.º	Ord.	N.º	Ord.
Pinheirinho	Lourosa	117	49	93	49	75	51
Cabeçadas	Lourosa	127	43	97	47	74	52
Moita	Penalva de Alva	48	61	62	55	69	53
Felgueira Velha	Seixo da Beira	156	41	124	44	69	53
S. Pedro	Penalva de Alva	82	52		75	67	54
Carvalha	Penalva de Alva	58	58	65	53	60	55
Vale Torto	Seixo da Beira	97	51	75	52	60	55
Tapado	Bobadela	47	64	52	61	56	56
Campo	Lourosa	52	62	53	60	55	57
Barroca do Parceiro	São Gião	74	54	58	57	54	58
Póvoa da Barbeira	Seixo da Beira	77	53	78	51	54	58
Pombal	Lourosa	59	57	49	63	42	59
Poeiro	Lajeosa	38	70	48	64	41	60
Quintas da Meda	Lourosa	65	56	50	62	36	61
Venda da Esperança	Lourosa		80	23	73	35	62
Vale de Maceira	Aldeia das Dez	54	59	44	65	34	63
Formarigo	Penalva de Alva	42	68	44	65	31	64
Pedras Ruivas	Seixo da Beira	36	71	34	68	30	65
Gramação	Aldeia das Dez	46	65	38	66	29	66
Adernela	Travanca de Lagos	21	79	22	74	28	67
Malhadoura	Lajeosa		80	32	69	25	68
Avelar	Aldeia das Dez	43	66	37	67	19	69
Goulinho	Aldeia das Dez	34	72	25	70	16	70
Covão	São Gião	29	76	24	72	15	71
Parente	Alvôco das Várzeas	32	74	25	71	13	72
Vale do Ferro	Ervedal da Beira	29	75		75	7	73
Porto de Mós	Aldeia das Dez	65	55		75		74
Quinta das Tapadas	Aldeia das Dez	47	63		75		74
Tapada	Alvôco das Várzeas	41	69		75		74
Coitena	Bobadela	42	67		75		74
Vale de Dona Clara	Nogueira do Cravo	43	66	57	58		74
Cortinhais	Santa Ovaia	23	78		75		74
Alentejo	São Gião	24	77		75		74
Moinhos	São Sebastião da Feira	33	73		75		74

A Figura 54 contém, em escala logarítmica, a aplicação da Lei de Zipf aos lugares do município, o que se deve entender apenas como exercício académico uma vez que esta lei foi estabelecida para territórios muito vastos. Da sua análise verifica-se um claro desequilíbrio da rede urbana do município no ano de 2001.

Numa rede equilibrada os lugares localizam-se sobre a reta a 45 graus com origem no lugar de ordem mais elevada.



A situação atual evidencia uma rede claramente bicéfala, com a população concentrada na sede do município e em Lagares da Beira.

Verifica-se também uma superabundância de lugares acima da reta a 45 graus denotando uma sede demasiado reduzida populacionalmente.

A situação será naturalmente diferente quando se considerar a cidade na sua verdadeira dimensão com a agregação dos lugares periféricos contíguos.

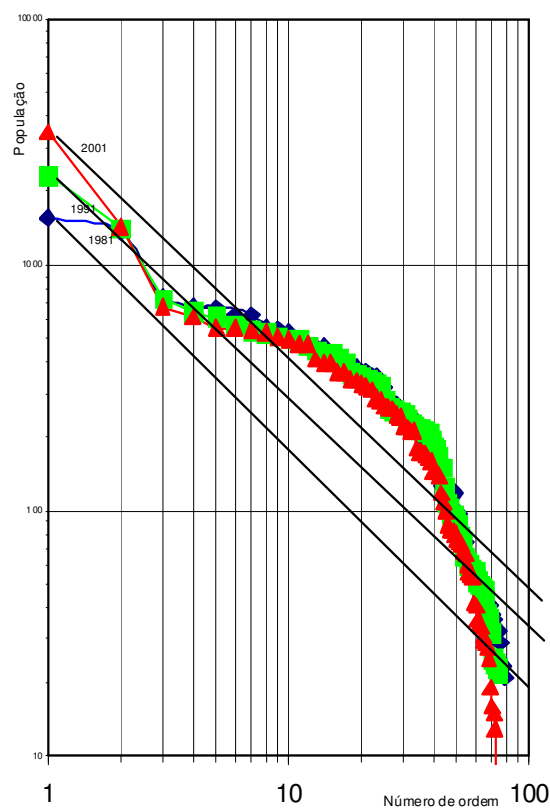


Figura 54 – Escalonamento urbano no município de Oliveira do Hospital

4.8.2. Funções Centrais

As funções centrais prestadas em cada aglomerado constituem o melhor critério para avaliar da qualidade de uma rede urbana. São funções centrais os serviços que são oferecidos às populações e que são garantia da sua qualidade de vida. São prestados em unidades funcionais às quais as pessoas se deslocam para os utilizar.



Funções centrais e transportes estão intimamente ligados. A uma rarefação de funções centrais deverá corresponder um bom serviço de transportes. Em qualquer dos casos deverá garantir-se sempre uma dispersão mínima das principais funções centrais.

O estudo das funções centrais foi feito separando as funções públicas das privadas, já que as condições da oferta são naturalmente diferentes.

4.8.2.1. Funções Centrais Públicas

O estudo das funções centrais públicas considerou a presença de unidades funcionais relativas ao ensino, segurança social, saúde, cultura recreio e lazer desporto, prevenção e segurança públicas, equipamentos administrativos e correios e telecomunicações.

Contabilizaram-se por lugar o número de unidades funcionais existentes que foram identificadas pelos respetivos relatórios dos Estudos Caracterização de revisão do PDM.

O Quadro 106 contém a ordem dos lugares com base no número de unidades funcionais públicas que neles são prestadas. A sua análise mostra:

- ressalta a “cidade” de Oliveira de Hospital com 104 unidades funcionais públicas;
- em segunda ordem, e a grande distância da cidade, aparece Lagares da Beira com 30 unidades funcionais públicas;
- surge em terceira ordem, um grupo de 7 povoações com 20 a 24 unidades funcionais públicas, a saber, Avô, São Gião, Ervedal da Beira, Meruge, Travanca de Lagos, Penalva de Alva e São Paio de Gramaços. Todas estas povoações são sedes de freguesia;
- em quarta ordem aparecem 2 povoações com 18 unidades funcionais públicas, a saber, Nogueira do Cravo e Seixo da Beira. Estas povoações são sedes de freguesia;
- 3 povoações com 15 a 16 unidades funcionais públicas aparecem em quinta ordem, a saber, Aldeia das Dez, Vila Franca da Beira e Alvôco das Várzeas. Estas povoações são também sedes de freguesia.



Um grupo bastante extenso, o das restantes povoações, que compreende 1 a 12 unidades funcionais, ocupa os últimos lugares da ordenação. Deste grupo poderemos ressaltar o seguinte:

- com 12 unidades e como sedes de freguesia aparecem Lagos da Beira e São Sebastião da Feira. Ainda com 12 unidades aparece Nogueirinha;
- com 11 unidades e como sedes de freguesia aparecem Lourosa e Vila Pouca da Beira. Ainda com 11 aparecem Galizes e Santo António do Alva;
- com 10 unidades aparecem Seixas e Andorinha;
- com 9 unidades aparece um grupo de 5 povoações. Bobadela, Lajeosa e Santa Ovaia, que são sedes de freguesia, e Fiais da Beira e Negrelos;
- com 8 unidades uma povoação;
- com 7 unidades duas povoações;
- com 6 unidades quatro povoações;
- com 5 unidades cinco povoações;
- com 4 unidades três povoações;
- com 3 unidades seis povoações;
- com 2 unidades sete povoações;
- com 1 unidade dez povoações.

4.8.2.2. Funções Centrais Privadas

O estudo das funções centrais privadas considerou a presença de unidades funcionais relativas ao comércio e serviços, tais como cafés, restaurantes, tabernas, mercearias, minimercados, padarias, cabeleireiros, discotecas/boites, lojas, estações de serviço, oficinas de reparação de veículos, etc. Tal como no caso das funções públicas contabilizaram-se por lugar o número de unidades funcionais existentes.

Quadro 106 – Hierarquia dos lugares, a partir das unidades funcionais públicas no ano de 2002 no município de Oliveira do Hospital

Lugar	Freguesia	Número de funções	Ordem
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	104	1
Lagares da Beira	Lagares da Beira	30	2
Avô	Avô	24	3
São Gião	São Gião	24	3
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	23	4



Lugar	Freguesia	Número de funções	Ordem
Meruge	Meruge	22	5
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos	22	5
Penalva de Alva	Penalva de Alva	21	6
São Paio de Gramaços	São Paio de Gramaços	20	7
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	18	8
Seixo da Beira	Seixo da Beira	18	8
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	16	9
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	16	9
Alvôco de Várzeas	Alvôco de Várzeas	15	10
Lagos da Beira	Lagos da Beira	12	11
Nogueirinha	Meruge	12	11
São Sebastião da Feira	São Sebastião da Feira	12	11
Lourosa	Lourosa	11	12
Galizes	Nogueira do Cravo	11	12
Santo António do Alva	Penalva de Alva	11	12
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	11	12
Seixas	Seixo da Beira	10	13
Andorinha	Travanca de Lagos	10	14
Bobadela	Bobadela	9	15
Fiais da Beira	Ervedal da Beira	9	15
Lajeosa	Lajeosa	9	15
Negrelos	Travanca de Lagos	9	15
Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	8	16
Santa Ovaia	Santa Ovaia	9	15
Chamusca da Beira	Lagos da Beira	7	17
Vilela	Nogueira do Cravo	7	17
Póvoa de São Cosme	Ervedal da Beira	6	18
Aldeia de Nogueira	Nogueira do Cravo	6	18
Rio de Mel	São Gião	6	18
Sobreda	Seixo da Beira	6	18
Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	5	19
Carvalha	Penalva de Alva	5	19
Barroca do Parceiro	São Gião	5	19
Aldeia Formosa	Seixo da Beira	5	19
Vale Torto	Seixo da Beira	5	19
Grammaços	Oliveira do Hospital	4	20
Merujais	Penalva de Alva	4	20
Formarigo	Penalva de Alva	4	20
Chão Sobral	Aldeia das Dez	3	21
Grammaça	Aldeia das Dez	3	21
Vale de Maceira	Aldeia das Dez	3	21
Gavinhos de Cima	Oliveira do Hospital	3	21
Ponte das Três Entradas	São Sebastião da Feira	3	21
Digueifel	Vila Pouca da Beira	3	21
Goulinho	Aldeia das Dez	2	22
Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	2	22
Casal de Abade	Lourosa	2	22
Moita	Penalva de Alva	2	22
S. Pedro	Penalva de Alva	2	22



Lugar	Freguesia	Número de funções	Ordem
Felgueira Velha	Seixo da Beira	2	22
Pedras Ruivas	Seixo da Beira	2	22
Avelar	Aldeia das Dez	1	23
Címo da Ribeira	Aldeia das Dez	1	23
Vale de Ferro	Ervedal da Beira	1	23
Pinheirinho	Lourosa	1	23
Cabeçadas	Lourosa	1	23
Vale D. Clara	Nogueira do Cravo	1	23
Vendas de Galizes	Nogueira do Cravo	1	23
Gavinhos de Baixo	Oliveira do Hospital	1	23
Catraia de São Paio	São Paio de Gramaços	1	23
Vendas de Gavinhos	Oliveira do Hospital	1	23

Importa lembrar o já referido no capítulo de introdução: foram contabilizadas como unidades funcionais as Atividades principais a 5 dígitos da classificação do CAE, isto é: se, numa mesma empresa, se executarem duas ou mais Atividades principais com classificações a 5 dígitos diferentes, contabilizam-se duas ou mais unidades funcionais, embora com a mesma denominação empresarial.

O Quadro 107 contém a ordem dos lugares com base no número de unidades funcionais privadas que neles são prestadas. A sua análise mostra que:

- o ressalta a “cidade” de Oliveira de Hospital com 582 unidades funcionais privadas;
- o em segundo lugar e a grande distância da cidade aparece Catraia de São Paio com 129 unidades funcionais privadas. Ressalve-se que esta povoação não é sede de freguesia;
- o em terceiro lugar aparece Lagares da Beira com 83 unidades funcionais privadas, sendo esta povoação sede de freguesia;
- o em quarta ordem aparece um grupo de 3 povoações com 54 a 56 unidades funcionais privadas, a saber, Vendas de Galizes com 56, Meruge e Ervedal da Beira com 55 e 54 respetivamente, sendo estas povoações sedes de freguesia;
- o um grupo de 5 povoações com 38 a 44 unidades funcionais privadas, aparece em quinto lugar, a saber, Nogueira do Cravo com 44, Bobadela com 40, Santa Ovaia e São Paio de Gramaços com 38, sendo todas sedes de freguesia e Senhor das Almas com 42 unidades;
- o em sexta ordem aparecem Avô, Seixo da Beira, Penalva de Alva e Travanca de Lagos com 30, 29, 28 e 27 unidades respetivamente, sendo todas estas povoações sedes de freguesia;
- o Pova das Quartas e Ponte das Três Entradas com 25 e 24 unidades respetivamente;



- com 23 unidades aparece Lajeosa e Vila Franca da Beira, sendo estas povoações sedes de freguesia
- Chamusca da Beira com 22 unidades;
- com 20 unidades aparece Lagos da Beira e São Gião e que são sedes de freguesia;
- com mais que 10 e menos que 20 temos 13 povoações;
- entre 1 e 10 unidades aparecem vinte e quatro povoações.

Quadro 107 – Hierarquia dos lugares, a partir das unidades funcionais privadas no ano de 2002 no município de Oliveira do Hospital

Lugar	Freguesia	Número de funções	Ordem
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	582	1
Catraia de São Paio	São Paio de Gramaços	129	2
Lagares da Beira	Lagares da Beira	83	3
Vendas de Galizes	Nogueira do Cravo	56	4
Meruge	Meruge	55	5
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	54	6
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	44	7
Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	42	8
Bobadela	Bobadela	40	9
Santa Ovaia	Santa Ovaia	38	10
São Paio de Gramaços	São Paio de Gramaços	38	10
Avô	Avô	30	11
Seixo da Beira	Seixo da Beira	29	12
Penalva de Alva	Penalva de Alva	28	13
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos	27	14
Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	25	15
Ponte das Três Entradas	São Sebastião da Feira	24	16
Lajeosa	Lajeosa	23	17
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	23	17
Chamusca da Beira	Lagos da Beira	22	18
Lagos da Beira	Lagos da Beira	20	19
São Gião	São Gião	20	19
Alvôco de Várzeas	Alvôco de Várzeas	18	20
Nogueirinha	Meruge	16	21
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	16	21
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	14	22
Santo António do Alva	Penalva de Alva	14	22
Gramaços	Oliveira do Hospital	13	23
Aldeia Formosa	Seixo da Beira	13	23
Andorinha	Travanca de Lagos	13	23
Vendas de Gavinhos	Oliveira do Hospital	12	24
São Sebastião da Feira	São Sebastião da Feira	12	24
Lourosa	Lourosa	11	25
Galizes	Nogueira do Cravo	11	25
Gavinhos de Baixo	Oliveira do Hospital	11	25
Fiais da Beira	Ervedal da Beira	10	26
Aldeia de Nogueira	Nogueira do Cravo	10	26
Póvoa de São Cosme	Ervedal da Beira	9	27
Gavinhos de Cima	Oliveira do Hospital	9	27
Seixas	Seixo da Beira	9	27
S. Pedro	Penalva de Alva	8	28
Sobreda	Seixo da Beira	8	28
Chão Sobral	Aldeia das Dez	7	29
Negrelos	Travanca de Lagos	7	29
Rio de Mel	São Gião	6	30
Felgueira Velha	Seixo da Beira	6	30
Casal de Abade	Lourosa	5	31
Vilela	Nogueira do Cravo	5	31
Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	4	32
Vale Torto	Seixo da Beira	4	32
Digueifel	Vila Pouca da Beira	4	32
Vale de Maceira	Aldeia das Dez	3	33



Lugar	Freguesia	Número de funções	Ordem
Vale de Ferro	Ervedal da Beira	3	33
Pinheirinho	Lourosa	3	33
Venda da Esperança	Meruge	3	33
Quinta da Meda	Lourosa	2	34
Formarigo	Penalva de Alva	2	34
Pedras Ruivas	Seixo da Beira	1	35

4.8.2.3. Funções Centrais Públicas e Privadas

O Quadro 108 apresenta a distribuição dos centros por ordem decrescente da sua hierarquia avaliada pelo número das funções centrais. Este quadro apresenta a real hierarquia dos lugares e da sua análise destaca-se o seguinte:

- o ressalta a “cidade” de Oliveira de Hospital com 686 unidades funcionais;
- o em segundo e em terceiro lugares, mas a grande distância da “cidade”, aparecem Catraia de São Paio e Lagares da Beira com 130 e 113 unidades respetivamente, sendo apenas Lagares da Beira sede de freguesia;
- o com 77 unidades funcionais e quarto lugar aparece Ervedal da Beira e Meruge, ambas sedes de freguesia;
- o em quinto e sexto lugar aparecem Nogueira do Cravo e São Paio de Gramaços, ambas sedes de freguesia, com 62 e 58 unidades funcionais respetivamente;
- o Vendas de Galizes com 57 unidades aparece em sétimo lugar;
- o em oitavo lugar aparece Avô, sede de freguesia, com 54 unidades;
- o Bobadela, Penalva de Alva e Travanca de Lagos, sedes de freguesia, com 49 unidades funcionais, aparecem em nono lugar;
- o Senhor das Almas e Seixo da Beira, com 47 unidades, aparecem em décimo lugar, sendo Seixo da Beira sede de freguesia;
- o Santa Ovaia e São Gião, com 46 e 44 unidades respetivamente, ambas sedes de freguesias, aparecem em 11º e 12º lugar;

As restantes povoações aparecem com a seguinte distribuição:

- o - um grupo de 5 povoações que balança entre 30 e 40 unidades;
- o - um grupo de 10 povoações que compreende 20 a 30 unidades;
- o - um grupo de 14 povoações que compreende 10 a 20 unidades;
- o - um grupo de 24 povoações que compreende 1 a 10 unidades.



Quadro 108 – Hierarquia dos lugares, a partir das unidades funcionais públicas e privadas no ano de 2002 no município de Oliveira do Hospital

Lugar	Freguesia	Número de funções	Ordem
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	686	1
Catraia de São Paio	São Paio de Gramaços	130	2
Lagares da Beira	Lagares da Beira	113	3
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	77	4
Meruge	Meruge	77	4
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	62	5
São Paio de Gramaços	São Paio de Gramaços	58	6
Vendas de Galizes	Nogueira do Cravo	57	7
Avô	Avô	54	8
Bobadela	Bobadela	49	9
Penalva de Alva	Penalva de Alva	49	9
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos	49	9
Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	47	10
Seixo da Beira	Seixo da Beira	47	10
Santa Ovaia	Santa Ovaia	46	11
São Gião	São Gião	44	12
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	39	13
Alvôco de Várzeas	Alvôco de Várzeas	33	14
Lagos da Beira	Lagos da Beira	32	15
Lajeosa	Lajeosa	32	15
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	30	16
Chamusca da Beira	Lagos da Beira	29	17
Nogueirinha	Meruge	28	18
Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	27	19
Ponte das Três Entradas	São Sebastião da Feira	27	19
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	27	19
Santo António do Alva	Penalva de Alva	25	20
São Sebastião da Feira	São Sebastião da Feira	24	21
Andorinha	Travanca de Lagos	23	22
Lourosa	Lourosa	22	23
Galizes	Nogueira do Cravo	22	23
Fiais da Beira	Ervedal da Beira	19	24
Seixas	Seixo da Beira	19	24
Aldeia Formosa	Seixo da Beira	18	25
Gramaços	Oliveira do Hospital	17	26
Aldeia de Nogueira	Nogueira do Cravo	16	27
Negrelos	Travanca de Lagos	16	27
Póvoa de São Cosme	Ervedal da Beira	15	28
Sobreda	Seixo da Beira	14	29
Vilela	Nogueira do Cravo	12	30
Gavinhos de Baixo	Oliveira do Hospital	12	30
Gavinhos de Cima	Oliveira do Hospital	12	30
Vendas de Gavinhos	Oliveira do Hospital	12	30
Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	12	30
Rio de Mel	São Gião	12	30
Chão Sobral	Aldeia das Dez	10	31
S. Pedro	Penalva de Alva	10	31
Vale Torto	Seixo da Beira	9	32
Felgueira Velha	Seixo da Beira	8	33
Casal de Abade	Lourosa	7	34
Digueifel	Vila Pouca da Beira	7	34
Vale de Maceira	Aldeia das Dez	6	35
Formarigo	Penalva de Alva	6	35
Carvalha	Penalva de Alva	5	36
Barroca do Parceiro	São Gião	5	36
Vale de Ferro	Ervedal da Beira	4	37
Pinheirinho	Lourosa	4	37
Merujais	Penalva de Alva	4	37
Gramaça	Aldeia das Dez	3	38
Venda da Esperança	Meruge	3	38
Pedras Ruivas	Seixo da Beira	3	38
Goulinho	Aldeia das Dez	2	39
Quinta da Meda	Lourosa	2	39
Moita	Penalva de Alva	2	39
Avelar	Aldeia das Dez	1	40
Cimo da Ribeira	Aldeia das Dez	1	40
Cabeçadas	Lourosa	1	40
Vale D. Clara	Nogueira do Cravo	1	40
Vendas de Gavinhos	Travanca de Lagos	1	40



4.8.3. Análise comparativa da hierarquia dos lugares a partir dos 3 critérios

No Quadro 109 estão agrupados os resultados atrás apresentados. A sua análise permite concluir o seguinte: a hierarquia dos lugares com base na população é bastante diferente e diversificada da hierarquia dos lugares com base no somatório das funções públicas com as privadas; a “cidade” de Oliveira do Hospital aparece em primeiro lugar, seja em número de habitantes, seja no somatório das unidades funcionais públicas com as privadas; em segunda posição aparece Catraia de São Paio. Esta povoação não é sede de freguesia mas, no somatório das unidades funcionais públicas com as privadas, ultrapassa Lagares da Beira e que é sede de freguesia. Importa lembrar de novo a sua localização marginando a EN 17 bem como a contiguidade com a “cidade” de Oliveira do Hospital.

Quadro 109 –População residente e funções centrais públicas e privadas por lugar. Número de unidades funcionais e ordem hierárquica dos lugares, no ano de 2002

Lugar	Freguesia	Hab.	Ord.	Púb.	Ord.	Pri.	Ord.	Púb./Pri.	Ord.
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	3464	1	104	1	582	1	686	1
Lagares da Beira	Lagares da Beira	1436	2	30	2	83	3	113	3
Seixo da Beira	Seixo da Beira	673	3	19	9	29	12	47	10
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	612	4	18	8	44	7	62	5
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	555	5	16	10	23	18	39	13
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	550	6	23	4	54	6	77	4
Catraia de São Paio	São Paio de Gramaços	539	7	1	23	129	2	130	2
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos	530	8	22	5	27	14	49	9
Avó	Avó	507	9	24	3	30	11	54	8
São Paio de Gramaços	São Paio de Gramaços	500	10	20	7	38	10	58	6
Santa Ovaia	Santa Ovaia	479	11	8	16	38	10	46	11
Bobadela	Bobadela	475	12	9	15	40	9	49	9
Meruge	Meruge	413	13	22	5	55	5	77	4
Lajeosa	Lajeosa	398	14	9	15	23	17	32	17
Lagos da Beira	Lagos da Beira	396	15	12	12	20	20	32	15
Vendas de Galizes	Nogueira do Cravo	368	16	1	23	56	4	57	7
São Gião	São Gião	367	17	24	3	20	20	44	12
Alvôco das Várzeas	Alvôco das Várzeas	342	18	15	11	18	21	33	14
Andorinha	Travanca de Lagos	339	19	10	14	13	24	23	16
Fiais da Beira	Ervedal da Beira	327	20	9	15	10	27	19	25
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	318	21	16	10	14	23	30	18
Penalva de Alva	Penalva de Alva	311	22	21	6	28	13	49	9
Santo António de Alva	Penalva de Alva	285	23	11	13	14	23	25	22
Seixas	Seixo da Beira	282	24	10	14	9	28	19	25
Sobreda	Seixo da Beira	266	25	6	18	8	29	14	30
Galizes	Nogueira do Cravo	264	26	11	13	11	26	22	24
Negrelos	Travanca de Lagos	260	27	9	15	7	30	16	28
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	245	28	11	13	16	22	27	21
Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	241	29	5	19	42	8	47	10
Chamusca da Beira	Lagos da Beira	221	30	7	17	22	19	29	19
Aldeia Formosa	Seixo da Beira	218	31	5	19	13	24	18	26
Aldeia de Nogueira	Nogueira do Cravo	211	32	6	18	10	27	16	28
Nogueirinha	Meruge	210	33	12	12	16	22	28	20
Gavinhos de Cima	Oliveira do Hospital	179	34	3	21	9	28	12	31
São Sebastião da Feira	São Sebastião da Feira	173	35	12	12	12	25	24	23
Póvoa de São Cosme	Ervedal da Beira	171	36	6	18	9	28	15	29
Gavinhos de Baixo	Oliveira do Hospital	170	37	1	23	11	26	12	31



Lugar	Freguesia	Hab.	Ord.	Púb.	Ord.	Pri.	Ord.	Púb./Pri.	Ord.
Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	164	38	2	22	25	15	27	21
Lourosa	Lourosa	158	39	11	13	11	26	22	24
Lugar	Freguesia	Hab.	Ord.	Púb.	Ord.	Pri.	Ord.	Púb./Pri.	Ord.
Gramação	Oliveira do Hospital	145	40	4	20	13	24	17	27
Chão Sobral	Aldeia das Dez	144	41	3	21	7	30	10	32
Vendas de Gavinhos	Oliveira do Hospital	139	42	1	23	12	25	12	31
Digueifel	Vila Pouca da Beira	118	43	3	21	4	33	7	35
Vilela	Nogueira do Cravo	108	44	7	17	5	32	12	31
Quinta de Salmodias	São Paio de Gramação	100	45						
Casal de Abade	Lourosa	87	46	2	22	5	32	7	35
Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	84	47	8	16	4	33	12	31
Rio de Mel	São Gião	83	48	6	18	6	31	12	31
Ponte das Três Entradas	São Sebastião da Feira	81	49	3	21	24	16	27	21
Merujais	Penalva de Alva	77	50	4	20		37	4	38
Pinheirinho	Lourosa	75	51	1	23	3	34	4	38
Cabeçadas	Lourosa	74	52	1	23		37	1	41
Moita	Penalva de Alva	69	53	2	22	6	31	8	34
Felgueira Velha	Seixo da Beira	69	53	2	22		37	2	40
S. Pedro	Penalva de Alva	67	54	2	22	8	29	10	32
Carvalha	Penalva de Alva	60	55	5	19	4	33	9	33
Vale Torto	Seixo da Beira	60	55	5	19		37	5	37
Tapado	Bobadela	56	56						
Campo	Lourosa	55	57						
Barroca do Parceiro	São Gião	54	58	5	19		37	5	37
Póvoa da Barbeira	Seixo da Beira	54	58						
Pombal	Lourosa	42	59						
Poeiro	Lajeosa	41	60						
Quinta da Meda	Lourosa	36	61		24	2	35	2	40
Venda da Esperança	Lourosa	35	62		24	3	34	3	39
Vale de Maceira	Aldeia das Dez	34	63	3	21	3	34	6	36
Formarigo	Penalva de Alva	31	64	4	20	2	35	6	36
Pedras Ruivas	Seixo da Beira	30	65	2	22	1	36	3	39
Gramação	Aldeia das Dez	29	66	3	21		37	3	39
Adernela	Travanca de Lagos	28	67						
Malhadoura	Lajeosa	25	68						
Avelar	Aldeia das Dez	19	69	1	23		37	1	41
Goulinho	Aldeia das Dez	16	70	2	22		37	2	40
Covão	São Gião	15	71						
Parente	Alvôco das Várzeas	13	72						
Vale do Ferro	Ervedal da Beira	7	73	1	23	3	34	4	38
Cimo da Ribeira	Aldeia das Dez		74	1	23	2	35	46	11
Casal Cimeiro	Aldeia das Dez		74	1	23		37	1	41
Porto de Mós	Aldeia das Dez		74	1	23		37	1	41

4.8.4. Hierarquia urbana atualmente existente

O Quadro 109 permite elaborar a estrutura atual da rede urbana do município de Oliveira do Hospital. Esta estrutura tem, naturalmente, por base as unidades funcionais públicas e privadas e a agregação em classes dos lugares consoante o seu número de unidades funcionais, independentemente do quantitativo populacional de cada lugar

Adotou-se uma classificação em seis classes, sendo os lugares hierarquicamente superiores aqueles que apresentam um valor de classe menor.



A classificação está sintetizada no Quadro 110. Ainda como complemento, este quadro apresenta um outro indicador que traduz de cada lugar o número de habitantes por função. Esta relação dá origem a uma outra classificação, independente da primeira, que varia de uma a sete classes.

A partir da análise do Quadro 110, tendo em atenção um agrupamento mais fino das funções centrais, é possível detetar a seguinte hierarquia atual:

1ª ordem – “cidade” de Oliveira do Hospital, incluindo nela o lugar de Catraia de São Paio;

2ª ordem – Lagares da Beira;

3ª ordem - -Ervedal de Beira e Meruge;

4ª ordem – Nogueira do Cravo, São Paio de Gramaços, Vendas de Galizes, Avô, Bobadela, Penalva de Alva, Travanca de Lagos, Senhor das Almas, Seixo da Beira, Santa Ovaia e São Gião.

5ª ordem – Vila Franca da Beira, Alvôco das Várzeas, Lagos da Beira, Lajeosa, Aldeia das Dez, Vila Pouca da Beira, Lourosa e São Sebastião da Feira. Estas povoações são todas sedes de freguesia e tem um número de funções centrais entre 39 e 22. Além destas ainda se classificam de 5ª ordem as seguintes seis povoações que não são sedes de freguesia: Chamusca da Beira, Nogueirinha, Póvoa das Quartas, Ponte das Três Entradas, Andorinha e Galizes.

6ª ordem – um conjunto de 16 lugares com um número de funções centrais compreendido entre 19 e 10.

Quadro 110 – Rede Urbana – classificação hierárquica atual dos lugares

Lugar	Freguesia	Priv./Púb.	Classes	Hab.	Habitantes por função	
					N.º	Classes
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	686	I	3464	5.0	I
Catraia de São Paio	São Paio de Gramaços	130	II	539	4.1	I
Lagares da Beira	Lagares da Beira	113	III	1436	12.7	III
Ervedal da Beira	Ervedal da Beira	77	IV	550	7.1	II
Meruge	Meruge	77	IV	414	5.4	II
Nogueira do Cravo	Nogueira do Cravo	62	V	612	9.9	II
São Paio de Gramaços	São Paio de Gramaços	58	V	500	8.6	II
Vendas de Galizes	Nogueira do Cravo	57	V	368	6.5	II
Avô	Avô	54	V	507	9.4	II
Bobadela	Bobadela	49	V	475	9.7	II
Penalva de Alva	Penalva de Alva	49	V	311	6.3	II
Travanca de Lagos	Travanca de Lagos	49	V	530	10.8	II
Senhor das Almas	Nogueira do Cravo	47	V	241	5.1	II
Seixo da Beira	Seixo da Beira	47	V	673	14.3	IV
Santa Ovaia	Santa Ovaia	46	V	479	10.4	II
São Gião	São Gião	44	V	367	8.3	II
Vila Franca da Beira	Vila Franca da Beira	39	VI	555	14.2	IV
Alvôco de Várzeas	Alvôco de Várzeas	33	VI	342	10.4	II



Lugar	Freguesia	Priv./Púb.	Classes	Hab.	Habitantes por função	
					N.º	Classes
Lagos da Beira	Lagos da Beira	32	VI	396	12.4	III
Lajeosa	Lajeosa	32	VI	398	12.4	III
Aldeia das Dez	Aldeia das Dez	30	VI	318	10.6	II
Chamusca da Beira	Lagos da Beira	29	VI	221	7.6	II
Nogueirinha	Meruge	28	VI	210	7.5	II
Póvoa das Quartas	Lagos da Beira	27	VI	164	6.1	II
Ponte das Três Entradas	São Sebastião da Feira	27	VI	81	3.0	I
Vila Pouca da Beira	Vila Pouca da Beira	27	VI	245	9.1	II
Santo António do Alva	Penalva de Alva	25	VI	285	11.4	III
São Sebastião da Feira	São Sebastião da Feira	24	VI	173	7.2	II
Andorinha	Travanca de Lagos	23	VI	339	14.7	IV
Lourosa	Lourosa	22	VI	158	7.2	II
Galizes	Nogueira do Cravo	22	VI	264	12.0	III
Fiais da Beira	Ervedal da Beira	19	VI	327	17.2	IV
Seixas	Seixo da Beira	19	VI	282	14.8	IV
Aldeia Formosa	Seixo da Beira	18	VI	218	12.1	III
Gramaçoes	Oliveira do Hospital	17	VI	145	8.5	II
Aldeia de Nogueira	Nogueira do Cravo	16	VI	211	13.2	IV
Negrelos	Travanca de Lagos	16	VI	260	16.3	IV
Póvoa de São Cosme	Ervedal da Beira	15	VI	171	11.4	III
Sobreda	Seixo da Beira	14	VI	266	19.0	IV
Vilela	Nogueira do Cravo	12	VI	108	9.0	II
Gavinhos de Baixo	Oliveira do Hospital	12	VI	170	14.2	IV
Gavinhos de Cima	Oliveira do Hospital	12	VI	179	14.9	IV
Vendas de Gavinhos	Oliveira do Hospital	12	VI	139	11.6	III
Caldas de São Paulo	Penalva de Alva	12	VI	84	7.0	II
Rio de Mel	São Gião	12	VI	83	6.9	II
Chão Sobral	Aldeia das Dez	10	VI	144	14.4	IV
S. Pedro	Penalva de Alva	10	VI	67	6.7	II
Vale Torto	Seixo da Beira	9	VI	60	6.7	II
Felgueira Velha	Seixo da Beira	8	VI	69	8.6	II
Casal de Abade	Lourosa	7	VI	87	12.4	III
Digueifel	Vila Pouca da Beira	7	VI	118	16.9	IV
Vale de Maceira	Aldeia das Dez	6	VI	34	5.7	II
Formarigo	Penalva de Alva	6	VI	31	5.2	II
Carvalha	Penalva de Alva	5	VI	60	12.0	III
Barroca do Parceiro	São Gião	5	VI	54	10.8	II
Vale de Ferro	Ervedal da Beira	4	VI	7	1.8	I
Pinheirinho	Lourosa	4	VI	75	18.8	IV
Merujais	Penalva de Alva	4	VI	77	19.3	IV
Gramaçã	Aldeia das Dez	3	VI	29	9.7	II
Venda da Esperança	Lourosa	3	VI	35	11.7	III
Pedras Ruivas	Seixo da Beira	3	VI	30	10.0	II
Goulinho	Aldeia das Dez	2	VI	16	8.0	II
Quinta da Meda	Lourosa	2	VI	36	18.0	IV
Moita	Penalva de Alva	2	VI	69	34.5	V
Avelar	Aldeia das Dez	1	VI	19	19.0	IV
Cimo da Ribeira	Aldeia das Dez	1	VI	0	0.0	I
Cabeçadas	Lourosa	1	VI	74	74.0	VI
Vale D. Clara	Nogueira do Cravo	1	VI	0	0.0	I
Vendas de Gavinhos	Travanca de Lagos	1	VI	139	139.0	VII